



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA	
Elton Oliveira da Silva	
Aníbal Simões Filho	
DOI 10.22533/at.ed.5332108031	
CAPÍTULO 2	13
RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA	
Adelma Ferreira de Souza	
Eonilson Antonio de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5332108032	
CAPÍTULO 3	39
DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO	
Maria Paula da Rosa Ferreira	
Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra	
DOI 10.22533/at.ed.5332108033	
CAPÍTULO 4	43
SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!	
Rogério Zanon da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.5332108034	
CAPÍTULO 5	54
INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	
Luccas Bernacchio Gissoni	
DOI 10.22533/at.ed.5332108035	
CAPÍTULO 6	63
LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS	
Ernesto Olmedo	
Marcela Tamagnini	
DOI 10.22533/at.ed.5332108036	
CAPÍTULO 7	76
TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO	
Sandro Reis Rocha Barros	
Alessandra Rocha Melo	
Eliana Crispim França Luquetti	

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

CAPÍTULO 8..... 98

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

CAPÍTULO 9..... 116

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

CAPÍTULO 10..... 129

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

CAPÍTULO 11 141

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

CAPÍTULO 12..... 153

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

CAPÍTULO 13..... 164

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

CAPÍTULO 14..... 174

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

CAPÍTULO 15.....	186
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
DOI 10.22533/at.ed.53321080315	
CAPÍTULO 16.....	195
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.53321080316	
CAPÍTULO 17.....	209
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.53321080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

CAPÍTULO 1

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 05/01/2021

Elton Oliveira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba/CH/
CAMPUS III
Guarabira-PB
<http://lattes.cnpq.br/8502077155463362>

Aníbal Simões Filho

Universidade Estadual da Paraíba/CH/
CAMPUS III
Guarabira- PB
<http://lattes.cnpq.br/3161661371988710>

RESUMO: A geografia agrária, nas últimas décadas, tem se destacado pela diversidade de temas que estão incorporados à sua pauta. Nesse aspecto, a principal contribuição da geografia contemporânea sobre o espaço agrário está em tomá-lo com eixo central para entendimento das metamorfoses pelas quais ele vem passando. A geografia, como ciência, vem tendo participação efetiva nas discussões que envolvem o mundo dos problemas sociais envoltos em uma camada superficial de diversas realidades esparsas que se cruzam em determinado ponto e que, muitas vezes, são contraditórias como a agricultura camponesa e o agronegócio. O objetivo desta pesquisa foi contribuir teoricamente ao debate na geografia agrária, discutindo questões históricas e também pertinentes à contemporaneidade sobre as políticas públicas destinadas aos agricultores camponeses que estão intrinsecamente

relacionadas a partir da perspectiva do conceito de *território*. Assim, o trabalho é uma tentativa de contribuir com o debate geográfico nas últimas décadas, particularmente na geografia agrária. O arcabouço teórico-metodológico partiu de obras clássicas e contemporâneas importantes nas pesquisas que envolvem a vertente agrária da geografia. Ele é constituído a partir das contribuições de Corrêa, Denez, Fajardo, Fernandes, Ferreira, Fuini, Lima, Megale, Mitidiero Junior, Garcia, Viana, Moreira, Oliveira, Pereira, Saquet, Souza e Welch. É a partir desses trabalhos que foram situadas as condições do desenvolvimento das políticas públicas para a agricultura camponesa. Há uma disparidade que parte da lógica metabólica do capital, que beneficia o agronegócio em detrimento da produção da vida dos povos do campo que sofrem em um conflito histórico pautado em expropriação e/ou exploração. Dessa forma, o território da agricultura camponesa torna-se desigual e contraditório, afirmando, cada vez mais, a terra como capital e unicamente enquanto local de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Território, políticas no campo, agricultura camponesa.

RURAL GEOGRAPHY AND THE DEBATE ON PUBLIC POLICIES RELATED TO PEASANT AGRICULTURE

ABSTRACT: In the last decades, rural geography has been marked by the diversity of themes incorporated into its agenda. In this respect, the main contribution of contemporary geographical debate on the agrarian space is to take it as the central axis for understanding the

metamorphoses it has been through. As a science, geography has been taking an effective part in the discussions involving the world of social problems. This world is enveloped in a superficial layer of diverse scattered realities overcrossing each other at a certain point. Regarded to the agrarian space, the actual layers are often contradictory, as are peasant agriculture and agribusiness models. This research aimed to contribute theoretically to the debate on agrarian geography, discussing historical and also contemporary issues regarding public policies for peasant farmers that are intrinsically related to the perspective of the concept of territory. Thus, the research is an attempt to contribute to the geographic debate in recent decades, particularly in agrarian geography. The theoretical-methodological framework is based on classical and contemporary works that are important regarded to the agrarian aspect of geography. It is constituted from the contributions of Corrêa, Denez, Fajardo, Fernandes, Ferreira, Fuini, Lima, Megale, Mitidiero Junior, Garcia, Viana, Moreira, Oliveira, Pereira, Saquet, Souza e Welch. It is from these works that the conditions for the development of public policies for peasant agriculture have been situated. There is a disparity that starts from the metabolic logic of capital that benefits agribusiness to the detriment of the production of life for the people of the countryside who suffer in a historical conflict based on expropriation and/or exploitation. In this way, the territory of peasant agriculture becomes unequal and contradictory, increasingly affirming the land as capital and only as a place of production.

KEYWORDS: Territory, policies in the field, peasant agriculture.

1 | INTRODUÇÃO

A geografia agrária, nas últimas décadas, tem se destacado pela diversidade de temas que está incorporada em seus estudos, que contribuem com a discussão atual da geografia em torno do espaço agrário, o que significa compreendê-lo como forma principal de entendimento das metamorfoses que o atingem. A geografia, em particular a geografia agrária, tem se transformado em perspectiva-chave para analisar o espaço geográfico, uma vez que o espaço rural, nas últimas décadas, tem sido o berço de um conjunto proeminente de fenômenos frutos da *modernidade* e de um processo em totalidade que muitos chamam de *globalização*. A técnica adentra o campo e intensifica o processo desigual e combinado que a marcha do capitalismo impõe, significando que o campo é base para entender as relações de produção do espaço geográfico não só pela sua histórica função de cultivo, mas, principalmente como território de existência e resistência.

O tema torna-se relevante diante da constante mudança na realidade do campo. A geografia agrária ficou reduzida ao estudo da agricultura, por conta dessa perspectiva, os estudos eram exclusivamente voltados à questão da agricultura em si, essa propositiva está claramente explicitada, entretanto, não se pode negar a base formadora de uma discussão que ainda hoje permeia os debates por uma geografia agrária legitimada pela apropriação de conceitos e termos, que baliza as questões postas por pesquisas das mais diversas escalas, a agricultura, a reforma agrária, movimentos sociais camponeses, agrotóxicos, o próprio território, políticas públicas voltadas ao meio rural e assim em diante.

No período capitalista da globalização, a mecanização adentra no campo, tornando-o artificializado, voltado a uma racionalidade dominante que ora explora trabalhador, ora o expropria. A agricultura, com todas as suas dificuldades, continua sendo de fundamental importância para a geografia agrária, mas, agora, o elemento humano está com um destaque que até então não havia. As relações de trabalho, as relações capitalistas e não capitalistas fazem parte, entre outras, de considerações atuais a serem feitas por quem estuda a temática. A geografia agrária tem a cada dia se tornado um ramo do estudo geográfico envolvido por discussões acaloradas e temas que envolvem as várias faces do campo brasileiro, cada vez mais complexo, cheios de contradições em um processo dinâmico envolto por conceitos e fundamentos, de forma justa, essas realidades estão cada vez mais engendradas no processo de globalização.

Para Megale (1976, p.10), “uma verdadeira combinação ou um complexo de elementos emprestados, ligados, que a transformação de um irá afetar os outros, e o conjunto em sua estrutura e dinamismo, e até mesmo em seus aspectos exteriores” Assim, iniciamos a discussão em torno de um complexo tema que requer algumas observações preliminares sobre alguns conceitos fundamentais, assim como o método.

Consideramos o método dialético como indicado a analisar as questões que estão sendo debatidas mais à frente neste trabalho. Segundo Oliveira (2004, p.33) “a dialética como corrente na Geografia Agrária tem sido marcada por princípios que sustentam essa escola de pensamento. Pode-se destacar, entre eles, o condicionamento histórico e social do pensamento, portanto, o seu caráter ideológico de classe”, onde o território reflete os conflitos e as contradições. Segundo Souza (2016, p.77), “o território, enquanto conceito, vem sendo submetido a fortes tentativas de redefinição, ao mesmo tempo que permanece sendo usado de modo excessivamente amplo”. Ampliamos esta afirmação de forma concomitante, que também legitime e viabilize a presente pesquisa.

Assim, o território é organizado historicamente por agentes humanos, política, jurídica e economicamente (SAQUET, 2007). Reafirmamos que o território é diverso e organizado por diversas instituições e povos e sujeitos, além de englobar os diversos fatores de âmbito social, cultural, econômico, esses fatores podem ser entendidos por territorialidades. Para Fuini (2017), a territorialidade humana se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, sendo constituída de relações mediatizadas (simétricas e dissimétricas) com a exterioridade, se colocando no quadro de produção, troca e consumo das coisas.

A geografia, enquanto ciência, vem tendo participação efetiva nas discussões que envolvem o mundo dos problemas sociais envolvidos em uma camada superficial de diversas realidades esparsas, que se cruzam em determinado ponto e que muitas vezes são contraditórias, como a agricultura camponesa e o agronegócio. O presente trabalho é resultado preliminar das leituras iniciadas para o desenvolvimento do trabalho de conclusão curso de especialização em Geografia, Território e Planejamento ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. A pesquisa foi desenvolvida de forma a

conjugar um arcabouço teórico crítico, trazendo à luz da discussão autores consagrados pelos seus escritos e trajetórias diante dos embates e debates em torno dos fundamentos da Geografia Agrária, como: Denez; Fajardo (2012); Fernandes (2002); Ferreira (2001); Fuini (2017); Lima (2017); Megale (1976); Mitidiero Junior; Garcia; Viana (2015); Oliveira; Marques (2004).

Para tanto, a pesquisa tem por objetivo contribuir no fortalecimento do debate contemporâneo da Geografia Agrária e sua relação com o território camponês envolvido por contradições no desenvolvimento do espaço camponês e, conseqüentemente, a relação com as políticas públicas.

2 | AGRICULTURA CAMPONESA

Com os estudos se movendo entre o agronegócio e a agricultura camponesa, o debate sobre políticas públicas voltadas à agricultura aumentou consideravelmente. Dessa forma, podemos afirmar que a temática foi legitimada não só pelo próprio movimento, mas também pelos diversos temas que surgiram juntamente com o aumento das pesquisas sobre a área. A partir daí, o campesinato, como sujeito social, fica conhecido sob o nome de *agricultura familiar* (FERNANDES, 2002). A questão principal que se coloca a respeito dessas políticas, se insere no debate dos modelos de produção, configurados pelos paradigmas do campo, que tratemos mais adiante.

Segundo Oliveira (2004), a política pública voltada à agricultura de forma ampla manteve o crescimento do desenvolvimento da agricultura camponesa de forma ínfima; em contrapartida, o que de fato aconteceu e ainda acontece é que essas mesmas políticas favorecem a lógica do modelo hegemônico da agricultura patronal, hoje identificada na noção de agronegócio ou, mais recentemente, *agrobusiness*. A problemática deste trabalho se insere na preocupação da discussão atual em torno de temas corriqueiros para a geografia agrária, e o contraponto das dificuldades para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade camponesa, dessa forma, concordamos com Oliveira (2004) quando afirma que as políticas públicas que visem construir novos modelos rurais devem romper com as referências oriundas do capitalismo, que estão na base da crise civilizatória que ora vivemos, em especial na sociedade brasileira.

A compreensão do campo das pesquisas envolvendo o campo, vem pautada em um embate de ideias da realidade à teoria, que divergem da forma de pensar sobre a agricultura ou agropecuária.

A análise da agricultura, especificamente a brasileira, neste final de século e milênio deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

De uma forma mais abrangente, o que afirmamos é que existe uma lógica hegemônica que, como já mencionamos anteriormente, parte de fatores históricos. Dessa forma, podemos entender que existem dois territórios distintos, um pautado basicamente na visão de terra enquanto mercadoria, fortemente voltada à produção de monoculturas, e outro que entende a terra enquanto local de vida para a produção da policultura.

Segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE demonstra, o segmento camponês é quem efetivamente gera 74,4% dos empregos no campo, 38% do valor bruto da produção agropecuária e produz os alimentos que compõe a mesa dos brasileiros (87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos) (MDA, s/d). O que podemos afirmar, com os dados apresentados, vai para além da interpretação quantitativa, interpretando que as grandes corporações de produção de alimentos não favorecem a lógica de reprodução da vida, mas, sim, reprodução do lucro.

No campo, esse efeito está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprrietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios (OLIVEIRA, 2004, p.41).

Dessa forma, enquanto a lógica do capital é avançar a fronteira agrícola e explorar e extrair ao máximo os potenciais produtivos dos territórios, numa perspectiva simplificadora dos ecossistemas (terra-mercadoria) e poupadora de mão-de-obra. A lógica camponesa é de enraizamento territorial (terra para viver, habitat) portanto, agregadora de trabalho e fixadora da mão-de-obra familiar (OLIVEIRA, 2004). Assim, a questão camponesa se coloca intrínseca a diversas outras questões, que se completam em um contexto de desigualdade e injustiça.

Tema recorrente na pesquisa é a propagação e o uso de agrotóxicos na agricultura como um todo. O tema dos agrotóxicos ou “defensivos agrícolas” como tem se tornado muito comum nos dias atuais, por conseguinte de um aumento de participação da população e também da mídia, essas questões estão envolvidas internamente na produção de alimentos e na qualidade de vida da diversidade de sujeitos atuantes na sociedade. Assim:

Os agrotóxicos constituem um grave problema de saúde pública para o Brasil hoje, e isto ficará cada vez mais evidente à medida que seus impactos vão sendo desocultados no que as políticas públicas concernentes não tem tido desempenho minimamente satisfatório. [...] com a forte presença dos atores políticos e econômicos ligados ao agronegócio no legislativo e inclusive no poder executivo. Do outro lado, numa disputa profundamente assimétrica, movimentos sociais do campo, organizações sindicais de trabalhadores e trabalhadoras, entidades ambientalistas e agroecológicas, algumas associações científicas e pesquisadores militantes, que cada vez mais acolhem a questão dos agrotóxicos nas lutas por direitos territoriais,

ambientais, ao trabalho e à saúde. Trazer esse debate para o campo da Geografia Agrária amplia as possibilidades de alianças, denúncia e resistência (MITIDIERO, 2015, p. 245).

O debate ressoa em duas vertentes costumeiramente antagônicas em seus modos de pensar e suas práticas sociais, que são os pequenos produtores de produtos orgânicos e variados e os produtores de monocultura que se utilizam de muito dos agroquímicos para dar viabilidade à sua produção, é preciso notar que o tema está interacionado com uma gama diversa de outros debates internos e externos que favorecem ao mesmo tempo uma gama de discussões, mas, também, uma complexidade em as analisar.

3 | GEOGRAFIA AGRÁRIA E TERRITÓRIO

A Geografia Agrária tem, a cada dia, se tornado um ramo do estudo geográfico envolvido por discussões acaloradas e temas que envolvem a atividade agrícola, cada vez mais complexos e em um processo dinâmico envolto por conceitos que fundamentam, de forma justa, realidades que estão cada vez mais engendradas no processo de globalização. Nesse contexto, podemos dizer que a geografia como entendimento do mundo e da realidade do espaço rural fundamenta seu debate no sujeito que vive e trabalha no campo.

O campo, para muitos, é sinônimo de produção de alimentos, pessoas ignorantes e sem educação ou um lugar atrasado sem muito desenvolvimento; essa noção, para Fernandes (2004), tem muito a ver com a concretização de políticas públicas direcionadas ao campo, afirmando que o mesmo sempre foi excluído da intervenção do Estado e minimamente suprido de suas necessidades; assim, o campo brasileiro e, de forma mais abrangente, a questão agrária se mostra com sua desigualdade e exploração. O autor ainda afirma que, mesmo quando de forma ínfima a aplicação de políticas que fortaleçam de alguma forma o campo, ainda é necessário compreender que esse mesmo campo é formado por dois territórios distintos, de um lado estão os camponeses, do outro, o agronegócio e, assim, a materialização de políticas públicas estará condicionada a esses extremos. O que acontece é que o agronegócio detém bem mais apoio dos entes estatais, sobrando algumas poucas políticas para os camponeses.

Podemos considerar assim que o território compreendido pela Geografia Agrária das políticas públicas é a própria materialização das dificuldades e problemáticas que o campo enfrenta, seja territorialmente ou socialmente, que, na verdade, convergem para o mesmo entendimento que as transformações do espaço geográfico são contraditórias.

O território enquanto conceito vem sendo submetido a fortes tentativas de redefinição, ao mesmo tempo que permanece sendo usada de modo excessivamente amplo (SOUZA, 2016, p.77). Ampliamos esta afirmação de forma concomitante, que também legitime e viabilize a presente pesquisa.

Não pretendemos aqui trazer um exaustivo elenco de proposições acerca do território e nem mesmo de autores, entretanto, em face de uma contínua pesquisa que

prolongaremos para outros trabalhos e, por vezes, subsidiados por outros autores, trouxemos aqui algumas questões e achamos fundamentais aqueles que querem adentrar em pesquisas basilares em que participe o território.

Na obra que citamos o autor resgata o debate em torno do território, revitalizando o conceito e trazendo algumas questões não abordadas em seu primeiro texto de 1995, que também foi citado anteriormente. Inicialmente o autor afirma que “O território, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2016, p. 75). O mesmo deixa claro que esta é uma tentativa de aproximação inicial e contínua em que a questão primordial é ampliar a ideia de poder e simultaneamente libertá-la da confusão com a violência e da restrição à dominação, permitindo, assim, conjugar as ideias de poder, território e autonomia (SOUZA, 2016).

Assim, o território é organizado historicamente por *agentes humanos*, política, jurídica e economicamente (SAQUET, 2007). Dessa forma, para além de uma visão Ratzeliana, o Estado é um dos vários sujeitos sociais que permeiam a discussão do território, é essa uma das críticas mais imediatas à concepção anterior. Para Ratzel, tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele (RAFFESTIN, 1993). Reafirmamos que o território é diverso e organizado por diversas instituições e povos e sujeitos, além de englobar os diversos fatores do âmbito social, cultural, econômico etc., esses fatores podem ser entendidos por *territorialidades*. Para Fuini (2015), a territorialidade humana se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, sendo constituída de relações mediatizadas (simétricas e dissimétricas) com a exterioridade, se colocando no quadro de produção, troca e consumo das coisas.

Tomaremos como base referencial a citação de Saquet, compreendendo que existem processos históricos que estão envolvidos na produção do território. Como bem coloca o autor:

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território, há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2007, p. 55).

Assim, constatamos como o processo de produção do território é dinâmico e dialético, processo este que envolve diversas escalas e aspectos. Essa concepção foi desenvolvida juntamente com a expansão dos discursos que envolvem o território. É a partir dos anos 1960-70, com a utilização, sobretudo, de princípios do materialismo histórico e dialético que se dará a revisão e a intensificação da utilização dos conceitos de território e territorialidade (SAQUET, 2007). Outro momento de expansão bastante considerável dos estudos territoriais foi nos anos 1990, tanto quantitativamente como qualitativamente, neste caso, mais precisamente no Brasil (SAQUET, 2007).

Ainda inerente ao conceito de território, foi desenvolvido a noção de territorialidade, como forma pela qual o homem se apropria do espaço e como lhe confere uso, por sujeitos, grupos sociais e coletividades. Segundo Fuini (2015), a territorialidade se refere a uma noção histórica, refere-se ao espaço vivido territorial pelos membros de uma coletividade em suas várias dimensões, tanto em termos de relações existenciais quanto produtivistas, se pauta em um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo adequado aos recursos do sistema.

É necessário enturmarmos algumas questões importantes para continuação de conversa. Souza (2017) afirma que territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. O conceito de território para a geografia é fundamental, pois traz diversas determinações à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência geográfica, é também por importância em que acontecem diversas rivalidades teóricas, digamos assim. Para Saquet e Sposito (2009), O conceito de *território*, que muitos preferem qualificar de categoria, tem rivalizado com o de *espaço*, no que se refere às escolhas teóricas dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para entender o mundo em que vivemos. Neste sentido,

Uma questão fundamental, nesta reflexão, é reconhecer as interfaces e as interligações existentes entre as diferentes dimensões do território. O processo de apropriação do território é econômico, político e cultural, no qual, a natureza exterior ao homem está presente e é influente, como já afirmamos. O território é resultado e condição desta articulação e unidade (SAQUET, 2007 p.69).

Podemos analisar a partir da citação anterior que o território pode ter várias dimensões ou perspectivas de visão distintas. Podendo ser econômico, político e também cultural. Nesta questão, recai um peso de interpretação relacionado com as diversas divergências que existem para o território, entendendo que para cada fenômeno pode-se usar uma visão distinta rodeada por um contexto histórico e com autores que já se localizam diante de certos debates, tanto teóricos quanto empíricos, fomentando, ainda mais, o debate e a produção de conhecimento baseada em renovações por entre o mundo geográfico.

O território aparece como um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica no desenrolar histórico de seu conhecimento e, no período atual, encontra-se cada vez mais presente em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas, a maneira como a sociedade se apropria e produz o espaço, por meio de determinantes multidimensionais e multiescalares (FUINI, 2017, p.224).

No Brasil, o desenvolvimento do discurso em torno do conceito foi efetivado a partir dos anos 1970, na geografia, incorporaram-se princípios do materialismo histórico e dialético, especialmente através da atuação acadêmica e científica de professores (SAQUET, 2011).

Essa passagem mostra que, inclusive nacionalmente, o discurso em torno do conceito de território acompanhou igualmente um contexto internacional da geografia. Sobre uma nova forma de ver a ciência geográfica, partindo das concepções filosóficas provenientes da corrente filosófica que influenciou não só a geografia, mas também a sociologia, entre outras.

Desde que o território surge, na tradicional Geografia política, como o espaço concreto em si com seus atributos naturais que podem ser apropriados por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades (SOUZA, 2017). Dessa forma, podemos observar que o território sempre esteve associado às questões de identidade, porém, esta identidade inicialmente estava ligada ao Estado e seu poder sobre os demais, numa concepção totalitária de um Estado todo poderoso como coloca Raffestin (1993), o adjetivo sendo aqui tomado no sentido daquilo que abraça uma totalidade e não no sentido político atual. Mas, não nos enganemos com isso; se Ratzel ainda não conhecia o Estado totalitário, no sentido atual do termo, já fazia uma ideia dele e, de fato, por meio da sua geografia, tornou visível o Estado em seu cenário espacial.

Assim, o território era visto como território detentor de todo o poder, um Estado totalitário, os recursos naturais seriam a legitimação para seu poder e a sua expansão, atentando para o fato que as relações de poder eram mediatizadas exatamente pelo uso do solo, como já foi visto anteriormente, isso nos coloca em uma margem para colocações sobre a materialidade do território e seu escopo material, que também inclui as relações do povo com o aparelho do Estado. Sobre isso expõem Saquet (2007, p. 65),

[...] o conceito de território não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um *elemento de centralidade*, que pode ser uma *autoridade exercendo soberania* sobre as pessoas ou o *uso* de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território.

Esta citação sintetiza bem a ideia de poder diante de uma área, como uma autoridade exerce autoridade, soberania sobre algum lugar ou pessoas, pelo direito, política e jurisdição, assim independente da instituição, alguém ou alguma instituição sempre será submetido a um certo jogo de poderes, donde haverá um sujeito preponderante diante de uma maioria. Assim, o território através de sua produção (controle, dominação e apropriação), e que se manifesta por suas diversas territorialidades, novas possibilidades ao tratamento do conceito que melhor explica as relações assimétricas (ou dissimétricas) de poder (FUINI, 2015). O autor, em outro trabalho, afirma que,

A retomada do conceito se dá mais pela ampliação de seu escopo, ou unidade de significado que passa a explicar mais objetos, processos e eventos, do que meramente uma popularização em termos quantitativos (n. de trabalhos e aparições do conceito), ainda que em termos lógicos a popularização decorra de sua maior extensão explicativa (mais processos podem ser explicados pelo viés territorialista) (FUINI, 2017, p. 226).

Assim, a uma ampliação da discussão em decorrência da extensão que o conceito retoma, a, por assim dizer, uma popularização do termo ampliando trabalhos e pesquisa que envolvem o território. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida, e, é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2007, p. 58). O autor enfatiza o cotidiano, o que traz infinitas territorialidades por inúmeros processos sociais e naturais que circundam o mundo dos fenômenos, atraídos também por uma diversidade de instituições e coletividades.

Com a profunda discussão das ciências, neste caso, a ciência geográfica, novas formas de pensar vão surgindo, evoluindo, novos conceitos vão sendo criados, outros renovados, o que decorre muitas pesquisa e evolução da ciência que evolui juntamente com a metamorfose do espaço, o território imaterial é resultado de um debate contemporâneo sobre o território libertando da concretude exacerbada que foi dada durante o período da geografia clássica. Ofertando uma possibilidade imaginária que envolve questões subjetivas, como a linguagem e as artes. O Território imaterial,

[...] está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas (SAQUET; SPOSITO 2009, p. 210).

A questão da imaterialidade do território é fundamental em contexto de mundo onde existe, uma determinação de ideias e ideais muito grande e complexa, que envolve diferentes grupos sociais. A imaterialidade também retrata o conhecimento e a cultura em geral, diante de visões distintas de conceber a realidade, entretanto, a imaterialidade não consegue responder a todas as determinações, podemos dizer que deve existir uma complementaridade entre estes dois territórios, o material e imaterial, um anseio fecundo em compreender em uma totalidade determinado objeto de pesquisa, que dê conta de subsidiar respostas, dúvidas, caminhos e problemas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos que existe uma diversidade de olhares de mundo e que cada um deles pode ser pensado com ajuda de categorias que possibilitam interpretações distintas, mas, igualmente relevantes. Repensar o Espaço agrário requer uma busca constante de pesquisadores em tentar compreender suas múltiplas faces em diferentes escalas e situações diversas, seja no plano teórico ou na pesquisa empírica.

Tentamos, de forma breve, trazer algumas considerações de cunho acadêmico que sirvam para o fortalecimento das pesquisas e como referência a melhorias nos fundamentos da pesquisa geográfica, com sua diversidade e contradições internas, que fazem parte

também da identidade científica da Geografia, com seu arcabouço teórico enfocando o Território como categoria analítica, contribuindo para a interpretação dos fenômenos que se desenrolam no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

DENEZ, Cleiton Costa; FAJARDO, Sergio. O Espaço Sob a Ótica da Geografia Agrária: Breves Considerações. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida. **Mundo rural e geografia**: geografia agrária no Brasil, 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2001.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. **Revista Colombiana de Geografia**. Bogotá, Universidad Nacional de Colômbia. v. 26, n. 1, p. 221-242, jun. 2017.

LIMA, Espedito Maia (Org). **Desenvolvimento rural e políticas territoriais**: evidências no nordeste brasileiro. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. 175p.

MEGALE, Januário Francisco. Geografia Agrária: objeto e método. **Campo-Território**: Revista de geografia agrária. v. 6, n. 11, 1976.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006**. Brasília: s/d.

MITIDIERO JUNIOR, Marco. Antônio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes. (Org). **A questão agrária no século XXI**: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 520 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-16, jul. 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMEZ, Paulo Cesar da Costa; **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. *In*: **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. cap. 4, p. 77-110.

STÉDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária(1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CAPÍTULO 2

RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Data de aceite: 01/03/2021

Adelma Ferreira de Souza

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp.
Antropóloga do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária, Tocantins.
Professora do Instituto Federal do Tocantins
<http://lattes.cnpq.br/6953203094308617>

Eonilson Antonio de Lima

Mestre em História pela UFG. Historiador e
Professor de História da Rede Estadual de
Ensino do Tocantins
<http://lattes.cnpq.br/1689221305096231>

RESUMO: Desde o clássico estudo de Bourdieu (1962) (2006) sobre crise de reprodução do campesinato francês de Béarn gerada pelo celibato dos filhos herdeiros devido às transformações sociais e econômicas no campo, a questão da migração de jovens para meio urbano fez-se presente nos estudos sobre campesinato, juventude e mundo rural. Apesar das particularidades históricas, no Brasil a conjuntura não foi muito diferente. A combinação desses fatores econômicos e técnico-produtivos ampliados para meio rural geraram a expulsão de milhões de camponeses de suas terras e a migração intensa das populações rurais para as periferias das cidades acarretando o esvaziamento do meio rural no Brasil nas décadas precedentes ao último quarto do século XX, afetando profundamente o modo de produzir e reproduzir material e espiritualmente

dos povos do campo (Ianni, 2002). Entretanto, a partir de meados dos anos 90, vivenciamos uma revitalização no espaço agrário brasileiro com o retorno ou a permanência dos jovens no meio rural, estimulados pela luta pela terra e criação dos assentamentos rurais e pela expansão das políticas sociais no espaço rural, configurando processos de recamponeização em todo território nacional. Paulino e Almeida (2010). É sob esta perspectiva que este trabalho está orientando. Fruto de uma pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2015 para a elaboração da tese de Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp) defendida em 2017, propomos analisar as trajetórias sociais e estratégias geracionais camponesas para acessar a terra, desenvolvidos por cinco famílias e três gerações, envolvendo ao todo 62 pessoas de faixas etárias diferenciadas que vivem assentamentos de reforma agrária localizados na região do Vale do Juari, na região do Médio Araguaia do Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Campesinato, Recamponeização, Reprodução social.

ABSTRACT: Since the classic study by Bourdieu (1962) (2006) on the reproduction crisis of Béarn's French peasantry generated by the celibacy of the inherited children due to social and economic transformations in the countryside, the issue of migration of young people to urban areas has been present in the studies on peasantry, youth and the rural world. Despite historical particularities, in Brazil the situation was not very different. The combination of these economic and technical-productive factors expanded to rural areas led to the expulsion of

millions of peasants from their lands and the intense migration of rural populations to the peripheries of cities, causing the emptying of rural areas in Brazil in the decades preceding the last quarter of the twentieth century, profoundly affecting the way of producing and reproducing materially and spiritually the peoples of the countryside (Ianni, 2002). However, from the mid-90s onwards, we experienced a revitalization in the Brazilian agrarian space with the return or the permanence of young people in rural areas, stimulated by the struggle for land and the creation of rural settlements and by the expansion of social policies in rural areas, configuring recamponization processes throughout the national territory. Paulino and Almeida (2010). It is from this perspective that this work is guiding. As a result of a field research carried out between 2013 and 2015 for the elaboration of the Doctoral thesis in Social Sciences (Unicamp) defended in 2017, we propose to analyze the social trajectories and peasant generational strategies to access the land, developed by five families and three generations, involving a total of 62 people from different age groups living in agrarian reform settlements located in the Vale do Juari region, in the Middle Araguaia do Tocantins region.

KEYWORDS: Youth, Peasantry, Recamponization, Social Reproduction.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o clássico estudo de Bourdieu (1962) (2006) sobre crise de reprodução do campesinato francês de Béarn, gerada pelo celibato dos filhos herdeiros, devido às transformações sociais e econômicas no campo, a questão da migração camponesa para meio urbano fez-se presente nos estudos sobre campesinato, juventude e mundo rural. Apesar das particularidades históricas no Brasil, a conjuntura não foi muito diferente: as literaturas sobre êxodo rural apontam que 27 milhões de pessoas deixaram o campo entre as décadas de 1960 e 1980.

Até anos sessenta, a maioria da população brasileira, cerca de 39 milhões, residia no campo; na década seguinte, o número de pessoas vivendo no meio rural chegou ao seu ápice, representando 44% habitantes. Porém, a partir de então, este número começou a declinar, aumentando a concentrando a população no meio urbano. Entre os anos de 1970 e 1980, as áreas urbanas tiveram um crescimento drástico, saltando de 52.904,744 milhões para 82.013,375, correspondendo a um aumento de 65% de pessoas residindo nas cidades (IBGE, 2006). Esta inversão demográfica e social, na estrutura da sociedade brasileira (rural-urbana), em duas décadas, foi impulsionada pelo processo urbano-industrial e as profundas transformações ocorridas no meio rural, motivadas pela reprodução capitalista no campo e a modernização da agricultura.

Os efeitos da expansão capitalista, no setor agrário, fizeram-se sentir em todo o território nacional, em menor ou maior grau, desencadeando o fechamento das fronteiras produtivas nos estados da região Nordeste, Sul e Sudeste, aumento da demanda por terra para a produção, implementação do processo de integração vertical destas unidades produtivas para as agroindústrias e usurpação das terras camponesas para ampliação dos projetos agropecuarista, definindo um caráter geral da expropriação do campesinato, por em todo país.

A combinação desses fatores econômicos e técnico-produtivos, ampliados para meio rural, geraram a expulsão de milhões de camponeses de suas terras e a migração intensa das populações rurais para as periferias das cidades, acarretando o esvaziamento populacional rural no Brasil, nas décadas precedentes ao último quarto do século XX.

Segundo Caramano e Ambrovay (1999), os grandes fornecedores de migrantes do meio rural para áreas urbanas, entre as décadas de 1950 e 1980, foram os estados do Sul e Sudeste. Neste período, o Nordeste foi a região em que se registrou o maior número de migrantes; grandes contingentes populacionais se deslocaram, tanto para as grandes cidades, para empregar-se na industrialização crescente, como para as áreas em expansão das fronteiras agrícolas, nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, em busca de trabalho na formação das fazendas ou na expectativa de acessar terras devolutas.

No entanto, essas regiões também foram áreas expulsoras de milhares de população rurais, no contexto da expansão territorial do capital. Na década de 1980, quase a metade (48,6%) da população rural do Centro-oeste pega o caminho da migração, consequência da expansão da fronteira agropecuária com instalação de grandes plantações de soja e desenvolvimento atividade pecuária. Juntando-se ao Nordeste- que, na década seguinte, teve um processo massivo de migrantes do meio rural, com 40% da sua população- foram as regiões que mais se desruralizaram. Idem (1999).

A redefinição do processo produtivo e intensificação do desenvolvimento técnico ativaram a interação entre espaço agrário e mundo urbano-industrial, afetando profundamente o modo de produção e reprodução, tanto material, quanto espiritual dos povos do campo (Ianni, 2002). Diversamente do que acontecia até início da década de 1970, em que as populações rurais viviam em isolamento relativo e com relações limitadas ao espaço socioprodutivo do estabelecimento familiar e com a vizinhança, situação que foi se modificando com a chegada do capitalismo na agricultura e com a penetração dos valores urbanos no meio rural, levando à desvalorização do mundo rural.

Estabelece-se, no Brasil, a dicotomia rural-urbano, vinculando a imagem do campo como lugar de atraso, exclusão, imobilidade, conservadorismo, em oposição à cidade, moderna, com acesso a bens e consumo, além da perspectiva de mudança e melhoria de vida, por meio do acesso à educação, saúde e emprego. Migrar para a cidade ou para as regiões industrializadas era um fenômeno “natural”, a maioria do emigrante era as populações jovens, que buscava o sonho de vida melhor.

Este fenômeno preocupou os pesquisadores, ampliando, a partir da década 1980, os estudos sobre migrações camponesas e seus desdobramentos sociais no meio urbano: esvaziamento, o envelhecimento e a masculinização da população rural, gerando crise na reprodução camponesa. Ambromay (1998), Camarano e Abramovay (1999). Do mesmo modo, literaturas sobre a sucessão rural, Bourdieu (1962) (2006), Moura (1978), Heredia (1979), Champagne (1986), Woortmann (1995), enfatizam a questão da emigração associando a desvalorização do meio rural em detrimento das cidades.

As análises sobre as transformações ocorridas no campo e a questão agrária têm a tendência de enfatizar os fatores de expulsão e atração, que determinam a migração do campo, se descuidando em considerar os fatores de retração contra a decisão de emigrar, que devem ser valorados na discussão sobre a estrutura social, a continuidade dos grupos sociais do campo e na incorporação de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Durston (1996a), Brumer (2007), Bressière (2010),

Afinal, apesar das teses fatalistas que anunciavam o desaparecimento do campesinato nas sociedades capitalistas- que ainda encontraram ressonância entre pesquisadores do mundo rural- e a sua redução drástica no campo, estes agentes sociais persistem e se reinventam perante as particularidades históricas e diversidades socioeconômicas vivenciadas, mobilizando as mais variadas estratégias para continuar a sua existência social.

A partir de meados dos anos 90, vivenciamos uma revitalização no espaço agrário brasileiro, com o retorno ou a permanência dos jovens no meio rural, estimulados pela criação dos assentamentos e pela expansão das políticas sociais, configurando processos de recamponização em todo território nacional. Paulino e Almeida (2010). Entretanto, Ambromay (1998) já vinha alertando para este quadro de reversão da migração do campo, desde final dos anos 1980, atenuada pelo massivo assentamento de famílias no meio rural; porém, o autor analisa que a saída dos jovens e o seu desinteresse pelo meio rural comprometeria este processo de reconversão da condição camponesa.

É sob esta perspectiva que este trabalho está orientado. Fruto de uma pesquisa de campo, realizada entre 2013 e 2015, para a elaboração da tese de Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp) defendida 2017 e para elaboração de dissertação de mestrado em História defendido em 2015, propomos analisar as trajetórias sociais e estratégias geracionais camponesas para acessar a terra, desenvolvidas por cinco famílias e três gerações, envolvendo, ao todo, 62 pessoas de faixas etárias diferenciadas: 11, das primeiras gerações (G1), entre 52 -71 anos; 7 da segunda geração (G2), jovens de 18-29 anos e 36 adultos de 30-50 anos; na terceira geração (G3), foram 8 jovens de 24 a 26 anos, sendo destes, três casais. Estas famílias possuem lotes em 6 assentamentos rurais localizados na região do Vale do Juari, na região do Médio Araguaia, fronteira com sul do Pará. Entrevistamos também algumas lideranças que estavam envolvidas na luta pela terra neste território.

Não se trata de considerar as famílias pesquisadas como uma amostragem “representativa” sobre os camponeses do Tocantins, menos ainda em reconstruir as biografias destas famílias. A finalidade, como analisa (Queiroz, 1988), Bourdieu (2013), está em, através das suas histórias de vida, reconstituir os acontecimentos que estas famílias vivenciaram, os caminhos percorridos por estes agentes e o acúmulo de experiências, que são marcadas por processos de apropriação, expropriação, reapropriação e reprodução

do patrimônio fundiário, que incidiram diretamente sobre a vida destes camponeses, envolvendo a questão agrária, a luta pela terra e a sucessão camponesa neste território.

Fazendo uso da noção de trajetória, na perspectiva bourdesiana, definida através dos sucessivos caminhos percorridos pelo indivíduo ou grupos sociais que se deslocam dentro de uma estrutura social. Este feixe de percurso nunca é estático, mas compreende a dinâmica das variadas posições ocupadas pelos agentes, conforme os capitais que possuem ou movimentam dentro de campo, Bourdieu (2013). Acharo-la apropriada, pois permite analisar as trajetórias descendentes e ascendentes percorridos pelos camponeses na região do Vale do Juari, marcados por processos de rupturas, inversões e reconversões.

Desde meados da década de 1980, o Território do Vale do Juari vem se reconfigurando, de um espaço social marcado por latifúndios pecuaristas, foi sendo redefinido pelas lutas camponesas para garantir a base material de produção e a reprodução social alterando profundamente as estruturas fundiárias desta região. Nosso intuito é, portanto, de compreender: Quais as condições que favoreceram a permanência das gerações descendentes no campo? Em quais condições objetivas que se dão esta retomada da condição camponesa?. Entendemos que, as trajetórias fundiárias engendradas neste território- ocupação, reocupação, *compra de direitos* e reassentamento, para garantir o acesso a terra às gerações descendentes, está subjacente às lógicas familiares de sucessão.

Para atingir este propósito, em primeiro momento, o artigo resgata a história da ocupação do norte goiano e o trajeto social das famílias camponesas da primeira geração, (G1) para garantir o acesso à terra e a sua existência social. Em seguida, analisaremos os novos arranjos fundiários para garantir, às gerações seguintes (G2), (G3) a propriedade da terra, permitindo a reconversão camponesa e a recamponização do território, bem como as análises dos mecanismos sociais e simbólicos que orientaram a continuidade do modo de vida camponês, no Vale do Juari, entre as novas gerações.

2 | AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPESINATO NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS CAMPONESAS NO VALE DO JUARI

A pesquisa de campo foi realizada na região do Vale do Juari, território que integra um mosaico com 7 assentamentos rurais próximos, onde estão assentadas 556 famílias, sendo que, nos municípios que circundam este território, foram criados outros 20 assentamentos rurais, com mais 1.496 famílias assentadas (INCRA, 2016¹). Estes assentamentos são resultados das persistentes lutas camponesas pelo acesso a terra, engendradas a partir da década 1980, com apoio de diversos agentes- Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra- que perpassam três gerações, alcançando as primeiras décadas dos anos 2000.

1. Dados retirados do site INCRA- Painel dos Assentamentos. Disponível em: painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acessado em 09/04/2016.

O território do Vale do Juari possui um perímetro de 36.083.1367 hectares, abrangendo sete assentamentos rurais e está circunscrito a quatro municípios: Pequiizeiro, Couto de Magalhães, Juarina e Bernardo Sayão, que são eminentemente rurais –em média, 54% da população reside no campo –, a sua composição, em média, 25% crianças, entre 0-9 anos, e 48% de adolescentes e jovens, entre 10-29 anos, somando-se 73% da população rural, sendo que, nesta última faixa etária, 43 % são do sexo feminino. (Censo, 2010).

Nos últimos 60 anos, os camponeses do Vale do Juari foram testemunhas das intensas transformações socioeconômicas e culturais que atingiram o mundo rural e que afetaram profundamente as condições materiais e o modo vida rural. Os processos sociais da expansão territorial do capital, reordenamento econômico para área agrícola e mudanças técnico-produtivas, vivenciadas pelos camponeses, impelira-os a engendrar novos arranjos, ao longo das suas trajetórias de vida, viabilizando as bases materiais de produção para garantir a sua reprodução social, tornando-os agentes de mudanças na estrutura agrária e reconfiguração desse espaço social.

A vasta literatura sobre a ocupação da Amazônia registra que esta região manifesta uma dinâmica secular de ocupação de terra devolutas pelas frentes migratórias, nomeadamente de nordestinos empobrecidos, expulsos pelo alargamento das propriedades nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, sem condições de permanecer na pequena propriedade, fugindo da sujeição do arrendamento aos grandes proprietários e das adversidades do clima que os castigavam com intensos períodos de seca. (Velho, 1972), (Ianni, 1978); (Musemeci, 1988); Martins (1981, 2009), (Vieira 2001), (Mechi, 2012), Pereira (2015).

Migrar para áreas de fronteira consiste, para os camponeses brasileiros, em uma estratégia para atender a uma necessidade intensa de terra, uma vez que sempre tiveram o acesso à terra bloqueado pelos setores conservadores e pela a política de Estado. Os deslocamentos geográficos, à procura por terra, são arranjos engendrados pelos camponeses, para garantir a base fundiária, expandir os seus patrimônios familiares e incorporar o trabalho das novas gerações. Lamarche (1998) Wanderdey (1999), Martins (2009).

As famílias moradoras dos assentamentos rurais no Vale do Juari chegaram em diferentes contextos e tempos históricos distintos. Os primeiros eram oriundos do Nordeste, principalmente do Piauí e Maranhão; migraram em massa, por trilhas boiadeiras, ainda nos primeiros anos da década de 1940, atraídos pela extração de pedras de cristal e terras fartas e férteis da Amazônia Legal. Eram, sobretudo, posseiros na região de origem, que partiam em busca de melhoria para “tocar a vida” na atividade garimpeira e plantio de roças em terras devolutas, a exemplo das Famílias *Lima*, *Soares* (os Piabas) e *Silva* (Os Marujadas). De início, vieram, apenas, os homens seguindo as notícias dos manchões de cristal e *terras liberadas* para plantar; após instalarem-se, procuravam um jeito de

“puxar” os parentes e amigos dos locais de origem, que viviam em condições de restrições semelhantes. Migrando em redes familiares, pais, mães, tios, primos destes camponeses chegaram à região, na perspectiva de se enraizarem², definitivamente, neste local e constituírem um “patrimônio fundiário”³.

Outros chegaram concomitante aos projetos de colonização dirigida (1950-1960) e das políticas governamentais para a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, (1960-1980), com a expansão territorial do capital. Estimulados pela notícia propagada de estoque de terras disponíveis, milhares de famílias, especialmente do sul de Goiás e trabalhadores dos estados do Nordeste, a maior parte do Maranhão, deslocavam-se para o norte goiano em caminhões, os conhecidos *paus-de-arara*, na expectativa de conseguir uma terra e construir “um lugar de vida” ou, ainda, motivados pelas frentes de trabalhos para a formação das fazendas pecuaristas, situação das Famílias *Reis e Rocha*, que chegaram à região na década de 1980. Estes agentes se constituíam de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, ou moravam nas terras dos pais ou dos sogros; alguns eram filhos de famílias cuja propriedade era pequena, não permitindo o parcelamento entre os irmãos.

Antes de migrar, o chefe da família acumulava um pequeno capital, referente à venda da sua parte na herança da terra dos pais ou fruto dos trabalhos realizados em terras de terceiros ou da família, que eram utilizados para pagar as despesas com a mudança e instalar o núcleo familiar (mulheres e filhos pequenos) nas pequenas cidades da região, enquanto os homens se deslocavam no interior deste campo social, sempre à procura de trabalho nas fazendas pecuaristas e de terras para *botar roças*.

A primeira geração (G1) das Famílias *Soares, Lima, Silva*, definida na pesquisa como os primeiros membros da família a conquistar terras em áreas de assentamento rurais, migraram, ainda quando crianças, acompanhando os seus pais e alguns já nasceram no norte goiano. Nas Famílias *Reis e Rocha*, os membros da G1 vieram do Maranhão sozinhos, outros já casados, acompanhados das esposas e filhos pequenos, trouxeram, também, os pais, que já estavam idosos. Migraram fugindo das secas, em busca de melhores condições de vida, viabilizando diferentes meios para acessar a terra, como trabalhos nas fazendas, em troca de salários ou direito de plantar. De forma geral, a migração possibilitou a viabilização do projeto de adquirir terras para a unidade familiar e garantir, em melhores situações, as condições básicas para reprodução da condição camponesa; porém, este foi um processo marcado por assimetrias e rupturas.

É importante ressaltar que, do período apreendido entre a saída das famílias do local de origem à chegada aos assentamentos rurais do Vale do Juari, se passou quase meio século. Durante este espaço de tempo, essas famílias percorreram várias posições sociais e diversas ocupações na estrutura social que permitissem o acesso à terra, envolvendo os membros da primeira, segunda e, em alguns casos, até terceira geração.

2. Texto “Cultura e desenraizamento”, Bosi (2002:41), analisa que o enraizamento é um direito humano fundamental.

3. Ver WANDERLEY, M.N.B. *A Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/MAUD, n.21, out. 2003, pág. 56.

Até meados dos anos sessenta, o acesso a um pedaço de terra estava garantido para as Famílias *Soares, Lima e Silva*, que chegaram à região ainda no ciclo da atividade garimpeira, encontrando-se entre os primeiros camponeses a ocupar as terras *liberadas* no entorno desse território. Para estes agrupamentos camponeses, a terra contitua um direito básico, garantido pela ocupação primária e pelo o trabalho na terra; para afiançar a segurança da família, era um *lócus* de moradia e trabalho familiar, que girava entorno da agricultura policultora, recrutando todos os membros, ainda em terna idade, para as atividades produtivas ou de consumo, consolidando mecanismos sociais de apreensão do *saber-fazer* camponês entre as novas gerações. Bourdieu (1962), Champgne (1986).

Neste sistema fundiário, o reconhecimento do *direito costumeiro* de explorar a terra se distinguia das lógicas jurídicas da propriedade da terra, pois era considerado, pelos camponeses, como um direito de todos, associando-o à “imagem de um bem ilimitado”, que poderia ser utilizado para a manutenção e reprodução da sua existência social, como analisou Velho (1972) e (Musumeci, 1988).

A noção de *posse*, enquanto propriedade fundiária, não tinha sentido para os camponeses, neste contexto, pois desconheciam os códigos jurídicos em relação à posse da terra⁴, vendo-a como “bem natural”, sempre disponível para prover a sua reprodução social. Os camponeses só passaram a entender a significação do título de *posseiro* após a chegada da frente pioneira na região, quando a pressão sobre as terras eleva seus preços, transformando-as em mercadoria, expropriando-os dos seus meios de reprodução. Moura (1989), (Martins, 1980).

A partir do final da década 1960, a região foi tomada por impulso desenvolvimentista dos projetos do Governo Federal, com a abertura da Rodovia Federal 153, ligando o Centro-Sul ao Norte do país e a chegada do capital agrário nesta região para instalação de fazendas pecuaristas. A expansão dos latifúndios pecuaristas e a presença dos fazendeiros representaram a origem da grilagem e expropriações massivas de terras camponesas, impactando profundamente as formas de ocupação, o uso da terra e a organização do modo de vida dos posseiros⁵. A vida social orientada pela autonomia da terra e trabalho familiar passam a ser subordinadas à concepção e relações capitalistas de dominação e subjugação, provocando a perda da sua autonomia de controlar os recursos mínimos e indispensáveis para a condição da reprodução física, econômica e social. (Moura:1986). Mais do que despojar as famílias de seus meios de produção, expropriaram-nas das suas relações sociais, tida por elas como naturais, que viabilizavam a sua participação e controle sobre a produção expressa num *saber fazer*. (Palmeira, 1989).

4. Para saber mais sobre o choque de lógicas dos litígios entre os códigos do direito costumeiro com códigos jurídicos relacionados à posse da terra, ver Moura. M. (1986)

5. Este conflito pela terra foi estudado por Lima. Eonilson Antônio de. *A Luta pela terra na Região Norte de Goiás: assentamento Juarina (1968–1988)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, UFG. 2015.

De um momento para outro, estes camponeses tornaram-se “estranhos em sua própria terra”⁶. Não tendo mais o direito sobre as suas terras onde moravam, trabalhavam e plantavam, uma massa de camponeses foi lançada no mercado de trabalho, “livres como um pássaro”⁷ em condição de sujeição aos grandes fazendeiros, o que demonstra uma situação de empobrecimento contínuo. De camponeses independentes, num passe de mágica, passam à condição de *agregados, meeiros, arrendatários, peões e vaqueiros*, engrossando a massa de trabalhadores rurais que migraram para norte goiano subordinados ao sistema de *peonagem*⁸ em frentes de trabalho, na formação das fazendas, situação das famílias *Reis e Rocha*, que se deslocaram para o norte goiano nestas condições.

Os estudos sobre a expansão do capital e processo de expropriação fundiária na Amazônia privilegiaram a abordagem que, assinala aos camponeses da fronteira, quando do fechamento das “terras livre”, a restrição a apenas duas alternativas: proletariza-se ou lutar pelo acesso a terra. Essas noções são fatalistas e etnocêntricas, menosprezam a capacidade destes agentes de construir representação do mundo social e a sua disposição para engendrar estratégias de reprodução nos caminhos percorridos no interior da estrutura social a que foram submetidos, como também, desprezam a disposição dos camponeses de aprender relacionalmente o universo social que os circundam. Como analisa Felix (2009:241) este tipo de análise “seria um mero corolário daquelas que as classes sociais dominantes lhes impõem, que eles se recusariam a compreender ou seriam por demais ignorantes para transformar qualquer aspecto em favor próprio”.

As abordagens, neste viés, imprimem ao campesinato, uma posição de inércia sobre os acontecimentos e têm a tendência de negar a experiência de resistência e enfatizar a situação de sujeição à ideologia dominante, desconsiderando as lutas individuais e coletivas que acontecem no interior desse campo social⁹. O que queremos ressaltar é que, com a chegada do capitalismo e a instalação das grandes fazendas no Vale do Juari, os camponeses se viram obrigados a *jogar um jogo* cujas regras tiveram que apreender ao longo dos percursos, neste espaço social, para garantir as condições de sua existência. Se, por um lado, o trabalho nas fazendas garantia a expansão da reprodução ampliada do capital, por outro, permitiu, no interior dessa relação de trabalho, garantir a reprodução física, biológica e social das famílias, mesmo quando essas relações de trabalho foram mediatizadas por sistema de dominação e controle sobre a terra e parte do produto de seu trabalho.

6. Cf. Thompson, E.P. *O Costume em Comum*. São Paulo, Companhia da Letras, 1998. p 149.

7. Referência de Marx (1996:341-342) sobre o processo da expropriação dos camponeses de seus meios de subsistência que é a base do modo de produção capitalista. Porém, este processo não está restrito a pré-história da acumulação primitiva, como alertou o próprio Marx (1996:256), a chamada acumulação primitiva “ao invés do resultado histórico é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista”, ou seja, a mesma não está restrita ao ponto de partida da produção capitalista, mas representa também as fases posteriores da reprodução ampliada do capital.

8. Sobre Sistema de *peonagem* ver Martins (1981, 2009, 1988)

9. Sobre as noções de *Campo* ver Bourdieu (2011; 2013)

Ao longo de quase duas décadas, durante o processo de instalação dos latifúndios pecuarista, as trajetórias das famílias pesquisadas e de centenas de camponesas foram marcadas por variados percursos, se deslocando entre campo e cidade, trabalhando de *fazenda em fazenda*, em busca de terra para *botar roça* e de trabalho.

Entre os anos 1970 e 1980, as famílias conseguiram assegurar a satisfação das necessidades da unidade familiar dentro de *patamar de segurança*¹⁰, que se traduzia em encontrar um *pedaço de chão* para morar, plantar e obter algum rendimento. Como pagamento pelo uso da terra, os fazendeiros exigiam a *forma* do pasto no ano seguinte, garantido, assim, também a sua reprodução econômica. Não se permitia, na fazenda, plantar outros cultivos que não fossem de culturas temporárias, para não dar, aos camponeses, o *direito de posse* à terra trabalhada; e quando o fazendeiro consentia plantar mandioca ou banana, pagava-se aos camponeses para não caracterizar vínculo com a terra. Nota-se que não era a “terra” que era concedida às famílias, mas a permissão de fazer uso de certas práticas agrícolas que eram controladas pelo fazendeiro ou *patrão*. Garcia Jr. (1990).

Ter *apoio* do fazendeiro para *botar roça* na fazenda, mesmo que de forma temporária, tinha um significado simbólico para os camponeses de poder oferecer à família as condições materiais- alimento, garantia de água, lenha e alguma renda- para garantir a reprodução biológica e social. Foram nestas condições, na posição de *agregado, meeiros, arrendatários*, morando *de favor* nas fazendas pecuaristas, que nasceram alguns dos filhos das famílias *Soares, Silva, Lima e Rocha*.

Portanto, nesta primeira fase da expansão massiva da pecuária na região do Vale do Juari, as famílias conseguiam, mesmo que na condição de *dependência e sujeição*, reproduzir as condições objetivas e subjetivas, transmitindo o seu modo de vida às gerações ascendentes e apreensão do *saber-fazer* camponês, (*métier* do agricultor)¹¹, uma vez que não houve uma ruptura com o típico trabalho camponês, cujas formas produtivas estavam ainda centradas no uso da terra, no trabalho familiar para o desenvolvimento da produção agrícola, permanecendo, à disposição dos camponeses, os instrumentos simbólicos de transmitir a vocação de ser camponês às gerações seguintes. Bourdieu (2002). O processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, é um processo ritual. “Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura”. Woortmann e Woortmann (1997:15).

Contudo, no início dos anos oitenta, findo o processo de formação das pastagens, os latifundiários da região, apreensivos com a repercussão da organização política dos camponeses em outras regiões, que vinham acionando os dispositivos legais para defender o direito a terra e a vigência das leis trabalhistas no amparo ao trabalhador rural

10. Expressão utilizada por Bourdieu (1979:82) na análise sobre desenraizamento dos camponeses argelinos, o *patamar de segurança* para estes agentes estava relacionado a um emprego permanente e a uma renda regular.

11. C.f. Champagne, Patrick (1986)

que começavam a vigorar no norte goiano, passaram a não mais aceitar mais moradores nas suas propriedades, para não caracterizar o *direito de posse* aos camponeses pela terra trabalhada, bloqueando as possibilidades das famílias à produção das suas roças para autoconsumo, forçando dispersão definitiva dos camponeses para a periferia das pequenas cidades da região. Semelhante a outros casos já analisados por diversos autores, Palmeira (1977), Sigaud (1979), Garcia Jr (1983,1989) e Moura (1978), este período marca o fim da morada nas fazendas pecuaristas.

O bloqueio ao acesso da terra para o cultivo das roças não representou apenas a continuidade do processo de destruição nas condições objetivas dos camponeses para garantir a sua existência social mas, também, desarticulou as condições subjetivas de interiorização das estruturas básicas do seu modo de vida, pondo em colapso os mecanismos sociais de acesso e apreensão do seu patrimônio cultural.

O resultado do fechamento das terras para o plantio, em curto e médio prazo, foi o aumento significativo da população urbana nos pequenos municípios da região do Médio Araguaia, com a migração das famílias para a “ponta da rua” nas pequenas cidades do entorno, em situação de proletarização crescente, atingindo a insegurança alimentar e colocando em risco a reprodução física dos seus membros. Os camponeses expulsos foram empurrados para dentro do assalariamento (Martins, 2009:150), em que os chefes das familiares e filhos adultos foram forçados a vender a sua força de trabalho para os fazendeiros, nos trabalhos como vaqueiros, ou serviços de empreita, *batendo juquirá* (roço de pasto) para garantir a sobrevivência da família, submetendo-se ao *sistema de peonagem*¹², recrutados por empreiteiros ou *gatos*, como são denominados na região.

Os *Silvas ou Marujadas*, como são conhecidos no Vale do Juari, foram representação da proletarização do campesinato na Amazônia após o processo de cercamento das terras públicas. Sem acesso a terras para morar, de trabalhadores livres ficaram sujeito aos fazendeiros, colocando roças em troca da formação e manutenção da pastagem, na condição de *meeiros* e *peões* por quase duas décadas, sendo que para um mesmo fazendeiro trabalharam por 16 anos. Em 1982, com a proibição da “colocação de roças”, toda a família (pais, tios, filhos, primos) migrou para a periferia de Colinas do Goiás (Tocantins), vivendo em condições precárias, em bairro recém-criado por um vereador para receber os migrantes, numa área onde era antigo lixão da cidade. Os homens passaram a trabalhar nas empreitas, *batendo Juquirá*, sendo *refém do gato*, como explica Marcos Marujada (37 anos).¹³

12. O sistema de *peonagem* é amplamente discutido por Martins (2009) como contradição do capital no seu processo de reprodução ampliada, que se vale de relações de trabalho não capitalistas utilizando *forças coercitivas extremadas de exploração do trabalhador*, como no caso de *escravidão por dívida*. Prática frequente no sul do Pará e no estado do Mato Grosso durante processo de expansão capitalista na Amazônia, principalmente de jovens oriundos de famílias camponesas do Nordeste e Centro-oeste. Mas como analisa Martins (2009), *nem todo peões se tornam escravos*, na região do Vale do Juari não houve caso de escravidão por dívida, mas situação análoga ao este tipo de sistema, atenuado pelas relações de interconhecimento dos camponeses e *gatos* da região própria região que os recrutavam para trabalhos nas fazendas. Deste modo, os camponeses não foram impedidos a se deslocar no interior deste campo, mas, eram cativos ao *gato* por *dívida moral*, pela dependência *do abono* para compra da despesa para família.

13. Nomes dos interlocutores (as) da pesquisa são fictícios para preservar as suas identidades sociais.

É aquela coisa.. O pai não tem nada dentro de casa, não tem nada pra levar aos filhos e ele sai pra rua, naqueles pontos onde ficavam os *gatos* né!, querendo contratar *peão*, *abonando* ele, era uma forma de garantir a mão de obra dele lá no *roço da Junqueira* do fazendeiro. Ai ele, o *gato* chega(va) lá nos pontos e falava: Olha (es)tou com um serviço acolá você não quer trabalhar pra mim não? Quero! Mas eu tô precisando do dinheiro pra fazer umas compras pra deixar pra minha família. Aí o *gato* fazia isso. Vale lembrar que se por acaso o peão fosse solteiro (falasse), não quero abono, eu não preciso!, mas, era tipo obrigação, olha você tem que pegar *abono*, sem abono eu não levo!. Era uma forma de garantir que o cara ia e que saia de lá (só) quando pagasse. Então era assim, eles não queriam aceitar se tu não fosse com o *abono* e se você botasse o dinheiro no bolso, se chegasse lá na fazenda e o serviço fosse muito ruim, muito barato, falasse: oh, tá aqui teu dinheiro, ele não recebia também ele não pegava de volta, ele dizia: eu não te emprestei dinheiro eu dei o dinheiro pra você fazer o meu serviço, dessa forma que acontecia ele ficava *refém do gato*.

Depoimento de Marcos Marujadas, filho de Raimundo Marujadas, Assentamento Vale do Barreira, Fev/2015.

Situação semelhante se encontravam as Famílias de *Reis e Rocha*, que migraram do Maranhão para o norte goiano, nessa mesma época, fugindo da seca. Seu Francisco Reis relata que, quando chegou a Colinas de Goiás, em 1982, com mulher, seus nove filhos e seus pais, compraram uma casa em outro bairro, com a parte da herança da terra que o pai tinha vendido no Maranhão. Foi trabalhar nas fazendas, com seus filhos maiores, como *peões*, pegando empreita, batendo pasto e plantando roça a meia, enquanto a esposa e as filhas ficavam na cidade, trabalhando para outros nos serviços domésticos e cuidando dos filhos pequenos. Como o mesmo relata: “trabalhava também tudo [família] pra comer, não dava nem pra comprar uma camisa”.

A condição da Família de Manoel Rocha é idêntica à da Família Reis, que migrou com os pais, ainda solteiro, para Colinas, em 1980. Quando o avô morreu, os seus 11 filhos venderam terra e repartiram a herança; com esse dinheiro, os pais de Manoel Rocha compraram uma casa em Colinas do Goiás, onde já morava um tio, enquanto o filho foi trabalhar como vaqueiro. No ano seguinte, Manoel Rocha casou e foi, com a esposa, trabalhar nas fazendas da região, como *peão*, na mesma situação de precariedade e exploração no trabalho.

Neste contexto de exclusão e super-exploração do trabalho, reprodução de condições servis, cativos pelo *abono*, na dependência financeira ao *gato* como alternativa para garantir os “mínimos vitais” para a família na cidade, enquanto estavam na fazenda, os camponeses tornaram-se reféns ao *sistema de peonagem*, trabalhavam arduamente, recebendo uma diária a preço “de um par de botina” ou “de um quilo de carne”, como descreve Antônio Marujadas (60 anos). Submetidos a estas péssimas condições de trabalho e de vida, por década e meia, na periferia das pequenas cidades da região, os camponeses foram aprendendo práticas e *disposições* para fazer a *reconversão* de suas

trajetórias, que orientaram a tomada de suas posições para lutar pelo direito à terra e reconquistar um “pedaço de chão”, colocando limites à reprodução ampliada do capital, nesta região, e produzindo as condições básicas para a recriação da condição camponesa, às novas gerações.

31 A RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JUARI E AS ESTRATEGIAS DE RECONVERSÃO CAMPONESA

Na década de 1980 e 1990, o território do Vale do Juari torna-se um “barril de pólvora” devido aos conflitos pelo *direito* a terra. Cerceados pelos grandes proprietários, alijados do projeto de produtivo e desenvolvimentista do Estado e com expansão contínua da pastagem para criação do gado de corte, subsidiada pelas políticas governamentais, os camponeses se viram em um processo de intensa violência física e simbólica e deterioração das suas condições materiais e sociais de existência.

Nas periferias das pequenas cidades da região, se encontravam centenas de outros camponeses que partilhavam as mesmas precárias condições de vida e falta de empregos urbanos. Por não ter alternativa, devido à baixa escolaridade, eram coagidos ao recrutamento dos *gatos* para serviço de *bater juquirá*, convivendo com a constante ameaça à sua reprodução, angustiados pela perspectiva de não encontrar trabalho, visto que os grandes empreendimentos pecuaristas absorviam pouco força-de-trabalho, pois a fazenda só emprega um grande número de trabalhadores no processo de abertura e formação da pastagem. Martins (1981:123) analisa que de cada oito famílias camponesas expulsas, somente uma conseguiria emprego, isto se não tivesse filhos adultos, sete famílias ficariam desempregadas.

As mulheres também foram impelidas a proletarizar-se, trabalhando em serviços domésticos, lavando roupas para famílias ou, ainda, fazendo serviços de costuras para contribuir com a renda familiar; mesmo assim não era o suficiente, devido ao elevado número de pessoas na família. Na memória de todos os membros da primeira geração e alguns adultos da segunda geração que passaram pela experiência de viver nas pequenas cidades, há relatos sobre fome, escassez dos alimentos básicos para o consumo familiar, necessidade de ajuda entre vizinhos ou de estranhos nas situações agudas, em garantir os “mínimos vitais” para a família, caso como das famílias de Benedita Soares e Raimundo Marujadas, que são relatados pelos filhos.

“ A lembrança que eu tenho de lá [Couto de Magalhães], é muito ruim, que eu não gosto nem de lembrar, nós passou(amos) muita fome lá. Nesta época meu pai tinha que sair para o Pará pra trabalhar e só vinha de três em três mês (es). (...) Minha mãe trabalhava grávida numa pensão, saia cinco horas da manhã e só chegava dez, onze horas da noite, nós passava(mos) o dia todinho só nós. (...) Nós era(mos) quatro: três mais velho, [5,10, 11 anos] e um mais novo que tinha dois anos.

Maria Edivânia Soares (45 anos). Assentamento Progresso. Fev/2015.

Então assim... foi(ram) anos bem difíceis na vida da gente! eu já era um pouquinho maior, já via o desespero do pai de manter o alimento da família, isso traz lembranças desagradáveis na vida da gente. (Lágrimas). (...) quando meu pai ia pra rua, ele chegava onze horas.. meio dia.. eu ficava observando assim na rua, se meu pai trouxesse na mão uma sacola, eu sabia que ele, eu aprendi isso, eu sabia que ele tinha pegado o serviço e naquele dia nós teríamos um almoço decente

Marcos Marujada (36 anos), Assentamento Vale do Barreira, Fev/2015.

Nós não tínhamos nada pra comer, em 91 [1991] e 92 [1992] tinha uma firma que construção de asfalto, era muitos trabalhadores nesta firma e tinha restaurante que fornecia alimentos pra eles. Ai eles não comiam tudo, eles davam pra gente. Nós éramos muitos, a gente ia lá ficava beirando uma cerca do lado de fora, onze horas era o almoço, entorno de onze e meia eles acabavam de almoçar, ai chamava nós, a gente comia lá e ainda levava a panela de comida pra janta. (...) Hoje tenho duas filhas graças a Deus elas não passam isso que nós passamos.

Leonardo Marujada (34 anos), Assentamento Progresso. Março/2016.

Somavam-se, nas pequenas cidades camponesas de diferentes origens, ex-possesores, peões, vaqueiros, que migraram após abertura da BR 153, compartilhando as mesmas dificuldades materiais para garantir a sua existência social. Estes agentes foram rompendo com a condição de conformismo, unindo-se para lutar pelo acesso à terra e garantir a sobrevivência da família, desencadeando várias ocupações nas fazendas pecuaristas na região do Vale do Jauri, em processos persistentes de lutas pelo retorno ou permanência na terra, que permitiram a reconversão das trajetórias das famílias e engendrando a recamponização do território do Vale do Juari, possibilitando a reprodução camponesa.

Almeida (2003), em seu estudo sobre o processo de recriação camponesa, campesinato em Mato Grosso do Sul analisa que, em meio à pluralidade de práticas e de sujeitos na luta pela terra encontra-se um *habitus de classe* camponesa, isto é, a identidade camponesa que permite a luta cotidiana pelo retorno e permanência na terra, a reprodução do seu modo de vida. A autora observa que, apesar das posições diversas dos agentes no campo social e suas ações serem reflexos de espaço multidimensional, há possibilidade da existência de classe social, pois o *habitus*, enquanto orientador da forma de agir e pensar dos agentes no interior de campo social, é um mecanismo mediação da unidade de classe. Idem (2003:107). Dito de outra forma, o *habitus*, fruto de uma experiência historicamente acumulada permite, aos agentes, adaptar-se a situações e agir para a reprodução das suas práticas ou transformação dos lugares que ocupam na estrutura social.

Corroboramos com a ideia da autora, quanto à presença de *habitus de classe* nas lutas camponesas, associando-a à análise de Bourdieu (2011) de que os indivíduos com *habitus* semelhantes tendem a compartilhar experiências similares, possuem as mesmas disposições constitutivas, os mesmos códigos de conduta e sistemas de percepção de ações capazes de dar sentido às suas práticas, conforme a lógica do campo e posições sociais.

Sob este ponto de vista, observamos, nos processos de luta pela terra no Vale do Juari, a reprodução do *habitus* camponês, na diversidade de agentes e nas distintas formas para garantir o acesso a terra. Orientados pela mesma necessidade- conquistar um pedaço de terra- camponeses se encontraram nas periferias das cidades ou no *roço da juquirá* e se uniram em busca do acesso à terra. Em alguns relatos das famílias, é possível observar aspectos de produção e reprodução do *habitus* camponês.

É a necessidade de possuir mesmo um pedaço de chão a gente cansa né! de ficar igual meu pai criou nós, todo ano numa fazenda, aí só trabalhando pro fazendeiro e uma pessoa que tem uma terrinha pode possuir um gado, possuir um animal, uma criação, nós não podia(mos), tem fazendeiro que num deixa você criar nem uma galinha, eu te dou a roça a meia aí e pronto !. Você num pode criar nem uma galinha aqui. Isso aí é que motiva o cara adquirir um pedacinho de chão e *partimos pra luta* e graças a Deus deu certo né!.

Jovelino Alves (51 anos), liderança na ocupação da Fazenda Juari, Assentamento Juari (agost.2014).

A história é que...eu morava no Maranhão a chuva foi enfraquecendo. Aí eu andei aqui no Goiás e animei com movimento. Cheguei lá falei: Meu pai é bom nois (nós) viajar(mos) pro rumo do Goiás, lá parece que chove mais... aí nois (nós) viemo(s) de lá. Chegamos em Colinas em outubro de 82[1982]. Meu pai vendeu uma terra que tinha lá e deu um pouco de dinheiro pra cada filho e comprou uma casa em colinas [Goiás]. Fiquei em Colinas trabalhando em muncado de fazenda, na *empreita*, bater pasto, *plantar roça*, tirar madeira. [Quando plantava a roça?], tinha que pagaaaar!., *era na meia!*. A gente não podia plantar um pé de banana, nem um pé de mandioca, aquilo me doía... o fazendeiro não aceita. Aí eu falava: um dia acho uma terra que me ajude, aí quando surgiu essa aqui eu falei: fica aí mulher que eu vou arrumar uma terra acolá pra nois(nós) tirar (mos) o resto de vida lá. Aí ela bateu nos olhos chorando, nessa idade.. ir pro lugar daquele!...Aí falei: não mulher, se eu nasci pra morrer disso, é disso mesmo! .O homem quando nasce, todo ele traz uma sina, só que procurar melhora pra nois (nós) eu vou agora!. Sai com a rede, um facão e uma foice e um pouco de boia.(...) Lutei muito, mas agora (es)tamo bem!

Francisco Reis, (71 anos) Assentamento Progresso, fev.2015.

Os primeiros conflitos pela terra entre camponeses e latifundiários na região do Vale do Jauri deram-se entre os anos 1983-1989, representando a conquista de 3 assentamentos rurais- Juarina, Juari e Nossa Senhora Aparecida-, implementados pelo Governo Federal.

O Assentamento Juarina foi o primeiro assentamento de reforma agrária¹⁴ criado no norte goiano, está localizado no município homônimo. Primeira parte da terra foi desapropriada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, em 1986, sendo 11.672,24 hectares, e a segunda parte da fazenda foi desapropriada em 1988, sendo 18.528,68 hectares, perfazendo um total de 30,200 hectares, com 600 famílias assentadas¹⁵. Este assentamento foi consequência da luta pela reapropriação de terras, ocorrida entre os anos de 1983 -1988, por um grupo de 45 camponeses, ex-posseiros que residiam no Município de Conceição do Araguaia e que tinham sido expulsos por grileiros no final dos anos sessenta.

No início dos anos oitenta, os camponeses se organizaram e reocupam as terras – na época, Fazenda Juarina –, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra-CPT Araguaia-Tocantins, assessorados pelo Padre Ricardo Resende e Aninha, agente pastoral, que deu apoio na criação e organização da associação de camponeses na luta pela terra. Por cinco anos, camponeses engendraram diferentes estratégias- táticas de guerrilha, organização política criando associação para representá-los, mobilização dos meios de comunicação e de políticos para sensibilizá-los para sua causa. Conviveram com a negligência e leniência das estruturas jurídicas, do Estado a favor dos fazendeiros e com a violência dos pistoleiros, mas enfrentaram essas adversidades para retomar a terra que era sua por direito, criando o maior assentamento rural nessa região.

O caso da luta pela terra na Fazenda Jaurina é emblemático, apesar da maior parte dos camponeses envolvidos nesta ocupação residir no município de Conceição, PA mas, devido à proximidade, 30 km do Vale do Jauri, motivou outros camponeses a também lutar pelo acesso à terra e pela reprodução de seu modo de vida, desencadeando a ocupação da Fazenda Jauri.

O assentamento Juari foi resultado do segundo caso de ocupação de terras na região. A decisão foi tomada por um grupo de camponeses que, trabalhando como peões em um latifúndio vizinho, tiveram a informação esta fazenda não tinha documento, resolvendo, então, ocupar para *ganhar a terra*. Entre os anos 1985-1989, um grupo de 40 camponeses que residiam nos municípios de Colinas do Goiás, Bernardo Sayão e Couto de Magalhães incorporou disposição política para enfrentar a disputa pela terra.

A *disposição* para lutar pela terra não foi engendrada por movimentos sociais, mas forjada no acúmulo de experiências nas lutas cotidianas pela sobrevivência, nas situações de escassez e de exploração em que viviam e, ainda, na percepção das condições objetivas que os permitiam terem sucesso na conquista da terra para reproduzir a sua condição camponesa. O apoio das organizações sociais só aconteceu após o primeiro despejo que tiveram, quando o Pe Martins, da Igreja em Colinas, os acolheu na paróquia. A partir deste momento, a CPT passou a dar apoio jurídico e político para os camponeses, informando-os

14. Corroboramos com o entendimento de que não houve no Brasil a Reforma Agrária, mas políticas redistributivas de acesso a terra via a criação de assentamentos rurais.

15. Sobre este conflito ver Lima (2015).

sobre os procedimentos legais nos processos de ocupação de terra e auxiliando em várias estratégias para chamar atenção dos meios de comunicação para pressionar o governo a desapropriar a terra.

A ocupação da Fazenda Juari teve uma grande repercussão na região, uma vez que o fazendeiro morava na cidade de Colinas a 75 km da fazenda, espaço social em que ambos os agentes conviviam, aumentando a tensão em torno da terra. A disputa em torno da terra durou quatro anos, neste tempo, tiveram três despejos, prisões de camponeses, conflito armado, com mortes de ambos os lados, tanto de pistoleiro quanto de camponeses. A fazenda Juari foi desapropriada em 1988, assentando 84 famílias em uma área de 4.800 hectares.

Neste período, a Família *Soares* estava morando como agregada na fazenda do grileiro que tomou as suas terras, vizinhas à Fazenda Juari, como analisa o filho Edison Soares (36 anos), “ele [fazendeiro] queria pagar o mau que ele tinha feito para a família”, pois foram expulsos da terra por este fazendeiro. Os membros da Família Soares não entraram na linha de frente da ocupação, não queriam entrar em atrito com o proprietário da fazenda, mas davam apoio aos camponeses na ocupação, pois a fazenda na qual, eram agregados fazia divisa com a ocupação. Quando em 1989, saiu à desapropriação a família de Benedita S. Soares enfim reconquistou o direito a um pedaço de terra no Assentamento Juari.

O Assentamento Nossa Senhora Aparecida foi, nesta década, o terceiro caso de ocupação de latifúndio no Vale do Juari. Neste período, os camponeses já contavam com a organização do STRs de Colinas, que foi arregimentador de camponeses sem-terra e coordenou a ocupação da Fazenda Chichakli, em 1987. De posse da informação que esta fazenda era improdutiva, o STRs de Colinas articulou um grupo de 40 camponeses que tinham interesse de ter um pedaço de terra, desembocando na ocupação da fazenda em 1987. Durante o período desta ocupação, os camponeses enfrentaram três despejos e sofreram várias intimidações de oficiais de justiça, retaliações dos fazendeiros da região, que não quiseram mais dar-lhes serviços e a discriminação da população das cidades da região, “ser posseiro, nesta época, é ser escarrado, discriminado, posseiro era considerado ladrão, não comprava fiado nem nada”, relembra Pedro A. Jardim, ex-presidente do STRs de Colinas (Gestão 1997-2000). Apesar de terem ocupado a terra, em 1987, o assentamento só foi criado pelo INCRA, em 1996, localizado no município de Pequizeiro, área de 2.629,44 hectares com 36 famílias assentadas.

Nesta ocupação a Família *Rocha* já estava presente, diferente dos outros casos, que a maioria era apenas os homens na ocupação, na Fazenda Chichakli todos os membros das famílias foram para a ocupação, trabalhando no plantio de roças para o autoconsumo. Seu Manoel Rocha a esposa e seus cinco filhos foram para ocupação em 1988, vivenciaram todas as dificuldades do trabalho na mata, enfrentando os despejos. Após a conquista do lote, morando ainda no Assentamento Nossa Senhora até em 1999, quando por motivo

de doença Seu Manoel Rocha teve que vender seu *direito do lote* para tratar da saúde e a família foi morar no lote do cunhado no Assentamento Vitoria fruto também de novas ocupações na década seguinte.

Os anos noventa chegaram e continuava a “fome de terra”, prosseguindo a segunda fase das ocupações de latifúndios na região, empreendida entre os anos de 1996-2000. O sucesso das ocupações anteriores e a organização política dos camponeses acenderam a esperança daqueles que ainda estavam no julgo do fazendeiro, na servidão da peonagem, na proletarização nas periferias das pequenas cidades da região, aumentando as suas expectativas de ter um pedaço de chão, desencadeando sucessivas ocupações de fazendas nos municípios circundantes ao Vale do Jauri.

A partir de 1996, como um efeito dominó, foi surgindo uma série de ocupações, consolidando na criação de um total de mais 15 assentamentos rurais nesta década, com 1.102 famílias assentadas, sendo que só no território Vale do Jauri foram criados mais 4 assentamentos com 392 famílias assentadas, em uma área total de 22.202,442 hectares.

Na análise Pedro A. Jardim (ex-diretor do STRs), a motivação para tantas ocupações foi, a nível micro, “a necessidade de sair de uma semiescravidão, de sair um sistema de quase escravo, de trabalhar pros outros a vida inteira, só para comer”, a nível macro, ampliação da organização camponesa após “o massacre de Eldorado de Carajás, logo, depois do massacre ocorreram essas ocupações”.

Posteriormente ao conflito agrário em Corumbiara, RO (1995) e Carajás, PA (1996), intensificou-se a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, ampliando o número de ocupações, incluindo, também os prédios públicos e acampamentos rurais. A reposta à pressão social foi a ampliação do número de assentamentos rurais, sendo que entre 1995-2002 foram criados 3.630 assentamentos no Brasil¹⁶. No estado do Tocantins, o número de assentamentos rurais, neste período, aumentou 43,75 %, passando de 61 para 145. (INCRA, 20015).

Outro fator preponderante para desencadeamento de novas ocupações, a partir de meados dos anos noventa, foi à necessidade de terra para a reprodução social das novas unidades domésticas que foram se formando, após casamentos dos filhos. Dada a limitação fundiária dos lotes nos assentamentos rurais- nesta região, a média é de 48 hectares- e sua incapacidade de acolher mais de uma família, as gerações seguintes seguiram percursos dos pais, vendo, na ocupação, a oportunidade de garantir a terra para a sua reprodução material, biológica e social.

Como já observado por Abramovay (1989), Lamarche (1998), Martins (2009), Wanderley (2013), obter terras para os filhos é uma preocupação permanente das famílias camponesas para garantir as gerações futuras o patrimônio fundiário e a completar o ciclo reprodutivo. Esta questão é evidenciada na narrativa de Mateus Soares, filho de D. Benedita Soares.

16. Dados do SIPRA/INCRA

No ano que casei liberou a terra do Jauri, ai fiquei uns anos morando na terra do sogro. Depois fui morar no lote do pai, depois de seis meses o compadre Rosimar. também casou e foi morar lá. A Edivania também casou e ficou morando lá. Ai ficou(camos) nós tudo lá, trabalhando de roça, eu tinha vontade de ter gado, formar pasto, mas meu pai não queria, queria mexer com mandioca. (...)ai quando surgiu essa terras pra cá, ai nós veio (iemos), primeiro que ganhou a terra foi Rosimar, depois fui eu e a comadre Edivania.

Assentamento Progresso, Fev/2016.

Foi neste contexto que as famílias *Silva, Lima, Reis* e três filhos de D. Benedita Soares, Mateus, Rosimar e Maria Edivânia, e Livia filha de Seu Manoel Rocha adquiriram o seu pedaço terra. Engrossaram a massa camponesa que foi ocupando os latifúndios no Vale do Jauri, que estavam improdutivos ou que não tinham a documentação completa da terra. Organizados pelo STRs de Colinas, ocuparam quatros fazendas, consecutivamente, entrando pela mata, fazendo os piquetes para definir os limites de cada lote. Animados pela perspectiva de retomar a terra e adquirir um lote e pelas conquistas dos assentamentos anteriores, apoiados pelo STRs, CPT e Igreja Católica de Colinas, os camponeses articularam a rede de interconhecimento, se unindo para ocupar as terras das fazendas vizinhas ao assentamento Juari. Nestas ocupações, também houve despejos, mas já não teve confronto direto com fazendeiros ou pistoleiros; devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, havia a preocupação dos órgãos de justiça em evitar confrontos violentos entre camponeses e grandes proprietários de terra.

Em 1999, o INCRA desapropriou as fazendas ocupadas, criando mais quatro assentamentos: Vitoria, Progresso, Mata Azul I e Conquista. Seu Francisco Reis, que foi uma das lideranças da ocupação, conseguiu lote para todos os seus 8 filhos que eram casados. Antônio Marujada e João Marujadas receberam os lotes para retornar ao campo e cuidar da família, onde ficaram morando com os sete dos seus onze filhos, os demais nessa época estavam tinham migrado para Goiânia, em busca de trabalho na construção civil. Seu Raimundo Lima, que se tornou o vaqueiro da fazenda quando foi expulso de suas terras, na década de 1970, ficou também na terra onde já morava, garantindo o lote para a família e seus cinco filhos que ainda eram crianças. Três filhos de D. Benedita Soares que já estavam casados e moravam no lote do pai, no Assentamento Juari, entraram na luta pela terra e conseguiram lotes no Assentamento Progresso.

Os filhos mais velhos de D. Benedita Soares Seu Francisco Reis, Antônio e João Marujadas, Manoel Rocha e Raimundo Lima viveram o movimento que marcou a transição da condição de dependência ao fazendeiro à condição de assentados da reforma agrária e tem bem claro as marcas que o histórico de expropriação de terras imprimiu sobre a vida de suas famílias. Ressalta melhoria na vida após chegada ao assentamento, objetivada na alimentação diversificada, moradia de qualidade, aquisição de motocicletas, carros e eletrodomésticos, no acesso à energia elétrica e aos créditos fundiários, na liberdade e

tranquilidade que existe no campo, aspectos que são bem valorizados comparados às situações de escassez, privações e explorações que já experienciaram nas suas trajetórias. Como relata Mateus Soares (51anos) “tenho honra por morar no assentamento, porque o que eu tenho hoje foi tirado aqui no assentamento”.

As gerações mais novas, filhos das Famílias *Lima, Marujadas, Rocha, Soares e Reis* e os netos destas duas ultimas famílias, vieram ainda criança ou nasceram nos assentamentos rurais do Vale do Juari. As referências identitárias destes jovens foram construídas na interiorização no mundo rural através das experiências cotidianas na unidade produtiva familiar, nas interações sociais com núcleos familiares do assentamento e com as diversas famílias dos assentamentos adjacentes. Muito destes jovens sempre moraram no assentamento ou tiveram passagem bem curtas pela cidade para estudar ou em trabalhos temporários-, logo, o assentamento para estes, é representação pratica e simbólica do “lugar de vida” Wanderley (2007).

A experiência de crescer ou nascer em assentamento rural permitiram às novas gerações, por processos de socialização profunda no seio familiar, a transmissão do gosto pelo campo, na forma de trabalhar a terra, nas experiências objetivadas no interior da unidade domestica, nas relações socioculturais estabelecidas com outros agentes neste espaço social, engendraram a reprodução do desejo de ser camponês entre as gerações descendentes. Bourdieu (1962), Champagne (1986)

A “escolha” de continuar nos assentamentos rurais para os (as) filhos (as) e netos (as) de camponeses na região do Vale do Juari, mesmo entre as mulheres que costumam ser a representação do “Cavalo de Troia do mundo urbano”¹⁷ nos estudos sobre reprodução camponesa, está orientada nos valores apreendidos na família e comunidade e nas experiências bem sucedidas das gerações anteriores (pais e avós) após a conquista da terra e no desenvolvimento das atividades agropecuárias- a produção do leite gera uma renda mensal entre dois à quatro salários mínimos -, materializadas na melhoria de vida da família, acesso à renda, a créditos como PRONAF e políticas sociais para meio rural: Credito habitação, Programa Luz para todos, políticas de infraestrutura e melhoria da educação e saúde no assentamento. A percepção da valorização do campo aparece na entrevista com Juliana Costa, 23 anos, neta de D. Benedita Soares, casada com filho de assentado e que foi recentemente assentada no Assentamento província. “Ser assentada é bom demais...a gente tem onde falar: aquilo ali é meu!, eu vivo naquilo ali, dar uma renda boa pra gente. Agora no começo não dá não né!, mas futuramente com fé em Deus vai dar”.

Os assentamentos rurais, como locais de produção e circulação de renda, de sentimentos, de ligações afetivas e pessoais e de obrigações familiares mútuas, mas também, de interesses econômicos entre os envolvidos, Bressiere (2010), força as famílias desenvolver diferentes arranjos para acomodar os filhos, devido à indivisibilidade da terra, à

17. Referencia a análise de Bourdieu (2004:227), que as mulheres são mais propensas à emigração por serem menos apegadas objetiva e subjetivamente a terra e a casa.

limitação do lote e o seu estatuto jurídico. As regras dos órgãos governamentais de gestão das políticas de reforma agrária define o lote como uma concessão e só torna propriedade de fato, no momento que o assentamento for autônomo, proibindo a sua divisão ou venda. Castro (2013).

Norteadas pelas “relações familiares estão no coração das trajetórias sociais” Bressiere (2010), estas famílias vêm engendrando variadas estratégias fundiárias para “agasalhar” as novas gerações como: *compra dos direitos* dos lotes em assentamentos rurais¹⁸ e a reivindicação à política de 5% dos lotes nos novos assentamentos que estão sendo implantados ou que foram retomados¹⁹, que devem ser destinados para filhos de assentados. Em meio a diversos mecanismos para acessar a terra, ocupar os latifúndios improdutivos é o arranjo que persevera há duas e em alguns casos três gerações entre as famílias, já que não dispõem de condições financeiras para ajudar a todos, garantindo às novas gerações a reprodução social da condição camponesa. A partir de meados de 2000 ocorreram duas novas ocupações de latifúndios improdutivos na região, organizadas filho (a) e neta de Seu Francisco Reis, filhos (a) de Antônio e Pedro Marujada e filhos de Raimundo Lima, que assegurou a criação de dois assentamentos com 125 famílias assentadas, sendo o Vale do Barreira, em 2007 com 35 famílias e Província, assentando 90 em 2013.

Contudo, não foram todos os filhos que permaneceram no campo, as dificuldades das famílias para estabelecer no assentamento, as incertezas de renda com a produção agropecuária, as necessidades individuais dos jovens, levaram alguns membros a migraram para as cidades do entorno para continuar os estudos e trabalhar para outro país em busca de trabalho. Nessas trajetórias, uns casaram-se continuaram nas cidades em trabalhos como: professor (a), fiscal estadual, motorista, diarista, vendedor; outros acumularam capital que os permitiu ajudar as famílias na aquisição de lotes para agasalhar parentes.

Nestes casos, migrar para cidade ou para outro país foi uma estratégia para retornar ao campo, como já estudado por Garcia Jr. (1990), Menezes (1985,2002). Casos Mario (38 anos) e Leonardo Marujadas (34 anos), filhos mais velhos Raimundo Marujadas, que migraram com para Irlanda para trabalhar na construção civil, apoiados por missionário irlandês que veio para o Brasil em 1994. Estes jovens trabalharam entre 2002 e 2007 na Irlanda para acumular capital econômico que os possibilitou melhorar suas posições nesse espaço social e ajudar a família no pagamento da faculdade do irmão e da prima, empréstimo de parte do dinheiro para *compra dos direito* do lote para seu primo e também o permitiu *comprar* seu lote no Assentamento Progresso onde seus pais e tios são assentados. Mario casou-se com irlandesa e continua morando na Irlanda.

18. Apesar da regra do INCRA proibir a venda, compra ou arrendamento de lotes, a prática do *mercado de benfeitorias* permanece nos assentamentos, para os camponeses o que é negociado não é a terra em si, mas o direito ao trabalho na terra.

19. Lotes retomados são àqueles cujo morador não tem perfil para ser assentado da Reforma Agrária, conforme cadastro de beneficiário, disponível em www.incra.gov.br/aceso-terra, acessado em 16 de setembro de 2016.

A recampaneização do território Vale do Juari nas últimas décadas, fruto da conquista da terra e implantação de assentamentos rurais, produziu alargamento deste espaço social, num *continuum* urbano-rural, integrado por redes de interconhecimento e por relações socioeconômicas e culturais entre os assentamentos rurais e destes com os municípios envolventes.

As dinâmicas demográficas e sociais trouxe uma nova perspectiva do rural entre as novas gerações, a percepção do campo como “o melhor dos dois mundos”, devido à facilidade a circularidade dos jovens entre campo e cidades, atendendo as suas demandas de continuar estudos- aspecto bastante valorizados entre as famílias-, acesso a trabalho e renda, serviço de saúde e lazer, haja visto, a distancia relativamente pequena, em média 30 km, entre os assentamentos rurais e as pequenas cidades da região.

Para facilitar o deslocamento entre campo-cidade, a motocicleta é bem de consumo bastante utilizado entre jovens e adultos, aspecto observado nos assentamentos rurais no Brejo Paraibano por Malagodi e Marques (2007). Todas as famílias entrevistadas possuem motos ou carros, inclusive os jovens solteiros, aliás, muitos poucos entre os interlocutores, usados para se deslocar para o trabalho, estudo ou para fazer compras na cidade-sede, servem também como mecanismo de acesso a lazer (festejos nos assentamentos circunvizinhos, festas nas cidades, visita aos parentes e amigos). Caso como e Fernando Soares (23 anos), neto de Benedita Soares, mora no Assentamento Progresso que precisa se deslocar constantemente a moto é fundamental, trabalha de agente carcerário, a cada dois dia se desloca para Colmeia a 40 km para plantão no trabalho e diariamente vai para Pequizeiro a 16 km do assentamento, onde pega o ônibus para ir para a faculdade em Guaraí a 60 km, onde está concluído o curso de Administração.

Outro fator que contribuiu para a reprodução camponesa no Vale do Juari à incipiente capacidade do tecido urbano²⁰ de integrar a força de trabalho camponesa excedente devido à ausência de desenvolvimento industrial e escasso serviços existente nas pequenas cidades nesta região desestimulando a migração dos jovens. A economia dos quatro municípios que circundam esse território está baseada na agropecuária (24,78% em media) e Administração e serviços públicos municipais (50,67% em media), (IBGE, 2014). As cidades no entorno do Vale do Juari, tem em media, uma população que não excede 10 mil habitantes, não possuindo força de atração para estimular a migração dos jovens para setor urbano, diferente das grandes cidades que possuem polos produtivos industriais e setor de serviços ampliando que ofertam mais empregos.

As experiências vivenciadas nas trajetórias de vida das famílias pesquisadas permitira-os conceder o assentamento rural como projeto de vida e forma de reprodução desejada, situação distinta de outros estudos sobre sucessão camponesa, em que parte significativa dos jovens, especialmente as mulheres, anseia migrar para meio urbano

20. Termo utilizado por Jean – Paul Carrière, no texto Les transformations agraires au Portugal- Crise, reformes e financement de l'agriculture. Paris , Economica, s/d.

refutando a profissão de agricultor.

A *disposição* de ficar ou sair do campo, e tornar-se camponês entre gerações descendentes no Vale do Jauri, está balizada nas condições objetivas de reprodução social alinhando a conquista do patrimônio fundiário à produção e geração de renda, com oportunidades de crescimento pessoal e profissional, mas também, tem um forte peso as questões subjetivas transmitidas pelas famílias- a independência no trabalho, gosto pelo campo e do modo de vida rural. O entrelaçamento dos possibilidade de prosperar morando no assentamento e associada à valorização do modo de vida rural é visto pelas famílias como a consagração da vida, marcada por trajetórias sociais de lutas contínuas para assegurar material e simbolicamente a unidade familiar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na estrutura agrária no Vale do Jauri nos últimos trinta anos reconfigurou este espaço social, antes tomado pela pecuária extensiva, mas vazio de gente e de vida, passa a reocupado por centenas de pessoas em busca do sonho de ter um "pedaço de chão" que assegurasse as unidades domésticas as condições materiais para a sua existência social.

A "terra", no Vale do Jauri, vai além do "capital econômico", agrega também o peso simbólico das lutas travadas pelas famílias camponesas contra o poderio econômico, político e jurídico dos grandes proprietários para assegurar o patrimônio familiar, como no assentamento rural estudado por (Castro, 2013), é vista pelas novas gerações como *herança da luta* das gerações anteriores que deve ser preservada, pensamento que é também compartilhado entre àqueles filhos que moram nas cidades do município-sede.

Nas trajetórias de luta, por gerações, para garantir o acesso à terra que as permitissem reproduzir-se, asseguram as famílias um acúmulo de experiências levando a percepção, entre as novas gerações, de que campo é local de possibilidades, tornando a condição camponesa uma herança desejada assegurando a sucessão rural.

O campo visto pela juventude e pela sociedade em geral como lugar de atraso, de isolamento e penosidade, torna-se o *negócio possível* como assinala Champgne (1986), perspectiva decorrente das mudanças técnico-produtivas, da expansão dos meios de comunicação e as políticas governamentais para o meio rural, que possibilitou o acesso aos bens públicos "urbanos" como lazer, educação, comunicação, saúde e a tecnologia. Paradoxalmente, esta nova configuração rural coexiste com o predomínio do latifúndio e a ascendência do agronegócio como modelo de produção. Em um contexto assim, permanecer no campo e conseguir transmitir o *desejo de reproduzir* às gerações seguintes é um ato de resistência e uma *revolução simbólica* como define Bourdieu (2002).

Contudo, o estatuto social de ser camponês, negociado entre as gerações descendentes, perpassa pela percepção de acesso a direitos, renda e a conquista da

dignidade e cidadania, na percepção do campo como “lugar da pureza e possibilidades”, conclusões expressas nas reflexões de Marcos Marujada (36 anos), assentado no Assentamento Vale do Barreira.

Eu me senti ancorado, tenho minha terra, minha casa. (...) O campo pra mim é lugar de fartura. Eu percebi que dá para viver dignamente no campo, a partir do momento que o campo teve um desenvolvimento, energia, questão das famílias estarem no campo. Se eu moro no campo e tem n famílias em redor de mim, eu vou ter uma vida social, eu vou ter futebol... televisão... internet., eu vou estar crescendo igual alguém que (es) tivesse lá na rua. A gente tem todas essas possibilidades aqui no campo, além de não existir violência, roubo, tem liberdade e silêncio, a sua família esta unida, você senta conversa. Eu tenho possibilidade de criar um frango só no milho, de plantar uma horta, de ter ovos, de ter água gelada, suco natural, para você ter uma alimentação pelo menos mais próxima de uma alimentação saudável. O campo te favorece tudo isso. Porque eu vou falar assim?, minha filha aqui nós estamos só escapando, na rua é que bom, não!, Por que eu vou fazer isso?.

Eu me defino camponês! que eu moro no campo, gosto do campo e hoje quero ficar no campo, mas, com esta perspectiva... de estar buscando conhecimentos. de querer algo melhor. Muitas pessoas que moram nos centros urbanos tem um trabalho, gostaria muito de ter uma chácara no campo pra estar ali. Não! eu não quero isso! eu quero (es)tá no campo e trabalhar na rua. Quero trabalhar na roça também, porque é onde eu vou produzir alimentos mais saudáveis. É isso que eu quero!, ter a pureza do campo e mais esse trabalho [coordenação da merenda], ele vai poder possibilitar arcar com a despesa da família e crescimento pessoal.(...)A gente tem que ter caminhos...quero formar meus filhos para vida, se eles quiserem ir para a cidade grande vão estar preparados, mas, se quiserem ficar no campo também vão estar preparados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília**, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. UNESP, 2006.

BESSIÈRE, Céline. **De génération em génération** : Arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac. Paris, Fr.: Raisons d’agir , 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2013.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A Distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **O camponês e seu corpo**. Revista de sociologia e política, n. 26, p. 83, 2006.

_____. **Le bal des célibataires**. Crise de la société paysanne en Béarn. Paris : Seuil.

_____. **Célibat et condition paysanne.** In: *Études rurales*, nº5-6, 1962. pp. 32-135.

CARNEIRO, Maria José; DE CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva.** Mauad Editora Ltda, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Contra Capa, 2013.

CHAMPAGNE Patrick. La reproduction de l'identité. In: **Actes de la recherche en sciences sociales.** Vol. 65, novembre 1986. La construction sociale de l'économie. pp. 41-64.

DURSTON, John. Estrategias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. En: **Juventud rural, modernidad y democracia en América Latina-LC/L. 931-1996-p. 66-80,** 1996.

FELIX, Gil Almeida. Os vira- mundo e a condição camponesa. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** NEVES, Delma Pessanha; DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. .EDUNESP, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Terra de trabalho.** Editora Paz e Terra, 1983.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. Pp.33-50. IN: _____ **A Era do Globalismo.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **A luta pela terra.** Centro Brasileiro de análise e planejamento (CEBRAP), 1978.

LAMARCHE, Hugues, (coord.). **Agricultura familiar: 2. do mito à realidade,** Campinas, Unicamp, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Expropriação e Violência.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARX, K. **O Capital: Crítica à Economia Política.** Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

_____. **Os camponeses.** Editora Ática, 1986.

_____. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural.** Editora Hucitec, 1978.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta: colonização” espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.** Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização Conservadora, Estado e questão agrária.** Estudos avançados, v.3, n.7, p.87-108, 1989

PAULINO, Eliane Tomiasi; DE APARECIDA ALMEIDA, Rosemeire. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** Expressão Popular, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. **VON SIMSON, OM (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, p. 68-80, 1988. Editora Hucitec, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** TEDESCO, João Carlos (Org). Passo fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Editora Unb, 1997.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** San Pablo: Hucitec, 1995.

CAPÍTULO 3

DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 16/12/2020

Maria Paula da Rosa Ferreira

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, RS
<http://lattes.cnpq.br/2791875433051313>

**Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos
Terra**

Universidade Franciscana
Santa Maria, RS
<http://lattes.cnpq.br/2435736433816500>

RESUMO: Em uma era de mercantilização da natureza, percebe-se a utilização de artimanhas para satisfazerem a destruição de culturas tradicionais e sustentáveis e, por sua vez, justificarem os métodos exploratórios da ciência do lucro, principalmente quando referente ao cultivo monocultural transgênico. Toda destruição da natureza é acompanhada por destruições culturais. Assim, intentou-se, nesta produção, se desconstruir o dogma da infalibilidade da ciência monocultural transgênica e promover a conscientização de uma realidade onde critérios de qualidade estão sendo substituídos por critérios de produtividade e quantidade. Buscou-se, dessa forma, demonstrar a necessidade de se pensar em uma cultura da vida. Aplicou-se o método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico e teoria de base sistêmico complexa com fundamento em Capra e Morin.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência, Lucro, Monocultura, Transgênicos.

SOCIAL DEMANDS: THE TRANSGENIC MONOCULTURAL CULTIVATION AND THE SCIENCE OF PROFIT

ABSTRACT: In an age of commodification of nature, is perceived the use of tricks to satisfy the destruction of traditional and sustainable culture and, in turn, justify the exploratory methods of profit science, mainly when referring to transgenic monoculture. All destruction of the nature is accompanied by cultural destruction. So, was tried, in this production, to deconstruct the dogma of infallibility of monocultural transgenic science and promoting an awareness of one reality where quality criteria are being replaced by criteria of productivity and quantity. Sought, in this way, be demonstrate the need to think about life's culture. Was applied the approach method deductive, the procedure method monographic and theory base complex systemic with fundament on Capra and Morin.

KEYWORDS: Science, Profit, Monoculture, Transgenics.

1 | INTRODUÇÃO

Diante do cultivo de transgênicos, que forja um sistema monocultural, demonstra-se imprescindível se pensar em uma cultura da vida e ecológica por meio de uma conscientização e combate às artimanhas destrutivas do meio ambiente, que se relacionam com a cultura das sementes geneticamente modificadas.

Prima-se, nesta produção, por uma nova compreensão científica de progresso, principalmente quando referente à busca do lucro monocultural por meio da produção agrícola transgênica, que pode acarretar consequências graves e profundas a toda uma diversidade biológica.

Perante a evolução da tecnociência, a pressão dos mercados de biotecnologia, a ascensão das patentes e a artificialização da natureza, intenta-se abordar, por meio de uma conexão interdisciplinar, a exploração de novas ideias e novos modos de se pensar de forma integrativa, em prol de uma sustentabilidade partilhada entre seres culturais diferenciados.

Compreende-se como fundamental um novo paradigma de produção calcado na diversidade de cultivos, a fim de que possa ser desconstruída a unificação forçada do sistema monocultural, guiada pela lei do mercado.

Nesta produção foram utilizadas formas de abordagem e procedimento que são adequados para responder o problema de pesquisa que, aqui, se pretende tratar. Como método de abordagem aplicou-se o dedutivo, partindo-se de premissas tidas como verdadeiras para se chegar a uma conclusão lógica, através de uma análise sistêmica, sem ter, contudo, a intenção de esgotar a questão conceitual a respeito dos alimentos transgênicos e os interesses econômico-financeiros a estes interligados, devido a tamanha vastidão da problemática. Como método de procedimento empregou-se o monográfico, pois se buscou fazer uma pesquisa bibliográfica concisa e sintética a respeito do tema que será tratado. Adotou-se a teoria de base sistêmico-complexa com fundamento em Fritjof Capra e Edgar Morin, tendo em vista a utilização de formulações sistemáticas.

2 | CONEXÕES INTERDISCIPLINARES

Perante a evolução da tecnociência, a pressão dos mercados de biotecnologia, a ascensão das patentes e da artificialização da natureza, intenta-se abordar, por meio de uma conexão interdisciplinar, a exploração de novas ideias e novos modos de se pensar, de forma integrativa, em prol de uma sustentabilidade partilhada entre seres culturais diferenciados.

Compreende-se, assim, como fundamental um novo paradigma de produção calcado na diversidade de cultivos, a fim de que possa ser desconstruída a unificação forçada do sistema monocultural, guiada pela lei do mercado.

Desse modo, Ost (1995) trata que a crise em que se vive refere-se à crise da relação do ser humano com a natureza, uma espécie de crise do vínculo e do limite. Esta ponderação demonstra a imprescindibilidade de ser repensada, então, a relação homem-natureza a ponto de ser percebido o que os conecta e o que os distingue.

Devido a isso que Capra (1996) aponta sobre a necessidade de uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Compreende-se, dessa forma, que o modelo

de progresso técnico contemporâneo, defendido pela globalização e o livre comércio, é insustentável.

Assim sendo, ressalta-se que “a maneira apropriada de nos aproximarmos da natureza para aprender acerca da complexidade e da sua beleza não é por meio de dominação e do controle, mas sim por meio do respeito, de cooperação e do diálogo” (CAPRA, 1996, p. 144).

Observa-se que o sistema monocultural origina não somente uma perda de diversidade, mas também um desaparecimento de substâncias, de conhecimento e de memória de como agir. Na atualidade, lucro e poder andam de mãos dadas, no âmbito global a agenda ecológica foi sequestrada pelas corporações (SHIVA, 2003).

Desta maneira, avalia-se que “a agricultura ‘moderna’ e o cultivo de poucas espécies agrícolas favoreceram a padronização dos hábitos alimentares e a desvalorização cultural das espécies nativas” (SANTILLI, 2009, p. 76).

A ciência do lucro monocultural, provinda do cultivo de transgênicos, almeja o crescimento rápido através de rendimentos elevados. O modelo econômico dominante intenta controlar todos os aspectos da natureza e transformá-los em *commodities*.

Assim, por meio da concepção de que diversidade significa sobrevivência, forçoso é uma descentralização do sistema alimentar e do fornecimento de sementes, tendo em vista que o controle do setor de alimentos busca acentuar a erradicação da independência da produção alimentar.

3 | CONCLUSÃO

A relação do ser humano com a natureza trata-se de um dever. Demonstra-se, assim, imperioso a observância de um equilíbrio ecológico referente à produção e cultivo de alimentos, bem como uma atenção crucial quanto à interdependência existente entre a vida humana e o meio ambiente.

Não se pode sobreviver sem consumir, mas pode se adequar a maneira de se consumir de forma sustentável e atenta à manutenção da agrobiodiversidade, que é fundamental para a manutenção da vida. O progresso de uma civilização não pode estar associado ao dogma da infalibilidade da ciência.

Fundamental, portanto, um abrir de olhos e um novo pensamento não destruidor e explorador da natureza, galgado em critérios de qualidade de produção, cultivo e vida.

Diante do exposto, verificou-se que um desenvolvimento só pode ocorrer se promover liberdade para ações ecológicas. Urge que sejam conservadas as sementes e suas diversidades em prol da preservação e restauração de conhecimentos de produção e cultivo.

Por meio de uma visão focada no poder, na ganância e na acumulação de capital, os transgênicos demonstram a indução de uma forma dominante de conhecimento

mecanicista. Portanto, avaliou-se que o cultivo de transgênicos fere uma vasta base de diversidade agrícola, além de incentivar cultivos de monoculturas para a exportação. O argumento de que as sementes transgênicas aumentam a produtividade e o dinheiro e diminuem o trabalho apresenta-se como uma falácia estrategista do mercado corporativo reprodutor da ciência do lucro monocultural.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cuitrix, 1996.

OST, François. *A Natureza a Margem da Lei: a ecologia à prova do Direito*. Lisboa: Piaget, 1995.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. *Agrobiodiversidade e Direitos dos agricultores*. 2009. 409f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito – Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Gaia, 2003.

SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!

Data de aceite: 01/03/2021

Rogério Zanon da Silveira

Universidade Federal do Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/0058375909829715>

RESUMO: “A mesa de negociação da gestão metropolitana é mesa de cessão, e não de ganho”. Com essas palavras, um dos participantes da pesquisa que abordou as “configurações subjetivas na gestão metropolitana em Vitória – ES”, em 2014 e 2015, resumiu o seu significado do que deve ser a busca de entendimento com vistas a soluções de problemas comuns numa comunidade metropolitana. Este artigo, apresentado na forma de ensaio teórico, é fruto dessa pesquisa que redundou em tese de doutorado. Um conceito fundamental utilizado para a construção da tese foi o de subjetividade social, no qual está envolvida a ideia de subjetividade política. O objetivo deste artigo é refletir sobre prismas epistemológicos no campo da subjetividade, com aporte de acepções de subjetividade social e subjetividade política, que possam concorrer para a produção de novos modos de pensar e de agir em busca de desenvolvimento da gestão da metrópole. Que possam concorrer em direção a uma gestão baseada na política, na autonomia, na ação e na reflexão: na concepção de sujeito. As reflexões desenvolvidas têm como referencial a teoria da subjetividade, com ênfase na acepção de subjetividade social. Perspectivas teóricas

assumidas neste estudo implicam questionar, por exemplo, propostas de implantação de uma administração metropolitana que substitua ou suplemente administrações municipais em cidades metropolitanas no Brasil. Implica questionar ainda arranjos de gestão implantados de forma preponderantemente heterônoma e centralizados, como o são arranjos centrados na função de governador estadual. Os resultados da pesquisa desvelaram o potencial da teoria da subjetividade na concepção de F. L. González Rey para abertura de novos horizontes para a compreensão de problemas de diferentes dimensões no campo da administração, no que está envolvido o tema da gestão metropolitana.

Questão para debate: Quais expressões da teoria da subjetividade se apresentam mais significativas para os estudos de espaços de organização social, como é o caso do espaço da gestão metropolitana, de instituições, de organizações públicas e privadas, etc?

PALAVRAS-CHAVE: Subjetividade, gestão metropolitana, subjetividade social, subjetividade política.

ABSTRACT: “The negotiation table for metropolitan management is a transfer table, not a gain table”. With these words, one of the research participants who addressed the “subjective configurations in metropolitan management in Vitória - ES”, in 2014 and 2015, summed up its meaning of what should be the search for understanding in order to solve common problems in a community metropolitan. This article, presented in the form of a theoretical essay, is the result of this research that resulted

in a doctoral thesis. A fundamental concept used to construct the thesis was that of social subjectivity, in which the idea of political subjectivity is involved. The objective of this article is to reflect on epistemological prisms in the field of subjectivity, with contributions from social subjectivity and political subjectivity, which can contribute to the production of new ways of thinking and acting in search of development of the metropolis management. That they can compete towards a management based on politics, autonomy, action and reflection: in the concept of subject. The reflections developed are based on the theory of subjectivity, with an emphasis on the meaning of social subjectivity. Theoretical perspectives assumed in this study imply questioning, for example, proposals for the implantation of a metropolitan administration that replaces or supplements municipal administrations in metropolitan cities in Brazil. It also implies questioning management arrangements implemented predominantly heteronomously and centrally, as are arrangements centered on the role of state governor. The research results unveiled the potential of the theory of subjectivity in the conception of F. L. González Rey for opening new horizons for the understanding of problems of different dimensions in the field of administration, in which the theme of metropolitan management is involved.

KEYWORDS: Subjectivity, metropolitan management, social subjectivity, political subjectivity.

1 | INTRODUÇÃO

Mesmo que os estudos organizacionais tenham crescido significativamente nos últimos trinta anos no Brasil, esse crescimento teve como base especialmente a ortodoxia funcionalista, o que decorre, na opinião de Caldas (2005), da falta de conhecimento acerca de conhecimentos alternativos ao funcionalismo. Outras abordagens, como as vertentes subjetivistas e críticas, começaram a aparecer principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, acompanhando o que estava acontecendo em muitos países europeus. Entretanto, mesmo com esse crescimento, o funcionalismo continuou a expandir sua hegemonia no campo dos estudos organizacionais. As abordagens interpretativas, ao abrigarem pensamentos e teorias que defendem que o mundo social não pode ser compreendido da mesma forma como se estudam o mundo natural e o físico, confrontam essa hegemonia ao questionar o funcionalismo em sua base (CALDAS, 2005).

Abordagens interpretativas vêm crescendo desde o final da década de 1970, acompanhadas de estudos críticos e pós-modernos que se expandiram principalmente depois da década de 1980. Essencialmente, abordagens interpretativas confrontam o objetivismo enraizado na doutrina funcionalista, “[...] enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social”, como enfatizam Vergara e Caldas (2005, p. 66). Nesse debate subjetividade versus objetividade estão teorias que podem ser situadas num ou noutro campo.

Este ensaio teórico situa-se nesse debate, quando seu autor busca posicionamento na vertente interpretativa e crítica (BURREL e MORGAN, 1979) no campo dos estudos

organizacionais. O objetivo deste artigo é refletir sobre prismas epistemológicos no campo da subjetividade, com aporte de acepções de subjetividade social e subjetividade política, que possam concorrer para a produção de novos modos de pensar e de agir em busca de desenvolvimento da gestão da metrópole.

As ideias de González Rey (2003) nascem da concepção de sujeito e de subjetividade a partir de uma compreensão histórico-cultural do ser humano, com a ideia de que a produção de subjetividade se dá nos níveis individual e social simultaneamente. Trata-se de uma *inovadora* acepção de subjetividade que abre potencial enorme de pesquisa no campo dos estudos organizacionais, como vislumbram Paes de Paula e Palassi (2007), face à possibilidade de compreensão da vida organizacional como espaço de produção de subjetividade.

A teoria da subjetividade vem ganhando espaço em pesquisas científicas em diversos campos no Brasil, e entre eles está o da Administração. No caso deste ensaio, o foco está na administração pública, especificamente no espaço social e político da gestão urbana e metropolitana. A ênfase é na acepção de subjetividade social e no conceito de configuração subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2003; 2011) para interpretar informações e expressões que compõem a subjetividade que envolve os processos de construção dos arranjos de gestão metropolitana de Vitória. O foco é o estudo da subjetividade das pessoas envolvidas no processo de construção ou de tentativa de construção de gestão para a metrópole e, por meio desse estudo, compreender aproximadamente a realidade histórica e cultural resultante dos processos dessa construção.

2 | A SUBJETIVIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Durante o desenvolvimento de uma teoria da subjetividade, Fernando Luis González Rey parte da compreensão de que o ser humano é constituído a partir de sua reflexibilidade durante sua história de vida, processo durante o qual seu pensamento atua por meio de situações que provoquem sua emoção. Por meio de sua reflexibilidade, o sujeito intervém na produção de sua própria subjetividade e na constituição subjetiva dos espaços sociais em que atua, a partir de onde intervém também em outros espaços sociais. O espaço político na democracia em que participam não somente os representantes políticos eleitos, mas gestores públicos, servidores, representantes dos movimentos sociais e tantas outras pessoas, configura-se em meio terreno abundante para exploração de zonas de sentido para obtenção de informações e construção de conhecimento.

Da concepção de sujeito de González Rey (2003), o sujeito de pensamento, emoção e linguagem, emerge o sujeito reflexivo e participativo. A subjetividade entendida numa perspectiva histórico-cultural rompe com a visão que constringe a subjetividade ao intrapsíquico. A Teoria da Subjetividade desenvolvida por González Rey (2003, p. 240) “[...] se orienta para uma apresentação da subjetividade que em todo o momento se manifesta

na dialética entre o momento social e o individual, em que o momento individual está representado por um sujeito comprometido permanentemente no processo de suas práticas sociais, de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos”. Na obra *Sujeito e Subjetividade*, González Rey (2003) defende um conceito de subjetividade que não guarda relação com o conceito desenvolvido em algumas correntes filosóficas da modernidade:

A subjetividade [...] é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social. Essa visão da subjetividade está apoiada com particular força no conceito de sentido subjetivo, que representa a forma essencial dos processos de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2003, p. IX).

A acepção de sentido está associada ao processo da atividade do homem em seus diversos ambientes de ação. Sentido subjetivo é compreendido como “[...] a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 127). Os sentidos subjetivos são produzidos nas diferentes zonas ou espaços do social e estão presentes em qualquer experiência social concreta. A subjetividade social, entendida como sistema de sentidos subjetivos, permite estudar a sociedade por meio de diferentes processos, “que, em momentos anteriores do desenvolvimento da psicologia, representaram campos específicos da psicologia aplicada, frequentemente isolados entre si. O conceito de sentido subjetivo dá particular sustentação à concepção de subjetividade desenvolvida por F. L. González Rey. A subjetividade é legitimada pelo fato de ser “[...] uma produção de sentidos subjetivos que transcende toda a influência linear e direta de outros sistemas da realidade” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 22).

González Rey (2003) considera a necessidade de superar a visão mecanicista de ver cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos separados e passar a vê-los como fenômenos que se integram. É nesse esforço teórico de integração do individual com o social que surge a acepção de subjetividade social.

Tenho estabelecido em trabalhos precedentes o conceito de subjetividade social (1993, 1996, 1997), cujos fenômenos, de uma forma ou de outra, têm sido objeto de atenção de vários autores, entre os quais considero como especialmente relevantes Castoriadis e Guattari. **O conceito de subjetividade social nos permite compreender a dimensão subjetiva dos diferentes processos e instituições sociais, assim como o da rede complexa do social nos diferentes contextos em que ela se organiza através da história (gn).** Esta visão facilita transcender a divisão dicotômica entre o social e o subjetivo, assim como da dicotomia entre o individual e o social (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 78).

Ao se inserir nesse complexo sistema de configuração subjetiva, a subjetividade gerada no campo da política, por exemplo, influencia e é simultaneamente influenciada

pelos diversos espaços que compõem o tecido social, como a família, a religião, os estudos, o trabalho e tantos outros. Dessa mesma forma, as condições objetivas de existência nas organizações e instituições constituem fenômenos subjetivos produzidos socialmente e, ao mesmo tempo, são constituídos por eles. A subjetividade individual dos representantes políticos, gestores e servidores envolvidos na gestão metropolitana, por exemplo, está atravessada de forma permanente pela subjetividade social, que, por sua vez, aparece constituída de forma diferenciada em cada um deles. Na configuração da subjetividade social estão inter-relacionados variados fenômenos sociais, como

[...] mitos, humor, formas habituais de pensamento, códigos morais, códigos emocionais de relação, comportamentos institucionalizados, a organização do sentido comum, os códigos emocionais de relação, a organização social dos repertórios de resposta, a linguagem, as representações sociais, os discursos, os comportamentos institucionalizados, etc. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 131).

Essa complexa rede de significados gerados em espaços e em variados elementos do convívio social, que formam a subjetividade, remete à reflexão de que “[...] as sociedades humanas não podem ser explicadas apenas por suas condições objetivas de existência” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 104). A gestão da metrópole, por exemplo, por ser um fenômeno importante no complexo sistema de significados gerador de subjetividade, de forma análoga, não pode ser explicada simplesmente a partir de fatores objetivos que a envolvem. As experiências vividas pelos sujeitos no âmbito de sua cidadania produzem em todo momento sentidos subjetivos, configurando e reconfigurando a subjetividade social e sua própria subjetividade.

3 I SUBJETIVIDADE SOCIAL E SUBJETIVIDADE POLÍTICA NA GESTÃO METROPOLITANA

No imaginário *moderno*, a definição de sujeito se sustenta na força de sua razão e na linguagem com que nomeia o que se passa pela razão. Nessa definição, o sujeito é o ser humano abstrato separado do outro, do mundo e de suas próprias abstrações, do que advém um sujeito vazio, sem história e sem concreções. É, assim, um sujeito coisificado, objetivado, alienado, que perde sua historicidade, sua ação e sua mudança e transformação. “O sujeito racional que se define a partir de seus ideais de perfeição perde sua própria natureza tensional, conflitante, vital, complexa” (ALVARADO, OSPINA e MUÑOZ, 2008, p. 26). Essa acepção de ser humano, que se encarna na configuração modernidade, racionalidade e economia baseada no modo de acumulação capitalista, desgasta a noção de sujeito, implicando desgastes igualmente sérios em diversas dimensões associadas a valores humanos, como o são os valores da igualdade, da ética, da liberdade, da cooperação e da política.

Esse discurso *moderno* de sujeito corrói a noção de sujeitos compreendidos como seres humanos dotados de pensamento, criação, participação, emoção e linguagem (GONZÁLEZ REY, 2005); e de seres humanos ativos, reflexivos, políticos e criadores (CASTORIADIS, 2007). Ou, ao invés de sujeito, “[...] melhor falar em componentes de subjetivação trabalhando, cada um, mais ou menos por conta própria” (GUATARRI, 1990, p. 17), mas sempre na perspectiva de que “[...] somos todos sujeitos, já que é possível descobrir a marca do sujeito em todos os indivíduos” (TOURAINÉ, 2006, p. 129).

É nesse veio crítico que se busca sustentação para reflexões sobre subjetividade política apresentadas neste trabalho, no sentido de que o resgate da acepção da política passa pelo resgate da acepção de sujeito que se perde com o advento do discurso da sociedade moderna, racional e capitalista que se hegemoniza especialmente a partir do século XIX. Passa pelo resgate do sujeito que foi deixado de lado pela própria psicologia em sua busca de reconhecimento entre as ciências, quando tenta

[...] abandonar seu substrato filosófico e adota métodos das ciências naturais, o que condiciona a negação da subjetividade. A Psicologia se desenvolve carregando as marcas do positivismo e sofre influências também presentes no desenvolvimento das ciências no século XIX (MOTTA e URT, 2009, p. 621).

A acepção de subjetividade política está sustentada, assim, na acepção de subjetividade, vocábulo que, de forma geral, segundo Furtado (2007), vem sendo utilizado para fazer referência a fenômenos humanos que escapam à objetividade, mas também na psicologia para se referir à produção psíquica. Para o autor, González Rey (2005) é um psicólogo social que tem se dedicado “[...] a construir uma definição de subjetividade” no campo da psicologia atual. É nesse esforço intelectual que surge o conceito de subjetividade social (GONZÁLEZ REY; 2003; 2005) que sustenta esta tese, dentro do qual se insere a noção de subjetividade política. Ao longo dos últimos anos, González Rey (2005) vem assumindo interesse especial pelo tema da subjetividade política, notadamente no que tange à associação entre os sentidos subjetivos e o político.

Menciona, por exemplo, que a política no Brasil, assim como em outras partes do mundo, se alimenta de aspectos contextuais e históricos. Suas reflexões têm inspiração em pensadores sociais que aportaram reflexões com implicações sociais profundas, destacando Pierre-Felix Guattari e Cornelius Castoriadis. Segundo González Rey (2005, p. 97), “[...] tanto Guattari quanto Castoriadis realizam seu trabalho dentro de um referencial psicanalítico; contudo, ambos criticam o universalismo totalizador das construções freudianas e lacanianas, e empreendem caminhos novos de construção teórica [...]”.

Ainda em relação ao desenvolvimento de uma acepção de subjetividade política, a teoria do imaginário de Castoriadis (1982) é particularmente contributiva. Motta e Urt (2009) expõem que o pensamento de Cornelius Castoriadis se desenvolve a partir de princípios filosóficos de Karl Marx, mas a partir dos quais vai desenvolver críticas ao marxismo. Conceitos marxistas fundamentais são contestados por ele, como a concepção

de estruturalismo e de alienação, já que para C. Castoriadis, a pessoa ou um trabalhador pensa e age em seus espaços de atuação, onde desenvolve possibilidades de resistência e de organização.

Levando essa compreensão para o campo da gestão metropolitana e pensando a expressão cidadão metropolitano, equivaleria a dizer que as pessoas compreendidas nesse espaço social também pensam e agem a seu modo e conforme os recursos de que dispõem, com vistas à organização social desses espaços. Nessa trajetória, a partir da dimensão da autonomia, a acepção de imaginário - categoria central do pensamento de Castoriadis (1982) que abrange com profundidade o ser humano, a sociedade e sua organização – se associa ao desenvolvimento do conceito de subjetividade social e de subjetividade política. Com a categoria de imaginário, Castoriadis (1982)

delinea a existência de estruturas significantes e de significados que não respondem ao real, assim como também não têm a função de ajudar a pensar o real: são formas de organizações simbólicas e de sentido, que formam um fim em si mesmas, e que geram sentido, coesão e organização dentro do complexo tecido social. O imaginário social é uma criação humana, seu valor está no sentido que gera para os sujeitos que o compartilham, e não na designação de um fenômeno real externo ao sujeito (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 104).

Para González Rey (2005), essa construção teórica de imaginário social remete a um fenômeno da subjetividade social e retoma a ideia de que as sociedades humanas não podem ser compreendidas tão somente a partir de suas condições objetivas de existência, já que fenômenos subjetivos que são construídos socialmente são também responsáveis pela forma de organização social de determinado espaço. Isso pode levar a pensar que que a realidade social e a organização social e política do espaço metropolitano não são passíveis de serem compreendidos apenas a partir de suas condições objetivas.

Da mesma forma, a realidade e a organização metropolitana não são passíveis de serem compreendidas somente a partir de suas condições atuais. Desconsiderar a subjetividade social e política que conforma esses espaços, bem como desconsiderar seu passado ou configurações histórico-culturais determinantes para a condição atual desses espaços, significa comprometer o seu futuro, ou melhor, comprometer a criação, o planejamento e a construção desse novo futuro. Transpondo para o tema desta tese, significa comprometer a própria gestão da metrópole e seu futuro. A acepção de imaginário social de Cornelius Castoriadis está assentada firmemente na questão da autonomia, ideia que está relacionada à capacidade dos seres humanos para criarem e instituírem o seu próprio mundo; capacidade que têm de questionarem, reverem e recriarem as próprias leis a que estão submetidos. É especialmente instrutivo o entendimento de Fressard (2006) sobre a acepção de imaginário social, significando-a de *la potencia de inventar de los pueblos*.

En primer lugar, el imaginario social viene a caracterizar las sociedades humanas como creación ontológica de un modo de ser sui generis, absolutamente irreducible al de otros entes. Designa, también, al mundo singular una y otra vez creado por una sociedad como su mundo propio. [...] En efecto, toda sociedad contiene en sí misma una potencia de alteridad. Siempre existe según un doble modo: el modo de "lo instituido", estabilización relativa de un conjunto de instituciones, y el modo de "lo instituyente", la dinámica que impulsa su transformación (FRESSARD, 2006, p. 1).

Numa entrevista, F. L. González Rey (GOMES e GONZÁLEZ REY, 2012) expõe seu entendimento de subjetividade política como parte de um momento de uma subjetividade social, podendo estar atravessada ao mesmo tempo por muitos componentes da subjetividade social. O autor cita, por exemplo, o imaginário coronelista que impregnou e ainda permeia a política e a gestão pública brasileira, tema pesquisado por muitos estudiosos. A subjetividade política seria vista, assim, como uma produção da subjetividade social, com especificações importantes que valem à pena ser estudadas e que se convertem em um campo valioso de conhecimento.

Porque cuando hablamos de subjetividade política, en ella está la religión, están las creencias, están los mitos de un determinado país, están una cantidad de cosas que em sentido estricto no forman parte de la actividad de la organización política. Esa subjetividade política son síntesis de una subjetividade social com desdobramentos infinitos, de ali que me cuesta trabajo seccionar la subjetividade, decir que esto es dominio de la subjetividade política (GÓMEZ e GONZÁLEZ REY, 2012, p. 376).

Assim como em outros elementos constituintes da organização social e política, a gestão metropolitana e seu processo de construção e desenvolvimento estão entranhados por subjetividades ou configurações subjetivas histórico-culturais que conformam sua realidade atual. Contudo, uma questão essencial é que esses elementos estão sofrendo processos permanentes de transformação, bem como outros estão sendo criados. Assim, as expressões imaginário social, subjetividade social e subjetividade política, por exemplo, não se prestam apenas à compreensão de como se deu a construção da gestão de espaços metropolitanos e como está sua situação atual, mas se apresentam sobretudo essenciais para os processos de transformação social e de criação nesses espaços sociais, em suas diversas dimensões, sendo a gestão e a organização do espaço social uma delas.

4 | POR NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA

O que se vislumbra a partir das reflexões apresentadas neste ensaio, que têm como pano de fundo o estudo da gestão metropolitana sob o prisma da subjetividade, é contribuir para produção de sentidos e de novos modos de pensar e agir no âmbito da administração pública. Especificamente no que tange à gestão da metrópole, uma produção de sentidos orientada a transpor barreiras simbólicas que dificultam seu desenvolvimento. Isso com

vistas à construção de novas realidades de gestão baseadas em valores cooperativos e contribuintes do desenvolvimento de institucionalidades efetivas e duradouras, voltadas ao interesse comum.

A ideia de resgate do sujeito se insere no bojo da ideia de produção de novas subjetividades. O cidadão é o sujeito. A noção de cidadão metropolitano, então, não é a de cidadão comum, alienado e não-participativo. A utilidade da noção de sujeito e do resgate dessa noção se insere na compreensão do problema da gestão metropolitana, especialmente para confrontar o senso comum de que cabe tão somente aos líderes do mercado e às lideranças políticas decidir sobre o presente e sobre o futuro do espaço social metropolitano.

É nesse bojo que se inserem visões críticas desenvolvidas neste trabalho em relação ao ideário de mercado e ao de representação. Se ambos se apresentam muitas vezes como meio de reprodução de interesses dominantes, é possível afirmar que, na democracia representativa, residem traços especiais de autonomia, alguns inclusive de democracia direta e, nisso, ela pende para a concepção original de democracia: para o lado do diálogo em busca do interesse comum. Perspectivas teóricas assumidas neste estudo implicam questionar, por exemplo, arranjos implantados de forma preponderantemente heterônoma e centralizados.

No que tange à perspectiva epistemológica e metodológica adotada, a teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa, os resultados da pesquisa mostraram seu potencial para o estudo de problemas análogos em espaços sociais de administração pública. A teoria da subjetividade na concepção de F. L. González Rey abre novos horizontes para a compreensão de problemas de diferentes dimensões no campo da administração, a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Considera-se o estudo da subjetividade das pessoas envolvidas em determinado problema organizacional pesquisado via promissora à obtenção de respostas para problemas de pesquisa em organizações, e com vistas ao desenvolvimento de novas subjetividades nesses espaços; de “novos” *sujeitos*; de “novas” organizações fincadas em valores como autonomia e emancipação.

A relação entre política, gestão pública e subjetividade pode ser entendida pelo fato de que os espaços da política e da administração pública são indissociáveis de quaisquer outros espaços sociais que compõem o complexo sistema de significados que dão sentido à existência do sujeito, além do que, nessa relação, estão entranhadas configurações culturais e históricas que de uma maneira ou de outra influenciam decisões no âmbito da administração pública, no que está inserido o tema da gestão metropolitana.

A expectativa é que essas reflexões contribuam para outras análogas e para a compreensão aproximada do problema de como gerir o espaço metropolitano, abrindo caminho para discussões e tomadas de decisões no sentido de produção de novos sentidos subjetivos que redundarão em novas configurações subjetivas favoráveis ao desenvolvimento de uma gestão metropolitana baseada em valores como política, autonomia, cooperação.

REFERÊNCIAS

- ALVARADO, S. V.; OSPINA, H. F.; MUÑOZ, G. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. **Revista Argentina de Sociología**, v. 6, n. 11, ISSN 1667-9261, p. 19-43 set. 2008.
- BURREL, M.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, Miguel. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 53-7, jan./mar. 2005.
- CASTORIADIS, C. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FRESSARD, O. El imaginario social o la potencia de inventar de los pueblos. *Revista Transversales*, 2, 2006. Disponível em: < <http://www.fundanin.org/fressard.htm> > Acesso em: 16 jan. 2013.
- FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. M.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 75-93.
- GONZÁLEZ REY, F. L.. **El pensamiento de Vigotsky**. Mexico: Editorial Trillas, 2011.
- _____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- _____. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- _____. **La Investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos**. São Paulo: Educ, 1999.
- GOMEZ, Á. D.; GONZÁLEZ REY, F. L. Subjetividad política y psicologías sociales críticas en Latinoamérica: ideas a dos voces. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 11, n. 1, p. 325-37, Enero-Marzo, 2012.
- _____. Subjetividad: una perspectiva histórico cultural. Conversación con el psicólogo cubano Fernando González Rey. *Universitas Psychologia*, Univ. Psychol. Bogotá (Colômbia), 4 (3): 373-383, octubre-diciembre de 2005. Disponível em: <http://sparta.javeriana.edu.co/psicologia/publicaciones/actualizarrevista/archivos/V4N310subjetividad.pdf> > Acesso em 16 jan. 2013.
- GUATTARI, F.. **As três ecologias**. 20ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009.
- MOTTA, M. A. A. da; URT, S. da C. Pensando o sujeito: um diálogo entre Castoriadis e González Rey. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 621-9, out./dez. 2009.

PAES DE PAULA, A. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 199-228.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. **Paradigma interpretacionista**: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

CAPÍTULO 5

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 01/01/2021

Luccas Bernacchio Gissoni

Universidade Federal do ABC, Programa de
Pós-Graduação em Economia Política Mundial
São Bernardo do Campo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3169916414077985>

RESUMO: Cronologicamente, a constituição do campo da economia política antecede os das ciências econômica e política. Sua delimitação deve ultrapassar a mera co-relação entre o *econômico* e o *político*. Dialogo com a delimitação oferecida por Hinkelammert em *Democracia y totalitarismo*, para quem a economia política, diferentemente da economia neoclássica, aborda seu objeto a partir da perspectiva da reprodução dos fatores produtivos. Esta delimitação tem espaço tanto para uma economia política burguesa como para uma economia política socialista. Mas, se a reprodução ampliada do capital pressupõe a não-reposição dos fatores, a burguesia não tem interesse científico ou político na reprodução destes. Alternativamente, proponho delimitar o campo da economia política justamente por sua antecedência não só cronológica, mas também lógica, à separação analítica entre o *econômico* e o *político*, que corresponde ao modo capitalista de produção, e que é condição histórica à constituição da economia e da política enquanto campos científicos separados e delimitados. A delimitação

que proponho abrange a questão da reprodução dos fatores, problema social não redutível às esferas econômica e política, e ao mesmo tempo apresenta a economia política como ciência radicalmente socialista, pois é capaz de enxergar a gênese histórica do pensamento burguês nas relações sociais de produção e a possibilidade de sua superação.

PALAVRAS-CHAVE: Economia política, delimitação de campo, pensamento burguês e pensamento socialista.

INTERDISCIPLINARITY IN SOCIAL SCIENCES AND DELIMITING THE FIELD OF POLITICAL ECONOMY: AN EPISTEMOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT: Chronologically, the emergence of the field of political economy predates that of economics and political science. Its delimitation must surpass the mere correlation between the *economical* and the *political*. In the following words, I establish a dialogue with the proposition for delimiting the field of political economy offered by Hinkelammert in *Democracia y totalitarismo*, for whom, unlike neoclassical economics, the political economy approaches its object from the perspective of the reproduction of the factor of production. Hinkelammert's delimitation includes both a bourgeois and a socialist political economy. But, if expanded reproduction of capital presupposes non-reposing factors, the bourgeoisie has no scientific or political interest in reproducing them. Alternatively, I propose to delimit the field of political economy by its not only chronological, but also logical precedence to the analytical separation of the *economical* and

the *political*, which corresponds to the capitalist mode of production, and that is the historical condition to the constitution of economics and political science as separated and delimited fields. My proposition includes the matter do the reproduction of factors, a social problem not reducible to the economical and political spheres, and at the same time presents political economy as a radically socialist science, for it is capable of seeing the historical genesis of bourgeois thinking in the social relations of production and the possibility of its sublation.

KEYWORDS: Political economy, delimiting the field, bourgeois and socialist thought.

11 O QUE É ECONOMIA POLÍTICA

Etimologicamente, a expressão “economia política” compõe-se dos vocábulos οἶκος, literalmente “família” ou “casa”, mas que designa a família enquanto unidade produtiva na sociedade grega antiga; Νομία, divindade que representa as leis, estatutos ou ordenações – as normas (νόμος) – conjuntamente, οἰκονομία, isto é, regras para a boa administração da unidade familiar; e πολιτικά, relativa ao conjunto de assuntos que interessam à πόλις. A expressão teria sido utilizada pela primeira vez por Antoine de Montchrestien, em 1615, em seu *Traité d'Économie Politique*, no afã de diferenciar o que seria a economia pública, ou seja, as regras de administração da unidade política enquanto entidade econômica, da economia privada da οἶκος (AVELÃS NUNES, 2007).

Esta origem do campo científico da economia política, bem como do termo que o designa, revela que ele nasce como uma disciplina cujo objeto constitui uma unidade, ou, melhor dizendo, uma totalidade. Deste modo, não se trata, como poderia ser pensado a partir do momento histórico atual, de uma adição de duas disciplinas tidas *a priori* como delimitadas e separadas, cada qual com seu respectivo objeto, isto é, a economia e a política. Pelo contrário, a concepção da economia política enquanto campo do saber precede histórica e, conforme irei argumentar, também logicamente, ao nascimento da ciência econômica e da ciência política.

A partir da revolução marginalista, contudo, o método da economia política entrou em descrédito em relação ao paradigma dominante na ciência econômica. Com a publicação de *Principles of economics*, de Alfred Marshall, em 1890, a designação *economics*, na tradição anglófona, passou a ser favorecida em relação à *political economy*, revelando a “preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da matemática (*mathematics*) ou da física (*physics*) e, por parte de alguns autores, o propósito de pôr em relevo que o que interessa é o indivíduo e não os grupos, a sociedade ou o estado (*sic*)” (AVELÃS NUNES, 2007, p. 11). Evidentemente, tal projeto dependera da delimitação do objeto da ciência econômica a fim de depurá-lo de causalidades políticas, inaugurando a referida clivagem.

Se atualmente se encontra novamente em ascensão o campo da economia política, a perspectiva deste deve ultrapassar uma que pretenda pôr em diálogo as ciências econômica e política; afinal, esta clivagem não compõe a tradição da economia política

e, sobretudo, não se faz presente no próprio objeto – sua gênese está no processo de análise e abstração realizado pelo pensamento. Uma proposta de delimitação do campo é oferecida por Hinkelammert (1990). Segundo este autor, a tradição da economia política, mais que uma forma de pensar que considera a inter-relação entre o econômico e o político, pressupõe uma concepção determinada do econômico que difere daquela adotada pela economia neoclássica. De acordo com ele, se esta enfoca seu objeto desde o ponto de vista da atribuição ótima dos recursos, aquela o enfoca desde o ponto de vista da reprodução dos fatores de produção.

Esta oposição entre economia neoclássica e economia política não se confunde, *a priori*, com a oposição entre pensamento burguês e pensamento socialista. Assim, autores representantes da economia política burguesa como Smith, Malthus e Ricardo estão preocupados com a reprodução da força de trabalho, derivando daí a teoria do salário baseada na subsistência dos trabalhadores bem como do aparato produtivo, cuja permanência depende da reposição da maquinaria desgastada. Essas necessidades apresentam-se como limitantes objetivos das decisões políticas. Em Marx, a reprodução material da vida humana é elevada a condicionante de última instância da reprodução dos demais fatores produtivos, que neste caso incluem também a natureza. A tradição marxista, conforme argumenta Hinkelammert, elabora uma economia política socialista como crítica radical à economia política burguesa; a isto responde a burguesia com a elaboração de uma crítica radical à economia política como um todo, seja socialista, seja burguesa, através da teoria econômica neoclássica.

A teoria neoclássica, ao contrário da economia política, ainda segundo Hinkelammert, conceitua o econômico como “o campo de decisões sobre meios escassos em função de fins dados, sejam pelos gostos dos consumidores ou politicamente”, cabendo à ciência econômica o cálculo da “satisfação ótima das demandas expressas” por meio da designação dos recursos escassos segundo a disponibilidade do sistema produtivo (HINKELAMMERT, 1990).¹ Neste discurso, está ausente preocupação anterior com a reprodução dos fatores, e, na concepção do econômico presente na matriz disciplinar da economia neoclássica (KUHN, 1998), a determinação em última instância pelo econômico, presente tanto na economia política burguesa como na socialista, não tem qualquer sentido.

Deste modo, a economia política é capaz de abarcar as preocupações da teoria neoclássica; no entanto, na medida em que esta radicaliza a exclusividade dada à atribuição dos recursos, a recíproca não é verdadeira. Buscando definir a problemática da economia política na atualidade, Hinkelammert afirma que os marcos da atribuição ótima devem ser enquadrados dentro dos limites definidos pela necessidade da não destruição da reprodução do aparato produtivo. Este “marco logicamente prévio à multiplicidade de

1. A chamada teoria pura do direito, de Hans Kelsen (2009), transplanta esse discurso para a teoria jurídica, afirmando que o papel da ciência jurídica, concebida também como ciência teórica pura, limita-se ao cálculo da decisão correta em função dos fins dados pelo legislador – isto é, a norma jurídica – eles mesmos tidos como extra-jurídicos. Poderíamos chamá-la de *juridics*.

decisões que em economia se podem tomar” ganha destaque no momento em que “o sistema atual entra em crise à causa de sua impossibilidade de assegurar a reprodução dos fatores produtivos” (HINKELAMMERT, 1990).

Assim, por mais que tente, a economia neoclássica não consegue equacionar problemas como a miséria extrema, a fome e a destruição do meio ambiente. Faltam-lhe categorias para interpretar teoricamente esses e outros problemas, “cuja existência negaram há mais de um século”. À falta de teoria, tampouco pode a burguesia dos países centrais oferecer respostas políticas coerentes: “com sua insistência exclusiva na atribuição de recursos, não pode fazer nada mais que dizer como levar ‘otimamente’ a sociedade humana à sua própria destruição” (HINKELAMMERT, 1990).

A necessidade da solução de tais problemas vem, desde a Segunda Guerra Mundial, progressivamente reabilitando a economia política. Entretanto, como a burguesia tinha abandonado a esta em favor da teoria econômica neoclássica, ela partiu da tradição marxista para perpetrar tal reabilitação. Sua contradição com o pensamento econômico dominante nas universidades fez com que essa nova economia política burguesa nascesse desvinculada dos departamentos universitários; Hinkelammert especula que isto levaria a uma reformulação, no futuro, do ensino universitário de economia, “para tornar as universidades funcionais a novos pensamentos já dominantes no âmbito político burguês” (HINKELAMMERT, 1990).

Os problemas cujas soluções Hinkelammert argumenta que possam ser encontradas no campo da economia política são problemas simultaneamente econômicos e políticos; melhor dizendo, são problemas sociais complexos cujos aspectos econômicos e políticos são analiticamente delimitados pelo pensamento, por meio da abstração. Dito de outro modo, estes aspectos não se encontram separados na própria realidade. Daí deriva a dificuldade instrumental enfrentada pelos campos científicos que pretendem resolvê-los, que fazem abstração de elementos essenciais. Hinkelammert oferece uma delimitação do campo da economia política que, ao compreender que as esferas econômica e política do real não se encontram separadas e delimitadas no próprio real, ultrapassa o mero diálogo entre as ciências econômica e política, e com isto aborda os problemas sociais relevantes a partir de uma perspectiva que considera a totalidade. O autor aposta que esta perspectiva é capaz de solucionar os problemas candentes da atualidade.

2 | APRECIÇÃO CRÍTICA

De acordo com Hinkelammert, a crítica marxiana à economia política burguesa, no século XIX, levou ao total abandono da economia política por parte da burguesia, produzindo-se a teoria neoclássica. Contudo, a desconsideração, por parte desta última, de qualquer preocupação acerca da reprodução dos fatores, tem levado a burguesia a uma incapacidade de fornecer respostas aos problemas de nosso tempo, os quais apontam

para os limites sistêmicos da acumulação capitalista e para o esgotamento desses mesmos fatores – os quais, podemos afirmar com elevada certeza, vem se acentuando desde quando escreve o autor. Assim, Hinkelammert sublinha o aparecimento de uma nova economia política burguesa, que, partindo da economia política marxista, busca suplantá-la e oferecer respostas propriamente burguesas e imperiais à questão do esgotamento dos fatores, permitindo assim a continuidade do modo de produção capitalista, cuja superação é, para os marxistas, condição da continuidade da reprodução da vida humana.

Contudo, partindo das considerações de Hinkelammert acerca da preocupação axiomática da economia política com a reprodução dos fatores, cabe perguntar se esta pode ser de algum modo assegurada nos marcos do modo de produção capitalista, e portanto se a burguesia tem qualquer capacidade epistemológica de produzir uma teoria que tenha tal preocupação como princípio. Para Marx, a economia política burguesa, cujos melhores expoentes ele admira, corresponderia ao estágio histórico revolucionário da burguesia; a partir do momento em que esta classe assegura o poder político, tornando-se intrinsecamente conservadora, o pensamento econômico que produz passa de científico a apologético, perdendo qualquer capacidade crítica (LÖWY, 1996). No posfácio da segunda edição de *O Capital*, e 1873, Marx argumenta que as exigências da luta de classes na Inglaterra, França e Alemanha fez dos teóricos burgueses da economia política “meros sofistas e sicofantas das classes dominantes” ou, quando muito, tentarem “pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas” (MARX, 2017, p. 86). Seria a burguesia capaz, em sua fase histórica conservadora, de criticar o modo de produção por tensionar os fatores além de sua capacidade de reprodução?

Poderíamos, numa tradição luxemburguista (LUXEMBURGO, 1970), argumentar que a própria reprodução ampliada do capital não prescinde da absorção – frequentemente violenta e, em todo caso, extra-econômica – de fatores que se encontram fora do sistema. Isto significa que uma autêntica reprodução cíclica, sistêmica, é impossível, e que o capital só sobrevive mediante a espoliação de recursos que ele nunca repõe, seja por meio da exploração insustentável da natureza, da utilização de trabalho reprodutivo não-pago, de *land-grabbs* ou da escravidão pura e simples, a qual mata o trabalhador e a trabalhadora de tanto trabalhar, para depois substituí-los através do tráfico, mas não os reproduz.²

Em passagem em que apresenta a natureza como fator produtivo, Marx destaca a dependência que a reprodução ampliada do capital tem dos recursos espoliados aos corpos e ao solo e, ao mesmo tempo, a necessidade de superação dialética dessa ordem de relações, superação que há de vir com uma forma superior de sociedade, cujas determinações compõem a agenda de pesquisa da economia política:

2. O argumento é baseado na categoria “acumulação primitiva”, desenvolvida no capítulo 24 de *O Capital* (MARX, 2017). Rompendo com a ideia que a acumulação primitiva constitui um evento no passado, sublinha-se a existência de uma acumulação primitiva continuada; isto não está, necessariamente, em contradição com o argumento de Marx, para quem a acumulação é “*assim chamada* primitiva”. Para exemplos recentes desta discussão, cf. Fraser (2016), Harvey (2005), Patnaik e Patnaik (2017) e Shivji (2019).

O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo em que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (...). Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (...). Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2017, pp. 572-574).³

Nessas condições, qual a possibilidade real, se adotarmos a delimitação do campo da economia política proposta por Hinkelammert (1990), de uma economia política burguesa? Considerando o argumento da espoliação dos recursos, a pressão exercida pelo capital sobre o trabalho e a natureza até seu limite – isto é, o limite da reprodução da vida – não representa para a burguesia uma questão a ser equacionada, dada a própria essência do modo de produção capitalista; representa a consequência natural de sua atuação no mundo e, portanto, do entendimento que tem sobre este. Numa palavra, não representa um *problema* científico ou político. E se, portanto, a ciência é uma atividade de resolução de problemas (KUHN, 1998), a questão da reprodução dos fatores nem chega a se colocar para a burguesia.

Deste modo, não há razão para a burguesia proceda ao entendimento crítico do modo de produção capitalista e do esgotamento dos fatores produtivos, e a formulação científico-política de nova síntese na relação humanidade-natureza (e também das relações humanas propriamente ditas), a que se refere Marx e que é tarefa da economia política, deverá ser realizada pela economia política socialista. Além disso, a economia política sendo uma ciência que objetiva a reprodução dos fatores, ela seria essencialmente anti-burguesa, pois a existência da burguesia enquanto classe, segundo essa perspectiva, depende e deriva do esgotamento dos fatores.

3. Agradeço a Bruno Reikdal Lima por me chamar-me a atenção tanto para essa passagem como para o posfácio da segunda edição de *O Capital*, citado na página anterior.

A previsão de Hinkelammert de que a suposta nova economia política burguesa tomaria os departamentos universitários, redefinindo a ciência econômica, não parece ter-se realizado. É provável, ao contrário, que essa nova economia política tenha sido a resposta teórica a um momento histórico de avanço concreto da classe trabalhadora e dos povos oprimidos do mundo, avanço que também teve seu correspondente ideal no prestígio da economia política socialista, inclusive nas universidades burguesas, como o autor menciona. A derrota provisória, mas contundente, dessas forças políticas, com a derrubada do campo soviético, parece ter aberto nova avenida histórica à economia neoclássica, que vem avançando teórica e politicamente, com o neoliberalismo. A iminência cada vez mais evidente da hecatombe ambiental à qual o capitalismo está nos conduzindo não parece alterar em nada essa situação: as respostas burguesas a esse desafio limitam-se, como ironiza Hinkelammert, ao cálculo do apocalipse “ótimo”. Não seria isto uma evidência da impossibilidade da economia política burguesa e, outrossim, do próprio modo de produção capitalista?

Ocorre que a burguesia não pode oferecer uma resposta ao desafio ambiental precisamente porque o capital não pode reproduzir-se sem espoliar a natureza. Assim, a economia política burguesa abordaria a reprodução dos fatores apenas de uma maneira historicamente limitada, não-radical. Dialecticamente, organizaria a reprodução dos fatores através de sua exploração-sem-reposição. O socialismo oferecer-se-ia, nesse sentido, como a possibilidade histórica concreta de garantia da reprodução dos fatores, natureza inclusa, e a economia política socialista, portanto, como a ciência capaz de organizar esse processo. Deste modo, a superação da economia política burguesa pela economia política socialista seria corolário do próprio desenvolvimento do pensamento, que descobre a radicalidade resultante do privilégio epistêmico dado à reprodução dos fatores. Não seria, portanto, a emergência de uma economia política *socialista* um fenômeno irreversível?

Como se sabe, a separação entre o *econômico* e o *político* é uma descoberta do pensamento que corresponde a uma época histórica em que a apropriação do trabalho excedente pela classe dominante abstrai de qualquer coação direta sobre o produtor e de qualquer domínio sobre ele a que chamaríamos hoje “político” – isto é, qualquer forma de extração *extra-econômica* do excedente, expressão cujo esclarecimento que dá ao fenômeno em tela é ele mesmo revelador do quanto esta forma de exploração do trabalho tornou-se a forma inescapável tanto das relações sociais quanto do pensamento: a partir do momento em que emerge a extração econômica do excedente, as demais passam se definir negativamente em relação a ela. Na sociedade da extração econômica, ambos, produtor e explorador, trabalhador e burguês, aparecem como tendo estatutos juridicamente iguais, abstraindo-se as formas extra-econômicas representadas pelo privilégio de se poder reivindicar o trabalho de outrem, e por isso o direito também é a forma ideológica necessária desta sociedade. Consequentemente, a esfera do *político* aparece então como aquela em

que esses sujeitos iguais têm igual voz e responsabilidade sobre a condução dos assuntos da sociedade, coroando portanto a separação entre esta esfera e a do *econômico*.

Nessas circunstâncias, pôde emergir uma ciência econômica e uma ciência política como campos do pensamento cujo objeto é uma ou outra esfera de relações, ambas parte de uma totalidade concreta, embora analiticamente separadas. Sabemos, entretanto, que não obstante essas esferas estejam legitimamente separadas, pois sua separação corresponde a uma determinada forma em que se manifestam as relações sociais de produção, isto não é toda a verdade. A extração meramente econômica do trabalho excedente corresponde à *forma específica* em que a extração do excedente em geral e o domínio político se manifestam nesta sociedade. O *recalque* (no sentido freudiano) do político ou do extra-econômico constitui a forma através da qual o político e o extra-econômico se manifestam no modo de produção capitalista, o que fica evidente tão logo a trabalhadora retira-se da esfera mercantil dos sujeitos iguais, assinando um contrato de trabalho – ou melhor, com esse ato, coroa-a – e se torna a parte dominada da relação de trabalho no interior da qual está plena e diretamente sujeita ao domínio político.

Nesse sentido, estou de acordo com Hinkelammert de que a economia política é mais que a inter-relação ou junção do econômico com o político. Ela é a ciência para a qual essas esferas não se apresentam como separadas. A economia política antecede, não apenas cronologicamente, mas também logicamente o momento em que elas foram separadas – ela é a ciência que permite enxergar as causas e consequências dessa separação. Logo, não há razão para juntar algo que não se separou. Não se trata de rearticular as duas esferas, mas de dar um passo atrás e entender de conjunto a totalidade do fenômeno.

Esta delimitação do campo da economia política é mais abrangente que a oferecida por Hinkelammert na primeira parte de *Democracia y totalitarismo* (HINKELAMMERT, 1990), porque ela inclui a questão da reprodução dos fatores, mas não se detém aí. A economia neoclássica só pôde abstrair da reprodução dos fatores pois estava concebido o econômico como uma esfera separada da totalidade, e separada não no pensamento, mas na própria realidade. Nessas circunstâncias, pode-se pensar apenas a atribuição ótima dos recursos. Mas se o econômico não existe enquanto tal, prescindir da reprodução de fatores não faz qualquer sentido. Com efeito, o problema da reprodução dos fatores refere-se, desde logo, à totalidade social, e não é redutível às esferas econômica e política.

Isto explica também porque a burguesia é uma classe é politicamente desinteressada e epistemologicamente incapaz de produzir conhecimento em economia política, pois fazê-lo pressupõe historicizar o conhecimento sobre a sociedade e não pensar a sociedade burguesa como contida em si mesma, como fenômeno a-histórico cujas características fazem-se presentes em qualquer época histórica ou mesmo na chamada “natureza humana”. Pensar a totalidade social como não composta por esferas separadas já implica em ver para além do modo de produção capitalista, seja compreendendo sua gênese

histórica, seja vislumbrando sua superação, o que definitivamente não está no interesse da burguesia. Assim, delimitar o campo da economia política por sua antecedência lógica à separação entre o *econômico* e o *político* revela o caráter radicalmente socialista desta ciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Bruno Reikdal Lima por submeter o presente texto à sua atenta leitura e afiada crítica. A manutenção de eventuais erros são de minha responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AVELÃS NUNES, A. J. **Uma introdução à economia política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

FRASER, N. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. **Critical Historical Studies**, v. 3, n. 1, p. 163–178, mar. 2016.

HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.

HINKELAMMERT, F. J. **Democracia y totalitarismo**. 2. ed. San José, Costa Rica: DEI, 1990.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KUHN, T. Posfácio – 1969. In: **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, pp. 217-257.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PATNAIK, U.; PATNAIK, P. **A theory of imperialism**. New York: Columbia University Press, 2017.

SHIVJI, I. G. Whither Africa in the Global South? Lessons of Bandung and Pan-Africanism. In: MOYO, S.; JHA, P. K.; YEROS, P. (org.). **Reclaiming Africa: scramble and resistance in the 21st century**. Advances in African economic, social and political development. Singapore: Springer, 2019, pp. 257-269.

CAPÍTULO 6

LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS

Data de aceite: 01/03/2021

Ernesto Olmedo

Dpto. de Historia. Fac. de Ciencias Humanas,
Universidad Nacional de Río Cuarto, Río
Cuarto, Argentina
<https://orcid.org/0000-0002-5754-7280>

Marcela Tamagnini

Dpto. de Historia, Fac. de Ciencias Humanas,
Universidad Nacional de Río Cuarto, Río
cuarto, Argentina
<https://orcid.org/0000-0003-0059-8842>

Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en el Simposio "Pasado y presente del conflicto social: estudios arqueológicos y memoria sobre la guerra", organizado en el marco del XX CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA ARGENTINA, Córdoba, Argentina, julio de 2019.

RESUMEN: Durante el proceso colonial americano los españoles apelaron al establecimiento de defensas militares en diferentes frentes de conflictos. El trabajo se ocupa de la estrategia castrense asociada a las disputas entre indios y cristianos procurando establecer la manera en que la frontera militar se puso en acto en una frontera de características interétnicas. En ese contexto, los fuertes y fortines -de precaria materialidad- alineados para asegurar la paulatina ocupación territorial fueron defendidos por fuerzas que se caracterizaban por su movilidad en el terreno, visible en las partidas

corredoras de los campos, las batidas en tierras indígenas, el rechazo de los malones sobre los fuertes y estancias así como el auxilio a otros fuertes vecinos.

PALABRAS CLAVE: Defensa, Fortificación, Frontera militar.

THE INTER-ETHNIC BORDER IN SOUTHERN CÓRDOBA TOWARDS THE END OF THE 18TH CENTURY: FORTIFICATIONS AND DEFENSIVE FORCES

ABSTRACT: During the American colonial process, the Spanish appealed to the establishment of military defenses on different fronts of conflicts. The work deals with the military strategy associated with the disputes between Indians and Christians, trying to establish the way in which the military border was implemented on a border with inter-ethnic characteristics. In this context, the forts and forts -of precarious materiality- aligned to ensure the gradual territorial occupation were defended by forces that were characterized by their mobility on the ground, visible in the running games of the fields, the raids in indigenous lands, the rejection of the malones on the forts and estancias as well as the aid to other strong neighbors.

KEYWORDS: Defense, Fortification, Military border

1 | INTRODUCCIÓN

La historia colonial americana se articula en torno de una serie de acontecimientos que dan cuenta de la centralidad de los procesos fronterizos y la defensa militar. Un análisis histórico general permite distinguir la existencia de, al menos, tres frentes de conflictos que involucraron fuerzas militares y coadyuvaron a dar forma a una materialidad defensiva. El primero estuvo asociado a los enfrentamientos interimperiales que, en el Virreinato del Río de la Plata, protagonizaron especialmente el imperio español, el portugués y de manera tardía, el inglés.

Las disputas con las diferentes sociedades indígenas “insumisas” (Nacuzzi 2018) que resistían el avance español también motivaron la erección de líneas de fuertes y fortines. A diferencia del caso anterior, las obras destinadas a la defensa eran de carácter rudimentario, ya que debían resistir los embates de corta duración de una caballería irregular que no contaba con armas de fuego.

El tercer aspecto de la defensa estuvo asociado al mantenimiento del orden como estrategia de control en el marco de un proceso de dominación. De allí que una de las preocupaciones fue la contención de los levantamientos y sublevaciones contra el orden colonial instituido.

Este trabajo se ocupa del segundo frente conflictivo procurando establecer la manera en que la frontera militar se puso en acto, es decir aquellas acciones militares defensivas planificadas y ejecutadas, que incluyeron tanto la instalación de fuertes como el destacamento de tropas. Para ello, indaga en la materialidad bélica puesta en práctica por los españoles en el territorio de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán contra los indígenas que habitaban en la llanura pampeana. Parte del supuesto de que la política militar de los Borbones en la región tuvo una impronta tanto defensiva como ofensiva. La perspectiva que se sostiene es que ambos principios –defensivo y ofensivo– siempre estuvieron presentes, aunque las posibilidades materiales y técnicas hicieron que se impusiera el primero de ellos.

2 | POLÍTICA MILITAR Y MATERIALIDAD: CONJUNCIÓN DE LO DEFENSIVO Y OFENSIVO

La historiografía militar de frontera de corte más tradicional sostiene que en el período colonial las políticas de frontera de la monarquía borbónica tuvieron una impronta eminentemente defensiva (Beverina 1992; Marfany 1940; Walther 1964). Para estos autores, los fuertes y fortines actuaron como base de las partidas que diariamente recorrían y procuraban la defensa de un territorio abierto y dilatado. Por el contrario, las campañas ofensivas habrían sido infructuosas y excepcionales.

De manera contrapuesta, se considera que en la frontera indígena de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán, los Borbones habrían apelado a la combinación de

ambas estrategias, siendo de utilidad aquella que, de acuerdo al momento, revestía mayor factibilidad (Olmedo 2009 y 2014). En términos generales, aun cuando el avance rápido sobre las tierras indígenas a los efectos de su corrimiento, desalojo y eliminación o, en su defecto, las campañas para recuperar ganado o población cautiva fueron prácticas un tanto esporádicas, su aplicación dejó marcas en la memoria de las sociedades indígenas de la región, posibles de rastrear tanto en el registro documental (cartas indígenas) como en los relatos orales contemporáneos (Pérez Zavala *et al* 2011).

En términos de la materialidad defensiva, ambos principios se tornan relevantes en tanto se conectan con las estrategias de la guerra en sí misma. Al respecto, Clausewitz, uno de los principales teóricos de la guerra sostiene que:

“[...] la defensa es más sencilla que el ataque. Pero ya que la defensa tiene un objetivo negativo, el de resguardar, y el ataque tiene un objetivo positivo, el de conquistar; y ya que esto último incrementa nuestros medios bélicos, lo que sucede con lo primero, para ser claros debemos decir que abstractamente la forma defensiva es más fuerte que la ofensiva” (Clausewitz 2006:170-171).

Las condiciones en las que se desarrolló la “guerra contra el indio” -que era la denominación empleada por los funcionarios y militares para referirse al conflicto con las sociedades indígenas que habitaban en el territorio pampeano- distaban bastante de lo que el autor antes indicado quiere significar al referirse a la confrontación entre Estados. No obstante, ello no quita que los indios hayan sido considerados enemigos peligrosos a vencer por intermedio de las armas. Se trataba de una guerra particular, diferente a la que enfrentaba a dos ejércitos de Estados imperiales o reinados de la época. En el caso de las contiendas con los indígenas se tomaba en cuenta la vastísima y diversa extensión territorial -asumiendo que la cuestión del territorio en un contexto de defensa y conflicto resulta crucial (Olmedo y Tamagnini 2020)- volviéndose indispensable la dotación de la Caballería y el uso del caballo, pocas veces en buen estado para soportar extensos recorridos en persecución. Otros condicionantes de peso fueron las grandes distancias, los escasos aprovisionamientos de hombres, recursos (víveres, armamento y municiones) y la falta de pago a los soldados (Olmedo y Tamagnini 2019).

3 | LA MATERIALIDAD DEFENSIVA: DELIMITACIÓN Y DEMARCACIÓN

Desde muy antiguo, los hombres han apelado a construcciones de diferente tipo para defenderse. Ellas van desde las antiguas empalizadas, vallas, muros y murallas que defendían las ciudades antiguas pasando por castillos, baluartes, fuertes, fortines, fosos y zanjas, a las modernas fronteras “inteligentes”, que pueden consistir en un simple alambrado monitoreado por cámaras digitales (Benítez Manual y Rodríguez Uflosa 2006). El examen de esa materialidad requiere tener en cuenta que espacio y tiempo son elementos dinamizadores en los que a su vez se ponen en tensión permanente cambios y continuidades (Tamagnini 2020).

En su lucha contra los indígenas, los españoles construyeron defensas para frenar los ataques de éstos sobre áreas de interés minero o bien para asegurar el tránsito por los caminos que garantizaban el abastecimiento de los poblados españoles. Los ejemplos más tempranos -que datan del siglo XVI- son la frontera chichimeca con la dupla presidio/misión (Cisneros 1997) y los fuertes que fijaron la frontera con los mapuche en el Biobío, en la Capitanía General de Chile. En el siglo XVIII esta última frontera se extendió por el territorio pampeano, dando origen a una línea militarizada de más de 1.000 kilómetros que arrancaba en proximidades del Atlántico, atravesaba todo el oeste de la actual provincia de Buenos Aires, se deslizaba por el sur de Santa Fe, sur de Córdoba y San Luis para rematar en la entrada al valle de Uco en Mendoza.

El trazado de cualquier frontera reconoce dos etapas: la delimitación y la demarcación (Benadava 1993). La primera, consiste en planificar y trazar sobre el papel. Se trata de un saber específico que, en términos militares, podría traducirse en la inteligencia necesaria para la instalación de hitos territoriales. Prueba de ello son todos los proyectos, concretados o frustrados, que generalmente se plasmaron en los planos de distintas fortificaciones. Los ingenieros que trazaron dichos planos no lo hicieron en abstracto sino teniendo en cuenta las condiciones del terreno, los materiales constructivos disponibles y resistentes al paso del tiempo, la altura de los muros, la superficie apropiada para cada dependencia ya sea para albergar determinada cantidad de hombres o el almacenamiento de víveres, las reservas de agua necesarias para soportar un sitio o corte de suministro, el acceso a los flujos de alimentos, la ubicación de pabellones y otras dependencias, como calabozos, capillas, cocinas, sacristías, “casas de pólvora”, etc.

En este punto, vale la pena señalar que aun cuando la delimitación no debiera ser estrictamente encuadrada en la “materialidad” en tanto se corresponde con un conocimiento de carácter más bien teórico, constituye un saber que no puede prescindir de ella ni de las condiciones geográficas que posibilitan la erección constructiva. Incluso, algunos accidentes geográficos eran reconocidos como indispensables para el sostenimiento de aquella materialidad. A manera de ejemplo, se pueden mencionar los ríos pampeanos como un factor asociado al resguardo territorial. El siguiente extracto documental -que forma parte de un expediente iniciado a raíz de un temporal que en diciembre del año 1800 había destruido los fuertes localizados sobre las márgenes del río Cuarto¹- da cuenta no solo de la precariedad de los mismos sino también de la necesidad de reconstruirlos en forma permanente, llegando al extremo de trasladarlos a terrenos más seguros (pero siempre vinculados con el río). En relación al fuerte de La Carlota, el informante señaló que respecto a la

[...] translación del Fuerte y establecim^o de la Carlota al sitio q^e llaman el puesto del Rey no solo lo halla necesario sino tambien muy ventajoso para la

1. Si bien la mayoría de los fuertes se instalaron en la ribera de este río, algunos se construyeron estratégicamente a vanguardia o retaguardia del mismo.

seguridad de los Edificios p^r la mejor calidad del terreno para las siembras del vecindario, comodidad de la Leña y la mejor calidad del agua q^e aunq^e es el mismo Rio q^e pasa por donde esta el actual, en este, es el agua salitrosa y [...] nosiva para las plantas, lo q^e tal vez lo ocasiona el terreno ó venera por donde corre como sucede en otros muchos Rios".²

En el periodo tardo colonial hubo dos proyectos de delimitación de la Frontera Sur de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán. Ambos fueron obra del eficiente y pragmático funcionario borbónico Rafael Núñez, marqués de Sobremonte, aunque solo el primero derivó en la demarcación de la frontera, es decir en el levantamiento de marcas y mojones visibles sobre el terreno para ir apropiándose del espacio. El propósito de este proyecto -que se inició en 1784 ni bien se hizo cargo de la Gobernación Intendencia- era consolidar la defensa y posibilitar un mejor control territorial, permitiendo a su vez que las autoridades vigilaran a la población allí establecida. Previamente, Sobremonte elaboró un diagnóstico basado en las observaciones efectuadas en una visita por todo el territorio de su jurisdicción. En su informe del 6 de enero de 1785 consignó que las principales dificultades registradas eran la excesiva permeabilidad de la línea de frontera, la dispersión de la población cristiana y la inseguridad de los establecimientos agropecuarios por obra de los “*vagos y malentretenidos*”. A su juicio, ello generaba graves dificultades para el comercio, la producción, la recaudación impositiva, la estabilidad de la jerarquía colonial y la vida civilizada (Punta y Rustán 2014).

Según el historiador Vitulo (1939) el examen del plano de la Frontera Sur de 1797 que se reproduce a continuación, permite advertir que el plan de Sobremonte comprendía dos alineaciones: la primera era la de avanzada, “*la más adentrada al campo de los indios*” en la que se instalaron los fuertes y fortines de Loreto, Zapallar, Santa Catalina, Jagüeles y San Fernando. Por otra parte estaba la de “*retaguardia*”, la más importante, extendida sobre la ribera del río Cuarto, en contacto con las fronteras de Buenos Aires y Cuyo, formada por los fuertes y fortines Concepción, San Bernardo, Reducción, San Carlos, Pilar, Punta del Sauce (La Carlota) y, próximo al Saladillo, San Rafael. Desde el asentamiento instalado en Concepción (actual Río Cuarto) seguían sobre el camino a Cuyo y Chile, Esquina de San José, Tambo y Cruz de San José.³ El oficio que Sobremonte le dirigió a su superior el virrey de Loreto en 1785, ofrece precisiones sobre aspectos vinculados con la seguridad, el control y poblamiento de la región:

“Su frontera que corre unida con la de esa provincia, que comprende desde el Fuerte de las Tunas hasta la de San Luis de Loyola mas de cien leguas en las quales están situados, ademas del refefido los del Saladillo, Sauze, fortín de San Bernardo, Fuerte de Santa Cathalina, y Concepcion del Rio Cuarto, pero habiendo de unos á otros veinte ó mas leguas se franquea facil entrada a los enemigos, dificultandose a las partidas las corridas de campo por la mucha

2. AHPC. Gobierno, Tomo 20. 1798 a 1800. Caja N° 20, Carpeta 2. Legajo 16. Estado en que se halla la Front^a de Córdoba sacado por el Segundo Comandte de ella Dn José Ignacio de Irizar.

3. A su vez, Mayol Laferrère (1977) señala que el Fuerte de la Punta del Sauce controlaba los Fortines de San Rafael de Loboy, San Carlos, Pilar, Reducción y Lomitas. El Fuerte de Santa Catalina ejercía el control de los Fortines de la Concepción, San Fernando, San Bernardo y el Fuerte de las Tunas de los Fortines Loreto y Totora.

distancia, y jamas podrán evitarse las incursiones de los ynfielos á ambos rios, a cuyos pobladores tienen intimidados, y destruidos, sino se estrechan mas las distancias [...] el cañon de seña colocado en cada uno, y los humos, que será facil vér e uno á otro pueden alarmar la frontera, y proporcionar el escarmiento de estos enemigos, medio este de mas economia, y utilidad que las expediciones, cuyos malos efectos se hán tocado".⁴

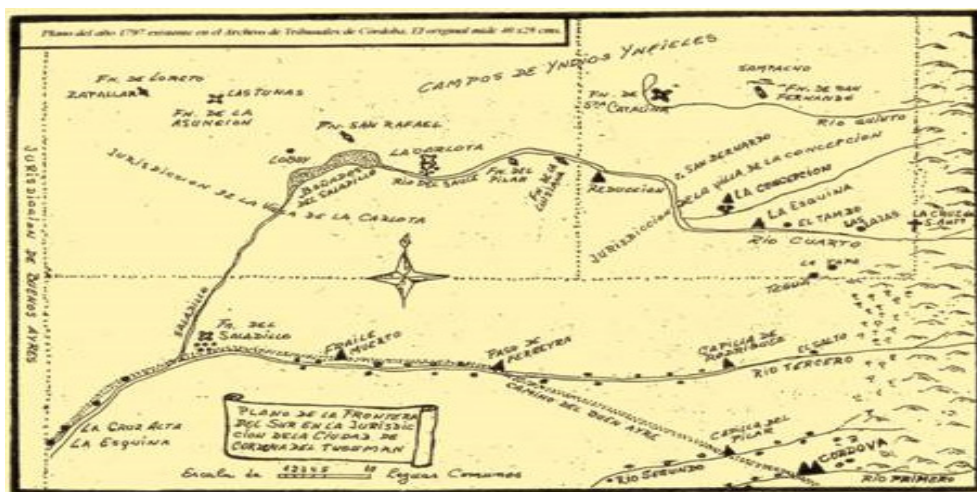


Figura 1: Plano del año 1797, existente en el Archivo de Tribunales (E. 2, l. 35 e 17). Fuente Vitulo, 1947, apéndice p. 40.

Para graficar algunos de los aspectos señalados anteriormente, se apela al siguiente plano del Fuerte de la Punta del Sauce del año 1788. En realidad, el primer constructo erigido en el lugar data de 1752 y fue obra del gobernador de Córdoba, Juan Victorino Martínez de Tineo. El mismo habría sido ocupado por la primera guarnición Compañía de Partidarios de la Frontera (nueve plazas). Como este fuerte fue arruinado por la creciente, en 1755 se construyó otro en un sitio diferente.⁵ El plano corresponde al tercer fuerte, que fue sede de la Comandancia de Fronteras. Su autor fue el ingeniero González quien sugirió la parte constructiva y esbozó algunos detalles, como los baluartes romboidales en las esquinas, similares a otros que actualmente se conservan en Uruguay.⁶ Según consigna

4. Oficio del Gobernador de Córdoba del Marqués de Sobremonte al virrey Marqués de Loreto del 6 de noviembre de 1785, citado en Punta y Rustán 2014:75-76.

5. La existencia de un plano de esta construcción es conocida pero aún no se ha tenido acceso al mismo.

6. El Fuerte de Buenos Aires y el de Carmen de Patagones también permiten apreciar este diseño aunque al ser fortalezas costeras, tenían uno de los lados sobre la tierra y sin esos salientes (Abecasis, comunicación personal). En relación a ello, y tomando en cuenta la Figura 2 –Fuerte de la Punta del Sauce–, cabe tener en cuenta el análisis que Juan Mario Raone realiza de los fuertes de la frontera interétnica. La observación de los planos de distintas localidades fundadas en el siglo XVIII –con continuidad hasta las comandancias de la línea de Alsina en el último tercio del siglo XIX– le permite concluir que todas partieron de la base de un fortín, bastión o ciudadela que tenía forma de un cuadrado con vértices romboidales. Los nuevos fuertes habrían sido mandados a construir por el Virrey Vértiz, siguiendo las reglas de arquitectura militar dictadas por el ingeniero francés Sebastián Le Preste, marqués de Vauban, con baluartes

la documentación de frontera consultada, los violentos temporales que azotaron la región lo destruyeron en más de una oportunidad. En 1809, y ante el evidente desinterés por reconstruirlo, el Cabildo de la Villa de la Concepción solicitó al Gobernador Intendente el traslado de la Comandancia de Frontera. Ello recién se efectivizó en 1825, momento en el cual el fuerte de la Punta del Sauce pasó a formar parte de las fortificaciones dependientes de la nueva sede de la Comandancia, ubicada en la actual ciudad de Río Cuarto (Mayol LaFerrere 1977).

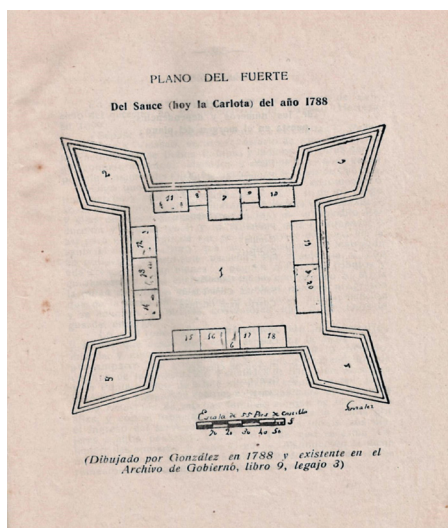


Figura 2: Plano del Fuerte de la Punta del Sauce de 1788



Figuras 3: Réplica del Fuerte de la Punta del Sauce en la que se puede apreciar el diseño romboidal de los baluartes. Fuente: Secretaría de Cultura, Municipalidad de La Carlota, provincia de Córdoba, Argentina.

y flancos arreglados, circundados por estacada y foso (Raone 1969:37-38). Precisamente, este modelo de fortificación presentaba mayores ventajas ante el ataque mediante armas de fuego que los castillos medievales (Luzuriaga 2008).

Las comunicaciones de la época permiten rescatar no sólo el listado de materiales que demandó una de las reconstrucciones del citado fuerte (o como en este caso una nueva construcción en otro emplazamiento durante el año 1788) sino también la lógica militar organizada para la defensa intramuros. Dicho listado incluye maderas de algarrobo, tejas, adobes, paja, cañas, tirantes, umbrales, ofreciendo también detalles de la utilidad o funcionalidad de sus dependencias, aspecto éste asociado a la dinámica que atravesó el fuerte. Allí se contempló la edificación de viviendas principales para el comandante, sus ayudantes y el capellán. Sumado a lo anterior, se destinaron espacios para la sala de armas, sala de oratorio y viviendas diferentes para oficiales y tropas. En la organización de la defensa del fuerte, se reservó un espacio de cuarteles para guardia y administración, un calabozo de presidio, almacenes y cocinas.⁷

Ahora bien, estos fuertes militares en el área pampeana debían enfrentar los desafíos de una entrada sorpresiva de los malones y las inclemencias climáticas (inundaciones causadas por el desborde de los ríos, lluvias torrenciales y vientos fuertes) que calaban muy hondo en estas estructuras de materiales sumamente frágiles.

En esa dirección, y tal como lo pergeñara el Gobernador Intendente, la utilidad de estos fuertes residía especialmente en la efectividad de las partidas destinadas a vigilar, comunicar, interceptar la circulación de indios, ganados y cautivos, al tiempo que debían procurar una fluida comunicación entre cada uno de ellos de manera de prestar colaboración recíproca. El punto de vista que se asume es que la puesta en acto de la defensa consistía en otorgar centralidad a la dinámica de las fuerzas antes que la perdurabilidad de la estructura constructiva, definida por el carácter estático del armazón arquitectónico y su emplazamiento. No obstante, esto no le quitaba al fuerte su funcionalidad como ámbito de resguardo para pobladores y viajeros que transitaban la zona.

En 1804, ya en calidad de virrey, Sobremonte esboza un segundo proyecto que preveía el corrimiento de la línea de frontera hasta la laguna Cabeza de Buey, a 80 leguas de Buenos Aires. Para concretarlo, era necesario trasladar en forma conjunta otros fuertes como “el de la Asunción de las Tunas y Fortín de Loreto colocando el Fuerte de Sⁿ Carlos de Mendoza, en la confluencia del Diamante con el Atue”.⁸ Este proyecto no pasó más allá de la delimitación debido entre otras razones al estallido de las invasiones inglesas.

4 | LAS FUERZAS Y LA MATERIALIDAD DINÁMICA

Una de las pocas autoras que se ha ocupado de la conformación de las fuerzas militares en la Frontera Sur en el territorio cordobés es González (1997). De acuerdo con su caracterización, se trataría de fuerzas constituida por escasas defensas, compuestas

7. AHPC, Gobierno, Año 1787, Tomo 9, Carpeta 1, Legajo 3, folios 12 a 14. Cálculo de construcción del fuerte Punta del Sauce.

8. AHPC, Gobierno, Año 1804, Tomo 26, Carpeta 3, Legajo 10, f. 286. Expediente sobre establecimiento de fuertes en la Frontera.

por un destacamento con milicias regladas localizadas en el fuerte Punta del Sauce y un presidio en Río Cuarto. La dispersión en un territorio tan vasto habría hecho necesario la aplicación de políticas de poblamiento efectivizado a través del traslado compulsivo de “familias ociosas”. El mismo habría sido encomendado al Cabildo de Córdoba a principios de 1775. Rustán (2005) ha abordado el estudio de la población de la villa de La Carlota y región identificando un crecimiento poblacional (de 436 individuos en 1789 se pasó a 867 en 1796). Los expedientes judiciales que consultó le permiten advertir un predominio de población masculina y mecanismos de traslados forzosos. Hacia 1790 habrían aumentado llamativamente las sentencias sobre delitos como el robo de ganado, “vagamundos” y “perjudiciales”, incluyendo en la penalización los destierros u obligatoriedad de establecimiento como poblador con familias y bienes. De este modo, en el marco del programa borbónico de ocupación territorial y en un momento en el que los indígenas avanzaban sobre zonas controladas por los cristianos, el poblamiento formaba parte de la estrategia defensiva. Por otro lado, González puntualiza que si bien el gobernador pensaba en la posibilidad de una entrada militar sobre las tierras indígenas, finalmente se optó por continuar con la política de refuerzo de las fortificaciones –especialmente Punta del Sauce- nombrando un comandante y habilitando, asimismo, la concurrencia de vecinos con sus compañías de auxiliares para defender la frontera. Esta situación de precariedad de las guarniciones, que encuentra vinculación con el escaso poblamiento, es también advertida por González para quien hay una relación directa entre la dotación de efectivos y la recaudación del impuesto de Sisa, concluyendo al respecto que:

“Las acciones estrictamente defensivas no son efectivas y, además, la mayoría de las entradas que se programa también fracasa porque las autoridades las suspenden por la siempre mentada pobreza del vecindario o porque al encontrarse, no hay coordinación entre las fuerzas que intervienen” (González 1997:151).

Asimismo, González asevera que si bien el número de fortificaciones era importante de cara a la relevancia que tendría la región a futuro, no guardaba relación con la dotación humana y material provista por las autoridades (González 1997:151-152).

En este contexto, una de las tácticas más utilizadas para la defensa y el resguardo de pobladores y ganado fueron las partidas corredoras de campo. Se sostiene que fueron estas fuerzas ligeras de movimiento territorial las que le otorgaron dinamismo a la frontera militar, más allá que resultó insuficiente para superficies territoriales tan vastas. Dichas partidas debían flanquear la zona inmediata del punto fortificado procurando relevar la presencia de indígenas y brindar las señales de alarma o auxilio correspondientes. En este marco, fuertes y fortines se suman al proceso de territorialización en pos de la paulatina ocupación de tierras, brindando la vigilancia necesaria para garantizar la nueva posición, por cierto acompañada de una preocupación por el conocimiento y una política de poblamiento, muchas veces forzosa (Olmedo y Tamagnini 2019).

Juan Beverina ilustra lo antes expresado con la siguiente descripción tomada de los documentos por él consultados:

“En los casos de invasión de la frontera o recelos fundados en ella, acuden las milicias de los Ríos 3º, 4º y Calamuchita, y está mandado que el Comandante de la Frontera las cite por sí, para evitar el retardo del aviso al Gobierno y su orden, en virtud de que estas acciones son momentáneas y porque los indios hostilizan con suma velocidad, y con la misma se retiran con la presa” (Beverina 1992:74-77).

El problema de la extensión territorial y la irrupción repentina de los indígenas era afrontada mediante un plan donde los puntos de defensa y el poblamiento eran de utilidad para la guerra (Olmedo y Tamagnini 2019). Esta última estrategia daba respuesta a la dispersión poblacional en la campaña al tiempo que aseguraba cierto orden social interno:

“que el único remedio [...], era el de promover la fundacion de Pueblos en que se reuniesen las familias que se hallaban dispersas [...] estrechando las distancias entre los Fuertes principales, con los fortines intermedios, y aumentando el numero y la disciplina de sus defensores”.⁹

Además del poblamiento en proximidades de estos destacamento defensivos, se debe resaltar la movilización de sus fuerzas, recurso asiduamente utilizado como un reaseguro de vigilancia en la prestación de colaboración de fuerzas. Estos auxilios también daban entidad a la línea militar. De allí que la estrategia se basó no solamente en la instalación de fortines intermedios, para de este modo –como reza el documento antes citado- “estrechar las distancias entre los fuertes principales y los fortines intermedios”. Lo anterior no se lograría sin el aumento de efectivos (también mencionado en el documento) especialmente el auxilio permanente de las fuerza. En este punto, estática y dinámica se entrecruzan para atender al recurrente problema de la defensa. Los fortines intermedios no resultaban suficientes. Las autoridades borbónicas acudieron para tal fin a otros dispositivos, como los acuerdos de paz.

5 I CONCLUSIONES

El trabajo propone el tratamiento de la materialidad a partir del plan que, en el último cuarto del siglo XVIII, dio existencia a la frontera militar del río Cuarto. Para ello, se aborda el problema de la instalación de fuertes y fortines dispuestos en una línea y las fuerzas que los resguardaron a partir de dos claves analíticas, la estática y la dinámica. Ambas permiten entender que los asentamientos militares fueron configuraciones centrales de la defensa y de la territorialidad en una frontera interétnica.

En el marco de la guerra de posiciones, la frontera militar guardó una estrecha relación con los puntos fortificados. Esta forma de la guerra procuró el avance paulatino

9. AHPC, Gobierno, Año 1793, Tomo 14, folio 267. Fundación de la Villa de la Concepción y de La Carlota (Río 4º).

sobre las tierras de los indios a partir de la preocupación que tenían los Borbones de resguardar poblados, caminos (además de las eventuales mercancías que circulaban allí) y tierras con un potencial para el pastoreo de ganado vacuno, mular y caballar.

La variable que se ha denominado estática, permite interpretar la existencia y sentido de estos precarios asentamientos de paja, madera y adobe levantados en el vasto territorio pampeano. Estos puntos fortificados albergaron tanto a las magras tropas fronterizas como a viajeros, pobladores y sus familias. Frente a las contingencias generadas por la presencia de indios, todos ellos podían ofrecer sus servicios. Esta panorámica de la Frontera del río Cuarto se completa con otra variable cuyo carácter es dinámico, materializada en las fuerzas que participaban del acto militar de la defensa y, en una porción mucho menor, en el ataque.

Estática y dinámica formaron parte de la misma estrategia y fueron indispensables la una de la otra, al menos en los términos en que fueron concebidas por los funcionarios borbónicos en la etapa correspondiente al presente estudio. Ambas variables permiten abordar otro aspecto del conflicto con los indios. Esto es, la existencia de una guerra por el territorio que no solo fue defensiva sino ofensiva, toda vez que se pretendió una “batida” o “avanzada” sobre las tierras de los indígenas. En los hechos, nuevamente pensando la frontera en acto, esto ocurrió pocas veces dadas las contingencias que involucraban la escasez de fuerzas, la mala calidad de los caballos e, igualmente, los inconvenientes de un armamento insuficiente y deficitario.

REFERENCIAS

BENADAVA, Santiago. **Historia de las fronteras de Chile**. Santiago: Editorial universitaria, 1993. 205 p.

BENÍTEZ MANAUL, Raúl y Carlos RODRÍGUEZ UFLOA. Seguridad y fronteras en Norteamérica. Del ILCAN a la ASPAN. **Frontera Norte**, Tijuana, Vol. 18, N° 35, p. 7-28, 2006. Disponible en: <https://fronteranorte.colef.mx/index.php/fronteranorte/article/view/1035/505>. Acceso: 4 de mayo de 2019.

BEVERINA, Juan. **El Virreinato de las provincias del Río de la Plata. Su organización militar. Contribución Historia del Ejército Argentino**. Buenos Aires: Círculo Militar, 1992. 479 p.

CISNEROS GUERRERO, Gabriela. Cambios en la frontera Chichimeca en la región centro-norte de la Nueva España durante el siglo XVI. **Investigaciones Geográficas**, México, N° 36, 1998. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46111998000200006. Acceso: 30 de noviembre de 2018.

CLAUSEWITZ, Carl. **De la guerra. Naturaleza, teoría, estrategia, combate, defensa y ataque**. Buenos Aires: Distal, 2006. 224 p.

GONZÁLEZ, Marcela. **Las deserciones en las milicias cordobesas 1573-1870**. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1997. 435 p.

LUZURIAGA, Juan Carlos. Campañas de Cevallos y Fortificaciones, 1762-1777. 4º SEMINARIO REGIONAL DE CIUDADES FORTIFICADAS. **Actas**, 2008. Disponible en: http://ciudadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2008_4sem_palestra_Juan-Carlos-Luzuriaga.pdf. Acceso: 20 de marzo de 2019.

MARFANY, Roberto. Fronteras con los indios en el sud y fundación de pueblos. En: Academia Nacional de la Historia, **Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862)**, Vol. IV, Cap. VI. Buenos Aires: El Ateneo, p. 307-333, 1940.

MAYOL LAFERRERE, Carlos. Fuertes y fortines de la Frontera Sur de Córdoba. Línea del Río Cuarto. **Boletín del Instituto de Estudios Históricos Lorenzo Suárez de Figueroa**, Huanchilla, Número III, p. 3-41, 1977.

NACUZZI, Lidia (coord.). **Entre los datos y los formatos. Indicios para la historia indígena de las fronteras en los archivos coloniales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IDES, 2018. 321 p. Disponible en <http://ides.org.ar/publicaciones/libros-del-ides>. Acceso: 2 de febrero de 2019.

OLMEDO, Ernesto. **Militares de frontera. Fuertes, ejércitos y milicias en la Frontera Sur de Córdoba (1852-1869)**. Río Cuarto: Editorial de la Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009. 207 p.

OLMEDO, Ernesto. **Los militares y el desarrollo social. Frontera sur de Córdoba (1869-1885)**. Buenos Aires: Aspha Ediciones, 2014. 232 p.

OLMEDO, Ernesto; TAMAGNINI, Marcela. La Frontera Sur de Córdoba a fines de la colonia (1780-1809). Guerra, saber geográfico y ordenamiento territorial. **Revista Fronteras de la Historia**, Bogotá, Vol. 24. N° 1, p. 36-72, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.22380/20274688.526>

OLMEDO, Ernesto; TAMAGNINI, Marcela. Defensa. En: BENEDETTI, Alejandro (dir.). **Palabras claves para el estudio de las fronteras**, p. 203-211. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. Disponible en <https://www.teseopress.com/palabrasclavefronteras/>

PÉREZ ZAVALA, Graciana; TAMAGNINI, Marcela; OLMEDO, Ernesto. Memoria histórica y conflicto interétnico: indígenas y cristianos en la Frontera Sur (siglo XIX). En: PÉREZ ZAVALA, Carlos; VILLA, Marta; ALTAMIRANO, Paula (comp.). **La interculturalidad en cuestión. Actas del simposio Políticas de Interculturalidad puestas en cuestión en ocasión de las nuevas situaciones educativas en América Latina**. Río Cuarto: Unirio editora, p. 265-287, 2011.

PUNTA, Ana; RUSTÁN María Elizabeth. **Córdoba borbónica a través de sus documentos**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2014. 226 p.

RAONE, Juan. **Fortines del desierto (Mojones de civilización)**. Tomo I. Buenos Aires: Revista y Biblioteca del Suboficial N° 143, 1969. 619 p.

RUSTÁN, María Elizabeth. **De perjudiciales a pobladores de la frontera. Poblamiento de la frontera sur de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán a fines del siglo XVIII**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005. 138 p.

TAMAGNINI, Marcela. Muro. En: BENEDETTI, Alejandro (dir.). **Palabras claves para el estudio de las fronteras**, p. 469-475. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2020. Disponible en: <https://www.teseopress.com/palabrasclavefronteras/>

VITULO, Alfredo. **Camino de Cuyo y del Reino de Chile. La frontera sur de Córdoba.** Río Cuarto: Taller Gráfico de Francisco Savino, 1939.

VITULO, Alfredo. **Reseña General, histórica, geográfica y económica del Departamento de Río Cuarto (Provincia de Córdoba). Tomo I. Reseña Histórica.** En: Instituto Agrario Argentino. Reseñas Año VIII, N° 42. Buenos Aires, 1947. 212 p.

WALTHER, Juan Carlos. **La conquista del desierto.** Buenos Aires: Círculo Militar, 1964. 832 p.

TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Sandro Reis Rocha Barros

Instituto Federal Fluminense e UENF/PGCL
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/7305258278551873>

Alessandra Rocha Melo

Instituto Federal Fluminense – Curso de
Farmácia
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/2123500017867176>

Eliana Crispim França Luquetti

UENF/Programa de Pós-graduação em
Cognição e Linguagem
Campos dos Goytacazes –RJ
<http://lattes.cnpq.br/4258691322564450>

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise do discurso sobre o Terceiro Setor considerando sua relevância na construção democrática das políticas públicas situando-se na interface entre o Estado, Empresas e Sociedade, produzindo, linguagem e atividade comunicativa entre esses interlocutores, as quais vêm acompanhadas de sentidos percebidos na interação entre falantes. Usou-se o espaço midiático partindo-se de uma reportagem apresentada na coluna de “atualidades”, do Jornal da USP, no Programa “USP Analisa”, onde o entrevistado foi o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira. O título da matéria é “Terceiro

Setor complementa serviços públicos, mas falta apoio – ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”. A metodologia usada consistiu na busca pela compreensão dos significados literais, os significados implícitos contidos no discurso jornalístico em análise, e a busca pelo dito e pelo não dito. Fundamentou-se nas teorias de Foucault, Ducrot e na lógica dialética presente em Marx. Após a análise dos discursos, através do não dito, ficaram explícitos alguns pontos como o fato de que o Terceiro Setor denuncia uma falha do Governo, enquanto responsável pela implantação de políticas públicas que venham atender as demandas sociais consolidando, inclusive, fatores como a inclusão social; também levantou-se a questão do desejo de “poder”, que ancorada nos pressupostos teóricos de Foucault, vem explicitar a luta de classes, e denunciar políticas governamentais que aplicam o “poder” como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Análise de Discurso, Políticas Públicas, Comunicação.

ABSTRACT: This work proposes a discourse analysis of the Third Sector considering its relevance in the democratic construction of public policies, situated at the interface between the State, Companies and Society, producing language and communicative activity between these interlocutors, which are accompanied by perceived meanings in the interaction between speakers. Media was used based on a report

in a column of actualities presented by USP Journal, in “USP Analisa” Program, where the interviewee was the journalist, educator and consultant Fernando Rossetti Ferreira. The title of the article is “Third Sector complements public services, but support is missing – the lack of culture of giving, taxation and distrust of ONGs make it difficult to act”. The methodology used consisted in the search for the understanding of literal meanings, the implicit meanings contained in the journalistic discourse under analysis, and the search for the said and the unsaid. It was based Foucault’s and Ducrot’s theory and the dialectical logic present in Marx. After analyzing the speeches, through the unsaid, some points were made explicit as the fact that the Third Sector denounces a failure of the Government, while responsible for the implementation of public policies that will meet social demands, including consolidating factors such as inclusion social; The question of the desire for power, which is anchored in Foucault’s theoretical assumptions, also raises the class struggle, and denounces government policies that apply “power as a principle or relationship of domination over social subjects, which they use discourses of truth to produce what is called order.

KEYWORDS: Third Sector, Discourse Analysis, Public Policies, Communication.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a desenvolver uma análise do discurso contido numa reportagem apresentada na coluna de “atualidades”, do Jornal da USP, atualizado no dia 30 de maio de 2019, feita por Thais Cardoso, no Programa “USP Analisa”, onde o entrevistado foi o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira. O título da matéria é “Terceiro Setor complementa serviços públicos, mas falta apoio – ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Seguindo a linha de análise do discurso midiático cujo caráter é sócio-histórico, esse trabalho tem como um de seus objetivos, verificar no texto os sujeitos sociais e suas enunciações, abordando-as de maneira a remete-las à história e às condições de produção de seus enunciados. Apoiados na reflexão feita por Pêcheux (1983) sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, trabalharemos esta análise discursiva considerando os enunciados existentes, suas questões filosóficas e ideológicas, assim como as relações entre a análise como descrição e a análise como interpretação. No pensamento de Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983, p.53).

Ao levantarmos os enunciados do discurso, procuraremos pelas marcas linguísticas do dito e do não dito, que segundo Bakhtin refletem e refratam as condições de produção social e o momento político nebuloso em que vive o Brasil, possibilitando-nos enxergar suas formações sociais, discursivas e ideológicas. Também pretendemos mostrar, através da linguagem, que a chegada de um governo que tem em sua base estrutural vários militares, que por sua formação, deixam transparecer nesse cenário político as relações de poder, desejo de poder abordadas por Foucault, assim como as relações de classe e ideologia, lembrando que nenhum discurso é desprovido de ideologia.

A busca pela compreensão dos significados literais, bem como, os significados implícitos contidos no discurso jornalístico em análise, se fundamentará nas teorias de Foucault (1971), de Ducrot (1977) e também na lógica dialética presente em Marx. Inicialmente, apresentaremos o contexto histórico dos fatos analisados, que giram em torno do conceito de Terceiro Setor e a visão política do atual governo em relação a este segmento de prestação de serviço à sociedade. O segundo passo será mostrar os fundamentos teóricos que sustentarão nossa análise discursiva sobre a matéria jornalística em questão. Por fim, explicitaremos o não dito, a partir dos elementos tanto linguísticos como os ideológicos, filosóficos e subjetivos, que constituem a parte extralinguística do discurso, e que segundo Ducrot, são classificadas como significados implícitos e subentendidos no discurso. Para Ducrot (1977-1987), a língua perde o seu caráter de simples código, transcendendo a visão saussuriana, pois não é um instrumento de comunicação fechado, constituído de significados restritos e homogêneos. Além disso, “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2001, p.85). Sendo assim, consideraremos também, nesta análise discursiva, a cena das enunciações segundo a ótica de Maingueneau, que considera indissociáveis a produção textual e os quadros sócio-históricos nos quais o texto é produzido. Para este autor, os discursos são refletidos como práticas discursivas e merecem destaque as formas de circulação das textualizações. Assim, a veiculação dos materiais linguísticos tem que ser considerada na análise discursiva.

2 | TERCEIRO SETOR, CONCEITOS E CONTEXTOS

Com o objetivo de consubstanciar a análise do discurso presente na reportagem em questão, nesta seção, nos propomos a apresentar um panorama sobre o terceiro setor, apresentando os conceitos teóricos referentes à natureza das organizações, dos serviços por elas prestados, bem como a legislação que regulamenta jurídica e administrativamente, suas atividades e funcionamento.

O terceiro Setor é uma terminologia empregada na definição do conjunto de todas as entidades e organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam algum tipo de serviço de caráter público à sociedade. Existem 5 características que traçam o perfil das instituições que compõem o terceiro setor: elas devem ser formalmente constituídas; devem possuir uma estrutura básica não governamental; possuem uma gestão própria; devem, obrigatoriamente, ser de natureza sem fins lucrativos; fazem uso significativo de mão de obra voluntária.

No Brasil, dados históricos apontam para o início de atividades do terceiro setor, ainda no século XVI, através da criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, no ano de 1543, que prestava apoio assistencial e hospitalar. Desde o período da colonização Portuguesa, e posteriormente, no tempo do Brasil Império, já havia organizações ligadas

à Igreja Católica, que prestavam assistência nas áreas de saúde e educação, fato este que denota o caráter filantrópico que vem se consolidando como uma das marcas das atividades ligadas ao terceiro setor. No final do século XIX e início do século XX, por meio de ações missionárias de outras denominações religiosas da linha Protestante Histórica, novas igrejas e associações filantrópicas sem fins lucrativos começaram a surgir e ocupar seus espaços no cenário social brasileiro através de serviços sociais prestados à sociedade. Com a chegada da República, e a crescente urbanização e industrialização no Brasil, a demanda por tais serviços, antes patrocinados pelas igrejas, passou a exigir um aprimoramento e uma diversificação para atender às novas demandas. Na década de 1930, no então chamado Estado Novo, verifica-se a adoção do paradigma do Estado de Bem-Estar Social. O Governo do então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1938, regulamentou por meio de nova legislação as entidades do terceiro setor, através da criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e do reconhecimento dessas instituições perante o Governo, contemplando-as com o título de “Utilidade Pública”, dando-lhes o direito de receber subsídios fiscais e auxílios estatais. Após a grande crise econômica, destacando-se o ocorrido após as décadas de 1960 e 1970, a partir da volta das ideias liberais, verificou-se a constatação da incapacidade do Estado de gerir e solucionar todos os problemas sociais, fato que fortaleceu as instituições privadas sem fins lucrativos que prestavam serviços nessas áreas. Ao longo dos anos, o terceiro setor vem se consolidando e firmando a sua relevância no atendimento das demandas sociais, principalmente, das camadas mais pobres da sociedade e dos grupos considerados minorias. Desse modo, o terceiro setor tem sido o grande protagonista do desenvolvimento e promoção da inclusão social, revelando o seu importante papel no processo de democratização do país.

A partir de então, observa-se um crescimento na oferta de serviços prestados por organizações sociais, desde as mais antigas que já atuavam nesta área, como as Igrejas Tradicionais (organizações religiosas reconhecidas pelo Estado), até as mais atuais como: Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, Fundações, Associações de Bairro, Organizações Não-Governamentais (ONG's), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), e outras instituições afins que vieram somar e compor o Terceiro Setor, que segundo Falconer (1999) estão ligadas a questões sociais como a renovação do espaço público, a promoção da solidariedade e o desenvolvimento da cidadania, sempre buscando a superação da pobreza e o bem comum. O Terceiro Setor encontra seu espaço como uma alternativa às ações do Estado frente aos problemas e demandas da sociedade.

Atualmente, existem mais de 290 mil organizações vinculadas a este setor. No ano de 2014, diante do reconhecimento do seu grau de importância, principalmente, pelo número de mão de obra nele alocada e também por enxergar a dependência por parte do Estado para a manutenção da oferta de uma gama enorme de serviços prestados por este setor, o Governo Federal formalizou, por meio da Lei 13.019/2014, o então chamado

“Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”. Esta lei trouxe mudanças para a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a administração pública, focando, entre outros pontos, o Plano de Trabalho e a Prestação de Contas por parte dessas instituições.

3 | O CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

Considerando que a reportagem aqui abordada foi publicada na data de 30 de maio do ano 2019, é de suma importância ressaltar o momento político em que se encontra o país, quando o presidente Jair Messias Bolsonaro com apenas 5 meses de mandato, dispara, deliberadamente, em suas redes sociais, bem como em entrevistas para canais abertos de TV, um discurso pejorativo e ao mesmo tempo, acusatório em relação às ONG's, entidades que compõem a maioria das organizações do terceiro setor no Brasil. A exemplo de tantas outras matérias jornalísticas, tem-se a do Jornal “GAZETAONLINE”, datada de 17/04/2019 que traz como manchete: **“Em ‘live’, Bolsonaro ataca Ibama, ONGs e ameaça cortar diretoria da Funai”**. Encontra-se também a matéria do Site “brasil247.com” com o título: **“Bolsonaro chama ONGs de picaretas e defende exploração de terras indígenas”**. Tais pronunciamentos do presidente Bolsonaro, enquanto representante do Governo, têm causado um impacto muito negativo diante da sociedade, uma vez que seu discurso atacando de modo generalizado as ONGs, tende a promover uma situação de desconfiança e descrédito para com as ONGs.

Dentro deste cenário de instabilidade e desconforto social, a sociedade manifesta sua reação a qual se mostra através da imprensa que protagoniza o seu papel de porta-voz. Surgem então, várias manchetes como:

- “ONGs pedem diálogo ao governo Bolsonaro...” www.dw.com
- “ONGs alertam para ataque à democracia por MP de Bolsonaro...”
- “Medida de Bolsonaro para controlar ONGs fere a liberdade de ...” www.conectas.org
- “ONGs veem prejuízo à sociedade em extinção de conselhos por Bolsonaro...” www1.folha.uol.com.br
- “Desaprovação do Governo Bolsonaro supera aprovação pela primeira vez, mostra pesquisa...” www.brasil.elpais.com

4 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 As Formações Discursivas

Segundo Orlandi (2002) a Formação discursiva é quem permite compreender o processo de produção de sentidos, bem como suas relações com a ideologias. É a formação discursiva que, dentro de um contexto sócio-histórico e uma formação ideológica, determina aquilo que pode ser dito. Para Orlandi, as palavras derivam seus sentidos das formações discursivas, pois as palavras não possuem sentido apenas nelas mesmas. Os traços ideológicos daquilo que se fala não estão na essência das palavras, mas na discursividade, local onde no discurso a ideologia produz seus efeitos.

A partir das formações discursivas, podemos abordar um outro conceito que é o da “metáfora”, que no campo da análise de discurso, possui um significado diferente de “figura de linguagem”, e passa a ser interpretada conforme Lacan (1966). A metáfora, na Análise de Discurso é a tomada de uma palavra por outra, significando a “transferência” que mostra o modo como uma palavra significa. Segundo Pêcheux (1975), o sentido existe exclusivamente nas relações de metáforas, as quais podem ser identificadas em paráfrases, formação de sinônimos e outros efeitos de substituição. Assim, é a formação discursiva quem permite compreender os diferentes sentidos, uma vez que, no campo do discurso, uma mesma palavra se estiver em formações discursivas diferentes, terá sentidos diferentes.

4.2 Discurso, Ideologia e Sujeito

Conceitualmente, o discurso é uma espécie abstrata de suporte nos quais aquilo que se tem de concreto, que são os vários textos, são sustentados. Na análise de um discurso, preocupa-se com a questão de como ele se relaciona com o contexto e a circunstância em que foi criado. Assim, a análise do discurso, necessariamente, abordará questões internas ao texto fazendo perguntas como: o que o texto diz? E como ele diz? E também trabalhará questões externas refletindo sobre por que o texto diz o que ele diz? E para proceder dessa maneira, é preciso estabelecer relações entre os campos da linguística e da sociologia, onde, esta última, depende da história e da ideologia.

A ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2002, p.46). Portanto, se faz necessária uma teoria em que se possa trabalhar as evidências dos sujeitos e também dos sentidos. Ao se falar em evidência dos sentidos, a referência é feita às evidências que fazem com que uma palavra designe alguma coisa, independentemente do seu caráter material. Nesta, as formações discursivas é que dominam, compondo o interdiscurso. Já as evidências do sujeito são aquelas que o identificam, independentemente de sua ideologia. Essas evidências funcionam através daquilo que se conceitua como “esquecimentos”, que podem ser do tipo enunciativo quando atestam que o modo de dizer

é dependente dos sentidos; e podem ser do tipo ideológico, que se refere à instância do inconsciente e ao modo pelo qual a ideologia nos afeta.

A ideologia faz a relação entre linguagem e mundo, e não existe realidade sem ideologia. “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentidos” (ORLANDI, 2002, p.48). Desse modo, a linguagem possui uma relação de dependência da ideologia, dando origem ao que se denomina por “formações ideológicas”, que segundo Pêcheux (1990) também conceitua-se como “condições de produção do discurso”. Pode-se depreender então que, uma sociedade pode possuir várias formações ideológicas e, portanto, várias formações discursivas conforme conceituado anteriormente. Assim, um discurso só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como parte pertencente a uma formação discursiva.

Nesta linha de pensamento, considera que o sujeito se constitui em duas dimensões. Ele é sujeito à língua e à história, e também é sujeito do que diz, quando ocupa um “lugar” ou uma “posição” que o identifica quando diz. Michel Pêcheux dá espaço a um conceito de “sujeito assujeitado”, que não produz sentidos por si mesmo, mas sim, através de diversas formações discursivas, e se posicionando dentro de formações ideológicas e sem controle sobre aquilo que diz ou que pensa.

4.3 O Dito e o Não Dito

Segundo Orlandi (2002), existe uma relação entre o dizer e o não dizer, a qual deve ser abordada de maneira metodológica pelo dispositivo teórico da análise de discurso. Foi Ducrot (1972) quem trouxe à luz da reflexão as diferentes maneiras de “não dizer”, ou seja, aquilo que está implícito, o que é pressuposto e o que está subentendido. Ducrot separa aquilo que deriva do pressuposto, enquanto instância da linguagem, daquilo que está subentendido, e que se revela no contexto. Assim, o dito é aquilo que está posto de forma explícita na mensagem, e que sempre traz consigo algo que pode ser pressuposto, embora não tivesse sido propriamente dito. Esses pressupostos que não foram ditos, mas estavam presentes na mensagem, e que dela foram depreendidos, assim como os seus motivos, que figuram como subentendidos, denomina-se como o não dito. O subentendido depende do contexto.

Alguns conceitos como Formação Discursiva, Ideologia e Interdiscurso, são encampados pelo não dito e a partir desses, pode-se verificar que, enquanto se diz alguma mensagem, há sempre outras que não são ditas, mas que estão presentes através dos pressupostos e dos subentendidos e que também significam no discurso.

4.4 O Discurso e as relações de poder segundo Foucault

É importante considerar o significado da palavra “poder”, tanto no âmbito político, como social, seja ele exercido pelo indivíduo ou por instituições. De acordo com o dicionário

de filosofia, “poder” significa “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado.” (BLACKBURN, 1997, p.301)

Michel Foucault acreditava ser possível lutar contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder. Para ele, o tema “poder”, não está localizado em uma instituição, e também não é algo que se pode ceder por meio de contratos jurídicos ou políticos. A proposta de Foucault sobre o tema “poder” está focada nas relações que um sujeito exerce atuando sobre outros sujeitos. Foucault compreende que: “o poder reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade”. (FERREIRINHA e RAITZ, 2010)

Em seu pensamento, existem algumas relações de poder constituídas a partir de discurso e saber, as quais tecem a sociedade. Esse Poder, na visão de Foucault, é entendido como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, os quais são constituídos por instituições ou princípios que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”. Segundo Castro (2016, p. 326), com o objetivo de determinar as especificidades das relações de poder, Foucault distingue “relações de poder” de “relações de comunicação” e de “capacidades objetivas”, sendo esta última definida como aquele poder que “exercemos sobre as coisas e que dá a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las — um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais.” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.13). O poder que se analisa aqui é aquele que trata das relações entre indivíduos ou grupos, partindo do pressuposto de que alguns exercem poder sobre outros.

As relações de poder também são diferentes das relações de comunicação, sendo estas, as que transmitem uma informação através de uma língua, de um sistema de signos ou de qualquer outro meio simbólico. O ato de comunicar, se constitui como uma maneira com que um sujeito age sobre o outro ou sobre os outros. Contudo, “a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequências efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.13). Assim, as relações de poder têm suas especificidades, utilizando-se, ou não, de sistemas de comunicação.

Partindo-se do princípio de que as sociedades são compostas por elementos, entre os quais os discursos se fazem presentes, e ainda, sabendo que eles são formados por interpretações e colocações de grupos que detêm o poder de projetar um saber sobre alguém ou algo, pode-se depreender que discursos são “formas de dizer e determinar saberes que ao longo da história foram sendo constituídas” (TORRES, 2016). Esses discursos são saberes bem articulados de modo a se produzir um conceito de “verdade”. Essas “verdades” vão atuando de maneira discreta, ocupando seus espaços, sem sofrerem questionamentos. Assim, os discursos vão funcionando nesses espaços dentro da sociedade e vão atuando como “poderes” sobre outros sujeitos, se amparando em

argumentos ideológicos e determinando o que cada sujeito deve fazer, e até mesmo, ser. Segundo Foucault, “são formas de saberes que são produzidos entre os sujeitos de modo que ao longo dos anos vão ganhando efetividade na sociedade.” (TORRES, 2016)

Essas formas de saberes discursivos são pré-estabelecidas. São como regras cujos objetivos são a constituição das normas sociais. Assim, um discurso de verdade, que estabeleça uma espécie de “poder disciplinar”, se constituirá de um código moral, legal e cultural. Segundo Foucault, discursos são meios de dominação. São formas pelas quais se procura exercer o poder, uma vez que, é pelas formas de se dizer e fazer, que os poderes vão se estabelecendo nas sociedades. Pode-se citar como a sociedade tratou as questões da mulher, do louco, do judeu, dos negros, dos homossexuais, etc. todos estes foram naturalmente tratados como fora dos padrões sociais.

4.5 O Dialogismo

Numa análise de discurso, existe um movimento dialógico da enunciação o qual, segundo Bakhtin, pode ser ilustrado por meio de uma ação existente entre locutor e interlocutor, denominada por recepção/compreensão ativa. Parte-se do princípio de que um determinado locutor enuncia em função da existência de um interlocutor, que pode ser real, ou virtual. Assim, o locutor sempre terá consigo uma expectativa quanto à reação do interlocutor de modo a antecipar o que o ouvinte vai dizer. Por outro lado, encontramos a pessoa do ouvinte que, quando recebe uma enunciação significativa, reage propondo uma réplica, seja esta, no sentido de concordar, discordar, apreciar, agir, etc.

Nesta perspectiva, o dialogismo é o palco onde esse movimento dialógico dos enunciados protagoniza a instância de compreensão dos mesmos, efetivando o processo de comunicação, através da confrontação ideológica entre os dizeres presentes no diálogo. Segundo Bakhtin, “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.” (BAKHTIN, 2006, p.96).

Na visão de Bakhtin, reconhecer o “sinal”, em sua forma linguística, não é o mesmo que compreende-lo. A compreensão acontece mediante a interação dos significados e seus conteúdos ideológicos, considerando vários pontos de vista como: o enunciativo, as condições de produção e a interação locutor/receptor.

Sendo assim, para Bakhtin, a realidade fundamental da língua é a interação verbal realizada através da enunciação das enunciações, uma vez que, na sua visão, a verdadeira substância da língua não é um sistema abstrato, nem uma enunciação monológica isolada, nem um ato psicofisiológico de sua produção. (Cf. BAKHTIN, 2006, p.125)

Desse nodo, o diálogo, que ocorre na instância interpessoal, ou textualmente escrito, ou ainda, na esfera da consciência, realiza-se na linguagem. Ele sempre se relacionará com o tempo e o lugar na história. Portanto, será mutável por causa das mudanças de contextos. Assim, Bakhtin considera que todo gênero é dialógico.

4.6 A Polifonia

O conceito de polifonia refere-se à presença de vozes polêmicas em um discurso, e se distingue do conceito de dialogismo proposto por Bakhtin, uma vez que, nem todo discurso é polifônico, mas sempre é dialógico, pois o princípio do dialogismo está intrincado na constituição da linguagem.

Segundo Maingueneau (2001), foi M. Bakhtin quem introduziu a noção de polifonia para o estudo da literatura romanesca, sendo posteriormente, aplicado nos estudos de linguística para analisar os enunciados de um discurso, onde se percebe a presença de várias “vozes” simultaneamente.

Uma das aplicações do conceito de polifonia está na busca pela identificação de quem se responsabiliza pelos enunciados presentes num discurso. Essa noção de “responsabilidade” tem associada a ela, duas operações: as fontes de referências enunciativas e o agente responsável pelo ato de fala realizado. A partir dessas operações, chega-se à pessoa do “Enunciador”. Então, é no enunciado o local onde se identifica o enunciador, definido como sendo aquele em relação a quem se definem os parâmetros de enunciação. Ele é o responsável pelo ato de fala e, ao mesmo tempo, é a fonte das referências da enunciação.

4.6.1 A polifonia em Bakhtin

Mikhail Bakhtin (1895-1975), foi quem lançou a ideia de polifonia. Ele criou esse conceito a partir da análise que fez dos romances de Dostoiévski, onde identificou a presença de vozes polêmicas em seus personagens, os quais funcionam como seres autônomos, com visão de mundo, voz e posição própria. Em sua teoria, o termo “voz” refere-se à consciência falante que se faz presente nos enunciados. Em Dostoiévski não importa o que sua personagem é no mundo, mas sim, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma. (BAKHTIN, 1981, p.46). Nesta análise, ele levantou uma questão sobre a verificação de múltiplas vozes com diferentes ideologias. Segundo Schnaiderman (2005, p. 15), ao revelar a existência dessa multiplicidade de vozes, Bakhtin contribuiu com o processo de afirmação democrática e antiautoritária, até mesmo dentro de um contexto em que o “stalinismo” fazia suas vítimas. Essas múltiplas vozes resistiam ao discurso autoral.

Bakhtin tem sua própria concepção de sujeito, e que não passa pela noção de sujeito dividido, o qual é efeito da linguagem e que possui uma fala heterogênea. Ele não aceita o sistema da língua se sobrepondo ao sujeito.

O conceito de polifonia em Bakhtin se aplica a todo discurso onde aparecem linguagens sociais que ora convergem e ora divergem, se impondo como expressão da diversidade social representada nele. Então, na visão Bakhtiniana, a polifonia é a parte essencial de toda enunciação, e não há como compreender as enunciações num discurso sem descobrir o seu lugar dentro do contexto em que elas foram construídas. Para ele,

“não são as unidades da língua que são dialógicas, mas sim, os enunciados” (FIORIN, 2006, p.20), e somente os enunciados é que têm destinatários, pois ele compreende que as unidades de língua não são dirigidas a ninguém. Na sua visão, para cada palavra de enunciação, pressupõe-se a criação de uma série de palavras que se constituem como réplica, as quais devem ser analisadas, pois Bakhtin defende que “compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”. Os enunciados só podem ser compreendidos quando reagimos às palavras que despertam em nós algum tipo de ressonância ideológica, ou que se identificam com a nossa vida. (Cf. BAKHTIN, 1999, p.132). Concluindo essa linha de pensamento, pode-se dizer que “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que determina essa refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica” (BAKHTIN, 1999, p. 46).

De acordo com Bakhtin, considerando-se que a sociedade se divide em grupos sociais de divergentes interesses, “então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. [...] O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica” (FIORIN, 2006, p. 25).

No pensamento de Bakhtin, a polifonia também aborda os conceitos de “discurso citante”, tendo como exemplo, um enunciado jornalístico; e “discurso citado”, que seria uma das falas presentes neste enunciado. Estes conceitos auxiliam na compreensão de situações em que o enunciador indica que não é o responsável pelo enunciado, dizendo que se apoia em outro discurso. Assim, a enunciação citada é objeto da enunciação citante, ocorrendo o que se define como “discurso relatado” – uma enunciação sobre uma outra enunciação. Quando isso acontece em um discurso, identifica-se a presença de “modalização em discurso segundo”, onde o enunciador faz uso de alguns termos modalizadores para, por exemplo, comentar sua própria fala no discurso.

Ao contrário da modalização em discurso segundo, existe outra instância denominada Discurso Direto (DD), que além de eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, ele restitui as falas citadas e dissocia o discurso citante do discurso citado. Assim, o DD tem característica de buscar ser fiel às palavras do enunciador citado. (Cf. MAINGUENEAU, 2001, p.140).

Porém, o DD não pode ser totalmente fiel, pois dificilmente se consegue replicar, na íntegra, a fala efetiva, expressando sua oralidade, entonação, gestos corporais, etc. através de um enunciado citado entre aspas.

4.6.2 A polifonia em Ducrot

Oswaldo Ducrot, inspirado no princípio dialógico de Bakhtin, desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, inserindo algumas noções da Semântica Enunciativa, que toma por base, traços linguísticos do enunciado. Ducrot considera que é possível haver mais

de um sujeito em um discurso, e mais especificamente, afirma que, num único enunciado, pode haver mais de um sujeito. Assim, Ducrot inseri no campo teórico da linguística, a noção bakhtiniana de polifonia.

Desde sua obra *Les Mots du Discours* (1980), Ducrot já mostrava a noção de polifonia em suas teorias. Nesta obra ele identificava e distinguia dois tipos de sujeitos, que são: o locutor e os enunciadores. O locutor é o sujeito responsável pelo que é dito, e os enunciadores são os autores dos atos ilocutórios. Ao trabalhar com a ideia de “atos ilocutórios”, sua teoria já apontava para uma perspectiva de interação nos interlocutores, pois Ducrot entende atos ilocutóricos como atos jurídicos, os quais estabelecem obrigações sociais para os interlocutores. Por exemplo: toda pergunta pressupõe a existência de uma resposta do outro que a decodifica; toda ordem pressupõe sua execução por parte de quem a recebe. (Cf. FROSSARD, 2008)

Ao longo dos seus estudos, Ducrot foi reformulando seu pensamento teórico, desviando o seu interesse antes concentrado nas questões interacionais, para um estudo das questões semânticas contidas nos enunciados, com o intuito de revelar e investigar a presença das múltiplas vozes neles encontradas.

Ducrot também alterou sua concepção de “enunciadores”, os quais foram deixando de ser vistos como autores dos atos ilocutórios, pois não expressam simplesmente palavras, mas sim, “pontos de vistas”. Portanto, os enunciadores passam a ser vistos como as vozes implícitas que expressam esses “pontos de vistas”. (Cf. DUCROT, 1987, p.161).

Nesta nova concepção, Ducrot “diz que as vozes veiculadas através da enunciação expressam pontos de vista que o locutor organiza para identificar-se com os mesmos ou para se opor a eles”. (BARBIZAN E TEIXEIRA, 2002, p.168). Ele afirma que essas vozes que não são explicitadas existem em decorrência da imagem que delas oferece a enunciação produzida pelo locutor, enquanto responsável pela enunciação.

Segundo Maingueneau, a noção de polifonia desenvolvida por Ducrot é emprestada do trabalho de Bakhtin. Ducrot propõe o questionamento do pressuposto da “unicidade do sujeito falante”, pois ele vai distinguir num mesmo enunciado, algumas instâncias diferentes como: a) Sujeito falante, autor efetivo do enunciado (ser empírico); b) Locutor (ser do discurso); c) Enunciador; d) Sujeito dos atos ilocutórios.

Para Ducrot, o enunciado mostra, além do locutor, os enunciadores que, ao ocupar papéis ilocucionais, se expressam numa pluralidade de vozes. Ao descrever uma enunciação, verifica-se um conjunto de indicações que conferem sentido ao enunciado.

Ducrot, em sua Teoria da Argumentação na Língua, aborda a noção de polifonia refletindo sobre a questão da argumentatividade como um ato linguístico fundamental que está presente na língua e atua como estruturador do discurso. O objeto estudado por ele é o enunciado isolado, e o sujeito é linguístico, de natureza individual empírica, sem qualquer consideração ideológica.

5.1 A ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Uma reportagem é um gênero textual expositivo no qual o autor desenvolve extensamente um tema de interesse geral, que pode ser sobre pessoas, lugares, ou outro assunto concreto, podendo ainda, abranger alguma entrevista. Uma reportagem é sempre mais do que uma notícia; ela mostra e verifica fatos, apresentando suas causas e efeitos, e quando possível, a origem dos acontecimentos.

No artigo em tela, tem-se uma matéria jornalística que, através de uma entrevista, aborda como tema principal o terceiro setor, mais especificamente, sua atuação através das ONGs, seu impacto na vida do cidadão, e a posição do atual Governo federal frente a esse setor social, suas categorias de serviços e suas filosofias de funcionamento.

Uma reportagem pode ser de três categorias diferentes: expositiva, interpretativa ou opinativa. Na expositiva, os fatos são apresentados de maneira simples e objetiva. Na interpretativa, busca-se estabelecer conexões entre os acontecimentos e apresentar comentários sobre eles. Na opinativa, os fatos são apresentados evidenciando-se a opinião do repórter.

5.1 O Dito

A matéria jornalística em análise, apresenta, como dito, alguns enunciados que passam a ser apresentados a seguir, iniciando com a seguinte manchete:

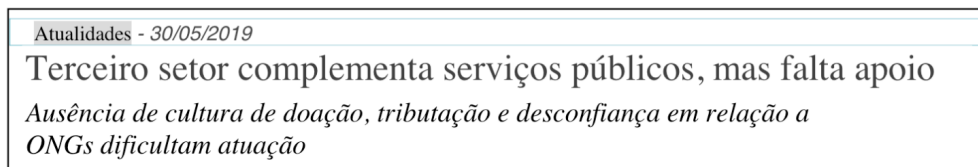


Figura 1. Manchete do Jornal da USP

O conceito de polifonia, na visão Bakhtiniana está presente neste enunciado apresentado como manchete. A jornalista Thaís Cardoso faz uso do Discurso Direto, no qual encontraremos a presença de múltiplas vozes, que serão analisadas na seção seguinte, onde serão tratados o não dito nesse discurso.

Para as pessoas que leem esta manchete, mesmo que não saibam do que se trata o “Terceiro setor”, já recebem a informação direta de que é o setor que presta serviços de maneira complementar aos serviços públicos, além de dizer que existe uma falta de apoio a este setor. A Jornalista, faz uso de um título auxiliar para mostrar algumas razões para essa “falta de apoio” sofrida pelo terceiro setor. No título auxiliar está dito que: “Ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Ao iniciar sua matéria, a jornalista escreve a lide com o objetivo de informar o leitor sobre o conceito de terceiro setor, algumas de suas áreas de atuação na sociedade, bem como sua importância diante da ineficiência do poder público em oferecer tais serviços de maneira ampla para a sociedade. E na sequência, a jornalista apresenta o seu entrevistado, ressaltando sua formação acadêmica e profissional, conforme a figura 2 a seguir.

“Associações e fundações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como organizações não-governamentais (ONGs), são fundamentais para complementar serviços de educação, saúde ou assistência social que, muitas vezes, o poder público não consegue disponibilizar de forma ampla. Para falar sobre a importância do terceiro setor e o impacto dele na vida do cidadão, o USP Analisa desta semana conversa com o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira.”

Figura 2. Apresentação do entrevistado

Para reforçar seu objetivo de informar o conceito de terceiro setor, como sendo uma iniciativa da própria sociedade civil que se organiza em associações, ou outros tipos de instituições sem fins lucrativos, o que revela e expressa um tom de cooperativismo e até mesmo de voluntariado, a jornalista faz uso de uma foto com a imagem de várias mãos de pessoas. Estas mãos aparecem unidas e sobrepostas umas às outras. Conforme a figura 3 a seguir:



Figura 3. Foto da manchete do jornal da USP

Em seguida, usando o conceito Bakhtiniano de Discurso Citante, a jornalista Thaís apresenta um resumo da opinião do entrevistado com relação ao conceito de Terceiro Setor com a seguinte frase: “Segundo ele, essas organizações são basicamente constituídas por indivíduos da sociedade civil que se unem para cuidar do bem comum, sem necessidade de interferência do governo.” (CARDOSO, 2019, p.1)

Após escrever o que ela, como entrevistadora, compreendeu sobre o terceiro setor a partir da resposta do entrevistado, a jornalista faz uso do conceito de Discurso Citado e escreve a reprodução da fala do entrevistado:

“Elas cumprem várias funções, desde identidade, como o Centro da Cultura Gaúcha. Por outro lado, você tem toda uma linhagem de organizações que trabalha exatamente nas políticas públicas, seja apoiando ou até executando. Aqui no Estado de São Paulo você tem muitas organizações sociais fazendo serviço de saúde, educação ou cultura. São organizações sem fim de lucro, mas que estão trabalhando com dinheiro público para entregar uma política pública que às vezes o governo pode achar que é melhor, feito sem ser por um órgão público, sendo uma organização da sociedade civil.” (CARDOSO, 2019. p.1)

Mais uma vez, a jornalista escreve um resumo do que depreendeu a partir da fala do entrevistado sobre a relação do poder público com o Terceiro Setor:

“Embora o terceiro setor auxilie o governo na prestação desses serviços, Ferreira lembra que a desconfiança despertada pela investigação da atuação de algumas organizações por comissões parlamentares de inquérito e também pela falta de incentivo às doações para essas entidades acabam prejudicando sua atuação.” (CARDOSO, 2019, p.1)

A reportagem é finalizada com a transcrição da fala do entrevistado, respondendo sobre a falta de incentivo a uma cultura de doação, bem como a questão do sistema tributário brasileiro que também não incentiva as doações para o terceiro setor:

“O Brasil, também na legislação, joga contra a doação. Nos Estados Unidos, por exemplo, se você doa o dinheiro para uma ONG, você não paga imposto nenhum. Se você dá o dinheiro para o seu filho, você paga um imposto muito alto. No Brasil, a mesma coisa é tributada igual. Tem um certo desincentivo à doação, porque eu pago 4%, aqui no Estado de São Paulo, na doação para uma ONG, e 4% na doação de dinheiro para o meu filho. Então, eu não tenho estímulo algum a pegar uma parte da minha riqueza, digamos, e colocar na sociedade civil. Se você tivesse uma tributação bem mais alta no imposto de herança e nenhuma tributação para doação à organização civil, você tenderia a atrair mais dinheiro.” (CARDOSO, 2019, p.1)

5.2 Levantamento de fatos que depreendem o Não Dito

A compreensão dos sentidos dos enunciados é feita por meio de uma leitura contrastiva, pois há sempre um contraste entre o que o discurso deseja “dizer” e aquilo que ele, realmente diz, através dos implícitos. É importante descobrir e explicitar os sujeitos, suas classes, suas posições sociais, políticas e ideológicas, pois essas informações remetem ao não dito. Deve-se procurar por artifícios linguísticos como jogo semântico e operadores argumentativos como o “mas”, “embora”, “porém”, etc. que se constituem como pistas que induzem ao não dito. É fundamental que se explicita quem fala e a quem fala. O significado de cada fala e por que se fala, e o modo como se fala. Por parte do destinatário,

é importante analisar como a informação chega até ele, ou seja, como ele decodifica as falas. Outro ponto importante é perguntar através de quais instituições o discurso é feito ou justificado?

Na reportagem em análise, verifica-se que existe mais de um sujeito falante. Existe a fala da jornalista Thaís Cardoso, que realiza a entrevista, bem como a fala do entrevistado, Fernando Rosseti. No caso da jornalista Thaís, além das funções de jornalista, como sujeito do discurso, ela também demonstra assumir outras funções, pois verifica-se que ela fornece pistas no seu texto sobre as intenções e desejos implícito das outras partes envolvidas na reportagem como: o governo, a sociedade, as organizações do terceiro setor e o próprio entrevistado que é o especialista no assunto de sua matéria jornalística. A jornalista Thaís, por alguns momentos, assume a função de porta-voz de seu entrevistado, quando ela escreve uma resenha da sua resposta. Será que a jornalista está falando como uma crítica social neutra? Em se tratando de um Jornal que pertence a uma Universidade Pública, será que a jornalista está emitindo a sua fala de maneira politicamente isenta?

O outro sujeito falante é o entrevistado, Fernando Rossetti, que fala como especialista no assunto e como tal, deveria assumir uma posição de neutralidade neste cenário de luta entre governo e terceiro setor. Porém, descobre-se que ele é diretor de uma ONG na área de educação, e portanto, sua fala já não se apresenta mais com neutralidade, isente de qualquer parcialidade.

A quem os sujeitos falam? Tanto a entrevistadora como o entrevistado estão falando para um público específico de leitores do Jornal da USP. Em se tratando de um jornal universitário, pressupõe-se que os leitores (destinatários do discurso) são pessoas com um nível intelectual diferenciado e acima da grande maioria brasileira.

O assunto abordado traz ao debate, um tema que é de interesse da grande maioria da sociedade brasileira, pois segundo dados da ABONG (Associação Brasileira das organizações Não Governamentais) existem no Brasil, cerca de 239 mil organizações no terceiro setor, número este, que se multiplica, quando se considera a quantidade de pessoas que são assistidas por essas organizações. E além disso, os enunciados atribuídos aos sujeitos dessa reportagem, envolvem aspectos políticos que colocam em questão o posicionamento do atual Governo Brasileiro.

Sendo assim, verifica-se a necessidade de buscar os interdiscursos que estão implícitos nas falas identificadas nessa reportagem, seus pressupostos e seus subentendidos que permeiam as formações discursivas do presente discurso em análise.

No palco desta análise encontram-se implícitos na reportagem, os interesses políticos do Governo, sua postura autoritária devido ao perfil militar da maioria dos seus integrantes, a disputa do poder, as razões envolvidas nessa disputa, as expectativas por parte dos gestores das organizações do terceiro setor, e a vulnerabilidade da sociedade diante das mudanças impostas pela proposta política governamental.

5.3 O não dito - enunciados e suas significações implícitas

Nesta matéria jornalística, pode-se verificar, de maneira efetiva, a presença de muitas pressuposições e subentendidos nos elementos discursivos e que constituem o não dito desse discurso em análise.

1º Enunciado

Como um primeiro enunciado, pode-se destacar a própria categoria da coluna do Jornal da USP que foi escolhida para a publicação da reportagem, cujo nome é “Atualidades”.

Significação literal: “Atualidades”.

Significação implícita: O fato do Jornal da USP ter publicado a matéria na coluna cujo tema é “Atualidades”, já diz ao leitor de maneira subentendida, que embora o tema “terceiro setor” seja algo muito antigo, o assunto que a reportagem apresenta é algo atual, e traz novidades no cenário político-social brasileiro.

2º Enunciado

Significação literal: “Terceiro setor complementa serviços públicos”.

Significação implícita: Existe uma crítica subentendida neste enunciado a qual se refere a incapacidade do Governo em oferecer todos os serviços públicos que a sociedade anseia. Fato este que demonstra a importância do terceiro setor e a pressuposição de que o Governo deveria apoiar suas iniciativas, e não se opor às atividades dessas organizações como tem mostrado através de suas declarações na mídia e suas propostas através de projetos de lei e de decretos presidenciais, como tem acontecido no Governo do presidente Bolsonaro.

3º Enunciado

Significação literal: “mas falta apoio”

Significação implícita: a presença do operador argumentativo “mas” é um artifício linguístico que traz uma mensagem implícita de que existe algo ou alguma ação contrária à complementação dos serviços públicos ofertados pelo terceiro setor dita na manchete desta reportagem.

De quem é a voz que declara, ou denuncia a falta de apoio? A jornalista que faz a entrevista? O entrevistado? A sociedade? Ou todos esses envolvidos nesta enunciação?

Quem seriam os agentes que negam o apoio necessário ao terceiro setor?

Fica subentendido que o terceiro setor é o “herói” que atende e supre as necessidades da sociedade, enquanto que o Governo é o “vilão”, ingrato e injusto, que, em vez de ajudar a sociedade apoiando o terceiro setor, toma atitudes e posicionamentos que são contrários ao desenvolvimento de suas atividades. A jornalista aplica neste enunciado o conceito Bakhtiniano de que “compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”. Verifica-se aqui, a presença da polifonia, onde há múltiplas vozes reagindo diante de uma divergência ideológica.

4º Enunciado

Significação literal: “Ausência de cultura de doação, tributação e desconfiança em relação a ONGs dificultam atuação”.

Significação implícita: Neste 4º enunciado, verifica-se a presença marcante da abordagem feita por Ducrot acerca da polifonia, pois encontram-se, neste único enunciado, a presença do sujeito falante, enquanto autor efetivo do enunciado, e de alguns enunciadorees, enquanto sujeitos dos atos ilocutórios.

O argumento de “ausência de cultura de doação dificulta a atuação” se constitui uma formação discursiva, que dentro do contexto social e político em que encontra-se o Brasil, permite ao enunciadore expressar sua opinião, a qual, implicitamente, denuncia uma falha que existe nos outros setores da sociedade, compreendendo Governo e Empresas.

Quando o argumento é de que a “tributação dificulta a atuação”, o enunciado aponta para o Governo, que é o sujeito responsável pela elaboração de leis que possam apoiar as atividades do terceiro setor.

Quando o enunciado fala que a “desconfiança em relação a ONGs dificulta a atuação”, certamente que ele aponta uma crítica ao posicionamento assumido pelo Presidente Bolsonaro e seus assessores com relação ao decreto presidencial que marcou os 100 dias de seu governo. Neste decreto, o presidente determina o fim dos conselhos, comissões, juntas e outras entidades do mesmo tipo, os quais são integrados por representantes do governo e da sociedade civil. Segundo matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 3 de maio deste ano 2019, este decreto foi criticado por ONGs, cientistas políticos e especialistas em direito, que alegam que tal medida prejudicará a democracia participativa e a formulação de políticas públicas. Nesta questão, está implícita a luta de classes, e uma crítica à postura autoritária do Governo que envolve a perspectiva do “poder”, que segundo a visão de Foucault, aplica-se neste caso, como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais, que usam de discursos de “verdade” para produzir aquilo que se denomina por “ordem”.

5º Enunciado

Este enunciado se constitui da fala da jornalista, quando apresenta o seu entrevistado, porém, antes mesmo de o apresentar, ela fala um resumo daquilo que ela entende por Terceiro Setor. Dessa maneira, a jornalista assume o papel de locutora, enquanto sujeito responsável pelo discurso (na visão de Ducrot), porém, inseri mais um sujeito em sua fala, que é o entrevistado.

Significação literal: “Associações e fundações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como organizações não-governamentais (ONGs), são fundamentais para complementar serviços de educação, saúde ou assistência social que, muitas vezes, o poder público não consegue disponibilizar de forma ampla. Para falar sobre a importância do terceiro setor e o impacto dele na vida do cidadão, o USP Analisa desta semana conversa com o jornalista, educador e consultor Fernando Rossetti Ferreira.”

Significação implícita: Neste enunciado, a jornalista apresenta o Terceiro Setor com uma abordagem funcional, e certamente, instigando os leitores a atentarem para uma relação de obrigações sociais que deve haver entre Governo e Sociedade. Este artifício discursivo é denominado por Ducrot como “atos ilocutórios”, os quais apontam para uma interação dos interlocutores. Pois quando se diz o que o Terceiro Setor faz, implicitamente se diz aquilo que o Governo não faz, ou faz parcialmente, no que diz respeito aos serviços e às políticas públicas que deve fazer. Para sustentar a intencionalidade deste não dito, pode-se usar aqui, a ideia de Ducrot, em que toda pergunta pressupõe a existência de uma resposta do outro que a decodifica.

Também como parte do não dito, ao se analisar o currículo do entrevistado e seu título de “educador”, encontra-se neste enunciado, a intenção, por parte da jornalista, de direcionar a sua entrevista para assuntos voltados para as políticas públicas educacionais, as quais podem ser discutidas e implementadas pelo Terceiro Setor. E dentro deste atual contexto político de “pressuposta perseguição” e desincentivo ao Terceiro Setor, há que se esperar uma perda social em relação às políticas públicas relacionadas à educação. Fato este que se comprova através do contingenciamento anunciado pelo Governo e que afetou a área da Educação, com “efeitos” de cortes em financiamentos.

6º Enunciado

Neste enunciado, a jornalista escreve um resumo de uma das falas do entrevistado, usando-se do Discurso Relatado, no qual ela se exime da responsabilidade desta fala.

Significação literal: “Segundo ele, essas organizações são basicamente constituídas por indivíduos da sociedade civil que se unem para cuidar do bem comum, sem necessidade de interferência do governo.”

Significação implícita: A última parte deste enunciado aponta para um ponto de vista do entrevistado, que sugere como desnecessária, a interferência do Governo no Terceiro Setor, o que mostra implicitamente, a insatisfação por parte das organizações que compõem este setor com relação ao posicionamento político deste Governo.

7º Enunciado

Este enunciado mostra a fala do entrevistado e sua opinião com relação à atuação do Terceiro Setor no exercício de suas funções.

Significação literal: “Elas cumprem várias funções, desde identidade, como o Centro da Cultura Gaúcha. Por outro lado, você tem toda uma linhagem de organizações que trabalha exatamente nas políticas públicas, seja apoiando ou até executando.”

Significação implícita: Aqui se verifica a presença do operador argumentativo “Por outro lado”. Ele chama a atenção para uma mensagem implícita de que existem organizações que implementam serviços simples, mas também existem organizações que desempenham serviços bastante complexos e importantes para a implementação de políticas públicas. O que significa implicitamente, que o Governo não deve desconsiderar ou menosprezar a

capacidade de trabalho operacional deste setor, conforme vem demonstrando através da mídia, quando aborda o assunto das ONGs.

6 | CONCLUSÃO

Este artigo, usou da Análise de Discurso, enquanto instrumento teórico, e isto permitiu concluir que, realmente, toda enunciação vem ao público permeada de ideologia, e particularmente, sobre o Terceiro Setor, uma ideologia de “poder”, conforme a visão de Foucault protagonizada pelas classes sociais e Governo. Tais ideologias e intencionalidades presentes nos discursos que envolvem o Terceiro Setor como tema, não são ditas de maneira explícita, o que demandou a busca pelo sentido oculto e implícito nos enunciados presentes neste discurso, tarefa que foi realizada apoiada e sustentada pelo conceito de que todo discurso é polissêmico, polifônico, e portanto, pervadido de pressupostos e subentendidos.

Ficou exposto nesta análise, o pressuposto teórico de que todo discurso é carregado de subjetividade a qual está presente não só nas falas, mas também na maneira como se apresentam as falas. Conclui-se também que, não existe imparcialidade, nem verdade absoluta, até mesmo no discurso jornalístico, que no caso analisado demonstrou, nas entrelinhas, suas influências ideológicas.

O Terceiro Setor analisado como um discurso, vem trazer à luz uma reflexão sobre a importância que tem. Alguns pontos foram detectados através das análises do dito e do não dito, com destaque ao cenário de tensão ideológica que se trava no palco da mídia, entre Governo e Terceiro Setor. Outro ponto importante é a demonstração evidente do estágio atual de consolidação do Terceiro Setor como um instrumento de democratização de políticas públicas, de serviços e de inclusão social. Estágio este, que não permite mais atitudes como desconfiança, ameaças e cortes em seus investimentos.

O cenário político atual aponta para uma possível mudança no relacionamento entre Governo e Terceiro Setor, porém, diante do exposto e analisado sobre esse tema, fica bastante nítida a necessidade de se ampliar a atuação do Terceiro Setor no Brasil, através de novas políticas de incentivo e financiamento às suas áreas de atuação. Se o Governo deseja trabalhar de forma mais democrática e menos autoritária, é necessário desenvolver uma política de parceria, confiança e credibilidade em relação a este setor. Também conclui-se que, de fato, falta por parte do Governo, um programa de incentivo à doações feitas diretamente pela sociedade às organizações do Terceiro Setor, alterando e criando leis tributárias que favoreçam o aumento de investimentos diretos e indiretos neste setor.

Ressalta-se que o presente artigo não considera esta análise esgotada, e que, em função de limitações de espaço, não foram observados todas as possíveis questões, enunciados e ainda, os elementos linguísticos que, tanto o tema, como o texto jornalístico permitem ser explorados. Contudo, os resultados aqui apresentados já podem ser

considerados úteis para uma reflexão atual e futura sobre esse tema tão relevante e que tem muito a contribuir para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais**, Brasília: Hucitec, 1987.

_____. **Os gêneros do discurso**. In: **Estética da Criação Verbal**, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. cap. p. 279-326.

BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. Polifonia: Origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. **Revista Organon**, Porto Alegre, v.16, n. 32/33, p.161-180, 2002.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARDOSO, T. Terceiro setor complementa serviços públicos, mas falta apoio. [Entrevista concedida] Fernando Rosseti Ferreira. **Jornal da USP**, São Paulo, mai. 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DREYFUS, Hubert L. RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)**, São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Ponte Editores, 1987. cap. VIII, p.161-210.

FERREIRINHA, Isabella M. N.; RAITZ, Tânia R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, 44(2), p. 367-83, MAR./ABR. 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Sírio Possenti, Paris: Gallimard, mimeo, 1971.

FROSSARD, Elaine Cristina Medeiros. A teoria do dialogismo de bakhtin e a polifonia de ducrot: pontos de contato. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 2, n. 2, p. 177-186, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. – São Paulo: Cortez, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin - o trajeto polifônico de uma metáfora, **Revista Letras**, Curitiba, n.41-42,p. 195-205.1992-93.Editora da UFPR.

TORRES, José William Lopes . Poder e discurso a partir de Michel Foucault: breves análises sobre a genealogia do biopoder. **Contemporânea – Revista de Ética e Filosofia Política**, Caruaru, v. 3, n. 1, p. 62-82, jul./dez. 2016. ISSN 2447-0961.

CAPÍTULO 8

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Felipe Sanches Barbosa

Itu/SP

<http://lattes.cnpq.br/0429114910239700>

RESUMO: As Organizações Internacionais de Integração são organismos em que os Estados formulam políticas conjuntas em prol de benefício mútuo. O presente trabalho busca conhecer as Organizações de Integração na América Latina, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seu Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e sua Agenda, para entender quais dispositivos internacionais abarcam a proteção socioambiental da região Amazônica. Tendo em vista as obras da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), que visa a conexão efetiva e real Sul-americana, o ponto chave da pesquisa volta-se à construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, localizadas no rio Madeira, em Roraima. A problemática envolve conhecer os instrumentos internacionais desenvolvidos pelas Organizações e se as mencionadas obras estão em conformidade com a legislação internacional. Trata-se de um estudo orientado pelo método qualitativo do tipo bibliográfico-documental, através de uma abordagem indutiva, tendo como norte a proteção ambiental em escala

internacional, bem como a fiscalização dos entes internacionais. Inicia-se pela base teórica, através da conceituação de “Organizações Internacionais”, analisando a trajetória histórica da Integração Sul-americana - da Organização dos Estados Americanos (OEA) à UNASUL – em face da proteção internacional do meio ambiente. Apresenta-se e conceitua-se a OTCA e sua Agenda para então trabalhar as informações sobre a IIRSA, seus eixos de integração e suas obras para, finalmente, compará-los com os dispositivos mencionados. concluiu-se haver conflito entre a iniciativa e as leis internacionais ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Sul-americana, Meio Ambiente, IIRSA.

THE INTEGRATION PROCESS OF SOUTH AMERICA AND ENVIRONMENT IN THE AMAZON REGION: THE IIRSA – SOUTH AMERICAN REGIONAL INFRASTRUCTURE INTEGRATION INITIATIVE

ABSTRACT: The Integration of International Organizations are organisms in which, Nations formulates combined policies for mutual benefit. The present study seeks to understand the Integrating Organizations in Latin America, such as the Southern Common Market (MERCOSUL) and its Framework Agreement on Environment, the South American Nations Union (UNASUL), the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) and its Agenda, to understand which international devices cover the social and environmental protection of the Amazon region.

Considering the work of the Initiative for the Integration of South American Infrastructure (IIRSA), which aims at effective and real South America's connection of hydroelectric plants of Santo Antônio and Jirau, located on the Madeira River in Roraima. The problem involves knowing the international instruments provided by organizations and if the mentioned works are in accordance with international law. This is a study directed by the qualitative method of bibliographic and documentary type, through an inductive approach having as northern environmental protection on an international scale, as well as supervision of international bodies. Begins with the theoretical basis, through the concept of "international organizations" and the historical trajectory of the Organization of American States (OAS) to UNASUL, citing important documents the evolution of the environment, such as "Our Common Future" and the Declaration of Rio 92". It presents and appraises OTCA and its Agenda for then expose the information on IIRSA, its axes of integration and their works, and finally compare them with the mentioned devices. It concludes for the conflict of the Initiative for the international environmental laws.

KEYWORDS: International Environmental Law, IIRSA, UNASUR.

1 | INTRODUÇÃO

As Organizações Internacionais, juntamente com os Estados, são os únicos sujeitos de Direito Público Internacional capazes de produzir norma jurídica. Focando-se nas primeiras, seriam elas a associação de Estados, estabelecida por meio de tratado, possuindo constituição e órgãos comuns e tendo personalidade legal distinta da dos Estados-membros (ACCIOLY, 2009).

De suas modalidades, destaca-se a de Integração, por seu caráter regionalista e cooperativo. Pode-se conceituar o fenômeno da integração como a harmonização ou uniformização de sistemas legais internos dos Estados, possibilitando a integração política e econômica (MORE).

O presente trabalho reporta mais especificamente, a Integração sulamericana, a partir da criação da Organização dos Estados Americanos em 1948 até a atualidade. Ao longo desse tempo, no mundo, foi desenvolvida a preocupação com meio ambiente e conforma-se, em 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que "atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas" (CMMAD, p.9). Assim é que em 2001, o Mercado Comum do Sul - criado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - elabora um Acordo-Quadro sobre meio ambiente.

O Tratado de Cooperação Amazônica, criado em 1978 trata especificamente do compromisso ambiental firmado entre os países cujos territórios abarcam a floresta amazônica, e regula o comprometimento dos mesmos com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Dele nasceu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, criada em 1995, cujo o objetivo é firmar efetivamente os compromissos do tratado e implementar a efetiva proteção ambiental na área.

Neste contexto, insere-se o projeto de Integração e Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA – que prevê investimentos em infraestrutura com o objetivo de integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul. Constituiu-se em agosto de 2000, antes da União das Nações Sulamericanas (UNASUL).

A União das Nações Sul-Americanas – UNASUL -, criada em 23 de maio de 2008, em Brasília, destaca-se por ter como objetivo, de maneira participativa e consensual, a criação de um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. (UNASUL). Em 2009 a UNASUL cria o COSIPLAN-Conselho Sulamericano de Infraestrutura e Planejamento, incluindo a Iniciativa IIRSA como seu fórum técnico de infraestrutura.

Compõem a IIRSA, corredores de integração e desenvolvimento, divididos em 10 Eixos. Destes, três intersectam a Amazônia: Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo Escudo das Guianas e Eixo do Amazonas, concentrando, o presente trabalho, no primeiro.

Entre os projetos, O presente trabalho debruça-se em especial, sobre o Complexo do Rio Madeira, que abarcará as Usinas de Santo Antônio e de Jirau.

Tendo em vista o impacto ambiental que este Projeto irá trazer, o presente trabalho procura verificar se a IIRSA é compatível com os compromissos ambientais que os países do MERCOSUL assinaram entre si e, em especial, se está de acordo com o Tratado de Cooperação Amazônica, que especificamente regula a região.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Organizações de integração

O fenômeno da integração é, em essência, econômico. Trata-se da facilitação de tráfego de mercadorias, pessoas e capitais dentre dois ou mais países, movimentando e fortalecendo, com isso, os mercados, gerando benefícios para os governos participantes. Em definição jurídica, integração é a harmonização ou uniformização de sistemas legais internos dos Estados, possibilitando a integração política e econômica. (MORE).

Para tal fenômeno concretizar-se é necessário que os Estados construam Organizações Internacionais de Integração. (MORE).

Organização Internacional é produto exclusivo de uma elaboração jurídica resultante da vontade conjugada de certo número de Estados. É uma realidade jurídica, pois sua existência não encontra apoio senão no tratado constitutivo, cuja principal virtude não consiste, assim, em disciplinar-lhe o funcionamento, mas em dar-lhe vida, sem que nenhum elemento material preexistisse ao ato jurídico criador. (REZEK, 2011).

O caráter regional é marca de Organizações Internacionais de Integração, é também importante expor o SEU caráter supragovernamental, limitando-se a um determinado território, coincidindo com aquele de seus Estados-Membros, essa característica denomina-se regionalismo. (MORE).

As integrações econômicas internacionais são divididas em dois tipos: uma denominada de *globalização*, de caráter microeconômico e apoio particular, em essência; e a outra se denomina *regionalização*, de caráter macroeconômico e apoio estatal. (MORE).

A regionalização se refere à integração em um bloco regional. No plano do direito, toma forma, principalmente, através de acordo comercial preferencial ou de união aduaneira, em sua forma simples, ou união econômica e monetária, na forma mais complexa. (MORE).

Distingue-se em três modalidades: formação de blocos, regionalismo e polarização¹. O regionalismo possui certa similaridade com o primeiro, porém preza a proximidade geográfica, e o laço entre os países é de relação informal (MORE).

Este, por seu caráter natural, explica os movimentos naturais da economia que ao longo do tempo foram a própria razão do aprofundamento e alargamento dos processos de integração, através de acordos formais, ou de própria formação de blocos econômicos. (MORE).

A partir desse regionalismo é que surgem as organizações de integração de infraestrutura, ou seja, cujo objetivo é a conexão física, econômica e cultural dos países que as constituem. A IIRSA é o exemplo sul-americano desse tipo de organização.

2.1.1 *Integração sul-americana: da OEA à UNASUL*

A Organização dos Estados Americanos² foi criada em 1948, com a finalidade de conseguir ordem de paz e justiça, promover sua solidariedade e defender a soberania, sua integridade territorial e sua independência. Primeiramente foram signatários, em 1948, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Posteriormente, aderiram os seguintes países: Barbados, Trinidad e Tobago (ambos em 1967), Jamaica (1969), Grenada (1975), República Dominicana, Santa Lúcia (ambas em 1979), Antigua e Barbuda, São Vicente e Granadinas (ambos em 1981), Bahamas (1982), St. Kitts e Nevis (1984), Canadá (1990), Belize, Guiana (1991).

Em sua Carta, artigo 2º, estipula seus propósitos, entre outros: Garantir e promover a paz e a segurança continentais; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros; procurar a solução para problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados Membros; promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Em 1960, foi criada a ALALC³ – Associação Latino Americana de Livre Comércio –, tendo como objetivo criar uma zona de livre comércio, isso é, um espaço econômico

1. O regionalismo será a modalidade utilizada neste trabalho, para mais informações sobre o tema vide MORE, Rodrigo Fernandes. *Integração econômica internacional*. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3307/integracao-economica-internacional>>. Acessado em 06/10/2014.

2. Ratificada pelo Brasil por meio do Decreto N. 30.544 de fevereiro de 1952.

3. Ratificada pelo Brasil por meio do Decreto N. 48.459 de julho de 1960.

formado pelos Estados membros onde as mercadorias, possam circular livremente sem que fossem cobrados os impostos de importação e exportação e sem que haja a imposição de medidas de efeito equivalente.

A Associação Latino Americana de Integração – ALADI -, criada em 1980, pelo Tratado de Montevideu⁴, substituiu a ALALC. Seus objetivos se mantêm.

A diferença entre as associações constitui nos mecanismos mais flexíveis da ALADI e se baseiam em acordos de alcance regional – que envolvem todos os membros da associação –, e acordos parciais – acordos que concedem preferência a produtos específicos - firmados normalmente firmados entre dois países membros.

O MERCOSUL⁵ foi criado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Tem como objetivos, entre outros: coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; desgravação tarifária – quotas, restrições fitossanitárias – ou medidas de efeito equivalente; adoção de uma pauta aduaneira comum – pauta externa aplicada aos produtos importados pelo bloco -; constituição de um regime geral de origem, de um sistema de solução de controvérsias e de cláusulas de salvaguarda;

É preciso destacar – com relação ao objeto do presente estudo - que, em relação ao MERCOSUL, em Assunção, no ano de 2001, é firmado o Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente⁶ (MERCOSUL, 2016). Seu conteúdo é programático, ou seja, seus objetivos serão realizados por meio de tratados adicionais e pontuais, que o complementarão e instrumentalizarão.

O Acordo estabelece em seu preâmbulo a necessidade de cooperação para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável (MERCOSUL).

Reconhece também a importância da cooperação entre Estados Partes com o objetivo de apoiar e promover a implementação de seus compromissos internacionais em matéria ambiental, observando a legislação e as políticas nacionais vigentes (MERCOSUL).

Em seu art. 1º, reafirma o compromisso com os princípios enunciados na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - um dos importantes resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. (MERCOSUL).

A cooperação sobre a matéria ambiental deve ocorrer pelo cumprimento dos Acordos Internacionais que contemplem matéria ambiental dos quais sejam parte. Esta cooperação poderá incluir a adoção de política comum para a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável, a apresentação de comunicações conjuntas sobre temas de interesse comum e o intercâmbio de informações sobre posições nacionais em foros ambientais internacionais (MERCOSUL).

4. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto N. 87,054 de março de 1982.

5. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto N. 350 de 21 de novembro de 1991

6. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto N. 5.208 de 17 de setembro de 2004

Prosseguindo na análise dos movimentos de integração na América Latina, a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL⁷ – criada em 23 de maio de 2008, consiste em organismo regional que tem por objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia a reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (MRE).

Os objetivos da UNASUL compõem-se de, entre outros: o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região; a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região; o desenvolvimento de uma infraestrutura para a interconexão da região e dos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis; a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática.

Em 2009 a UNASUL cria o COSIPLAN-Conselho Sulamericano de Infraestrutura e Planejamento, incluindo a IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – tratada adiante, em item específico - como seu fórum técnico de infraestrutura.

Tanto a UNASUL como Mercosul, para se concretizarem, necessitam de projetos de integração, meios físicos de conexão entre os países, por onde o tráfego de bens e pessoas irá fluir.

2.2 O Tratado de Cooperação Amazônica

Este tratado é de importância ímpar para o presente trabalho. Pois conta como signatários os países participantes da IIRSA, cujos territórios abrangem a floresta amazônica. Trata-se de um documento de cunho essencialmente ambiental, trazendo em seu preâmbulo a promessa de desenvolvimento econômico em conjunto com proteção ambiental.

O Tratado de Cooperação Amazônico⁸ - TCA -, concluído em Brasília, em 3 de julho de 1978, foi ratificado pelos oito países que possuem a floresta Amazônica como parte de seus territórios, são eles: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (esta última, também membro do Mercosul).

Dispõe em seu artigo primeiro que

Convém às partes contratantes realizar esforços conjuntos a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e

7. Ratificada pelo Brasil pelo Decreto N. 7.667 de 11 de janeiro de 2012.

8. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto N. 85.050 de 18 de agosto de 1980.

mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios (TCA).

Afirma também que somente pela cooperação entre as soberanias é que será possível o desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental.

2.2.1 A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Criada por emenda ao TCA, estabelece uma perspectiva para o processo de cooperação sul-sul, que fortalece a vocação de seus governos na construção de sinergias com outros atores nacionais, organismos multilaterais, agências de fomento, movimentos sociais, comunidade científica, setores produtivos e sociedade civil (OTCA).

A OTCA⁹ realiza estudos e executa projetos-pilotos sobre as potencialidades econômicas geradoras de renda e oportunidade para a região amazônica, proporcionando a efetiva cooperação – integração dos países que nela estão inseridos.

Uma de suas funções como organismo regional é coordenar sua atuação com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), foro de diálogo entre as autoridades responsáveis da infraestrutura de transporte, energia e comunicação nos doze países sul-americanos, estimulando o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros.

2.2.1.1. A agenda da OTCA

Em novembro de 2009, na Declaração sobre a OTCA, os chefes de Estado dos Países Membros conferiram à Organização um papel renovado e moderno como fórum de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta para fazer frente aos novos e complexos desafios internacionais que se apresentam. Neste contexto, encarregam os Ministérios das Relações Exteriores de preparar uma Nova Agenda Estratégica da OTCA para curto, médio e longo prazo, com vistas a fortalecer o processo de cooperação, com as ações de alcance regional que apoiem as iniciativas regionais (OTCA).

A nova Agenda Estratégica inclui a visão, missão e objetivos estratégicos da OTCA, a partir de dois eixos de abordagem transversal – conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento sustentável.

A agenda conceitua a missão da OTCA na medida de que esta será fórum permanente de cooperação intercâmbio e conhecimento, guiado pelo princípio de redução das assimetrias regionais entre os Países Membros; auxiliar nos processos nacionais de progresso econômico-social, permitindo uma paulatina incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais; promover a adoção de ações de cooperação regional que redundem na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia, atuar segundo o princípio do desenvolvimento sustentável e os modos de vida sustentável, em harmonia

9. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto N. 4.387 de 25 de setembro de 2002.

com a natureza e o meio ambiente e levando em consideração a legislação interna dos Países Membros (OTCA).

2.2.1.2. Objetivos Estratégicos

Dentre os objetivos de que se determina a Agenda, os de maior valia para o presente trabalho são: a. Facilitar o intercâmbio e a cooperação entre os Países Membros promovendo o desenvolvimento sustentável e modos de vida sustentáveis de caráter estratégico na região, visando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, povos indígenas e outras comunidades tribais; [...]; c. Promover e disseminar a cultura dos povos que habitam a Região Amazônica e fomentar o respeito e a proteção dos conhecimentos e saberes ancestrais e atuais da Região Amazônica; d. Promover a articulação dos Planos e Programas dos Países Membros para o desenvolvimento das populações amazônicas, dado especial atenção as populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais (OTCA).

2.2.1.3 Temas da Agenda

A agenda conta com oito temas, sendo que cada qual possui subtemas: a. Conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis; b. Assuntos indígenas; c. Gestão de conhecimento e intercâmbio de informação; d. Gestão regional da saúde; e. Infraestrutura e transporte; f. Turismo; g. Fortalecimento institucional, financeiro e jurídico; h. Temas emergentes (OTCA).

Com relação conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis, há o objetivo de fortalecer, sob uma perspectiva regional, a capacidade institucional e técnica dos países da Região Amazônica em gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas pelo comércio.

Quanto à Conservação, são subtemas: a) Florestas – Gestão florestal integrada e integral e sustentável para um manejo e uma conservação das florestas que redundem em benefícios reais para as populações locais; a) Recursos hídricos – Apoiar a construção e divulgação de um marco de referência para a gestão eficiente, integrada e integral dos recursos hídricos e para a promoção de um maior acesso da população ao recurso água e a seus serviços, especialmente ao saneamento, com medida que contribui para melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas; b) Gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas pelo comércio – Fortalecer, sob uma perspectiva regional, a capacidade institucional e técnica dos países da Região Amazônica em gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas pelo comércio; c) áreas protegidas – Fortalecer a gestão dos sistemas nacionais de áreas protegidas sob um enfoque ecossistêmico, contribuindo para a conservação da biodiversidade num contexto regional; d) uso sustentável da biodiversidade e promoção

do biocomércio – promover o uso sustentável da diversidade biológica, por meio de ações regionais que favoreçam investimentos e o comércio de produtos derivados da biodiversidade dos Países Membros da OTCA, com ênfase na agregação de valor no país de origem e na distribuição justa e equitativa de benefícios, priorizando o desenvolvimento local e a segurança alimentar [...].

Quanto aos assuntos indígenas, o objetivo é a inclusão e a participação dos povos indígenas e comunidades tribais na gestão de seus recursos, segundo o princípio de respeito pelos direitos dos povos indígenas (terra, território, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e de sua saúde, ordenamento territorial). Seus subtemas são os seguintes: a) povos indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial – Elaborar um marco estratégico para uma agenda regional de proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial, na base do respeito pelos direitos e pela legislação interna dos Países Membros da OTCA; b) proteção dos conhecimentos tradicionais dos Povos Indígenas e outras comunidades tribais – Reunião de intercâmbio de experiências e informação sobre os mecanismos nacionais para assegurar o direito à consulta livre, prévia e informada; b) terras e territórios indígenas e outras comunidades tribais; entre outros.

2.2.1.4. A IIRSA e a Organização do Tratado de Conservação Amazônico

Tendo a OTCA, como função, coordenar sua atuação com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), torna-se fundamental analisar a relação entre as duas.

2.3 O plano IIRSA

A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana - IIRSA é o Foro Técnico para temas relacionados com a planificação da integração física regional sul-americana do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento -COSIPLAN da União de Nações Sul-americanas – UNASUL (IIRSA).

A Iniciativa de Infraestrutura Regional Sul-americana surgiu em agosto de 2000, na primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, Brasil. Com os seguintes objetivos: Elaborar projetos e ações para a efetiva integração da região sul-americana; atuar como fórum de diálogo, para promover a integração física da região através de projetos de infraestrutura – transporte, energia e comunicação; melhorar as relações e a integração dos países – a implantação dos projetos diminuirá as barreiras físicas entre os países, facilitando o transporte dos produtos e o intercâmbio de informações, o que seria a padronização nos sinais dos meios de comunicação; melhorar as relações e a integração dos países – a implantação dos projetos diminuirá as barreiras físicas entre os países, facilitando o transporte dos produtos e o intercâmbio de informações (padronização nos sinais dos meios de comunicação).

A IIRSA é um mecanismo de intercâmbio e cooperação entre os 12 países da região, tendo como orçamento inicial estimado para o desenvolvimento dos projetos cerca de 17,4 milhões de dólares.

A iniciativa organiza-se em três níveis: O comitê de Direção Executiva (CDE), que reúne os Ministros de Estado definindo as macro-estratégias de ação; o Comitê de Coordenação Técnica (CCT), o qual é o nível mais técnico, sendo onde ocorre a burocracia financeira da iniciativa em que representantes das agências de financiamento e, eventualmente, agentes estatais ou da sociedade civil se apresentam para gerenciar investimentos; e por fim, os Executivos (Grupos Técnicos Executivos - GTEs), os GTEs são divididos em dois subgrupos, os de processos setoriais e os de eixo de integração, ambos são compostos por especialistas dos estados que trabalham nos projetos de implementação das políticas.

A IIRSA divide-se em três eixos. O primeiro é a construção de uma visão estratégica da integração física da América do Sul compartilhada entre os doze países, visando o crescimento dos países de forma coerente e sustentável.

O segundo refere-se aos corredores de integração e desenvolvimento, dividido em 10 eixos: Eixo Andino (compondo-se pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), Eixo Andino do Sul (composto por Argentina e Chile), Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo hidrovias Paraná-Paraguai (agrupando regiões do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, vinculadas pelos rios Paraguai, Paraná, Tietê e Uruguai), Eixo Capricórnio (trecho definido por todo o trópico de Capricórnio, cortando o continente do Oceano Atlântico ao Pacífico), Eixos do Escudo de Guianas (compondo-se pelos Estados do Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), Eixo do Amazonas (contendo parte dos Estados do Brasil, Equador, Colômbia e Peru), Eixo Inter-Oceânico Central (faixa territorial entre os 12 e 22 graus de latitude sul, que corta os países Peru, Chile, Bolívia, Paraguai, e Brasil), Eixo Mercosul-Chile (trecho esse que incorpora os países Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil) e Eixo do Sul (faixa territorial entre os 37 e 43 graus de latitude sul, agrupando Chile e Argentina). Delimitados a partir de características comuns das realidades dos países – como rios importantes, como o eixo hidrovias Paraná-Paraguai, ou de transporte, como o caso do eixo Inter Continental. Esta metodologia facilita a implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito da IIRSA.

O terceiro diz respeito a processos setoriais de integração em que pequenos grupos desenvolvem ações conjuntas aos setores determinados pelos grupos e contemplados pela iniciativa.

2.3.1 Eixos amazônicos

O plano IIRSA constitui-se da divisão da América do Sul em eixos. Para o presente estudo, interessam aqueles em que a Floresta Amazônica tem participação: o Eixo Peru-Brasil-Bolívia, o Eixo do Escudo das Guianas e o Eixo do Amazonas sendo que o primeiro foi escolhido para uma análise mais detalhada, em decorrência do expressivo impacto.

2.3.1.1.Eixo Peru-Brasil-Bolívia

Este eixo de integração e desenvolvimento tem uma área de influência que vincula a fronteira tripla da Bolívia, Brasil e Peru, abrangendo os departamentos de Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Madre de Dios e Puno no Peru; os departamentos de Pando, Beni e La Paz da Bolívia e os estados de Acre e Rondônia no Brasil (IIRSA).

As Principais exportações (petróleo cru, ferro, soja, cobre e ouro) alcançam 29% do total desses três países e o principal veículo é o marítimo (90%) (IIRSA).

Os aperfeiçoamentos tecnológicos incorporados aos setores agropecuário, mineral e de serviços tiveram significativos aumentos de produtividade que, juntamente com a abertura de novos e amplos mercados consumidores, entre outros fatores, colocam a área do Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) em uma situação promissora para o desenvolvimento de invenções no setor agropecuário, florestal e em diversas atividades mineradoras (IIRSA).

Este eixo representa um mercado de mais de 10,2 milhões de habitantes em uma área de influência estendida de 1,1 milhão de km², com um valor agregado de aproximadamente US\$ 20. 448,3 milhões (IIRSA).

O eixo Peru-Brasil-Bolívia conta com 25 projetos divididos em 3 grupos com um investimento estimado de US\$ 32.232,9 Milhões (IIRSA,).

Entre esses projetos, sete se encontram no complexo do Rio Madeira, incluindo o complexo hidrelétrico do Rio Madeira e uma linha de transmissão entre as centrais hidrelétricas do rio Madeira e o sistema central (IIRSA). O estudo contempla esse complexo.

3 | MÉTODO

Por meio de uma abordagem indutiva, pretendeu-se realizar uma pesquisa bibliográfica e documental a partir do levantamento de literatura referente ao tema “IIRSA” – ao longo do tempo de sua atuação, tendo em vista prospectar essa atuação –, assim como também de literatura referente às organizações de integração e Tratados de Direito Ambiental.

Foram utilizadas, também, a partir de pesquisa na internet: bases de dados acadêmicos, bibliotecas, legislação internacional, páginas institucionais e documentos oficiais para a composição do material utilizado e submetido à leitura crítica com a perspectiva de se atingir os objetivos propostos para esta pesquisa.

Após análise das leituras, os dados resultantes foram redigidos e apresentados na forma de artigo científico, concluindo, desse modo, a pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Amazônia brasileira no contexto IIRSA

Uma das regiões mais beneficiadas com as ações da IIRSA é a Amazônia, com presença em três eixos de trabalho: o Eixo da Amazônia, o Eixo das Guianas, e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia. (NOGUEIRA)

Ao mesmo tempo, esta também é a região que gera maiores problemas quanto à implementação devido à questão ambiental. (NOGUEIRA).

IIRSA e Governo Brasileiro veem a Amazônia como a grande possibilidade de unir os países que sempre tiveram a floresta como um obstáculo. No Plano Plurianual (PPA) elaborado pelo Governo Lula (2003-2007) estavam previstos 82 projetos de infraestrutura para essa região. O PPA foi criado pela CF, em seu artigo 84, XXIII, para orientar o orçamento, e é de atribuição exclusiva do Presidente da República (PAIM).

O fato de um projeto estar no PPA não confirma que a obra seja realizada porque tudo depende de recursos que o governo vai buscar na iniciativa privada, mas significa a aprovação da desejada “integração” (PAIM).

Entre esses projetos alguns são muito questionados, entre eles, o já citado Complexo do Rio Madeira (PAIM).

Embora não se tenha dados concretos sobre os impactos socioambientais cumulativos de todos os projetos previstos na IIRSA é muito evidente que a estratégia da integração proposta é realizar os projetos em partes, para mais tarde interliga-los. Assim, é mais fácil burlar as leis ambientais, pois os estudos são feitos em etapas, não prevendo, portanto, os impactos em toda a região de influência dos projetos complementares (PAIM).

Esse modelo de desenvolvimento da infraestrutura (impulsionado pelos bancos multilaterais) é apresentado como a solução para os diversos problemas socioeconômicos que os países da América do Sul enfrentam há muitos anos. Porém, a implementação desse modelo não está amenizando esses problemas e, o mais preocupante é que a deterioração dos recursos naturais está se intensificando e quem sofre as consequências imediatas são as populações que vivem à margem do sistema (PAIM).

Na prática, a IIRSA está em operação desde 2000, mas diversos estudos foram realizados no início da década de 90 já visualizando um plano de integração física para a América do Sul (PAIM).

Atualmente, um questionamento está intrigando uma linha de pesquisadores é se a IIRSA é a base física para a implementação da Área de Livre Comércio da Américas (ALCA)¹⁰. Essa é uma das prováveis finalidades já que muitas das áreas visadas possuem baixa densidade demográfica, como a região amazônica, não comportando tamanhos

10. A Área de Livre Comércio das Américas surgiu em 1994, durante a realização da Cúpula das Américas, abrangendo 34 países americanos – com exceção de Cuba – com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias, assim formando uma área de livre comércio para as Américas. Com prazo mínimo de implementação de sete anos, contados a partir de 2005 (CONGRESSO NACIONAL)

investimentos para o desenvolvimento das populações. Está claro que o objetivo da IIRSA é aumentar as exportações de bens de baixo valor agregado e de elevados custos socioambientais para as comunidades locais (PAIM).

Uma verdadeira integração física do continente e dos povos da América do Sul deveria objetivar o seu desenvolvimento, e não a expansão dos negócios das grandes corporações mundiais. Esta visão de uma outra integração possível tem como premissas a democracia e o direito à informação e à autodeterminação dos povos e está calcada na busca pela utilização eficiente dos recursos naturais, de forma apropriada às particularidades regionais, destinada ao crescimento dos mercados e ao desenvolvimento das populações locais, com respeito às suas culturas e ao ambiente onde vivem (PAIM).

4.1.1 O complexo hidrelétrico do rio Madeira

O rio Madeira é o segundo rio mais caudaloso da bacia amazônica, sendo inferior apenas ao rio Amazonas, do qual é afluente. Ele nasce da união dos rios Beni e Mamoré, na Bolívia, e corre para o norte seguindo a fronteira entre os dois países, para entrar em território brasileiro cruzando os estados de Rondônia e do Amazonas. O Rio Madeira transporta a metade dos sedimentos da bacia e drena uma das regiões de maior diversidade física e biológica do mundo, compartilhada por três países: Bolívia, Brasil e Peru. O projeto das represas faz parte da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e está localizado no Brasil, nas proximidades da cidade de Porto Velho, perto da Fronteira com a Bolívia (MEGO).

Esse rio contribui com 35% dos sedimentos que fluem na direção do Amazonas. A superfície da bacia hidrográfica do rio Madeira tem quase 125 milhões de hectares, que constituem quase 20% da área da bacia amazônica (AIDA).

O projeto consiste na construção de duas grandes represas nesse rio: a Hidrelétrica de Jirau, com uma potência instalada de até 3.300 MW, e a Hidrelétrica Santo Antônio de 3.150 MW, ambas já sendo construídas no Estado de Rondônia. A energia a ser produzida pelas usinas se agregam ao Sistema Integrado Nacional (SIN), no Estado de São Paulo. As represas inundam cerca de 25.800 e 27.100 HA respectivamente, e teriam cortinas de aproximadamente 33,5 e 60m, respectivamente (AIDA).

Ao comparar com a Agenda da OTCA, recorda-se seu objetivo no setor hídrico que consiste na construção e divulgação de um marco de referência para a gestão eficiente, integrada e integral dos recursos hídricos e para a promoção de um maior acesso da população ao recurso água e seus serviços, como medida que contribui para melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas (OTCA). A pesquisa não revela a existência ou mesmo negociação de tal marco legal.

As atividades previstas na referida Agenda reúnem, também, no curto prazo: promover a participação da sociedade civil na gestão de obras hídricas, bem como estimular

a participação das populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais em debates sobre os recursos hídricos (OTCA).

No longo prazo, deve-se promover ações e mecanismos para o ordenamento territorial regional e o zoneamento ambiental para manejo de bacias e microbacias (OTCA).

Através de sua secretária-geral, Rosalía Arteaga, em 2007 a OTCA já posicionava bastante preocupada com o projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira defendendo que o projeto levasse em conta a melhoria da qualidade de vida da população da região.

É bom que os técnicos olhem bem o que acontece nos diferentes lugares e levem em consideração um ponto fundamental: como ele [o projeto] vai melhorar a qualidade de vida das populações que ficam na região? Eu acho que esse é o ponto determinante, se vai fazer uma obra ou se não vai fazer uma obra. (TUDORONDONIA.COM)

No entanto, depois dessa data, a Organização não mais se pronunciou oficialmente acerca do Projeto.

4.1.1.1. Implicações ambientais das usinas de Santo Antônio e de Jirau

O Complexo do rio Madeira comporta um dos mais elevados níveis de biodiversidade da bacia amazônica, enquanto que as regiões dos rios Beni e Madre de Dios, nas águas acima do Madeira, estão consideradas entre as áreas de maiores índices de biodiversidade do mundo. A bacia do rio Madeira suporta 750 espécies de peixes, 800 espécies de pássaros e muitas espécies ameaçadas de extinção, e/ou, todavia, desconhecidas pela ciência (AIDA).

Estudos realizados pela empresa estatal Furnas, estimam que 70% das espécies de peixe existentes desaparecerão da região no primeiro ano após a construção das represas. As represas também poderão causar a extinção de peixes migratórios da área como o dourado e o surubim, já que esses não teriam acesso a suas áreas de desova; ao mesmo tempo, provocaria a proliferação de espécies predatórias, como a piranha vermelha (AIDA).

A vegetação da região também está ameaçada pelo aumento do desmatamento que será causado pela construção e operação do Complexo. Desde a outorga da Licença Prévia em 2007, tem sido reportado um aumento de 600% no desmatamento da região. Atualmente, o cultivo de soja é uma das principais causas do desmatamento da floresta amazônica. O Estado de Rondônia perdeu 44% de sua selva devido ao rápido crescimento das últimas décadas, e projetos como o Complexo do Madeira ameaçam eliminar ainda mais os recursos naturais do estado, assim como a capacidade de produzir novos produtos medicinais e outro, derivados da biodiversidade da região (AIDA).

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA ¹¹- não define com certeza a amplitude das

11. É um dos instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente (Lei No. 6.938/81, art.9º, III e IV) e foi instituído pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986. Atividades utilizadoras de Recursos Ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental apresenta uma

áreas dos reservatórios, existindo a possibilidade de que a área a inundar seja muito maior do que a projetada. O acúmulo de sedimentos nas águas acima das represas poderá causar a elevação do nível das águas devido à topografia plana do Amazonas, e essas águas, que são rios de planície, poderão se estender sobre uma vasta área, alagando também áreas protegidas, florestas e terras de cultivo e pastoreio na Bolívia (AIDA).

Ao considerar o exposto, deve-se considerar tal área como sendo protegida, para isso, a Agenda destina subtema do qual a partir dessa busca fortalecer a gestão dos sistemas nacionais de áreas protegidas sob um enfoque ecossistêmico, contribuindo para a conservação da biodiversidade num contexto regional (OTCA).

4.1.1.2. Parecer do IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que é o órgão governamental responsável por avaliar e aprovar os estudos de impacto ambiental e de outorgar as licenças ambientais, concluiu a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo em setembro de 2006. Em março de 2007, oito especialistas das equipes técnicas do IBAMA emitiram um parecer técnico demonstrando a insuficiência do EIA apresentado e recomendaram a realização de um novo, mais amplo e que incluísse os possíveis impactos transfronteiriços sobre o território boliviano (AIDA).

No entanto, pouco depois da publicação desse relatório, a administração do IBAMA foi trocada, e em julho de 2007, a nova outorgou a Licença Prévia para ambas as represas. Apesar das objeções contínuas da equipe técnica do IBAMA, as Licenças de Instalação das represas também foram concedidas em 2008 e 2009 (AIDA.).

Conforme a equipe técnica, o EIA aprovado pelo IBAMA não considerou elementos-chaves do projeto, mesmo apesar dos tribunais brasileiros já terem sinalizado a necessidade de que projetos hidrelétricos devam ser analisados na sua totalidade. Em exemplo, o estudo carecia de uma análise dos impactos ambientais e sociais da hidrovia de 4.235 km que o Complexo Madeira previa.

É previsto na Constituição Federal, em seu artigo 231, §3º, que para todos os aproveitamentos de recurso hídricos, incluídos os potenciais energéticos que se implementem em terras indígenas a necessária autorização do Congresso Nacional, ato que não foi obtido pela liminar.

4.1.1.3. A situação indígena

A OTCA (1998) reserva dois dispositivos a respeito da proteção da diversidade cultural e da proteção do patrimônio cultural, os artigos 13 e 14, respectivamente:

As partes contratantes cooperarão para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos,

série de procedimentos específicos, inclusive realização de audiência pública, e envolve diversos segmentos da população interessada ou afetada pelo empreendimento.

sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais.

As partes contratantes cooperarão no sentido de lograr a eficácia das medidas que se adote para a conservação das riquezas etnológicas da área amazônica.

A proteção das “culturas indígenas” previstas na OTCA é conexas à norma da proteção das riquezas etnográficas, previstas em seus artigos mencionados (SILVA, 2015).

Essa conexão remete à ideia de grupo étnico. O grupo étnico se caracteriza por sua identidade, possuindo “mecanismos de adoção ou exclusão de indivíduos” (SILVA, apud CUNHA, s.d).

A identidade do grupo étnico é sua organização social, que a despeito das mudanças linguísticas, religiosas, culturais, dentre outras mantém o grupo identificado por seus membros, que por sua vez são identificados como tais pelos membros de outros grupos (SILVA, apud CUNHA, s.d).

Diante dessas considerações, a OTCA deve ser interpretada como instrumento de proteção dos diversos grupos étnicos indígenas a fim de lhes assegurar sua própria organização de outros grupos étnicos não indígenas. Em suma, deve ser um instrumento de coexistência de diversos grupos étnicos amazônicos (SILVA, 2015).

O EIA não incluiu nos estudos os impactos gerados sobre a localização dos povos indígenas em isolamento voluntário que vivem na área afetada, dados precisos sobre a real extensão das áreas de inundação, alternativas de projeto, nem uma explicação sobre a necessidade de se construir o Complexo.

O estudo estima que a construção do Complexo do Madeira obrigará o deslocamento de 3.000 pessoas, cifra que outros analistas estimam que se elevaria a mais de 7.000 pessoas. Não especifica, também, a população que será afetada direta e indiretamente pelas represas, com exceção das pessoas a serem deslocadas. Entre povos indígenas e populações tradicionais da região que seriam afetadas pelo projeto, é sabido que na área também habitam vários povos indígenas isolados como os Katawixi e os Karipuninha.

Considerando que os povos indígenas e as populações tradicionais que habitam essa região são estreitamente ligados à terra, a construção das grandes represas trará importantes impactos para o seu estilo e qualidade de vida. Por exemplo, a perda da biodiversidade causada nas áreas dos reservatórios que afetará os pescadores e caçadores, pois as espécies das quais eles se sustentam, diminuirão.

Esse tema também consta como subtema na Agenda, afirmando a inclusão e a participação dos povos indígenas e comunidades tribais na gestão de seus recursos, segundo o princípio do respeito pelos direitos dos povos indígenas – terra, território, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e de saúde, ordenamento territorial (OTCA, 2015).

51 CONCLUSÃO

Pelo disposto, conclui-se o trabalho condizente com a hipótese, a Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana está destoante dos compromissos ambientais que os países do MERCOSUL assinaram entre si, seja por meio do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, seja com o Tratado de Cooperação Amazônico e sua Organização, seja com a UNASUL.

Durante todo este processo, a coordenação entre a UNASUL, a OTCA e mesmo o Mercosul, foi inexistente. A propalada cooperação para garantir a qualidade do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável não aconteceu.

A obrigação brasileira de cooperar, no âmbito de todas essas organizações, para a consecução de tais objetivos também não se materializou.

A OTCA, cuja função é – entre outras - coordenar sua atuação com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), não exerceu seu papel.

Os impactos negativos na região são imensos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando (Org.). **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva. 17ª ed. 2009.

AIDA. “**Complexo do Rio Madeira**”. BICECA. *Boletim trimestral*. Disponível em <http://www.aida-americas.org/sites/default/files/refDocuments/Estudo_de_caso_Madeira_portuguese_0.pdf>. Acesso em 15/03/2015

CMMAD-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2. ed. ,1991.

CNUMAD. **Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso 29/09/2014.

CONGRESSO NACIONAL- Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul. **Área de Livre Comércio das Américas-ALCA**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/Alca.htm>> . Acesso em 27.09.2015

CUNHA, Manuela Carneiro de. **Cultura com aspas: ouros ensaios**. São Paulo: Cosac &Naify. s.d.

MEGO, Andrés. **Rio Madeira: o debate ainda não foi concluído**. BICECA. *Boletim trimestral*. Disponível em <<http://www.bicusa.org/en/Document.100492.pdf>>, p. 01 a 05. Acesso em 15/03/2015.

MERCOSUL. **Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente**. 21 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/PDF/Acordo_Quadro_sobre_Meio_Ambiente_do_Mercosul.PDF>. Acesso em 10/04/2016.

MRE-Ministério das Relações Exteriores. **UNASUL**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>>. Acesso: 17/10/2014.

MORE, Rodrigo Fernandes. **Integração econômica internacional**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3307/integracao-economica-internacional>>. Acesso em 06/10/2014

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. **Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana**. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080416132121.pdf?PHPSESSID=1b27fadf658ea68c59f88271d52ce2b>. Acesso: 20/10/2014.

ONU. **Declaração do rio sobre meio ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 10/01/2015.

ONU. **ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso: 29/09/2014.

OEA. **Organização dos Estados Americanos**. 30 de abril de 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizacao_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 20/10/2014.

OTCA. **Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**. Disponível em <http://www.otca.org.br/portal/admin/_upload/publicacoes/AECA_prt.pdf>. Acesso em 07/07/2015.

PAIM, Elisangela Soldatelli. **IIRSA: É esta a integração que nós queremos?**. Núcleo Amigos da Terra/Brasil. Disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/2118962134.pdf>>. Acesso em 21/10/2015.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva. 13ª ed. rev., aumen. e atualizada. 2011.

SANTOS, Sandro Schmitz. **Reflexões sobre o Acordo Marco sobre Meio Ambiente do MERCOSUL**. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=974>. Acesso em 10/04/2016.

SILVA, Fernando Fernandes da (Org.). **A proteção da sociobiodiversidade da Amazônia e o Tratado de Cooperação Amazônica: análises e reflexões**. São Paulo: Petrópolis. 1ª ed. 2015.

TCA - **Tratado de Cooperação Amazônica**. Disponível em <http://www.otca.org.br/portal/admin/_upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT.pdf>. Acesso em 29/03/2016.

TUDORONDONIA.COM. Disponível em <<http://www.tudorondonia.com/noticias/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-preocupa-otca-diz-secretaria-geral-da-organizacao-.shtml>>. Acesso em 21/11/2015

ITAMARATY. **UNASUL**. 23 de maio de 2008. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>>. Acesso em 20/10/2014.

CAPÍTULO 9

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Data de aceite: 01/03/2021

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

<http://lattes.cnpq.br/7085859535655335>

José Nilson de Andrade Pereira

<http://lattes.cnpq.br/3914585468096116>

RESUMO: Em abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado à beira mar da cidade do Recife /PE, Brasil, foi demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção. Diante da polêmica lançada e do desfecho do processo de discussão sobre a preservação, que culminou com a sua demolição, através deste artigo apresenta-se aspectos das atuais normativas referentes à preservação do patrimônio construído do Recife, e discute-se o caso à luz da Recomendação Sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011), da Declaração de Sofia (ICOMOS, 1996) e dos conceitos que tangem a Identidade Cultural (Hall, 2006). Levanta-se assim, através das abordagens referenciadas, a existência de

um descompasso temporal e conceitual entre a normatização vigente e os conceitos que abordam a preservação do patrimônio cultural nos processos de preservação do patrimônio construído na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, Patrimônio Histórico, Patrimônio Cultural.

IT FOUGHT THE GOOD FIGHT, ENDED ITS CAREER AND KEPT THE FAITH. REFLECTIONS ON EDIFÍCIO CAIÇARA

ABSTRACT: On April 2016, Edifício Caiçara, a beachfront property in the city of Recife, in the Brazilian State of Pernambuco, was demolished, bringing to a close a process that began in 2011, when members of civil society attempted, principally through social networks, to ensure its preservation as cultural heritage. Constructed in 1940, the building became from the outset a point of reference for those living in the Boa Viagem neighborhood, with its controversial architecture reflecting the characteristic way of living of residents and beach home owners at the time. In view of the controversy and the outcome of the discussions regarding preservation of the building, which culminated in its demolition, the present article outlines a number of aspects of Recife's current built heritage preservation code, and discusses the case of Edifício Caiçara in the light of the Recommendation on Historic Urban Landscapes (UNESCO, 2011), of the Sofia Declaration (ICOMOS, 1996) and concepts relating to Cultural Identity (Hall, 2006). The approaches referenced, which relate to aspects of the controversy surrounding the attempt to

preserve Edifício Caiçara, suggest that the concepts underlying the preservation of the built cultural heritage of the city of Recife are out of step with current norms.

KEYWORDS: Landscape, Historic Buildings, Cultural Heritage.

1 | POLÊMICAS EM TORNO DA PRESERVAÇÃO DO EDIFÍCIO

Em 7 de abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado na Avenida Boa Viagem, à beira mar da cidade do Recife foi definitivamente demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação como um bem cultural. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção (ver figura 01).

Diferentemente de alguns bairros do Recife, que abrigam sítios históricos, cujos adensamentos remetem ao processo de formação de origem colonial e, apesar de ter sua primeira ocupação marcada pela construção da Igreja de Boa Viagem, datada de 1709, Boa Viagem iniciou seu adensamento construtivo principalmente ao longo do século XX. O bairro assistiu seu primeiro período de grande ocupação urbana, após a construção em 1924 na Avenida Boa Viagem, da (já extinta) linha de bonde, que ligava este balneário ao Centro da cidade.

Ao longo da Avenida Boa Viagem, também construída no ano de 1924, pelo então governador Sérgio Loreto, foram primeiramente erguidos casas e edifícios de poucos pavimentos, que constituíram elementos de uma paisagem que passou a ser, paulatinamente, transformada e renovada pela substituição das edificações existentes por edifícios cada vez mais verticalizados, na medida em que o bairro passou a ter seus terrenos cada vez mais valorizados no mercado imobiliário local. O edifício Caiçara, assim como outros poucos exemplares de sua época, resistiu até este princípio do século XXI à forte especulação imobiliária presente neste processo de verticalização.



Figura 01. Vista da fachada frontal do Edifício Caçara em 2011, quando do início das discussões sobre a sua preservação. Fonte: fotografia Nani Azevedo.

Considerado um edifício diferente do padrão construtivo da cidade, sua tentativa de preservação lançou polêmica e questionamentos no meio arquitetônico, pois, muitos profissionais da área da arquitetura questionavam sua importância como objeto de preservação; tanto por não se constituir exemplar de uma arquitetura original, ou exemplar do Movimento Moderno praticado na cidade em sua época, nem tão pouco ser um original antigo, representativo da formação colonial da cidade ou de séculos posteriores (XVIII ou XIX). Para muitos, o edifício não passava de um exemplar de “revista”, por reproduzir modelos arquitetônicos que ilustravam tipos arquitetônicos europeus (para alguns, de gosto duvidoso).

Essa polêmica arquitetura neocolonial era, contudo, o motivo de ser o edifício tão querido por aqueles que defendiam a sua preservação, pois, representava através do funcionamento da sua arquitetura uma forma de moradia da sua época. Constituíam-se de dois blocos separados (ver figura 02) onde: o primeiro bloco, frontal, com fachada simétrica pontuada por uma torre de acesso cilíndrica, abrigava as áreas sociais, íntimas, cozinhas e amplas varandas (que reverenciavam as antigas casas de veraneio – ver figura 03) dos seis apartamentos. Este bloco possuía portas e janelas desenhadas e revestimento (colocado posteriormente à sua construção) em pastilhas sortidas. Pontuava à sua maneira a paisagem da Avenida Boa Viagem, constituindo-se referência para aqueles que conheciam ou vivenciaram a história da praia, chegando a figurar como cenário cinematográfico (Filme *América Au Poivre* (1995) de Nelson Caldas Filho e Sérgio Oliveira), constituir a imagem de cartaz de um festival cinema (ver figura 04) e recentemente, não apenas o bloco frontal,

mas toda edificação, servir de referência para o filme *Aquarius* de Kleber Mendonça Filho, filmado no edifício Oceania, também situado na avenida Boa Viagem:

(...) “O primeiro roteiro foi escrito para o Caiçara, alguns metros ao sul do Oceania. Já estava pronto quando tratores o deixaram semi-demolido. Aquele aspecto de construção bombardeada foi uma perda para o Recife e uma perda para o filme. Mas, quando vi o Oceania, me pareceu a opção óbvia. Ele é horizontal e fotografa muito bem. Com os prédios altos atrás dele, traz a ideia instantaneamente que tentamos passar.

Ele era nossa última chance, porque o mercado extinguiu qualquer outra forma antiga de se morar na praia. Ele é um prédio que pensa que é casa. Você, em 2016, vem caminhando no calçadão e adentra, sem precisar passar por uma guarita, sem aquele sentimento de penitenciária. Com uma chave, abre a porta de madeira (original e já está na escada)” (Kleber Mendonça Filho, diretor de *Aquarius*, em entrevista para o jornal *Folha PE* em 18/09/2016).

Já o segundo bloco (ver figura 05), situado nos fundos do terreno, era constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Uma herança das construções coloniais, onde havia uma separação das áreas sociais e serviço da casa.



Figura 02. Vista superior do Edifício Caiçara onde é possível visualizar os dois blocos, o frontal e o de fundos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.



Figura 03. Varanda de um dos apartamentos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.



Figura 04. Cartaz do festival de cinema denominado "VIII Janela Internacional de Cinema do Recife", apresentando o Edifício Caiçara parcialmente demolido, quando foi iniciada e logo após suspensa uma primeira demolição em 2013. Fonte: www.ancine.gov.br.



Figura 05. Vista do segundo bloco, situado nos fundos do terreno, constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.

Vale ressaltar que abrigar excentricidades arquitetônicas como o Caiçara - amadas por uns e odiadas por outros - fez parte do processo de ocupação dos lotes lindeiros à referida avenida, que abrigou edificações como a já demolida casa denominada de “Navio”, a preservada casa conhecida por “Castelinho” e tantas outras edificações que importaram detalhes da arquitetura europeia (ver figura 06). Essas edificações, em sua época, passaram a constituir a identidade do lugar. Sobre esse aspecto que tange a representação formal do bem cultural enquanto bem representativo de uma identidade, que neste caso, trata da edificação e as suas distintas manifestações simbólicas, Hall (2006, p. 71) argumenta que:

(...) a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a modelagem e a remodelagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. O sujeito masculino, representado nas pinturas do século VIII, no ato de inspeção de sua propriedade, através das bem-reguladas e controladas formas espaciais clássicas, no crescente georgiano (Bath) ou na residência de campo inglesa (Blenheim Palace), ou vendo a si próprio nas vastas e controladas formas da Natureza de um jardim ou parque formal (Capability Brown), tem um sentido muito diferente de identidade cultural daquele do sujeito que vê a “si próprio/a” espelhado nos fragmentados e fraturados “rostos” que olham dos planos e superfícies partidos de uma das pinturas cubistas de Picasso. Todas as identidades estão localizadas no espaço e tempo simbólicos (grifo nosso).

Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias” (Said, 1990): suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar, ou heimat. Bem como suas localizações no tempo (...).



Figura 06. Aspectos e detalhes da arquitetura europeia presentes nas edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, quando ainda existiam os trilhos de bonde. Fonte: www.eucurtoorecife.com.br.

2 | IDENTIDADE CULTURAL E MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Por estarem fora dos perímetros de preservação instituídos de acordo com a normatização vigente sejam na instância federal, estadual ou municipal, as discussões levantadas em torno da preservação do edifício Caiçara, assim como outras edificações da cidade do Recife como o Casarão do Cordeiro, o Clube Líbano e a já demolida Padaria Capela, constituem tema relevante que mobiliza tanto as instituições de preservação como parte da sociedade civil, na tarefa de guardar para próximas gerações, elementos representativos do processo de formação da cidade ou aqueles que defendem a destruição do antigo para dar lugar à novas estruturas. Para Sechi (2006, p. 66) a dicotomia preservar/renovar manifesta as contradições da sociedade contemporânea quando trata das estruturas antigas: “por um lado, com o desejo de destruí-lo em nome do novo, no qual a contemporaneidade se explicita completamente; e, por outro lado, com a nostalgia de um passado no qual só nele mesmo parece possível reconhecer as identidades individuais e coletivas”.

Uma chave para entender o significado da preservação nos dias atuais, ou ao menos nos países em que a prática da preservação do patrimônio construído é um fato consolidado é investigar primeiramente o conceito de identidade cultural; neste caso, quais as edificações e/ou elementos urbanos e paisagísticos que contribuíram para a formação da identidade do lugar? Pois, deve-se compreender primeiramente que o ato de preservar ou mesmo conservar as estruturas urbanas no mundo contemporâneo (e globalizado) deixou de ser dirigido apenas para os monumentos ou edifícios icônicos. Ao ato de se preservar foram incorporados valores sociais e culturais específicos de cada lugar. Preserva-se não apenas uma edificação, neste caso, mas, um bem cultural a serviço das gerações futuras – incorporam-se assim os conceitos de cultura e sustentabilidade no ato da preservação.

Esta mudança de paradigma, que transforma o olhar sobre o significado do bem a ser preservado é claramente percebido ao longo de discussões e documentos tutelados através de cartas e recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em passagens como a que segue, referenciada pelo documento denominado *Recomendações Sobre a Paisagem Histórica Urbana*:

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão.

Esta Recomendação está orientada para a necessidade de uma melhor integração e enquadramento das estratégias de conservação do patrimônio urbano no âmbito dos objetivos mais abrangentes do desenvolvimento sustentável global, a fim de apoiar ações públicas e privadas que visam preservar e melhorar a qualidade do ambiente humano. Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e econômicos (UNESCO, *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*, 2011).

Assim, talvez aqueles que não defenderam a preservação do Caiçara não tenham percebido que o olhar sobre os processos que levam a preservação e conservação de bens culturais evoluiu e foi transformado ao longo dos anos. Hoje, a identificação do patrimônio construído, cada vez mais é orientada sob as premissas da sustentabilidade urbana e do reconhecimento da identidade cultural. Agrega novos valores, além daqueles que nortearam a instituição das 33 Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (as ZEPH segundo Lei Municipal nº 13.957/1979), ou mesmo, daqueles que instituiu (de forma

inovadora) os Imóveis Especiais de Preservação (IEP segundo a Lei nº 16.284/1997) em anos anteriores, quando a pauta da preservação do patrimônio construído constituía uma política municipal.

Através deste novo olhar contemporâneo, elementos representativos das identidades culturais são preservados. Preservam-se não apenas excelências arquitetônicas (apesar das excelências serem também importantes), mas exemplares que relatam não apenas a história de dada sociedade, mas os seus valores sociais e culturais e sua importância para identidade do lugar.

A História ensina e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo permitem constatar que o conceito de patrimônio cultural se encontra em constante processo de evolução. Em consequência, a conservação dos testemunhos tangíveis e intangíveis do passado não constitui apenas uma questão de juízo atico e estético, mas também um tema de atuação prática. Isto implica que não mais se aceite a idéia de que a doutrina da conservação seja estática e, doravante, sejamos convocados a considerar o patrimônio cultural em função do contexto geral, levando-se em conta a diversidade e a especificidades das culturas (ICOMOS, Declaração de Sofia, 1996).

A instituição dos Imóveis Especiais de Preservação – IEP – em 1997, na legislação urbana do Recife, criou as condições para preservação do Edifício Caiçara. Diferentemente dos sítios históricos definidos como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Culturais – ZEPH – instituídos na legislação urbana municipal desde o início da década de 80 e protegidos em seu contexto, os IEPs são definidos como peças isoladas, despregadas do seu ambiente e consideradas significativas para preservação da memória urbana pelos seus valores históricos, culturais e/ou simbólicos.

Os estudos que resultaram na criação dos imóveis especiais focavam as manifestações materiais de significância artístico-cultural, com referência para um bairro ou para uma comunidade, localizado nos territórios em que já se verificava certo grau de fragmentação seja pela superposição de princípios formais construtivos de diversas épocas e procedências, seja pelo resultado da aplicação das normas e posturas traduzidas nas legislações urbanísticas municipal, caracterizadas, assim, pela heterogeneidade dos tipos edilícios. (Pereira, 2009, pg. 27). Foram relacionados imóveis nas diversas linhas estilísticas que constituíram a cidade e o seu estudo e seleção envolveu tanto arquitetos, historiadores como os proprietários dos imóveis. A seleção final submetida ao Conselho de Desenvolvimento Urbano amplia a representatividade social na instituição do instrumento de preservação.

No contexto dessa lei, é permitida a construção de novas edificações nos terrenos nos quais estão implantados os imóveis preservados, salientando que tais conceitos refletem uma preocupação dos institutos de preservação do patrimônio construído e de arquitetos e urbanistas no sentido de garantir a salvaguarda de exemplares em áreas de forte interesse do mercado imobiliário. O edifício Caiçara, malgrado as condições institucionais criadas

pela sua preservação, não figurou na relação dos imóveis identificados nos estudos iniciais do IEP nem tampouco teve êxito em tentativas posteriores de incluí-lo nessa relação.

A demolição do edifício Caiçara, portanto, demonstra o quanto a prática da preservação trafega, nos dias atuais, numa via de mão dupla: onde, ao mesmo tempo em que os valores e conceitos que regem as normativas da preservação no Recife são questionados por parcela da sociedade civil que, por um lado, querem preservar; por outro lado, andam aqueles que são os proprietários dos imóveis que vivem em um sistema onde o valor da edificação está, no Recife, atrelado unicamente as regras determinadas pelo mercado imobiliário e não por seu valor cultural.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar, no sistema de troca imobiliária atual, regidos pelos elevados potenciais construtivos estabelecidos na legislação urbanística e pela ausência de instrumentos e incentivos à preservação do patrimônio construído, significa não atribuir ao edifício a ser preservado, um justo valor econômico de troca. O edifício Caiçara bem exemplifica essa questão. Na mesma avenida outros imóveis, da mesma época, tornaram-se valorizados economicamente por estarem situados em área nobre da cidade e possibilitaram, a partir da venda de seus terrenos, a construção de edificações de dezenas de pavimentos, favorecendo um processo de renovação urbana do lugar. O tombamento ou a preservação do Caiçara automaticamente lhe negaria este valor econômico de troca – motivação das pejejas judiciais que o acompanharam até sua demolição final em 2016 (figuras 07 e 08).



Figura 07. Registro do estado primeira tentativa de demolição do Edifício Caiçara em 2011, suspensa através de decisão judicial. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.



Figura 08. Registro da demolição do Edifício caiçara em 07 de abril de 2016. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.

Esta lógica de valores atribuídos aos imóveis age de forma perversa às edificações com potencial cultural ou referência para uma comunidade, contribuindo assim para o desaparecimento do patrimônio das cidades, muitos são demolidos (antes que possíveis especulações em torno da sua preservação ocorram), deixa-se o terreno vazio para trocas futuras, ou mesmo para abrigar estacionamentos (uso considerado mais rentável que a manutenção do imóvel antigo).

Esta mesma desvalorização econômica, que paira sobre o possível tombamento de um imóvel, atinge também aqueles já preservados, agindo em forma de degradação em muitas áreas instituídas como zonas de preservação, e o Centro do Recife, que assiste a não conservação dos seus principais conjuntos urbanos, ou mesmo a não instituição de áreas que poderiam ser preservadas, exemplifica este descompasso entre valor econômico e valor cultural de um bem.

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão (UNESCO, Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011).

Quais novas ferramentas e práticas que poderiam ser criadas para que haja a real conservação do patrimônio histórico construído da cidade do Recife? Esta é a questão que

precisa estar na pauta do cotidiano de uma cidade que instituiu suas áreas de preservação em 1979 / 80, na vanguarda do pensamento preservacionista da época, e que chegou a instituir 33 zonas especiais de preservação. Sítios inteiros foram entendidos como áreas que deveriam ter suas edificações externamente preservadas. Estas áreas estão aí resistindo aos fortes apelos da especulação imobiliária e enfrentando processos de degradação.

Ao mesmo tempo, 36 anos se passaram e de lá pra cá a única intenção de preservação através de uma normativa foi a lei que instituiu a preservação de alguns edifícios isolados em 1997, a chamada lei do IEP (Imóveis Especiais de Preservação). A história que poderia ser contada através da arquitetura da cidade dia a dia aparentemente parou aí. Perde-se nesta lacuna a chance de se compreender o patrimônio cultural do Recife à luz dos conceitos e definições contemporâneos como os que compõem, por exemplo, a Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011)

Assim, sem uma política (de curto, médio e longo prazo) de preservação e conservação do patrimônio histórico existente e sem colocar a preservação e a conservação do seu patrimônio nas pautas das discussões, o Recife assiste a cada dia as áreas de patrimônio perderem seu valor econômico. O patrimônio edificado da cidade que deveria ser um bem de altíssimo valor, a ser deixado como herança para gerações futuras passou, em sua grande maioria, a não ter valor de troca e conseqüentemente passou a se degradar por total falta de interesse de muitos proprietários em manter algo sem valor econômico, a ser demolido (intencionalmente para que possa gerar recursos) ou ser vendido e, conseqüentemente demolido, como foi o caso do Caiçara.

Neste sentido, o caso do Edifício Caiçara conta por si esta história da preservação na cidade do Recife, pois ela traduz a história de muitas outras edificações. Sua trajetória apresenta-se como um marco de um processo, que tem início sob o apelo da parcela da sociedade civil, que na contemporaneidade expõe seu desejos e anseios nos canais das redes sociais, e a partir das discussões geradas nesta nova plataforma de debates foram expostas as fragilidades e lacunas que permeiam as práticas da preservação na cidade. Mesmo resumido a entulhos, pode-se dizer que o Caiçara “combateu o bom combate, acabou a carreira e guardou a fé” (II Timóteo 4:6 – 7). A fé que os processos que acompanham a preservação e a conservação urbana na cidade do Recife sejam discutidos e reavaliados à luz dos novos conceitos que tangem a sustentabilidade urbana e os novos olhares sobre as identidades culturais do lugar.

* * *

REFERÊNCIAS

BIBLIA. II Timóteo 4:6 – 7 em www.biblionline.com.br. Acesso 20 de agosto de 2016.

CALDAS FILHO, Nelson; OLIVEIRA, Sérgio. **América Au Poivre**. Filme. Brasil: Hot Filmes, 1995.

Cartaz da VIII Janela Internacional de Cinema do Recife, disponível em <www.ancine.gov.br>. Acesso em 20 agosto de 2016.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais. Edições do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, disponível em <www.eucurtorecife.com.br>. Acesso em 20 agosto de 2016.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

ICOMOS. Declaração de Sofia. 1996. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso 20 de setembro de 2016.

MENDONÇA FILHO, Kleber. Aquarius. Filme. Brasil: Vitrine Filmes, 2016.

PEREIRA, José Nilson Andrade. **Renovar Preservando: Os Imóveis Especiais no Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Desenvolvimento Urbano UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RECIFE. Decreto nº 13.957 / 1979. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife, 1981.

_____. Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei Nº 17.511. Recife: Diário Oficial, 2008.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

UNESCO. Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas. 36ª Conferência Geral da UNESCO. Paris, 2011 em <http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2016.

CAPÍTULO 10

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 08.12.2020

Nelson Pôrto Ribeiro

Universidade Federal do Espírito Santo.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Centro de Artes. Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6721776523175881>

RESUMO: Pelo menos dois importantes jardins da cidade de Vitória construídos na passagem do século XIX para o XX incorporaram a arte dos mestres cascadeiros, eruditamente falando, a arte da *rocaille*, como era assim denominada em França a prática artesanal de fabricação de elementos de decoração ou de mobiliário de jardins românticos executados com argamassa armada e imitando pedras em cascatas ou mesmo galhos e troncos de árvore. A *rocaille* nos primórdios do jardim romântico se inseria dentro do contexto de uma obra de arte agenciada com a teoria do sublime, em que a grandiosidade da natureza é passível de provocar sensações estéticas. No final do século XIX, contudo, este recurso da paisagística romântica havia se transformado, dentro da inexorável lógica do senso comum pequeno burguês em mais um elemento descontextualizado, apropriado para fins meramente decorativos, e o que alguns autores denominariam como *kitsch*. É nesse último contexto que a paisagística dos cascadeiros vai se difundir nos jardins públicos das cidades de Província, que não tiveram

experiências de grandes parques, tal como o Campo de Santana ou o Parque da Boa Vista, ambos no Rio de Janeiro. Vitória, objeto de nosso estudo, apresenta na passagem do século XIX para o XX a implementação de um programa de laicização do território da cidade que através de intervenções urbanísticas profundas tais como demolições, aterros etc., pretende relegar o espaço sagrado do antigo burgo colonial a espaço secundário e mesmo fadado a desaparecer, ou, a tornar-se secundário e até mesmo irrelevante. A paisagística, no seu contexto operacional, estético e conceitual, é, em grande parte responsável por essas importantes mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim romântico, *rocaille*, laicização da cidade.

THE MOSCOSO PARK AND THE JOÃO CLÍMACO SQUARE IN VITÓRIA - ES: ROMANTIC GARDENS OF THE XX CENTURY

ABSTRACT: At least two important gardens in the city of Vitória built at the turn of the 19th to the 20th century incorporated the art of the *cascadeiros* masters; the art of *rocaille*, as it was called in France the artisanal practice of manufacturing decorative elements or furniture for romantic gardens with reinforced mortar and imitating stones or even branches and tree trunks. In the late nineteenth century, this tactic of the romantic landscape had become - within the inexorable logic of *petty bourgeois* common sense in yet another decontextualized element - suitable for purely decorative purposes. It is in

this context that the landscape of *cascateiros* will spread in the public gardens of provincial cities. Vitória, object of this paper, presents in the passage from the 19th to the 20th century the implementation of a program of secularization of the city's territory that through deep urban interventions intends to relegate the sacred space of the old colonial village to a secondary space, and even destined to disappear. The practice of landscaping, in its operational, aesthetic and conceptual context, is largely responsible for these important changes.

PALAVRAS-CHAVE: Romantic garden, rocaille, secularization of the city.

1 | INTRODUÇÃO

É sabido que enquanto o homem do século XVIII frente ao conceito de natureza pensava em mundo ou cosmos, o homem do século XIX diante do mesmo significante pensava em paisagem (Stein apud Holanda, 1997, p.137): não por outro motivo enquanto o jardim barroco francês expressava uma concepção cosmogônica de um universo centrado no rei, o jardim inglês paisagístico do século seguinte se propunha a ser uma deliciosa composição de cenários pictóricos diversificados.

O sublime foi uma categoria estética clássica que se reatualiza ao longo do século XVIII europeu procurando distinguir-se da categoria do belo numa tentativa de provocar suas reações estéticas aguçando a sensibilidade artística, entre outras, através dos efeitos assustadores que aspectos extraordinários e grandiosos da natureza considerada enquanto um ambiente hostil e misterioso pode proporcionar: *'como conceito estético, o sublime designa uma qualidade de extrema amplitude ou força, que transcende o belo. O sublime é ligado ao sentimento de inacessibilidade diante do incomensurável'* (Wikipedia, pt).

De certa forma o paisagismo romântico do século XIX 'brincou' com essa popularização do sublime enquanto categoria estética, inserindo elementos 'naturais' na jardinística que procuravam obter esse sentimento que só o *incomensurável* da natureza proporcionava.

Não tivemos no Brasil a magnitude das experiências que jardins como *Stowe* e *Kew* na Inglaterra ou *Ermenonville* na França proporcionaram com suas *rocailles*. Inicialmente, este termo parece ter significado uma pedreira ou superfície rugosa; Panzini define a *rocaille* "como a manufatura rústica e ao mesmo tempo preciosa feita com a agregação de fragmentos de pedras porosas (...) conchas de moluscos (...) com que eram tratados nos jardins, as superfícies dos ambientes de grutas e ninfeus" (Panzini, 2013, p.674). No renascimento e no barroco grutas artificiais foram construídas nos jardins palacianos – muitas com a função de ninfeu – e que recebiam tratamento de *rocaille* nas suas paredes irregulares. Alberti no seu tratado *De re aedificatoria* propugnava que todo jardim tivesse o seu *grotto*. Apenas o jardim romântico vai dar um novo sentido e propósito ao termo; a *rocaille* romântica vai explorar toda uma nova concepção da categoria do sublime.

Apenas a partir da segunda metade do século XIX, começamos a fazer as nossas tímidas experiências. O precursor em procurar esses efeitos no Brasil foi Auguste Glaziou, paisagista francês que atuou em especial na cidade do Rio de Janeiro – mas não apenas – e que no Campo de Santana teve o seu melhor desempenho de acordo com uma constatação já por nós enunciada em outro artigo:

“Um periódico da época publicou na data da inauguração a seguinte descrição: *Como obra d’arte tem esse jardim uma cascata monumental de soberbo efeito vista pelo exterior, e cheia de episódios inesperados para o visitante que se embrenhar nas grutas.* Aqui podemos observar que o pictórico no jardim romântico de Glaziou é almejado a partir de uma expressão da diversidade e do inesperado, assim como do sublime próprio à monumentalidade da natureza, e continua: *há diversas pontes, imitando troncos de árvores. Todo este trabalho é feito de cimento, e tanto no desenho como na cor, imita com muita verdade, o natural*” (Ribeiro, 2015a, p.294).

No final do século XIX, contudo, este recurso da paisagística romântica do século XVIII havia se transformado dentro da inevitável lógica do senso comum pequeno burguês em mais um elemento descontextualizado, apropriado para fins meramente decorativos, o que alguns autores denominariam *kitsch*, e passa a ser largamente utilizado, em especial em jardins particulares. Em França, por exemplo, toda uma arte da *rocaille* se desenvolveu com artesãos e oficinas que publicavam inclusive catálogos de peças semi-industrializadas para jardins de residências (Ribeiro, 2015b, s/p).

O monumental Castelo d’água do Campo de Marte em Paris, que o periódico capixaba **O Estado do Espírito Santo** em 1900 admirava, informando que no interior do mesmo *“domina o estilo rocaille (de pedrinhas) que, depois de estar muito tempo em decadência, voltou a ser moda nestes últimos 20 anos”* (EES, 02.12.1900, p.2), pode ter sido se não o modelo, pelo menos forte inspiração para os mestres cascadeiros que atuaram em Vitória à época, justamente quando foram comprovadamente introduzidas as primeiras experiências artísticas desta prática na capital da Província.

Em Vitória tivemos ao menos dois importantes jardins ou parques públicos que, construídos no início do século XX, se inscrevem não exatamente na tradição do Campo de Santana com suas *rocailles* sublimes, mas que, dentro de uma perspectiva provinciana, incorporam também essa técnica – na sua dimensão menos ambiciosa do mobiliário urbano - aos seus espaços públicos recém-criados: a Praça João Clímaco e o Parque Moscoso.

A reformulação destas áreas da cidade de Vitória inscreve-se no contexto daquilo a que, num outro artigo, chamamos de ‘Programa’ de laicização da ‘cidade sagrada’ do período colonial, e que acontece nas cidades brasileiras em geral a partir da segunda metade do século XIX, instituído em especial por engenheiros - mas não apenas, Programa esse que se expressou através de operações urbanísticas radicais tais como a *“demolição de importantes templos; a destruição de eixos simbólicos processionais (...); a retirada dos campos santos (cemitérios) do interior do centro e o remanejamento dos mesmos*

para a periferia; o alargamento do território da cidade através de aterros com a respectiva urbanização priorizando apenas espaços laicos e civis” (Ribeiro, 2016, s/p) como a construção de escolas públicas; residências populares; edificações administrativas; e, em especial, espaços públicos de lazer, como praças e parques, os primeiros a serem implementados nas cidades brasileiras através de projetos urbanísticos.

2 | PRAÇA JOÃO CLÍMACO

Faz parte deste processo de laicização da cidade na América portuguesa a transformação de antigos largos coloniais - a rigor um espaço não projetado e apropriado pela população informalmente através de feiras ou da ereção de oratórios e passos - substituindo-os por praças regulares, ajardinadas, projetadas com equipamentos como coretos, bancos, fontes, passeios, canteiros, enfim, procurando um propósito novo que é o do espaço público e civil de lazer, próprio da cidade do século XIX.

A denominação enquanto Largo João Clímaco pode ser atestada pelo menos desde 1890 (EES, 06.02.1890, p.1), contudo, a Praça de que estamos falando parece ter agregado - através das reformas do início do século XX - o espaço de três antigos largos da cidade colonial: as *'praças de Palácio, Municipalidade e Largo da Misericórdia'*, como eram denominadas até então (ES, [1874], p.29) este conglomerado de espaço livre existente na cidade alta entre o antigo prédio dos jesuítas (atual palácio de governo) e a igreja da Misericórdia e usado, até então, como parte de importante percurso processional para as festas religiosas da cidade.

Acreditamos que as reformas para se obter a praça na sua configuração atual foram feitas a partir da regularização e da unificação dos antigos largos, o que envolveu a construção em 1908 de um muro de arrimo nivelando a região (cf. Bellini, 2014, p.169) que até então era composta de um espaço aberto contíguo, mas descontínuo, porque fragmentado em níveis distintos intercalados com ladeiras.

Estas intervenções fizeram-se no contexto de um Programa de laicização da cidade de Vitória por parte de seus administradores e que começou desde 1890 no Largo da Conceição da Prainha na parte baixa do antigo reduto colonial, teve continuidade na região nova da Villa Moscoso a partir também de 1890, finalizando no presente caso da cidade alta, na sua parte mais antiga e mais 'sagrada' já que se tratava do sítio de ocupação inicial, processo provavelmente mais traumático e motivo talvez pelo qual tenha sido iniciado por último, e que envolveram, num curto lapso de tempo de dez anos, a remodelação dos já citados antigos largos coloniais (1908); a demolição da igreja da Misericórdia para posterior construção no local da Assembleia Legislativa do Estado (1911); a demolição da antiga igreja dos jesuítas e a incorporação do espaço do templo ao espaço laico do palácio governamental vizinho (1912); e, por fim, a demolição da vetusta Matriz colonial (1918) para posterior construção de uma Catedral no contexto de uma cidade moderna, onde os

limites entre o espaço sagrado e o laico passam a estar muito bem definidos e o segundo a predominar largamente sobre o primeiro (Ribeiro, 2016, s/p).

Essa erradicação de um ‘mundo sagrado’ que predominava na sociedade colonial e a consequente substituição por um ‘mundo laico’ - padrão implementado pela tecnocracia formada pelas politécnicas europeias, e a partir de 1874, brasileiras - não se faz sem uma barganha com a sociedade local. Os lugares religiosos são destruídos impiedosamente, existe resistência, vozes conservadoras elevam-se, mas o poder público através dos engenheiros paulatinamente abate toda e qualquer oposição, a troca é feita com a oferta de locais lúdicos e de lazer para a população em geral da cidade: parques, praças e passeios; cinemas e teatros. Um convite à modernização no que isso tem de mais sedutor.

Não sabemos o autor do Projeto da nova Praça João Clímaco em 1908. Bellini menciona um “*jardim, constituído por canteiros orgânicos dispostos de maneira simétrica*” (2014, p.169) mas não cita a autoria do projeto, os periódicos da época também não. A atribuição da autoria, contudo, à Paulo Rodrigues Teixeira da Motta - capixaba que atuou na cidade de Vitória no período de 1910 a 1937 como um ‘conhecido construtor’, paisagista e empresário do ramo cultural – não é despropositada, em especial porque no início da década de 10 seria o único profissional na cidade trabalhando no campo do paisagismo e nas atividades correlatas sendo o ‘fornecedor de plantas e de adubo’ para a Prefeitura municipal, assim como seria muito pouco provável que o Estado o contratasse em 1912 para uma obra importante como o Parque Moscoso, se Motta já não apresentasse no currículo uma obra bem sucedida de caráter similar, ainda que em escala menor;

O *Diário da Manhã* (periódico que funcionava entre outras coisas como Diário Oficial do Município e do Estado) de 08.05.1908 menciona o decreto estadual de desapropriação de casas no local, que, supomos, seja para a ampliação da praça. O mesmo periódico em 01.07 do mesmo ano já fala de um curso (passeio das senhoras elegantes) que vinha sendo instituído no local recentemente remodelado, em prática similar ao já existente na capital da república na também remodelada Praia de Botafogo, e que, guardada as devidas proporções, era local tão apazível e banhado pela brisa marítima quanto o famoso passeio carioca.



Fig. 01. Anônimo. (Praça João Clímaco e a fonte iluminada – na extremidade direita, entre as folhagens, vê-se parte do corrimão da escada de acesso ao coreto, executada em *rocaille*. s/d) (Arquivo BC-CAR-UFES).

A Praça foi o primeiro espaço público da cidade a receber iluminação elétrica (DM, 23.05.1909. p.2), assim como uma fonte iluminada (DM, 26.09.1909. p.2). No meio do jardim havia um coreto onde a banda de música do Corpo de Polícia costumava tocar (DM, 17.03.1909. p.3), coreto este, que as fotografias demonstram, incorporava *rocailles* na sua balaustrada e na escada de acesso que imitavam troncos de *madeira rustica*.

Além do coreto e dos canteiros, havia do outro lado da praça outro muro de arrimo que foi remodelado à mesma época e que “recebeu escadaria com gradil metálico, acomodada sobre uma gruta ao sabor romântico” (Bellini, 2014, p.177). Esta gruta foi executada também incorporando a técnica da *rocaille* ou da ‘pedrinha’, em uma popular referência à origem da prática, que vinha dos *grottos* dos jardins da Antiguidade latina.

O Programa do jardim era sensivelmente menos complexo do que o do Parque Moscoso, contudo, pela sua data anterior, parece ter sido o ‘laboratório experimental’ das *rocailles* paisagísticas de Vitória.

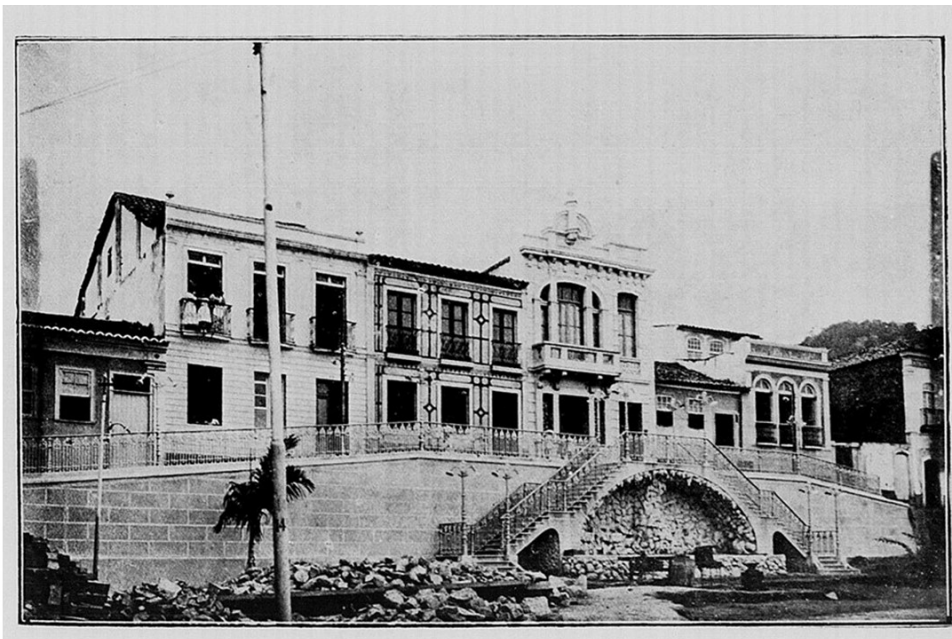


Fig. 02. Anônimo. “Muro da Praça João Clímaco, ao lado do Palácio do Governo. Victoria, 1912” onde se vê a gruta em ‘pedrinhas’ ou *rocaille* (EES. 1913).

3 | PARQUE MOSCOSO

Embora o Parque Moscoso situe-se naquela região denominada Villa Moscoso que desde 1890 já vinha sofrendo intervenções urbanísticas significativas, apenas em 1911 o parque propriamente vai ser construído, o que nos faz supor que as experiências precursoras em Vitória com a técnica da *rocaille* executadas na Praça João Clímaco tenham servido de laboratório para os artesãos da cidade.

A construção do Parque integra-se no contexto da expansão da antiga cidade colonial sobre áreas anexas alagadas ou pantanosas. A região do Campinho, como até então era designada, foi um extenso baixio numa das laterais da cidade, que como todas as regiões baixas da capital capixaba eram tomadas então por manguezais. Área utilizada provavelmente como um Rocio, era o limite da cidade colonial. Apenas na administração Rubim (1812-1819) a área passou a se integrar à urbe com a construção em uma colina existente de um novo prédio para a Santa Casa de Misericórdia (Daemon, 1879, s/p) que até então era localizada na cidade alta, junto à igreja de mesmo nome.

Ao longo de todo o século XIX as distintas administrações falaram em aterrar a região por necessidades higienistas. Apenas em 1890, contudo, a administração pública efetiva um contrato com o Engenheiro Leopoldo Deocleciano de Mello Cunha, no qual, entre outras coisas, cedia à contratada as terras do Campinho para serem urbanizadas e

posteriormente vendidas de forma a que a Companhia pudesse se indenizar dos gastos com aterro, drenagens etc. (ES, 1912, p.4).

“A construção do Quartel é finalizada em 1896. Em 1910 ainda se complementavam aterros, drenagens e construções de casas. Em 1912 é inaugurado o parque Moscoso, enorme jardim público de características paisagísticas, projetado por Paulo Motta. Mas a cereja do bolo no processo de laicização da região é sem dúvida a demolição da antiga Casa de Misericórdia para a construção de um moderno hospital no mesmo local, a partir de 1910” (Ribeiro, 2016, s/p).

O Projeto do Parque Moscoso, contratado ao já mencionado Paulo Motta, era o de um enorme parque retangular com cerca de 24.000 m² dividido em 4 partes desiguais por duas grandes alamedas retilíneas e que se cruzavam em ângulo, e que tinha todas as suas aleias internas em formas orgânicas (Bellini, 2014, p.248). O parque contava ainda com coreto, fonte, orquidário, lago, ilhas e ruínas, assim como com animais aquáticos em bronze (no espelho de água do lago) e repuxos alimentados à energia elétrica.

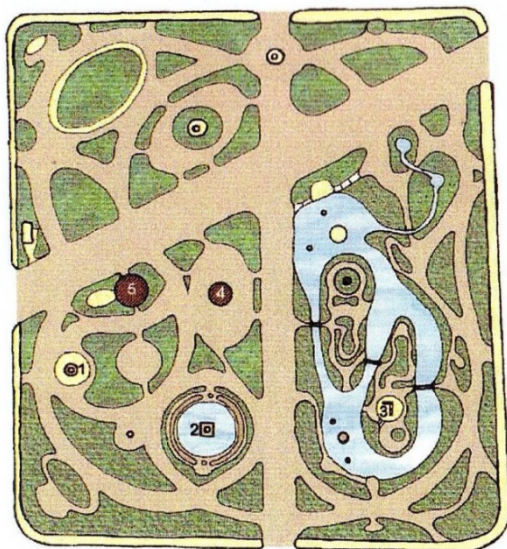


Fig. 03. Parque Moscoso. Projeto de Paulo Motta (1911). 1. Fonte dos Cavalos; 2. Fonte; 3. Ruína; 4. Coreto; 5. Orquidário (in: Bellini. p.248).

Já o primeiro contrato de 16.02.1911 - que dizia respeito à execução do parque de acordo com o projeto apresentado por Paulo Motta - propugnava que em igualdade de condições o contratado teria a preferência “*para a construção de todas as obras de arte de seu projeto*” (DM, 08.03.1911. p. 1). O segundo contrato, datado de quatro meses depois, já especifica a responsabilidade de Motta na construção de “*três pontes, em*

cimento armado, diferentes e com a forma de madeira tosca que liguem as ilhas do jardim” assim como na construção, em uma das ilhas de “*um pavilhão em ruínas com escadaria e balaustrada*” (DM, 19.07.1911. p. 1). Também este mesmo contrato responsabiliza Motta por “*dezenove figuras de ornamentação*” a serem inseridas no interior das ilhas. Enfim, se é crível aceitarmos que Motta tenha sido o responsável direto pela concepção dos ornatos em argamassa armada – pontes e ruínas – e não necessariamente pela sua execução que pode ter ficado sob a responsabilidade de um mestre cascadeiro proveniente do Rio de Janeiro, onde Motta tinha os seus contatos, para as figuras de ornamentação em bronze sabemos por documentação que foram obtidas em Hamburgo (Cf. Bellini, 2014, p.251).



Fig. 04. Anônimo. Parque Moscoso. Ponte em *rocaille* . s/d. (Acervo particular)

O Programa do Parque, expresso no Projeto de Motta, era variado e bem mais complexo do que qualquer outra coisa que havia sido construído em Vitória até aquela época como parque ou praça pública, e, muito provavelmente sofreu influência do Projeto do Campo de Santana de Glaziou, no Rio de Janeiro, não tanto pelo traçado – pois o Projeto de Glaziou não tinha aleias retilíneas – mas sobretudo pelo espírito de jardim paisagístico romântico; ruínas clássicas em ilhas sobre lagos artificiais, pontes de madeira rústica e rochedos fabricados artesanalmente em ‘cimento armado’: o uso da técnica de *rocaille* como fator unificador na estética romântica tardia, uma técnica particularmente desbravadora na medida em que o uso de cimento armado implicava a época na importação do cimento Portland já que este material ainda não era fabricado no Brasil, embora a indústria nacional tenha feito algumas experiências precursoras da fabricação deste material, sendo particularmente uma delas no sul do Espírito Santo, em Cachoeira

de Itapemirim onde, de forma precária o Governo do Estado estabeleceu uma fábrica que foi ativa entre os anos de 1912 e 1924 (Wikipedia, pt).

Contudo, um elemento fundamental dos propósitos do novo parque, e com certeza diretriz importante do Programa de laicização da cidade que vimos discutindo, o de se tornar o primeiro local das diversões públicas da cidade, não estava explícito no Projeto mas pode ser verificado no já mencionado contrato de fevereiro de 1911 que em sua cláusula quinta determina que: *‘Em igualdade de condições, o primeiro contratante (o Estado) concederá ao segundo (Paulo Motta) o direito de preferência para estabelecer no parque botequins, cinematógrafos, embarcações, balanços e outros divertimentos públicos’*, condição essa que o empresário não vai hesitar em utilizar, pois assim que o parque é inaugurado no ano seguinte, já demanda autorização para a construção de um *‘botequim e diversões’* (DM. 13.11.1912. p.2) assim como temos a informação de que em 1917 explorava um rinque de patinação no local (DM, 04.09.1917. p.2).

Um outro aspecto que não deve ser esquecido é o das festas públicas: na cidade colonial estas tinham lugar nos espaços do cotidiano, em geral em ruas que conectavam importantes templos da cidade e que acabavam se constituindo em eixos processionais por onde se desenvolviam não apenas procissões religiosas mas também Entradas ou recepções civis à figuras de destaque da sociedade. Em Vitória o principal eixo processional era o que conectava o portinho dos Padres à Igreja de São Tiago (depois Palácio do Governo) e continuava até a Matriz (depois Catedral), na cidade alta, este eixo ainda estava em uso quando da visita do Imperador Pedro II em 1860, que o percorreu com todos os trâmites civis e religiosos envolvidos, tais como missa e Te Deum na Matriz (cf. Ribeiro, 2009, p.213). Mesmo em 1908 este eixo ainda estava sendo usado em festas civis, mas aparentemente depois desta data as festas de recepção aos chefes da nação vão ser deslocadas para o Parque Moscoso, onde era possível extravagâncias como a organização de uma *‘festa veneziana’* em seu lago e ilhas.

4 | CONCLUSÕES

A prática da *rocaille*, que surge como uma prática artística dos parques paisagísticos palacianos ingleses, e que da estética do sublime migra para a estética do kitsch pequeno burguesa, torna-se uma coqueluche na passagem do século XIX para o XX na sociedade brasileira fortemente influenciada pela cultura francesa. Não havia parque público ou jardim grandioso de casa burguesa que não integrasse na sua paisagística estes elementos, na maior parte das vezes executados por artesãos habilidosos, algumas poucas vezes incorporando elementos artesanais importados.

Vitória não ficou alheia a esse processo, o Parque Moscoso é o ápice de um processo artístico e político de transformação da capital capixaba. O fluxo de capital proveniente do café na passagem do século e que possibilitou a construção da Estrada de Ferro no Sul da

Província, a mesma que em 1905 vai conectar Vitória com o Rio de Janeiro, também vai possibilitar os recursos para as reformas urbanas que as capitais provinciais desejavam à semelhança das que aconteciam na mesma época na capital da República. Reformas essas, que, ao menos em Vitória, finalizavam neste momento um processo inexorável de destruição da cidade colonial com todos os seus aspectos simbólicos voltados para o sagrado, substituindo-a por uma cidade laica, iluminada (no sentido literal e figurado) e com espaços públicos desenvolvidos no sentido clássico, ou seja, espaços da cidadania e do lazer.

Embora não se possa atestar através de um documento específico a existência de um Programa de laicização para o espaço urbano de Vitória aplicado na transição do século XIX, é certo que através de um estudo mais minucioso do discurso dos técnicos que executaram essas intervenções é possível se detectar uma ideologia firmemente ancorada nos propósitos de modernizar não apenas os espaços, mas sobretudo de livrá-los dos entraves que os aspectos de uma sociedade ordenada para o sagrado imputava, discurso esse comum aos engenheiros e aos positivistas da época, em especial militares, duas importantes categorias profissionais que não apenas estavam relacionadas diretamente à projectação da cidade mas também à sua administração, já que assumiriam importantes cargos na governança política.

Essa vontade de reordenação da urbe passou por uma iniciativa de destruição deliberada dos seus símbolos sagrados - demolição de parcela expressiva de templos, mas não apenas, remoções de cemitérios etc. - e na substituição dos mesmos por símbolos laicos republicanos, e também pelo estabelecimento de espaços abertos e públicos. O discurso de 'modernizar' e proporcionar uma vida urbana de melhor qualidade, defendido em especial sob o ponto de vista da higiene e da saúde, embora lógico, não deveria ser suficiente para encobrir um discurso ideológico que tinha, recentemente através de um golpe de estado, substituído a monarquia e o seu principal esteio, a igreja católica, por uma República dirigida pelo exército.

AGRADECIMENTOS

É necessário uma referência às agências de fomento CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); e FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) que ao longo da última década vêm apoiando incessantemente as minhas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Anna Karine de Q. C. **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 -1916 – Vitória, ES.** Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFES. (Dissertação de mestrado). 2014.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Tipografia do Espírito-santense. 1879.

DM. **Diário da Manhã**. Vitória (periódico, diversas datas).

EES. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória (periódico, diversas datas).

ESPIRITO SANTO. **Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. João Thomé da Silva (...) em 10 de setembro de 1873**. Victoria : Typographya do Espirito Santense, [1874]. p.29.

ESPIRITO SANTO. **Termo de Contrato que fazem o Governo do Estado do Espírito Santo e o engenheiro Justin Norbert (...) para a reforma da parte interna do palácio do governo e no edifício da antiga igreja de São Tiago (...)**. Vitória : Sociedade das Artes Gráficas. 1912.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo : SENAC, 2013.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *A rocaille* no jardim romântico carioca: história, técnica e preservação In: Pessoa, A. FASOLATO, D. e ANDRADE, R. **Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015a.

____. A natureza reconstruída: o sublime nos jardins cariocas do século XIX In: **Anais do 3º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas**. Belo Horizonte, 2015b.

____. O papel da engenharia civil na modernização da cidade brasileira na segunda metade do século XIX: o caso de Vitória – Espírito Santo In: **Anais do 2º Congresso de História da Construção Luso-brasileira**. Porto. 2016.

____. Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX in: RIBEIRO, N.P & SOUZA, L. P. (org.) **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro : POD Ed, 2009. pp. 200-223.

WIKIPEDIA. <http://wikipedia.pt>

CAPÍTULO 11

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Data de aceite: 01/03/2021

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Unesp

<http://lattes.cnpq.br/9657359692240283>

Caroline Daiane Alves

Unesp

<http://lattes.cnpq.br/9939110131553118>

RESUMO: A paisagem urbana é composta pelos aspectos físicos que compõem o espaço e essa paisagem é reflexo da relação do homem com o lugar. As manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas, traçam sempre mudanças nesses espaços urbanos e na arquitetura. A paisagem urbana e a arquitetura no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo é significativa como objeto de estudo por ser repleta de arquiteturas que contam a história de São Paulo e o presente trabalho tem como proposta apresentar a análise dialógica em contextos históricos. Foi utilizado o método dialógico para analisar a arquitetura e paisagem urbana e pesquisa bibliográfica para entender o contexto histórico existente no entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo. A partir da análise da paisagem urbana com o uso do método dialógico foi possível perceber a importância da conservação do contexto histórico, do uso desse espaço e do grande movimento de pessoas para preservação da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, análise dialógica, Escola Técnica, São Paulo.

URBAN LANDSCAPE OF BUILDINGS AROUND THE SÃO PAULO STATE TECHNICAL SCHOOL: A DIALOGICAL ANALYSIS

ABSTRACT: The urban landscape is composed of the physical aspects that make up the space and this landscape is a reflection of man's relationship with the place. Cultural, social, political and economic manifestations always trace changes in these urban spaces and architecture. An urban landscape and architecture around the São Paulo State Technical School is important as an object of study to replace architectures that contaminate the history of São Paulo and the present work proposes to present a dialogical analysis in historical contexts. The dialogical method was used to analyze the architecture and the urban landscape and the bibliographical research to understand the historical context around the State Technical School of São Paulo. From the analysis of the urban landscape using the dialogical method, it was possible to realize the importance of the historical context, the use of this space and the great movement of people to save the memory.

KEYWORDS: Urban landscape, dialogical analysis, Technical School, São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio é importante para a permanência da memória coletiva e individual de um período histórico, mostrando sua história nas edificações e paisagem urbana pela sua morfologia. As edificações preservadas

são importantes para as gerações futuras, John Ruskin (2015, p.66), considera “a arquitetura imprescindível para a memória”. Com esse conceito utilizaremos como objeto de estudo a paisagem urbana do entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo por estar beneficiado pelo centro histórico da cidade de São Paulo, com construções importantes.

Le Goff, nos mostra que a história é o resultado da construção de documentos e monumentos. Para o autor, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (p.535, 1996).

A Escola Técnica Estadual de São Paulo fica localizada em arredores históricos no centro da cidade de São Paulo, com entrada pela Avenida Tiradentes e com construções significativas, como os conjuntos das antigas instalações da Escola Politécnica, a praça da luz, Museu de arte sacra, Pinacoteca, Estação da luz, Arquivo histórico municipal, Portal de Pedra do antigo presídio Tiradentes, entre outros. Tornando um entorno precioso com construções importantes para a cidade. É impossível andarmos no centro de São Paulo, principalmente no entorno dessa escola e não descobrir apenas com esse caminhar a incrível arquitetura que reúne beleza, mas também faz com que identifiquemos a cidade em momentos diferentes com organizações sociais, econômicas, políticas e culturais, significativo para formação da região.

Este estudo objetivou analisar o entorno da construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, por ser uma região rica em patrimônio e porque nessa unidade possui um curso de Desenho de Construção Civil.

No terreno da Escola Técnica possui construções tombadas pelos três níveis, municipal (CONPRESP), estadual (Condephaat) e federal (IPHAN), sendo eles o edifício Hipólito Pujol e os edifícios Oscar Machado, ligados um ao outro e pertencentes às antigas instalações da Escola Politécnica. Por estarem localizados no centro histórico de São Paulo, pela grande presença de edifícios tombados, presença de transportes públicos, avenida com grande fluxo de veículos, grande circulação de pedestres, construções preservadas, comparado a outras regiões históricas da cidade que não possuem a mesma preservação, será apresentado uma análise dialógica dessa paisagem urbana e suas contribuições para preservação das edificações.

A análise das construções do entorno, será limitada à um raio aproximado de 150 metros, atingindo o entorno da quadra que fica localizado a construção da Escola Técnica Estadual de São Paulo, junto com a Faculdade Tecnológica São Paulo, conforme a figura 1. Mesmo sendo uma área não tão grande, ela possui uma grande quantidade de construções a serem estudadas e de grande valor histórico.



Figura 1 -Entorno das edificações da Escola Técnica Estadual de São Paulo e Faculdade Tecnológica São Paulo.

Fonte: Google maps, 04 de agosto de 2019.

Essa resguarda da paisagem urbana, cercada de construções importantes para história, auxilia na formação do indivíduo, afinal, “O homem constrói o lugar a partir de sua concepção histórica” (MUNTAÑOLA, 2000, p.17). Importante para os alunos que frequentam as escolas e até mesmo essa visão para os usuários dos espaços no entorno, pois mantém a preservação.

Será utilizado para coleta de dados uma pesquisa bibliográfica referente às edificações da escola, incluindo as edificações da Fatec São Paulo, por fazerem parte do mesmo espaço e as edificações do entorno, também uma análise da paisagem urbana das ruas do entorno essas construções e levantamento com fotos.

Será utilizado a metodologia dialógica com a fundamentação teórica de Bakhtin, Muntañola e Zarate, analisando essas construções com a paisagem urbana. Assim podemos relacionar a produção arquitetônica e a paisagem cultural com seu contexto ou modos de produção.

Utilizando esse método, podemos entender o diálogo que a paisagem urbana tem com a arquitetura e com seu contexto histórico e entender que com o grande fluxo de pessoas nesse contexto contribuem para a preservação das edificações.

2 | MÉTODO DIALÓGICO

O método dialógico aborda a teoria filosófica de Muntañola e traz a narratividade de Ricouer e o diálogo de Bakhtin. Essa abordagem em centros urbanos mostra a formação Urbana e também a morfologia das arquiteturas nesses espaços onde a arquitetura e paisagem urbana são o reflexo das manifestações tecnológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais de determinados períodos.

A paisagem Urbana e a Arquitetura estão vinculadas com as manifestações dos períodos e assim conseguimos compreender sua morfologia. A relação da leitura do texto que é arquitetura e a paisagem urbana e do seu contexto que é a forma de concepção daquilo é entendida como dialogia. Portanto a relação da obra arquitetônica e paisagem urbana é importante para entendermos como que era a paisagem Urbana nos períodos já que ela é sempre modificada por existir elementos de mais fácil remoção.

Usando como um ponto de partida para a análise, a princípio verificar o texto determinado por Bakhtin “a arquitetura”. É importante destacar que o texto (arquitetura) se relaciona de uma forma dialógica com o contexto existente. Significativo entender que a arquitetura conversa com a paisagem urbana, mostrando a presença do texto e contexto apresentados por Muntañola. A análise dialógica parte do texto (edificações) localizando eles nessa paisagem urbana e trazendo suas características, a partir dessas informações teremos o levantamento do contexto das edificações, “análise do contexto considera a formação urbana, a morfologia urbana e edilícia, aspectos sociais e culturais, equipamentos comunitários (educação, saúde, lazer), serviços (transporte coletivo, segurança), meio ambiente, espaços públicos livres e as políticas”. (Martins, 2016, p. 45)

A arquitetura dialógica proposta por Muntañola (2000) desperta uma conscientização histórica e cultural, conduzindo-os à interpretação do lugar como força mentora projetual em áreas históricas.

Como roteiro do método, devemos fazer o levantamento do texto e contexto existente e o levantamento do entorno para entender sua morfologia com o uso de bibliografias, artigos.

“A arquitetura dialógica proposta por Muntañola despertar uma conscientização histórica e cultural nos estudantes, conduzindo-os à interpretação do lugar como força mentora projetual em áreas históricas. Seu método surge como uma nova forma de interpretar arquitetura, não apenas moderada na análise da sua forma, função, escala, implantação, vistas, acessibilidade, limites, técnicas e de seus materiais, mas a partir da historicidade e da cultura dos lugares arquitetônicos”. (CHAMMA, 2016, p. 47)

A paisagem urbana, por ser produto de uma determinada cultura pode melhor nos referir a paisagem cultural. A paisagem cultural refere-se aos resultados da interação entre as ações humanas e a paisagem primária que se desenvolve no tempo (RAPOPORT, 2003, p. 53). Com a assertiva de Rapoport podemos notar a inserção do elemento tempo, tornando

a relação lugar-cultura um pouco mais complexa, sendo necessários lugar-cultura-tempo para originar a paisagem cultural.

Além de a paisagem cultural compreender os ambientes fixos, semifixos e não fixos. E os elementos semifixos estão constituídos pelo mobiliário urbano, vegetação, caminhos, comunicação visual. Porém, a paisagem cultural pode acrescentar os grupos sociais que vivem e atuam na paisagem e suas expectativas e significados, portanto, iremos acrescentar os ambientes sociais e simbólicos descritos por Zarate (2010).



Figura 2 -Paisagem Urbana da Praça Coronel Fernando Prestes, observando as antigas instalações da Escola Politécnica.

Fonte: Google Maps, 04 de agosto de 2019.

3 | ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA NOS ARREDORES DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO

Quando falamos de lugar, estamos nos referindo ao espaço onde o homem habita, e esse lugar é repleto de relações socioculturais. Segundo Montaner (2001, p. 37), a “ideia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência por parte do corpo humano”.

A paisagem em si é o reflexo da relação das pessoas nesses espaços e suas características são modificadas conforme o contexto existente. O homem habita, constroem, e altera essas características conforme seus costumes, crenças, política, economia. A paisagem urbana torna-se um espaço de transformações.

Dentro dessa paisagem urbana temos elementos, como a arquitetura, ruas, veículos, elementos naturais, pessoas. Quando se trata de uma paisagem urbana em contexto histórico podemos enxergar a morfologia que era representada em certo período, interpretando essa história contada de uma forma material. Segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, no artigo 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu valor excepcional, valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (MACHADO, 1991, p. 526).

O bairro do Bom Retiro é um dos bairros mais antigos de São Paulo caracterizado pela grande quantidade de comércio e grande movimento com as linhas de estações importantes para o deslocamento para áreas não centrais da cidade.

A origem do bairro foi no início do século XIX, originalmente existia uma paisagem rural e depois foram chegando imigrantes europeus na região, com isso houve mudanças na sua paisagem. Tornou-se um bairro operário com o grande crescimento de indústrias. A partir de 1900 a paisagem foi sendo modificada com a grande concentração de comércio.

Com essa modificação na paisagem, foram trazendo também a infraestrutura. A diversificação de estrangeiros era muito grande.

"A população estrangeira no bairro do Bom Retiro se tenha distribuído como segue: de 1870 a 1890, em maioria portugueses; de 1900 a 1940, predominantemente de origem itálica; e de 1950 a 1970, de forte predominância israelista." (DERTÔNIO, 1971, p. 22)

As edificações existentes nos espaços do entorno da Escola Técnica Estadual de São Paulo são os edifícios Hipólito Pujol e Oscar Machado, construídas em 1938, espaço que abrigava o Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica e o Gabinete de Resistência, percursos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), outra construção do mesmo período é onde fica as instalações e parte administrativa da escola, o edifício Ary Torres, preservado, porém não tombado.



Figura 3 -Foto da edificação Hipólito Pujol. Fonte: do autor, 21 de dezembro de 2018.

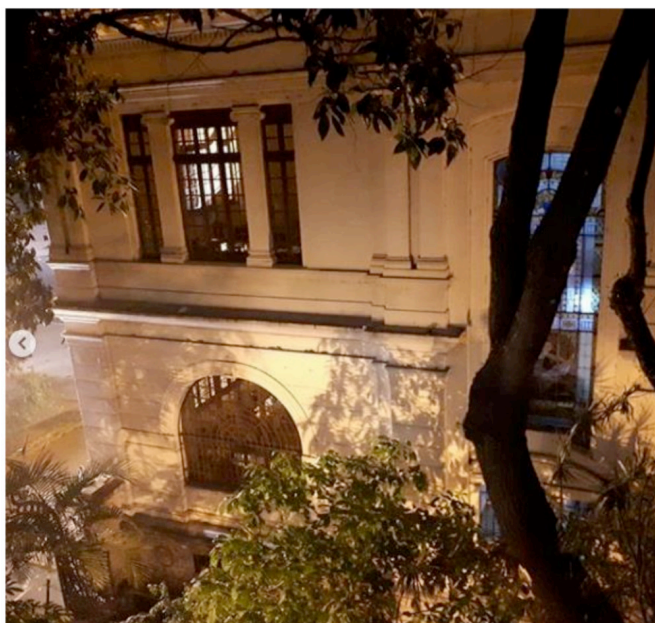


Figura 4 -Foto tirada de dentro da edificação Hipólito Pujol com vista para o Arquivo Municipal. Fonte: do autor, 25 de setembro de 2018.

As edificações que se encontram na mesma avenida são o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz/Museu de Arte Sacra/Mosteiro da Luz, Portal de Pedra pertencente ao antigo presídio Tiradentes, onde a grande maioria da construção foi demolida para a construção da linha do metrô, edificações que ficam localizadas na mesma Avenida das edificações da Escola técnica e Faculdade tecnológica.

Na Rua dos Bandeirantes com construções de edifícios residenciais, estacionamento e construções comerciais.

Já na Rua Afonso Pena, construções de edificações mistas, comércio e edificações fazendo com que tenha uma movimentação de pessoas durante o dia e noite, ajudando na preservação do espaço. Além disso a paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, Arquidiocese de São Paulo, com elementos arquitetônicos românicos, a presença da Biblioteca Departamento do Patrimônio Histórico localizado no terreno da escola, porém situado nessa rua que hoje tem como finalidade guardar os documentos públicos e municipais, tendo mais de 4,5 milhões de documentos.

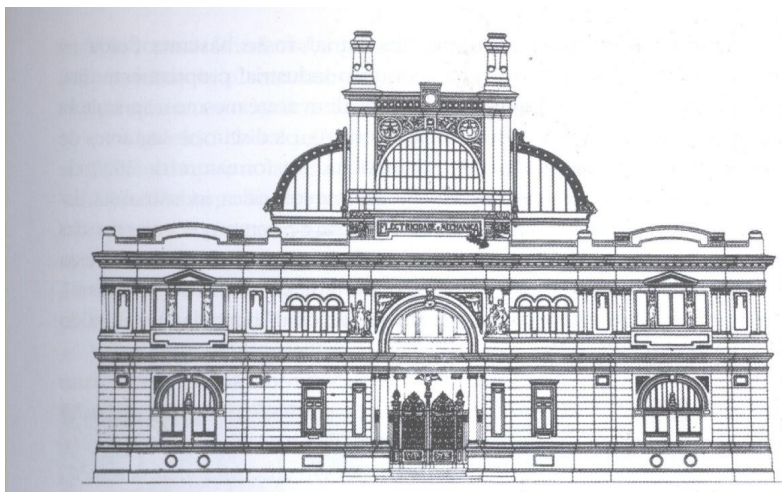


Figura 5 -Desenho do escritório Ramos de Azevedo, inaugurado em 1920, hoje atual Arquivo Municipal. Fonte: Assembleia legislativa do estado de São Paulo, 04 de setembro de 2019.

Na Praça Coronel Fernando Prestes, com a concentração maior de edificações históricas temos o Quartel do Comando do comando geral da Polícia Militar do estado de São Paulo, o Arquivo Histórico Municipal, responsável pela guarda, preservação dos documentos considerados de valor histórico, o Edifício Paula Souza, construído na época para abrigar os laboratórios gerais da Politécnica, também a fachada do Edifício Hipólito Pujol.



Figura 6 - Fachada da escola Politécnica, hoje unidade de Pós Graduação do Centro Educacional Tecnológico Paula Souza. Fonte: Mestres do séc. XIX, 03 de novembro de 2019.



Figura 7 -Fachada do Edifício Paula Souza, antigas instalações da Escola Politécnica. Fonte: wikipédia, 04 de agosto de 2019.

PRODUÇÃO ARQUITETÓNICA	PAISAGEM URBANA				
	PERÍODO	NATURAL	NÃO FIXO	SEMI FIXO	SOCIAL
Recolhimento de Nossa Senhora da Luz/ Museu de Arte Sacra	1774 - Barroco colonial	jardim no entorno e um pátio interno	movimentação de visitantes, religiosos	iluminação/ ponto de ônibus	Mosteiro que atualmente é um Museu.
Portal de Pedra	Construção do antigo presídio (1825) / Construção do Arco (1930)	Período do presídio com jardins, atualmente sem elementos naturais	Pessoas que frequentam a agência bancária	iluminação	Antigo presídio, hoje uma agência bancária
Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora	1918- Construção da capela nas proximidades	poucos elementos naturais	movimentação de pessoas que frequentam a igreja	ponto de ônibus ao lado	Frequentadores da igreja e religiosos
Biblioteca Departamento do Patrimônio Histórico	não	vegetação na calçada	frequentadores e pessoas que passam no caminho	sinalização e semáforo	pesquisadores, funcionários.
edifício Ramos de Azevedo localizado no terreno da escola	projetado em 1907, inaugurado em 1920	Elementos naturais na Praça Coronel Ferreira Prestes (em frente)	Pessoas que frequentam a praça, pesquisadores	iluminação	Antigamente abrigada a Politécnica, hoje é o Arquivo Municipal
Quartel do Comando do comando geral da Polícia Militar do estado de São Paulo	não identificado	grande quantidade de vegetação, jardim japonês, lago com peixes	frequentadores do quartel	estatueta na fachada da edificação, iluminação	Construção militar
Praça Coronel Fernando Prestes	não identificado	Grande quantidade de vegetação	Pessoas que circulam para o metro, para edificações do entorno, moradores de rua	mobiliário urbano	área coletiva de convivência e circulação de pessoas

Tabela 1 – Tabela de análise do contexto existente. Fonte: do autor, 04 de novembro de 2019.

Destaca-se por construções de um período do final do século XIX, sendo elas as construções das antigas instalações da Escola Politécnica, com uma presença muito marcante pelo ecletismo. A arquitetura do Arquivo Histórico Municipal com elementos também ecléticos, assim como o museu de arte sacra com seu conjunto de construções coloniais, traços barrocos, construção do século XVIII, com grande preservação de elementos, materiais e estrutura, tombada pelo Condephaat e pelo IPHAN. A igreja Nossa Senhora Auxiliadora, mesmo com a construção feita no século XX, possui traços de arquitetura românica.

Todo o entorno da paisagem urbana possui transporte público como metro e pontos de ônibus, como a maioria das construções é pública, seu movimento é grande. Além de grande movimento na escola, pois no terreno possui durante o dia alunos de ensino médio e técnico e também da Faculdade Tecnológica, durante a noite alunos do curso técnico e da Faculdade Tecnológica. Essa grande utilização do espaço traz a valorização do espaço.

4 | CONCLUSÃO

Após todo levantamento do texto e contexto das edificações históricas, também é analisado os elementos da paisagem urbana, as edificações residenciais e comerciais que traz a dinâmica necessária para a conservação dos mesmos, mostrando a importância de edificações com grandes circulações de pessoas em diferentes horários.

A partir da análise é possível perceber a importância dos patrimônios na paisagem urbana, o uso dessas construções com grande fluxo de pessoas, para consciência da preservação do espaço, tanto para a memória coletiva, quanto trazendo a identidade cultural e individual. Conseguimos entender a preservação desses espaços pelo simples fato das construções do entorno estarem respeitando as construções históricas, assim como nos assegura, as edificações devem “ser integradas à paisagem edilícia do contexto, respeitando suas características” (SALCEDO, 2009, p. 78).

Além das edificações residenciais que se misturam nessas edificações históricas com várias características distintas, mas que trazem a circulação de pessoas nesse espaço, assim como a Escola técnica e a Faculdade tecnológica mostrando a importância de instalações com trajetos de pessoas para a conservação desses espaços.

Além disso, no entorno foram encontrados a facilidade de transportes públicos, com uma linha de metro nesse raio de 150 metros, além dos pontos de ônibus nos arredores que dão acesso a grande parte da cidade. Ampliando esse raio, existe a facilidade de mais acessos, como exemplo linhas de metro e trem com grande proximidade dessas construções, ajudando ainda mais no fluxo de pessoas.

Enfim, por meio da pesquisa, foi possível confirmar que em centros históricos, a relação do usuário nessa paisagem urbana pode trazer a consciência de conservação de espaço. Observou-se que quando se coloca um uso para as construções históricas e no seu entorno tem a presença de edificações com grande fluxo de pessoas e o deslocamento de pessoas durante o dia e noite por meio do transporte público, faz com que o espaço se torna mais útil e mais usado por todo, consequentemente mais respeitado e preservado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Plano de Curso Técnico em Desenho de Construção Civil**. São Paulo, 2011.

CHAMMA, Paula Valéria Coiado; SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Ensino dialógico do projeto arquitetônico em áreas históricas**. Maria Solange Gurgel de Castro; Fontes, Obede Borges Faria e Rosio Fernández Baca Salcedo (organizadores). Pesquisa em arquitetura e urbanismo: fundamentação teórica e métodos. –São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 47-68, 2016.

DERTÔNIO, Hilário. **A história dos bairros de São Paulo – o bairro do bom retiro**. Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação e Cultura. São Paulo, 1971.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MONTANER, Josep Maria. *A modernidade superada: arquitetura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001

MUNTAÑOLA, Josep. **Topogénesis – Fundamentos de una nueva arquitectura, Arquitect**, n.º11. Barcelona: Edicions UPC, 2000.

MUNTAÑOLA, J. **Hacia una aproximación dialógica a la arquitectura contemporánea**. In: Revista ARQUITECTONICS. Mind, Land & Society. Arquitectura y Dialogia. No 13. Barcelona: UPC, p. 62-63, 2006.

RAPOPORT, Amos. **Cultura, Arquitectura y Diseño**. 1 ed. Barcelona: Edicions UPC, p. 44-53, 2003.

Resolução SC 186/02 - Conjunto Escola Politécnica. Consultado em 04 de agosto de 2018.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória/ John Ruskin**; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca et al. **Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o Método**. PASCHOARELLI, Luis Carlos; SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. Interação: panoramas das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo. Bauru: Canal, v. 6, p. 227-238, 2015.

ZÁRATE, M. **El lugar urbano como estrategia de conocimiento proyectual em urbanismo**. Revista Architectonics. Mind, Land & Society. Hacia un urbanismo alternativo. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya – UPC, No.19-20, 2010.

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 09/10/2020

Vitoria do Carmo Frejoli

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Laboratório de Análises Químicas e Agroambientais - LAQUA Itaperuna - Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/0850653596932612>

Juliana Baptista Simões

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Laboratório de Análises Químicas e Agroambientais - LAQUA Itaperuna - Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/6856049915466856>

RESUMO: O conhecimento empírico acumulado pelas comunidades quilombolas no decorrer dos anos sobre plantas medicinais é de grande importância, pois este pode fornecer informações úteis para o estudo farmacológico e posterior desenvolvimento de novos medicamentos. A partir de pesquisas com base no conhecimento popular foram descobertas substâncias comercializadas pela indústria farmacêutica, empregada no tratamento de doenças. Apesar dos benefícios, o potencial terapêutico das plantas ainda é pouco explorado. Devido a isso, esta pesquisa teve como objetivo resgatar as tradições da medicina alternativa na comunidade quilombola de Cruzeiroirinho, no município de Natividade-RJ. Para isso, foi realizada a identificação das principais plantas usadas pela comunidade para prevenir e

tratar doenças. Após a identificação elas foram devidamente armazenadas e caracterizadas quanto a sua família e espécie. Com os resultados, foi possível construir um banco das espécies vegetais com atividades medicinais relatadas pela cultura popular e encontradas na comunidade de Cruzeiroirinho, Natividade-RJ. O banco servirá como fonte de dados para outros estudos destas espécies com posterior estudo fitoquímico e possível descoberta de novas substâncias bioativas. Com isso, infere-se que o conhecimento sobre a atividade terapêutica das plantas medicinais foi acumulado ao longo dos anos pela comunidade quilombola pesquisada e que o contato direto com a natureza permitiu estabelecer as relações entre características das substâncias naturais e sua atividade terapêutica.

PALAVRAS-CHAVE: Plantas Medicinais, Comunidades Quilombolas, Saber popular, Etnobotânica.

INSPIRATIONS FOR THE CHEMISTRY OF NATURAL PRODUCTS FROM THE TRADITIONS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CRUZEIRINHO-RJ, BRAZIL

ABSTRACT: The empirical knowledge accumulated by quilombola communities over the years about medicinal plants is of great importance, as this can provide useful information for the pharmacological study and later development of new medicines. Based on research based on popular knowledge, substances commercialized by the pharmaceutical industry, used to treat diseases, were discovered. Despite the benefits,

the therapeutic potential of plants is still little explored. Because of this, this research aimed to rescue the traditions of alternative medicine in the quilombola community of Cruzeiroinho, in the municipality of Natividade-RJ. For this, the main plants used by the community to prevent and treat diseases were identified. After identification, they were properly stored and characterized as to their family and species in a herbarium of national credibility. With the results, it was possible to build a bank of plant species with medicinal activities reported by popular culture and found in the community of Cruzeiroinho, Natividade-RJ. The bank will serve as a data source for further studies of these species with subsequent phytochemical study and possible discovery of new bioactive substances. Thus, it appears that the knowledge about the therapeutic activity of medicinal plants has been accumulated over the years by the quilombola community researched and that direct contact with nature has allowed establishing the relationships between characteristics of natural substances and their therapeutic activity.

KEYWORDS: Phytochemical, Traditional communities, Bioactive compound, Plants.

1 | INTRODUÇÃO

A história da construção da sociedade brasileira é marcada por séculos de escravização de povos africanos. Esse processo teve início no século XVI, com a colonização das Américas, sendo mais intenso no Brasil, em razão da necessidade de mão-de-obra para a operar em canaviais e posteriormente em lavouras de café. As condições de vida e trabalho deste povo eram insalubres e muitos não resistiam e morriam, outros fugiam e se refugiavam em quilombos e daí surgiram as comunidades denominadas quilombolas.

Nesse tipo de comunidade a população é descendente de diversas regiões do continente africano, que traziam um grande arsenal de saberes a respeito de plantas tanto para fins religiosos quanto para fins medicinais.

Hoje, alguns dos descendentes de escravos africanos, e povos que assim se autodefine devido relações com a terra, ancestralidade, cultura e costumes, residem em assentamentos quilombolas. Segundo dados do INCRA, estima-se existir mais de três mil comunidades quilombolas atualmente no Brasil (INCRA, 2016).

As tradições passadas de geração em geração, trazem grandes informações para a química de produtos naturais. Esses povos carregam consigo grande saberes sobre plantas medicinais que podem ser usadas desde a cicatrização de ferimentos até o tratamento de doenças (MOTA e DIAS, 2012).

Esses saberes acumulados durante muito anos de convivência direta com a natureza vem se perdendo aos poucos, já que as novas gerações optam por consultas médicas e utilização dos medicamentos alopáticos. Além disso, o hábito de se cultivar plantas nos quintais das casas está sendo quase que totalmente perdido, além da devastação das matas e florestas, retentoras de grande variedade de espécies de plantas medicinais (VEIGA, PINTO e MACIEL, 2005).

A partir dos saberes populares, a indústria farmacêutica vêm investindo em pesquisas a fim de se conhecer novos compostos que possam ser utilizados na produção de novos fármacos. Grande parte das plantas nativas brasileiras ainda não foram estudadas e muitas são usadas como forma alternativa pela população, mas com pouco ou nenhum fundamento científico relacionados à sua eficácia e segurança.

É preciso enfatizar a necessidade de estudar as relações dessas comunidades com o meio ambiente mais especificamente o conhecimento a cerca de plantas medicinais, antes que o mesmo se perca com o tempo.

Desta forma, o presente estudo teve como objetivo: coletar, caracterizar, identificar e armazenar as espécies de plantas medicinais a fim de obter um banco de espécies vegetais utilizadas pela comunidade quilombola do Cruzeiroinho, Natividade-RJ. Vale ressaltar que, apesar dos investimentos em pesquisas, há uma grande lacuna a ser preenchida entre a quantidade de plantas na biodiversidade brasileira e as poucas pesquisas (FOGLIO, QUEIROGA e SOUSA, 2006).

2 | METODOLOGIA

A partir de visitas a comunidade quilombola de Cruzeiroinho em Natividade-RJ, foram aplicados questionários (ANEXO 1) para coletar dados como: plantas utilizadas tradicionalmente, partes da planta utilizadas, forma de preparo para consumo e para qual fim terapêutico.

As respostas dos questionários foram comparadas com dados da literatura científica, para confrontar o uso das plantas pela comunidade com a presença de substâncias químicas na espécie.

As espécies relatadas foram coletadas com o acompanhamento de um morador da referida comunidade. Durante o procedimento de coleta foram utilizados facão, tesoura de poda, etiquetas e sacos plásticos. Após a coleta, cada espécie foi armazenada em sacos plásticos e identificadas com seu nome vulgar. Para a preparação das exsiccatas, as espécies foram colocadas em prensas de madeira, separadas com papelão e jornais, identificadas e numeradas conforme a sequência da coleta, amarradas com corda e colocadas em uma estufa em madeira confeccionada para secagem e desumidificação, seguindo o modelo de Moris e colaboradores (1989). Durante 3 semanas, as espécies permaneceram na estufa para o processo de desidratação que foi acompanhado periodicamente. Quando estas apresentaram-se totalmente rígidas e sem dobrar ao serem levantados, as espécies foram retiradas da prensa. Após a secagem, iniciou-se a confecção das exsiccatas. A preparação destas consiste em fixar a planta seca em cartolina de tamanho padrão juntamente com uma etiqueta que possua dados como: família, gênero, nome científico, nome vulgar, determinador, data e local da coleta e algumas características da espécie. As espécies foram costuradas na cartolina com linha de algodão e as que possuíam algum material

que poderia ser perdido foram colocadas em pequenos envelopes que foram colados à cartolina. Estas foram colocadas em capas de papel kraft, seguindo o manual de Gadelha e colaboradores (GADELHA e LIMA, 2013) (Figura 01).

Todas as espécies coletadas foram identificadas por comparação utilizando os dados das coleções biológicas do site Species Link. Essa comparação levou-se em consideração o formato e tamanho das folhas, nervuras, flores, caules, frutos e sementes.



Figura 01 - Exsicatas produzidas (respectivamente: *Guarea guidonia* (L.) Sleumer e *Ricinus communis* L)

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade de Cruzeirinho está situada no noroeste do estado do Rio de Janeiro, no município de Natividade. O processo de reconhecimento da comunidade se deu em 2009 pela fundação Cultural dos Palmares e em 2014 certificada pelo Inkra, com a delimitação das terras e famílias. Sendo composta por 37 famílias e 62,5433 ha. (DIÁRIO OFICIAL, 2014).

O total de entrevistados foram treze (13) pessoas, doze (12) do sexo masculino, com faixa etária variando de vinte e dois (22) a oitenta e seis (86) anos, a maioria com nível de escolaridade fundamental incompleta. Grande parte dos entrevistados são adultos e idosos, sendo que a maior parte das informações foi fornecida por idosos entre sessenta a oitenta anos aproximadamente. Os moradores da localidade são predominantemente mais velhos. Alguns são aposentados e outros trabalham na própria comunidade em suas terras ou em fazendas próximas.

A população do Cruzeiroirinho mantém uma importante relação com a natureza, atribuindo a este o motivo de sua sobrevivência mediante as dificuldades regionais enfrentadas por seus moradores, já que a localidade não possui infraestrutura adequada para atender a população. Sendo necessário se deslocar para cidades mais próximas quando precisam de recursos médicos. Não há postos de saúde na localidade, há apenas uma pequena escola que atende os anos iniciais.

Grande parte das plantas relatadas na comunidade do Cruzeiroirinho são cultivadas no quintal das residências, há algumas espécies no pátio da escola local ou são encontrada em uma mata que cerca a comunidade. Essa mata, que é chamada pela população de “matinha”, é um reduto da vegetação original da Mata Atlântica que originalmente abrigava uma área de 1 milhão de Km², restando apenas 7% de mata original (MOREIRA e SENE, 2013).

Os moradores da comunidade quilombola do Cruzeiroirinho se mostraram muito receptivos e dispostos a fornecer informações sobre a medicina popular local.

Foram relatadas 40 espécies de 25 famílias distintas. As famílias botânicas mais citadas no levantamento são: Apiaceae com 2 espécies, Asteraceae com 7 espécies, Fabaceae com 3 espécies, Euphorbiaceae com 3 espécies, Loranthaceae com 2 espécies e Lamiaceae com 7 espécies. As outras espécies relatadas pertencem a famílias distintas como: Amaranthaceae, Bignoniaceae, Caesalpiniaceae, Caricaceae, Crassulaceae, Fabaceae- Mimosoideae, Malvaceae, Meliaceae, Myristicaceae, Myrtaceae, Plantagináceas, Poaceae, Rosaceae, Rubiáceas, Rutaceae, Solanaceae, Verbenaceae e Zingiberaceae, conforme a Tabela 01 de relação das plantas catalogadas.

Família	Espécie	Nome vulgar	Preparo	Parte Usada	Indicação
<i>Amaranthaceae</i>	<i>Alternanthera brasiliana</i>	Terramicina, erva doril	Chá	Folhas	Inflamações
<i>Apiaceae</i>	<i>Foeniculum vulgare Mill</i>	Funcho	Chá	Folhas	Calmante, hipertensão
	<i>Pinpinella anisum</i>	Erva-doce	Chá	Folhas	Calmante, hipertensão
<i>Asteraceae</i>	<i>Solidago microgrossa DC</i>	Arnica	Chá	Folhas	Antigripal
	<i>Baccharis dracunculifolia DC.</i>	Alecrim do campo	Chá	Folhas	Afeções febris
	<i>Bidens pilosa L.</i>	Picão preto	Chá	Toda a planta	Condições inflamatórias
	<i>Vernonia polyanthes Less</i>	Assa-peixe	Chá	Folhas	Antigripal
	<i>Chamomilla recutita (L.) Rauschert</i>	Camomila	Chá	Folhas	Calmante
	<i>Achyrocline satureioides</i>	Macela	Chá	Folhas	Calmante
	<i>Sonchus oleraceus L</i>	Serralha	Torrado	Folhas	Diabetes

<i>Bignoniaceae</i>	<i>Tabebuia aurea</i>	Para-tudo	Chá	Folhas	Fígado,estômago, diarreia
<i>Caesalpiniaceae</i>	<i>Hymenaea courbaril L</i>	Jatobá	Chá	Casca	Próstata
<i>Caricaceae</i>	<i>Carica papaya L</i>	Flor de mamão	Chá	Flores	Gripe
<i>Crassulaceae</i>	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Saião	Batida	Folhas	Gripe, Expectorante
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Ricinus communis L.</i>	Mamona	Chá	Folhas	Prisão de ventre
	<i>Jatropha multifida L</i>	Merthiolate	Chá	Folhas	Cicatrizante
	<i>Euphorbia tirucalli</i>	Graveto do diabo	Látex	Ramos	Câncer, antibiótico, antivirótico
<i>Fabaceae</i>	<i>Pterodon emarginatus pubescens</i>	Sucupira	Chá	Raíz	Diabete e reumatismo
	<i>Bauhinia forficata Link</i>	Pata de vaca	Chá	Folhas	Diurética
<i>Fabaceae-Mimosoideae</i>	<i>Parapiptadenia rigida</i>	Angico Vermelho	Cozido	Casca e seiva	Dor de dente, anti-inflamatório
<i>Lamiaceae</i>	<i>Leonurus sibiricus</i>	Macaé	Chá	Folhas	Estômago, gripe
	<i>Mentha spicata</i>	Hortelã	Chá	Folhas	Afeções estomacais
	<i>Mentha pulegium L</i>	Poejo	Chá	Folhas	Gripe, expectorante
	<i>Mentha piperita L</i>	Hortelã pimenta	Chá	Folhas	Gastrite, má digestão
	<i>Plectranthus ornatus Andr</i>	Boldinho	Chá	Folhas	Má digestão
	<i>Rosmarinus officinalis L.</i>	Alecrim	Chá	Folhas	anti-inflamatório, antioxidante
	<i>Plectranthus barbatus</i>	Boldo	Chá	Folhas	Dores na barriga
<i>Loranthaceae</i>	<i>Struthanthus marginatus (Desr.) Blume</i>	Erva-de-passarinho	Batida	Folhas	Antigripal, dor de garganta
	<i>Gossypium arboreum L</i>	Algodão Branco	Banho	Folhas	Cravos, ferida
<i>Malvaceae</i>	<i>Guarea guidonia (L.) Sleumer</i>	Cura madre	Chá	Folhas	Miomas
<i>Meliaceae</i>	<i>Morus nigra L</i>	Amora	Chá	Folhas	Menopausa
<i>Menispermaceae</i>	<i>Cissampelos pareira</i>	Abutua, buta	Chá	Raíz	Estômago
<i>Myristicaceae</i>	<i>Myristica fragrans Houtt</i>	Bicuíba, noz moscada	Seiva	Semente	Dores estomacais, cicatrizante
<i>Myrtaceae</i>	<i>Psidium guajava L</i>	Broto de goiaba	Chá	Folhas	Diarréia
<i>Plantagináceas</i>	<i>Plantago major</i>	Tansagem	Chá	Folhas	Anti-gripal, infecção
<i>Poaceae</i>	<i>Cymbopogon citratus (DC) Stapf</i>	Capim cidreira	Chá	Folhas	Calmante, sinusite
	<i>Imperata brasiliensis</i>	Raíz de sapé	Xarope	Raíz	Dor de dente

<i>Rosaceae</i>	<i>Rosa alba</i>	Rosa branca	Chá	Flores	Prisão de ventre, inflamação nos olhos
<i>Rubiáceas</i>	<i>Cinchona calisaya</i> , <i>Cinchona officinalis</i>	Quina rosa	Chá	Casca	Gástrico e hepático
<i>Rutaceae</i>	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Flor de laranjeira	Chá	Flor	Resfriados, anemia
<i>Solanaceae</i>	<i>Solanum melongena</i>	Berinjela	Batida	Fruto	Colesterol, infecções dos rins
<i>Verbenaceae</i>	<i>Lippia alba</i> (Mill) N. E. Brown	Erva-cidreira	Chá	Folhas	Calmante, hipertensão
<i>Zingiberaceae</i>	<i>Costus spicatus</i> (Jacq) S. W.	Cana de macaco	Chá	Folhas	Antimicrobiana, anti-inflamatória

Tabela 01 - Espécies citadas na comunidade de Cruzeiroinho, Natividade - RJ

A maioria das espécies relatadas são para o tratamento da gripe, logo após o efeito calmante e tratamento de inflamações. Alguns relatos indicam as plantas para o tratamento de mais de uma enfermidade. Em geral, os remédios são preparados em forma de chás, mas também são feitos batidos com água ou para uso externo em forma de emplastro. As partes mais utilizadas são as folhas e flores, com relatos de chás produzidos a partir da infusão da casca em água fervente (BEZERRA, 2001). Entre as espécies relatadas, destacam-se algumas espécies listadas a seguir.

- *Alternanthera brasiliana* é conhecida por sua ação anti inflamatórias e analgésicas. Nela estão presentes compostos biologicamente ativos como: compostos fenólicos, triterpenos, e betalaínas (TRACZ, CRUZ e LUZ, 2014).
- *Foeniculum vulgare* Mil é uma erva perene e aromática. De acordo com Choi e Hwang (2004), a planta possui propriedades anti inflamatória, analgésica, antimicrobiana e antioxidante. Estudos comprovam que no óleo essencial presente na espécie se encontram fenchona, anetol e estragol e apresentou atividades carminativa, estimulante e espasmolíticas no músculo liso (resultado obtido em testes laboratoriais feitos em animais) (SINGH e KALE, 2008).
- *Pimpinella anisum* é confundida com a espécie anterior pois ambas apresentam sabor adocicado devido a presença do anetol. O chá de suas sementes auxiliam em problemas digestivos, reduzindo as dores estomacais (SOUZA, et al. 2016).
- *Solidago microglossa* DC é utilizada em larga escala como extratos ou infusões. Possui ação anti-sépticas, analgésicas, cicatrizantes e antiinflamatórias (PIO, 1984). De acordo com a literatura, tais benefícios estão associados a presença de ácidos fenólicos, saponinas, terpenos e flavonóides (quercetina, campferol e rutina) (LORENZI e MATOS, 2002) (ASSINI, 2013).

- *Baccharis dracunculifolia* DC possui em sua composição compostos como: β -pineno, monoterpenos, terpinen-4-ol e limoneno. Segundo estudos direcionados a composição de sua folha, descobriu-se extratos alcoólicos que podem ser empregados contra as células de leucemia e também (FUKUDA, 2006) (SANTOS, 2012).
- *Jatropha multifida* L suas folhas são usadas para cicatrização de ferimentos e lesões (SILVA, 2015). Sua seiva é leitosa e incolor. Sua propriedade cicatrizante é devido a presença de alcalóides, glicosídeos e toxialbuminas. Relatos da comunidade afirmam que a *Jatropha multifida* L se colocado sobre um ferimento acelera consideravelmente a regeneração de células especializadas substitui o tecido lesado por novo um tecido.
- *Euphorbia tirucalli* é citado na literatura relacionado a propriedades antimicrobianos, anticâncer e cicatrizante (SANTOS, 2013). A coleta do *Euphorbia tirucalli* deve-se evitar o contato com o líquido leitoso que escorre da planta ao ser cortada, pois o líquido é tóxico.
- *Bauhinia forficata* Link possui grande importância no tratamento de diabetes mellitus e hipoglicemia (PEREIRA, 2014). Sua composição química é constituída de terpenóides, saponinas, trigonelina e taninos.
- *Mentha piperita* L é utilizada como analgésico estomacal e intestinal. É composto essencialmente por mentol, limoneno, jasmone, terpenos, cetonas e taninos (GASPARIN, 2014).
- *Mentha pulegium* L possui quimiótipos como pulegona, piperitenona e/ou piperitona, isomentona e neoisomentol. Além de apresentar piperitona, limoneno, mentona e isomentona. É aplicada em casos de gripe, resfriado e tosse (OLIVEIRA, 2011).
- *Struthanthus marginatus* (Desr.) Blume possui em sua constituição taninos que são benéficos a afecções pulmonares como tosse e bronquite, por exemplo. É considerada uma planta semi-parasita pois vive sobre outra planta, sendo uma espécie trepadeira, que se enraíza no caule de outra planta. Segundo a comunidade A *S. marginatus* só possui propriedades medicinais se retirada de uma goiabeira, caso seja extraída de outra espécie, suas propriedades medicinais são nulas.

4 | CONCLUSÃO

Com os resultados da pesquisa é possível concluir que o conhecimentos terapêutico sobre plantas foi acumulado pela comunidade quilombola ao longo dos anos, o fato de viverem permanentemente em contato com a natureza permitiu estabelecer relações entre características de certas substâncias naturais e sua atividade terapêutica.

Foi possível perceber que esse tipo de conhecimento, na grande maioria, estão de acordo com as atividades biológicas descritas na literatura, e que é necessário uma pesquisa mais profunda em relação aos efeitos contrários relacionados a utilização de plantas de modo geral ou especificamente. Constatou-se que a comunidade pesquisada vem sofrendo um processo de integração à sociedade urbano-industrial que tem levado à perda do patrimônio cultural desses povos, o que ressalta a necessidade do resgate dessas tradições.

Com as espécies relatadas pela população da comunidade, cerca de 41 foram catalogadas e posteriormente poderão servir como dados para aprofundamento dos estudos fitoquímicos para possível descoberta de novas substâncias com atividades biológicas.

REFERÊNCIAS

ASSINI, F.L.; FABRICIO, E.J.; LANG, K.L.. Efeitos farmacológicos do extrato aquoso de *Solidago chilensis* Meyen em camundongos. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu, v. 15, n. 1, p. 130-134, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-05722013000100018>

BEZERRA, J.D. Estudo Fitoquímico e Avaliação Farmacológica do extrato Bruto da *Alternanthera brasiliana* (L) Kunze . Tese Mestrado Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil, 2001.

CHOI, E.; HWANG, J. Antiinflammatory, analgesic and antioxidant activities of the fruit of *Foeniculum vulgare*. **Fitoterapia**. v.75, p.557-565, 2004.

DIAS, Henrique Machado, MOTA, Renata dos Santos; Quilombolas e recursos florestais medicinais no sul da Bahia, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 13, n. 2, p. 151-159, dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122012000200002>.

FOGLIO Mary Ana, QUEIROGA Carmen Lucia, SOUSA Ilza Maria de Oliveira, RODRIGUES Rodney Alexandre Ferreira. **Plantas Medicinais como Fonte de Recursos Terapêuticos: Um Modelo Multidisciplinar**. Divisão de Fitoquímica, CPQBA/UNICAMP. 28 de jul de 2006.

FUKUDA, M. et al. Studies on the constituents of the leaves of *Baccharis dracunculifolia* (Asteraceae) and their cytotoxic activity. **Pharmaceutical Society of Japan**, v. 54, n. 10, p.1465-8, 2006.

GADELHA, P. C.; LIMA, J. R.; BARBOSA, M. R. V.; BARBOSA, M. A.; MENESES, M.; PÔRTO, K. C. **Manual de procedimento para herbário**. INCT herbário virtual para flora e fungos, Recife, 2013.

GASPARIN, P.P. et al . Qualidade de folhas e rendimento de óleo essencial em hortelã pimenta (*Mentha x Piperita* L.) submetida ao processo de secagem em secador de leito fixo. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 16, n. 2, supl. 1, p. 337-344, 2014. http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/12_003.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas medicinais no Brasil - nativas e exóticas: *Solidago chilensis* Meyen**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora. 2002. 450p.

MACIEL Maria, PINTO Ângelo, VEIGA Valdir. Plantas medicinais: cura segura? **Quim. Nova**, v. 28, n.3, p. 519-528, 2005.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio; **Geografia Geral e do Brasil**, Editora Scipione e Ática, 2013.

MORIS, S.A.; SILVA, L.A.M.; LISBOA, G.; CORADIN, L. **Manual de manejo do herbário fanerogâmico**. Centro de Pesquisa do Cacau, Ilhéus, 1989. 44 p.

OLIVEIRA, R.A et al . Constituintes voláteis de *Mentha pulegium* L. e *Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 13, n. 2, p. 165-169, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-05722011000200007>.

PEREIRA, A.C.S. et al . Atividade biológica do extrato hidroalcoólico de *Bauhinia forficata* Link sobre *Herpetomonas samuelpessoai* (Galvão.) Roitman. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 16, n. 3, p. 585-592, set. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/13_093.

PIO CORRÊA, M. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 4324 pp., 1984.

SANTOS, Orlando José dos, et al . Cicatrização gástrica com uso do extrato da *Euphorbia Tirucalli* L.: estudo em ratos. **ABCD, Arq. Bras. Cir. Dig.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 256-259, dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-67202013000400002>

SANTOS, R.F. Isobe, M.T.C; Lalla, J.G; Haber,L.L; Marques, M.O.M; Ming, L.C. Composição química e produtividade dos principais componentes do óleo essencial de *Baccharis dracunculifolia* DC. em função da adubação orgânica. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 14, n. spe, p. 224-234, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-05722012000500017>.

SINGH, B.; KALE, R.K. Chemomodulatory action of *Foeniculum vulgare* (Fennel) on skin and for stomach papillomagenesis, enzymes associated with xenobiotic metabolism and antioxidant status in murine model system. **Food and Chemical Toxicology**. v. 46, p. 3842 - 3850, 2008.

SOUZA, L.F. et al . Plantas medicinais referenciadas por raizeiros no município de Jataí, estado de Goiás. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 18, n. 2, p. 451-461, jun. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/15_173

TRACZ, V.; CRUZ-SILVA, C.T.A.; LUZ, M. Z.. Produção de mudas de penicilina (*Alternanthera brasiliana* (L.) Kuntze) via estaquia. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu , v. 16, n. 3, supl. 1, p. 644-648, 2014. http://dx.doi.org/10.1590/1983-084x/12_098

QUESTIONÁRIO

Tema: **Inspirações para a química de produtos naturais nas tradições das comunidades quilombolas**

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Comunidade: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Sexo: () feminino () masculino Idade: _____

Escolaridade: () não alfabetizado Ensino Fundamental: () completo () incompleto Ensino Médio: () completo () incompleto

USO DE PLANTAS MEDICINAIS E/OU REMÉDIOS CASEIROS

Nome	Parte utilizada	Indicação	Como é utilizado	Como é feito o remédio	Já causou mal (intoxicação)
	() folha () flor () raiz () casca () outro _____		() xarope () tintura () chá () emplastro () outro _____		() não () sim Quais: _____
	() folha () flor () raiz () casca () outro _____		() xarope () tintura () chá () emplastro () outro _____		() não () sim Quais: _____
	() folha () flor () raiz () casca () outro _____		() xarope () tintura () chá () emplastro () outro _____		() não () sim Quais: _____
	() folha () flor () raiz () casca () outro _____		() xarope () tintura () chá () emplastro () outro _____		() não () sim Quais: _____
	() folha () flor () raiz () casca () outro _____		() xarope () tintura () chá () emplastro () outro _____		() não () sim Quais: _____

Onde as plantas são colhidas: () quintal de casa () mata () outros _____
 Se você souber que foi utilizado agrotóxico no terreno onde a planta medicinal foi coletada, ainda assim, faz uso dela? () sim () não () outro _____

Anexo 1 - Modelo de questionário utilizado

CAPÍTULO 13

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Vinicius Teixeira Santos

(IFF) – Cabo Frio - RJ

<http://lattes.cnpq.br/6105016487084538>

RESUMO: O presente trabalho se configura em uma pesquisa histórico-documental e tem por objetivo investigar aspectos da vida e da atuação profissional de Thomaz Gomes dos Santos durante o período de sua gestão na Diretoria da Instrução da província do Rio de Janeiro, entre os anos de 1861 e 1873, tendo como fonte de estudo doze Relatórios da Diretoria da Instrução Pública produzidos por ele e apresentados anualmente à Assembleia Legislativa da província fluminense. Thomaz encarnava as características dos homens que ocupavam a estrutura jurídica, política e administrativa do Império brasileiro. Dessa maneira, a análise da sua trajetória (acadêmica e profissional) articulada com a leitura mais atenta da sua escrita oficial permite uma maior compreensão do entrecruzamento entre a esfera profissional e a política naquele período. Em seus relatos oficiais, é possível perceber a temática que acompanhava a grande problemática da Diretoria da Instrução da Província do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. É possível identificar o lugar social e acadêmico que informava a sua descrição da realidade da instrução escolar: as questões higiênicas ligadas à saúde de uma forma geral. Não é fortuito,

posto que Thomaz foi membro titular do Imperial Instituto Médico Fluminense e também professor de higiene pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua formação marcaria seu olhar sobre a sociedade e, também, sobre a instrução.

PALAVRAS-CHAVE: Inspeção da Instrução, Higiene pública, Diretoria da Instrução.

PUBLIC HYGIENE AND INSTRUCTION INSPECTION IN THE PROVINCE OF RIO DE JANEIRO (1861-1873)

ABSTRACT: This work is the result of a historical-documental research and aims at investigating aspects of the life and professional history of Thomaz Gomes dos Santos during his management of the Directory of Instruction in the province of Rio de Janeiro, between 1861 and 1873. The sources of study were twelve Reports of the Directory of Public Instruction produced by him and presented annually to the Legislative Assembly of the province of Rio de Janeiro. Thomaz embodied the characteristics of the men who were part of the legal, political and administrative structure of the Brazilian Empire. Therefore, the analysis of his academic and professional trajectory associated with a closer look at his official writing enables a greater understanding of the connection between the professional and political spheres in that time. In his official reports, it is possible to see the theme that used to accompany the great problematics regarding the Directory of Instruction in the province of Rio de Janeiro, on the second half of the 19th century. It is possible to identify the social and academic place that he expressed in the way

he described the reality of school instruction: hygiene issues related to health in general. That was not fortuitous, since Thomaz was a full member of the Empire Medical Institute of Rio de Janeiro and a teacher of public hygiene at the Medical School of Rio de Janeiro. His academic background would impact on his view on society and, also, on instruction.

KEYWORDS: Instruction inspection, Public hygiene, Directory of Instruction

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é atravessado por dois desafios estruturantes. Em primeiro lugar, se configura nas complexidades e dificuldades em pesquisar, organizar os dados e escrever sobre um dos personagens que ocupou por muitos anos o principal cargo na gestão da Instrução da Província fluminense nas décadas oitocentistas. O segundo desafio, pode ser compreendido nas mediações necessárias para a construção da narrativa (auto) biografia de Thomaz Gomes dos Santos¹ presentes nos documentos públicos que produziu (escritos oficiais e na relativa ausência de escritos privados). Com efeito, a ausência de escritos elaborados sem a intenção de serem publicados (cartas, diários etc.) ou mesmo documentos em que Thomaz tenta recuperar a própria trajetória de vida, faz emergir problemas de ordem teórica-metodológica que não podem ser negligenciados na elaboração dos vestígios condutores que podem proporcionar pistas sobre o biografado. Para tal intento este texto está dividido em duas seções. A primeira explicita o encontro entre “biógrafo” e analisando as fontes consultadas e as questões teóricas e metodológicas que envolvem a investigação. A segunda seção discute o espaço escolar a partir da perspectiva da higiene pública que marca decisivamente a análise de Thomaz Gomes dos Santos.

2 | THOMAZ GOMES DOS SANTOS E OS RELATÓRIOS DA DIRETORIA DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Narrar sobre a biografia de Thomaz é compreender os fios que foram tecidos na produção desta investigação realizada, por este autor, sobre a inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro, em que a Diretoria da Instrução é a instância máxima para fiscalizar o ensino nos estabelecimentos escolares da província fluminense. Thomaz

1. De acordo com Augusto Blake, Thomaz Gomes dos Santos “nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 17 de abril de 1803 e ahi falleceu a 9 de julho de 1874. Bacharel em letras pela academia de Pariz e doutor em medicina pela de Montpellier, foi lente de clínica interna da escola de medicina do Rio de Janeiro e depois da cadeira de hygiene, medico de S.M. o Imperador e de suas irmãs, foi membro da assembléa provincial do Rio de Janeiro e deputado geral pela mesma provincia que presidiu por vezes como vice-presidente e onde foi director da instrucção primaria. Occupou até sua morte o cargo de director da academia da Bellas-Artes, tinha o titulo de conselho do Imperador d. Pedro II, a commenda da ordem da Rosa, o habito da de Christo, a grã-cruz da ordem de S. Eslanislão da Russia e foi membro do Instituto historico e geographico brasileiro e de outras sociedades scientificas e litterarias. Grande talento e vastissima illustração, morreu sem ter legado á patria um livro. Apenas sei que escreveu: – Emendas ao projecto de Estatutos para a Escola de medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1837, in-II. de 120 pags. Veja-se Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, tomo 6º pag. 66 – Nunca vi suas – Theses medicas inauguraes ou de concurso – Foi redactor chefe do periodico – Reforma: órgão politico do partido liberal. Rio de Janeiro, 1851 – Tenho noticia de que deixou – Escriptos medicos, inéditos” (BLAKE, 1902, p. 289-290).

Gomes dos Santos ocupou o cargo de diretor por mais de 15 anos. No entanto, Relatórios disponíveis para pesquisa cobre os anos de 1861 e 1889², e especificamente, a gestão de Thomaz, abarca o período entre os anos de 1861 e 1873.

Assim, as fontes utilizadas para investigar os vestígios biográficos de Thomaz constituem escritos oficiais, públicos e tendo prioritariamente o presidente da Província como leitor e de forma indireta à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Apesar desses aspectos da documentação, argumenta-se neste texto que ela pode ser considerada, também, como egodocumento. Pois, uma forte característica que marca os relatos dos diretores da instrução é a escrita em primeira pessoa, onde o “EU” do relator está presente no texto. Isto é, não são textos impessoais de uma burocracia (GROBE, 2015, p.23-24). Além disso, como se verá mais adiante, são textos que marcados também, pela formação e atuação profissional de seus autores.

Do conjunto de Relatórios produzidos por Thomaz Gomes dos Santos, foi selecionado um extrato de relatos elaborados por inspetores da instrução e enviados para a Diretoria da Instrução Provincial. Tal procedimento foi adotado em função da riqueza de detalhes nos comentários de Thomaz, onde ele se posiciona no que considera o que deveria ser anotado em uma boa inspeção, mas também, o que considera como ambiente adequado para o funcionamento de uma escola .

Os Relatórios dos inspetores eram escritos por homens reais, com trajetórias individuais atravessadas pelos espaços sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos. Desse modo, implica considerar que as anotações realizadas por eles eram filtradas por questões como classe, origem e trajetória profissional, a despeito de características que possuíam em comum, como, por exemplo, a formação superior – jurídica, em uma parte significativa deles – e a origem nos extratos econômicos mais abastados do Império. O mesmo pode ser dito a respeito dos relatos dos diretores da instrução. Assim, este tópico tem por objetivo central analisar as formas pelas quais os escritos dos inspetores apareciam nos Relatórios da Diretoria da Instrução, eram escolhidos para compor o Relatório da Presidência da Província e apresentados à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Isto é, eram escolhidos para serem publicados e, com isso, compoem a memória oficial da administração provincial fluminense.

A forma preponderante em que os escritos dos inspetores aparecem nos Relatórios é pela incorporação seletiva de acordo com o tema e assunto debatido nos mesmos. Entre os anos de 1861 e 1889, em que estão disponíveis os relatos da Diretoria da Instrução, foram encontrados apenas quatro documentos específicos e com fragmentos dos relatos dos inspetores: “Relatórios e Visitas, 1863”, “Resumo dos Relatórios dos inspetores municipais, 1874 e 1875” e Extrato do Relatório do inspetor geral Antonio Aydano Gonçalves de Almeida, 1888. De forma coincidente, existe um documento, pelo menos, na gestão de cada um dos três diretores: um para Thomaz Gomes dos Santos, dois durante a gestão de

2. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro. Acesso em 20 de abril de 2016.

Josino do Nascimento Silva e um, quase no final do Império, em 1888, sob a direção de Manuel Ribeiro de Almeida. E, por outro lado, os três resumos são do período de vigência do Regulamento da Instrução de 1862, enquanto o Extrato era regido pelo Regulamento da Instrução de 1876. Este último será o primeiro a ser abordado nesta investigação. Espera-se que, ao longo do tópico, essa opção pela cronologia decrescente fique explicitada.

O Extrato é um documento que possui 14 páginas com numeração própria, capa constando o título do documento e a data em que ele foi apresentado à repartição provincial – 18 de janeiro de 1888 –, anexado ao Relatório da Diretoria da Instrução. É composto pela introdução do Relatório escrito pelo inspetor geral e seguido por um mapa estatístico, ocupando cinco páginas, onde constam dados sobre frequência e aprovações dos alunos nas escolas públicas e subvencionadas dos municípios de Vassouras, Rezende, Barra Mansa, Piraí, São João Príncipe e Rio Claro, entre os anos de 1882 e 1886. Em sequência, há uma breve análise dos quadros apresentados nos mapas, com algumas reflexões sobre as estatísticas da instrução.

Dos quatro documentos, o Extrato é o único composto na sua integralidade pela escrita de um inspetor da instrução, ainda que formado por fragmentos selecionados. E toda seleção implica silenciamentos, invisibilidades e exclusões para produzir aquilo que dever ser central para quem determina o que deve ou não ser escolhido, impresso e, neste caso, ficar registrado de forma pública. Isto é, parafraseando, Roland Barthes³, não se trata de “dar voz” aos inspetores, mas fazê-los falar.

3 | O LUGAR SOCIAL DA HIGIENE PÚBLICA SOBRE A INSTRUÇÃO

O Resumo de 1863 apresenta uma estrutura de organização um pouco diferente dos outros três documentos. Em primeiro lugar, ele não está destacado como anexo ao Relatório da Diretoria da Instrução, mas como parte constitutiva do mesmo, com numeração sequencial. O Relatório de 1863 foi escrito iniciando pela apresentação da mudança de pessoal da repartição e elencando os trabalhos burocráticos realizados pela Diretoria da Instrução. De modo que o Resumo⁴ está enquadrado em um bloco inicial de assuntos que se referem às atividades burocráticas da Diretoria da Instrução, seja a mudança de pessoal, o número de ofícios e, entre outros, as escolas inspecionadas. E o segundo bloco do Relatório expõe o estado da instrução na província fluminense. O formato do Resumo, desse modo, se aproxima do que era mais comum: os escritos e as referências aos inspetores da instrução não eram destacados do Relatório da Diretoria da Instrução, mas parte constitutiva do mesmo.

3. Referindo-se ao desempenho da linguagem, vaticina que “o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 2007, p.14).

4. Embora o documento em questão não possua o título Resumo, e sim “Relatórios e Visitas”, optou-se pela noção de Resumo. Primeiro por se tratar, na prática, de um resumo das inspeções da instrução selecionadas para publicação. E segundo para evitar maiores confusões com o Relatório presidencial e o relatório da Diretoria da Instrução, já amplamente usados nesta investigação.

O documento de 1863 possui dez páginas e, diferente dos outros documentos analisados, é mais simples na sua apresentação. Sob o título Relatório e Visitas, as informações contidas nele referem-se às inspeções realizadas entre o segundo semestre de 1862 (1ª parte) e o segundo semestre de 1863 (2ª parte). Por fim, o último aspecto geral sobre a apresentação conta que, da mesma forma dos Resumos dos anos 1870, o documento não possui quadros estatísticos na apresentação, mas a informação sobre matrículas e frequência está disposta no corpo do texto.

E dois aspectos também chamam a atenção nesse documento: ele foi elaborado pelo diretor da instrução Thomaz Gomes dos Santos,⁵ que já ocupava o cargo quando, em 1861, José Ricardo de Sá Rego afirmou que confiava na eficácia da inspeção e, para isso, o inspetor deveria ser “o olho e a mão da autoridade”. E, no Resumo de 1863, o diretor ligado à higiene pública escreveu, em mais de uma página, as informações obtidas através da inspeção da instrução realizada pelo inspetor da Comarca de São João Príncipe, Luciano Augusto de Oliveira, uma verdadeira “ode” ao colégio de meninas situado na localidade de Cacaria e dirigido pela professora Carolina Carlota Alves.

O texto elogioso constitui uma espécie de moldura de instituição educacional que, segundo Thomaz, estava à frente do seu tempo. Todavia, ao descrever o estabelecimento, o diretor da instrução revelou os elementos de uma “inspeção eficaz”. O fragmento é longo e, se fosse posto em imagem, algum trecho importante poderia ficar de fora. Vale a pena ler a descrição por inteira para não se perder a riqueza e o tom da escrita. A leitura do trecho permite um exercício de conjecturas de imagens sobre o local, na medida em que ele, depois de outras informações sobre a Comarca de São João Príncipe, vaticinou:⁶

O collegio de meninas situado na Cacaria, e dirigido por D. Carolina Carlota Alves, mulher do professor Tiburcio Alves de Sousa Pereira é uma instituição, que não pertence aos nossos tempos; é uma obra pia, inspirada pela caridade, e sustentada com uma constancia acima de todo elogio: já por vezes a tenho recommendado á protecção do governo provincial em meus Relatórios: seja-me hoje permitido intercalar neste a descripção, que o do collegio Solitario faz em seu relatório o inspector da comarca de S. João do Príncipe. O edificio, em que funciona a escola publica da Cacaria, de que acabo de faltar, é uma vasta **casa de sobrado com largos sallões e muitas accomodações próprias para o fim, a que é destinada**; em baixo, ou na loja, acha-se a escola publica do sexo masculino, e no andar superior o collegio particular de meninas denominado Solitario, de que é directora D. Carolina Carlota Alves, mulher do professor publico Tiburcio Alves de Souza Pereira. Tem este collegio **34 alumnas matriculadas e duas professoras**. D. Francisca Custodio do Amor Divino, que lecciona primeiras letras, grammatica portugueza, arithmetica e doutrina christã, e D. Maria Cazimira de Sousa que dá lições de muzica, piano e canto, e dirige os trabalhos de agulha, bordados, tricot, chrochet, etc., ambas residem no collegio, o qual se pôde considerar um **modelo de**

5. É interessante e elucidativo saber que, em 1867, Thomaz foi membro titular do Imperial Instituto Médico Fluminense e também professor de higiene pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua formação marcaria seu olhar sobre a sociedade e, também, sobre a instrução.

6. Os trechos em negrito e a palavra sublinhada são grifos do autor desta investigação.

educação intelectual, moral e religiosa. A directora é uma matrona, cujas maneiras e grave affabilidade, captivão e admirão, e **ninguém visita este estabelecimento, que delle não fale com elogio.** Neste collegio, desde sua installação, ou desde que começou a funcionar em 1833, e se tem educado e fornecido todo o necessario a 27 meninas pobres, á custa da directora e de seu digno esposo, cujas **meninas tem sahido do collegio casadas,** e por inexgotavel philantropia educação-se ainda gratuitamente as filhas dessas mais pobres, que ahi forão gratuitamente educadas, achando-se nesse caso 14 meninas que actualmente recebem educação, alimentação, vestuario e casa, e uma dellas, mais hábil, aprende tambem piano e canto. **As alumnas achão-se adiantadas** em leitura e caligraphia, respondem perfeitamente as questões de arithmetica e de grammatica portugueza e sabem doutrina chistã e cantão soffrivelmente: **a educação, quer moral, religiosa e domestica, quer intellectual, é perfeita.** O collegio está com todas as **condições hygienicas desejaveis, collocado em vantajosa posição,** em terreno elevado e secco, abaixo do qual, á mais de 20 pés, correm dous largos e claros rios, rodeando o terreno em que se assenta o edificio, e reunindo-se á pouca distancia d’ahi. A alimentação é escolhida e abundante, o **asseio e a boa ordem reinão** em todo o collegio. As accomodações superiores, e os dormitorios das meninas, são completamente independentes das accomodações reservada para as meninas⁷, que se achão nas lojas da casa, e só reúnem no grande salão aos domingos para dançarem debaixo da inspecção do professor, directora e professoras, e em nenhuma outra ocasião se podem encontrar. A direcção finalmente deste collegio, é excellente, e **são rigorosamente executadas as medidas sobre a moralidade dos alumnos e das alumnas.** Tal é o collegio Solitario em cuja fundação, e sustentação tem o professor Tiburcio Alves de Sousa Pereira, e sua mulher empregado sua módica fortuna: ha pouco tempo requereu o professor que fosse augmentado o aluguel da casa da escola, que é propriedade sua, e que occupa a parte inferior de um grande edificio; esse **aluguel** é apenas de 240U000 por anno, o professor pedia um accrescimo de mais 120U000: ainda com este augmento seria esse aluguel bem diminuto em proporção dos que em outras localidades paga a Província para escolas de pouco préstimo; mas o estado do cofre provincial não permitiu que V. Ex. accedesse no momento ao pedido do digno professor e generoso proprietário. (SANTOS, 1863, p. 8-9).

Thomaz Gomes dos Santos, diretor da instrução, escreveu mais um parágrafo defendendo que a diretora do colégio Solitario fosse nomeada professora de uma escola pública destinada a meninas, sem necessidade de exame de habilitação para o exercício docente, em função de sua idade e pelo reconhecimento de seus serviços prestados, bem como os de seu marido. E termina dizendo: “Queira V.Ex. relevar a digressão que fiz do meu assunto. Volto ao relatório do inspector da comarca de S. João Principe” (SANTOS, 1863, p.9). Ou seja, no meio do Resumo ele pausa o assunto principal para discorrer sobre o colégio particular.

Entretanto o que deve ser salientado são os elementos que ele utilizou para construir um texto sobre uma instituição escolar digna de nota e que mereceria ser exposta ao

7. É preciso deixar claro que o sublinhado no Resumo se refere a uma possível distração do escritor ao redigir ou a erro de impressão, pois não teria sentido frisar que meninas não se misturariam com meninas. Dessa forma, subentende-se que a palavra sublinhada, ao invés de “meninas”, é “meninos”, inclusive porque, no início do texto de Thomaz, o espaço inferior – as lojas – foi descrito como espaços destinados à escola pública para meninos.

presidente da Província e à Assembleia Legislativa fluminense. Para produzir os efeitos desejados em seus leitores, a estrutura discursiva foi erigida utilizando materiais culturais, sociais, pedagógicos, religiosos, políticos e econômicos dos significados que a instrução direcionada para as classes populares deveria destinar às elites dirigentes da Província. Principalmente por se tratar de uma instituição escolar feminina. A instrução, nesse sentido, deveria proporcionar a aprendizagem das primeiras letras, dos trabalhos de agulha, da manutenção da ordem, inclusive da família nuclear e da moralidade na integração das meninas pobres na sociedade a partir desses elementos. Thomaz descreveu uma instituição perfeita. Mesmo que se possa questionar,⁸ a avaliação realizada por ele ou o colégio em si, não é o objeto desta investigação, o que importa aqui é a utilização, pelo diretor da instrução – a principal autoridade executiva da administração provincial, no campo da fiscalização da instrução –, dos elementos de uma “inspeção eficaz”, que estão identificados em negrito no trecho citado do Resumo.

Os elogios, no início, já preparam o leitor para uma leitura positiva da instituição. Na sequência são descritas as acomodações do edifício, com espaços próprios para a instrução, frequentadas por 34 alunas instruídas por duas professoras e muito bem dirigidas pela diretora da instituição modelar, nos aspectos intelectuais, morais e religiosos. Um exemplo da síntese dos três aspectos é que as meninas não saíam dali desamparadas ou a vaguear pelas ruas, mas casadas. As alunas estavam adiantadas em leitura, caligrafia, respondiam as questões de gramática portuguesa e aritmética e sabiam a doutrina cristã. O colégio era bem localizado e se encontrava em perfeito asseio e em condições higiênicas adequadas. Nele reinava a boa ordem e, mesmo em dias de descontração, a moralidade, segundo Santos, era mantida. O autor ainda verifica que o aumento do aluguel solicitado pelo marido da diretora, dono da propriedade, está de acordo com o valor locativo e as condições do imóvel.

Curiosamente, o colégio feminino particular funcionava na parte superior do casarão, enquanto na parte inferior do imóvel estava instalada a escola pública para o sexo masculino, mas Santos faz questão de frisar que, a não ser no salão de dança, aos domingos, meninos e meninas não tinham contato.

Com efeito, uma inspeção da instrução desejada pelos dirigentes assemelhava-se às descritas pelo diretor da instrução, inclusive no que se refere à reputação da instituição e de seus funcionários. Afinal, segundo Thomaz Gomes dos Santos, não havia quem visitasse a escola e deixasse de elogiá-la. Enfim, ao escrever linhas tão elogiosas, beirando as exagerações, o experiente diretor da instrução e professor de higiene pública utilizava os elementos de uma boa inspeção, definindo a forma e o que deveria ser observado, escutado e anotado. Da mesma forma, revelava a lente através da qual analisava os estabelecimentos

8. Em Relatório de 1864, a avaliação de Thomaz Gomes dos Santos já é distinta: “O collegio Solitario, do qual é directora D. Carolina Carlota Alves, tem 26 alumnas de frequência; estão ellas soffrivelmente adiantadas” (Santos, 1864, p. 22). Mas, dois anos depois, o colégio Solitario já não aparece mais nos Relatórios, e a única informação é que duas escolas particulares haviam sido fechadas (Santos, 1866, p. 5).

escolares: o modelo médico-higiênico tomado como padrão pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. José Gondra teceu considerações esclarecedoras a respeito de um dos elementos do modelo higienista francês: a circunfusa, que se referia às observações realizadas sobre a localização das escolas:

[...] O afastamento do mundo urbano a partir da busca de um ar saudável, é tido como um critério a cuja obediência deveria ser submetida a decisão de se construir "casas de educação". Para tanto, argumentos climáticos, geográficos, topográficos e botânicos são articulados de modo a sustentar a defesa de que educar requeria, naquele momento, certo isolamento da cidade, um certo enclausuramento, conforma termos de Airiès (1981), especialmente ao se tratar de colégios-internatos. Entretanto, protege-se das febres e das doenças oculta uma outra proteção que tal medida representava: a proteção contra o mundo das ruas, dos vícios e paixões que a vida da rua poderia despertar. [...] O edifício escolar, nessa perspectiva, deveria ser duplamente emblemático. O exterior deveria ser identificado por todos como um espaço de educação, devendo o interior, por sua vez, traduzir os princípios de ordem, vigilância, disciplina e moral, tão caros aos nossos higienistas. (GONDRA, 2004, p. 167 e 181)

É possível que essa forma de ver as coisas, do diretor da instrução Thomaz Gomes dos Santos, seja consequência de seu espaço formativo e profissional, na medida em que era médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro do Imperial Instituto Médico Fluminense, para o qual foi eleito presidente em 1867, no mesmo ano de fundação da instituição.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Percurso realizado até aqui permite algumas observações. A primeira, se refere a pesquisa sobre o diretor da instrução Thomaz Gomes dos Santos ainda está em andamento. Por isso, são elencados de forma breve neste tópico algumas das suas reflexões e sugestões que atravessaria o século XIX. Mas os vestígios (auto) biográficos de Thomaz articulam de maneira exemplar a sua trajetória pessoal, formativa, social, cultural e que tinham claros desdobramentos na sua atuação profissional. Isso, significa compreender o lugar social de onde produzia seus discursos e como eles, por isso mesmo, não eram texto neutros. Antes, remetem aos interesses aos quais estavam concatenados.

Nascido na capital do Império do Brasil, possuía qualificações e atributos comuns aos homens que ocupavam a estrutura burocrática do Estado. Homem, branco, formado em letras e medicina na Europa, passou por cargos que exigiam prestígio social e político, por serem nomeados pelo Imperador, participou da vida cultural e política ativamente e teve a gestão mais longa na Diretoria da Instrução da província do Rio de Janeiro, que era o centro econômico-político do Império. Mas, destaca-se nas suas análises sua formação e atuação na área da medicina: doutor em medicina pela universidade de Montpellier, foi

professor catedrático⁹ de “clínica interna da escola de medicina do Rio de Janeiro” e da “cadeira de higiene” e foi médico do Imperador e de suas irmãs. Por isso, seu olhar e suas análises sobre os estabelecimentos escolares era marcado principalmente pelo olhar da sua condição de professor, sobretudo da higiene pública. Causa maior, que parece ter se apaixonado¹⁰. Por isso, mesmo, sua maior reflexão sobre o que deve ser uma boa escola, é atravessada predominantemente pelo filtro da higiênica pública. Thomaz, vocaliza, desta forma o espaço social da medicina vigente na análise da escola e ao mesmo tempo, demonstra, o que deveria ser observado pelos inspetores da instrução em suas visitas de fiscalização. Estes, deveriam ser, segundo o próprio Thomaz o “Olho e a mão da autoridade”. E neste caso, da autoridade da medicina e em especial do campo da higiene pública. Afinal, uma das funções da escola, ao lado de disciplinar e civilizar, era higienizar as classes populares e por extensão, a sociedade como um todo.

A principal fonte utilizada para a elaboração deste trabalho, é um escrito oficial. O que não invalida a busca dos vestígios biográficos de Thomaz Gomes dos Santos. Ou melhor, nas considerações de Maria Celi Chaves Vasconcelos e que serve servem muito bem para o término deste texto:

Quanto as suas possibilidades autobiográficas, Levi (2000) afirma que houve épocas em que se podia narrar uma vida abstraindo-se de qualquer fato histórico, assim como, mais recentemente, era possível relatar um fato histórico sem qualquer referência ao destino individual. Para o autor, vive-se, hoje, um momento intermediário (VASCONCELOS, 2014, p. 110).

Desta forma, os vestígios biográficos de Thomaz se configuram em um ponto de observação social da higiene pública sobre a instrução e da própria sociedade imperial na Província do Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70 da segunda metade do Oitocentos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizazes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BLAKE, Augusto Victorino A. *Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

9. A palavra para designar essa posição na academia era “Lente”.

10. O sentido desse vocábulo articula-se aos sentidos utilizados por Sérgio Adorno: “De fato, o liberalismo brasileiro foi, durante longo tempo, quase privilégio de uma categoria de homens: o bacharel, que se converteu em político profissional e procurou ascender ao poder por intermédio do partido. Bacharel que fez da política vocação, lutou pelo êxito das causas e que se apaixonou e transformou a política em atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória” (ADORNO, 1988, p.75).

GROBE, Sybille. *Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 11, número 2, dezembro de 2015, p. 22- 41. ISSN 2238-975X 1. [<http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>]

LIMA, Edson Schümann (org.). *A provincial fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 2012.

SANTOS, Thomaz Gomes dos. Relatório da Diretoria da Instrução. In: REGO, José Ricardo de Sá. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 14ª legislatura*. Niterói, Tip. do Echo da Nação, 1861.

_____. Relatório da Instrução e Particular. In: SANTOS, José Noberto dos. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemmert, 1862.

_____. Relatório da Diretoria da Instrução. In: LEÃO, Polycarpo Lopes. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da décima quinta legislatura no dia 1º de outubro de 1863*. Rio de Janeiro: Tip. do Correio Mercantil, 1863.

_____. Relatório da Diretoria da Instrução. In: SOARES, João Crispiano. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no Rio de Janeiro na 1ª sessão ordinária da 15ª legislatura*. Rio de Janeiro: Tip. do Correio Mercantil, 1864.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A escrita cotidiana no Diário de Lembranças da viscondessa de Arconcelo: fragmentos (auto)biográfico de um egodocumento*. In: (Auto) biografia, literatura e história. Curitiba: Editora CRV, 2014.

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Beatriz Botelho de Andrade

Hospital Municipal Odilon Behrens
Belo Horizonte – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0001-6477-1216>

Leila de Fátima Santos

Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0002-5991-2624>

Lilian Machado Torres

Hospital Governador Israel Pinheiro (IPSEMG)
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://orcid.org/0000-0002-7510-7078>

RESUMO: O profissional ao desempenhar um trabalho se expõe aos riscos a ele relacionados, podendo adoecer física e mentalmente, devido às mudanças nos processos laborais, associadas ao ritmo intenso e longas jornadas. Os trabalhadores da equipe de enfermagem, especificamente, prestam assistência direta ao indivíduo, em longos períodos de tempo, o que aumenta a exposição aos riscos ocupacionais. Revisão integrativa de literatura nacional e internacional cujo objetivo foi identificar os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem. A busca foi realizada em quatro bases de dados, aplicando-se os filtros “texto completo” e “publicações a partir de 2012”. Após o refinamento foram obtidos 27 estudos para análise. Do total, sete citaram a dor lombar como

manifestação mais significativa na equipe de enfermagem, com prevalência variando de 21,2 a 75%. Outras áreas corporais citadas foram: braços e punhos, pescoço, ombros, pé/tornozelo, costas, pescoço e ombro esquerdo. Os fatores de risco para os distúrbios musculoesqueléticos encontrados estão relacionados ao tipo de trabalho exercido, ao setor de trabalho, às longas e exaustivas jornadas de trabalho, à sobrecarga de trabalho, postura inadequada entre outros. Fica evidente a necessidade de implantação de programas de saúde que visam a promoção da saúde e prevenção de agravos, além de monitoramento dos trabalhadores quanto à saúde física e mental, com vistas à melhora da qualidade de vida no trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do trabalhador, Engenharia humana, Riscos ocupacionais, Enfermagem.

THE ERGONOMIC RISKS IN THE DAILY TEAMS OF NURSING

ABSTRACT: The professional when performing a work exposes itself to the risks related to it, being able to physically and mentally ill, due to the changes in the work processes, associated with the intense rhythm and long hours. Workers in the nursing team, specifically, provide direct assistance to the individual over long periods of time, which increases the exposure to occupational hazards. Integrative review of national and international literature whose objective was to identify the ergonomic risks in the daily routine of nursing teams. The search was performed in four databases, applying the “full

text” filters, publications from 2012. After refinement, 27 studies were obtained for analysis. Of the total, seven cited low back pain as the most significant manifestation in the nursing team, varying with a prevalence of 21.2 to 75%. Other corporal areas mentioned were: arms and wrists; neck; shoulders; foot / ankle; back, neck and left shoulder. The risk factors for musculoskeletal disorders are related to the type of work performed, the work sector, the long and exhaustive working days, the overload of work, inadequate posture among others. It is evident the need to implement health programs aimed at health promotion and prevention of injuries, as well as monitoring of workers regarding physical and mental health, with a view to improving the quality of life at work.

KEYWORDS: Worker Health, Human Engineering, Occupational Risks, Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial proporcionou destaque na evolução das relações de trabalho resultante do desenvolvimento acelerado, aliado às conquistas sociais de igualdade e liberdade. Assim surgiram várias dificuldades para a concretização dos direitos sociais no período pré-evolução tecno-científica, uma vez presentes os efeitos da globalização e a escassez de recursos naturais.

Emerge a regulamentação jurídica e a garantia dos direitos pelo Estado (STURZA; MARQUES, 2017). Assim sendo, o trabalho passa a ser considerado um direito social, estabelecido por lei, como prática livre desde que atendidas competências profissionais exigidas pela legislação (BRASIL, 1988).

É verdade existir ponto de conflito com a essência humana, algo natural proveniente de uma relação social determinada pela história em transformação (HEIDEMANN; TOLEDO; BOECHAT, 2014). No entanto, constitui-se necessidade básica do ser humano ao permitir alcançar outras esferas da vida e proporcionar satisfação, visto que os valores sociais objetivam generalizar grupos específicos de necessidades. O trabalho transforma o homem à medida que se faz produzir (STURZA; MARQUES, 2017).

Ao desempenhar um trabalho o homem está submetido a riscos ocupacionais classificados em: físicos, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos. De acordo com a classificação do Ministério do Trabalho os riscos físicos são representados pela cor verde e dizem respeito às diversas formas de energia tais como ruídos, radiações, frio, umidade e pressão anormal. Aqueles denominados como químicos e simbolizados pela cor vermelha levam em consideração as substâncias, produtos ou compostos que podem infiltrar no organismo como gases, fumos, neblinas, poeiras, dentre outros. O biológico é caracterizado pela cor marrom e envolve microrganismos como vírus, fungos, bactérias etc. Os de acidente são identificados pelo azul e se relacionam com situações que interferem na integridade do trabalhador. Por exemplo, arranjo físico inadequado, eletricidade, animais peçonhentos, máquinas sem proteção etc. E o ergonômico, tema aqui estudado, padronizado na cor amarela, refere-se a fatores que afetam características fisiológicas e psicológicas do homem, como por exemplo, repetitividade, postura inadequada e ritmo

excessivo de trabalho (BRASIL, 1978; BRASIL, 1994).

O trabalhador exposto aos riscos acima descritos pode adoecer física e mentalmente, devido às mudanças nos processos de trabalho, associadas ao ritmo intenso e longas jornadas de trabalho. Como consequência caminha-se para pior qualidade de vida e, até mesmo, à incapacidade definitiva para as atividades (ANTUNES; PRAUN, 2015). Portanto, o objetivo do presente estudo foi identificar na literatura científica os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem.

2 | FUNDAMENTAÇÃO

Do ponto de vista epidemiológico, em nível mundial, ocorrem 337 milhões de acidentes de trabalho não-mortais a cada ano. Doenças relacionadas ao trabalho atingem o quantitativo de 160 milhões de novos casos. E mortes ligadas aos acidentes 358 mil episódios e às doenças ocupacionais, os números somam 1,96 milhão (OIT, 2014). No Brasil, em 2015, cerca de 500 mil acidentes (82%) foram comunicados oficialmente (BRASIL, 2015).

Muito se tem discutido sobre a saúde no âmbito do trabalho, com destaque para os temas relacionados a equipamentos utilizados, divisão do trabalho e ergonomia, com vistas à qualidade de vida do trabalhador (MARINHO; ALMEIDA; ANDRADE, 2015).

Há suposições que, desde a pré-história, o homem se preocupava com o manuseio dos objetos construídos a partir da pedra, com indícios que se baseiam no formato padrão das ferramentas da época, adequados às características dos trabalhadores. Mas, a Ergonomia como uma disciplina científica, surge na década de 40. Resulta da evolução das tecnologias que se apresentavam como problema para as pessoas e para o manuseio de equipamentos. A relação entre ambiente, equipamentos e pessoas passa a ser estudada enquanto ciência do trabalho, que visa analisar a harmonia entre ser humano e o trabalho (CORRÊA; BOLETTI, 2015).

No que tange aos profissionais da área da saúde há alta carga de trabalho e sua intensidade leva a manifestações de ordem mental ou física (FILHO, 2015). Os trabalhadores da equipe de enfermagem, especificamente, prestam assistência direta ao indivíduo, em longos períodos de tempo no ambiente de trabalho, o que aumenta a exposição aos riscos ocupacionais (MARINHO; ALMEIDA; ANDRADE, 2015). Nos serviços de emergência, por exemplo, tal situação gera um efeito de estresse nos trabalhadores, uma vez que a assistência deve ser imediata, ágil e eficaz, o que consequentemente afeta a saúde física e mental dos profissionais (LORO; ZEITOUNE, 2017).

Tais riscos e suas consequências à saúde do trabalhador são um problema de saúde pública, interferem no desempenho do trabalho executado e, principalmente, na qualidade de vida humana. Os resultados do estudo poderão auxiliar gestores, profissionais de saúde e serviços de saúde a direcionar ações para controlar os riscos ergonômicos e a reduzir

a incidência de agravos/doenças relacionadas ao trabalho, bem como caminhar para a qualidade de vida do trabalhador.

3 | MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura nacional e internacional sobre os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem. A busca de publicações foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que retornou estudos das bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECS).

Os descritores utilizados foram: “saúde do trabalhador”, “engenharia humana”, “riscos ocupacionais”, “enfermagem”. Foram incluídos artigos publicados na íntegra, entre os anos de 2012 e 2017. A escolha do recorte temporal se fez devido à criação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em 2012.

A população constituiu-se de 495 artigos. Após a leitura de títulos foram selecionados 83 e depois da leitura de resumos, 59 trabalhos foram selecionados para leitura na íntegra. Considerando o tema proposto, a amostra constituiu-se de 27 estudos apresentados (Quadro 1).

Cruzamento dos descritores	Total de artigos sem filtros	Total de artigos com filtros	Leitura de título	Leitura de resumos	Leitura na íntegra
Enfermagem x Saúde do Trabalhador x Engenharia Humana x Riscos Ocupacionais	66	3	2	1	1
Enfermagem x Saúde do Trabalhador x Engenharia Humana	277	14	7	4	1
Enfermagem x Saúde do Trabalhador x Riscos Ocupacionais	820	172	21	17	11
Enfermagem x Engenharia Humana x Riscos Ocupacionais	23	7	4	3	1
Enfermagem x Riscos Ocupacionais	1.688	299	49	34	13

Quadro 1 – Resultados dos cruzamentos entre descritores sobre os riscos ergonômicos nas equipes de enfermagem no período 2012-2017

Fonte: As autoras (2017)

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 27 estudos que compuseram a amostra 12 (44,4%) foram publicados na MEDLINE, nove (33,3%) na LILACS, cinco (18,51%) na BDNF e um (3,7%) na IBICS. Do total encontrado 16 (59,2%) artigos foram escritos em inglês, nove (33,3%) em língua portuguesa e dois (7,4%) em espanhol.

A dor lombar foi mencionada em sete (25,9%) dos 27 estudos, e esteve presente na equipe de enfermagem com variação de 21,2% a 75,5%, sendo identificados como fatores relacionados: postura inadequada, longos períodos de trabalho na mesma posição, sobrecarga de trabalho, tarefas repetitivas (WARNAKULASURIYA et al, 2012; GHILAN et al, 2013; ATTAR, 2014; PETERSEN; MARZIALE, 2014; ALPEROVITCH-NAJENSON et al, 2015; SHIEH et al, 2016; SHOJI et al, 2016).

Outros estudos apontam a lombalgia como principal manifestação decorrente das condições do trabalho, afetando respectivamente 29,4% e 59% da equipe de enfermagem (SOUZA et al, 2015; SILVA et al, 2016).

Um estudo realizado em um hospital do Piauí encontrou resultados semelhantes em relação a prevalência de sintomas osteomusculares: 88,3% dos trabalhadores de enfermagem apresentaram algum tipo de desconforto osteomuscular ao longo de doze meses, enquanto 58,3% apresentaram desconfortos nos últimos sete dias (PACHECO et al, 2016).

A análise dos estudos destacou que o desconforto musculoesquelético foi um dos problemas ergonômicos mais prevalentes, mostrando que 75% da equipe de enfermagem apresentou problemas relacionados a ergonomia, enquanto em outro estudo, apontou um percentual de 85% (NERY et al, 2013; ATTAR, 2014). Ambos estudos se referem ao corte de 12 meses para surgimento de queixas ou sintomas relacionados a riscos ergonômicos. Outros autores mostram que 57,7% da equipe apresentou algum sinal no prazo de 3 meses de exposição (GONZÁLEZ et al, 2014).

Outros estudos da presente pesquisa mostram que as lesões mais comuns encontradas no trabalho das equipes de enfermagem são de ordem musculoesqueléticas (71%) (SMITH, 2012). Já em outro artigo, 49,5% da equipe de enfermagem são afetados pelos distúrbios musculoesqueléticos (PRIETO; MÚNERA; LÓPEZ, 2015). Outros autores encontraram o total de 91,81% de profissionais da enfermagem com sintomas de tais distúrbios (VIDOR et al, 2014).

Essas alterações que podem ser decorrentes de fatores psicossociais (GOLABADI et al, 2013) têm sido relatadas como aspectos relevantes no desenvolvimento ou agravamento dos distúrbios musculoesqueléticos (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2017), sendo destacado também que enfermeiros que trabalham mais de 10 horas diárias apresentaram risco maior de desenvolver doenças osteomusculares (ATTAR, 2014), uma vez que o trabalho executado de forma prolongada associado à postura incorreta e alta carga de atividades a serem realizadas podem contribuir para esses distúrbios.

Nos trabalhos selecionados para essa revisão encontrou-se que a prevalência de dor lombar aumentou proporcionalmente à idade, sendo 65,2% em enfermeiras com idade entre 20 e 24 anos e 75,5% nos profissionais com 35 anos ou mais (SHIEH et al, 2016). Supõe-se que esse fato se relaciona aos prováveis longos anos de profissão e às condições fisiológicas que contribuem para o desenvolvimento da dor lombar nos indivíduos.

Um dos estudos da amostra, que buscou investigar a prevalência de dor lombar entre enfermeiras no Yemen, constatou que 139 profissionais entrevistadas se ausentaram do trabalho devido à dor lombar (GHILAN et al, 2013). Ainda no âmbito do absenteísmo, encontrou-se um total de 144 casos notificados relacionados à carga de trabalho, das quais 20,7% corresponderam às doenças do sistema musculoesquelético e do tecido conjuntivo, representando 325 dias de afastamento do trabalho (MININEL et al, 2013).

Estudo semelhante divulgou que 19,7% dos atestados tiveram como justificativa as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, com o total de 310 atestados, e em seguida os transtornos mentais e comportamentais, totalizando 284 atestados (18,04%). Além disso, os profissionais que mais se ausentaram do trabalho respaldados pelos atestados médicos foram os técnicos e auxiliares de enfermagem, sendo que representam 81% da equipe de enfermagem, o que pode acabar gerando sobrecarga em outros profissionais e afetando a assistência prestada (MARQUES et al, 2015).

Outro importante achado da pesquisa foi que a maior taxa de dor lombar se fez presente nas profissões de enfermagem e em operadores de computadores (WARNAKULASURIYA et al, 2016) relacionada ao fato da permanência na mesma posição por prolongadas horas e ao tipo de trabalho executado que contribui para a ocorrência de dor lombar. O profissional de enfermagem também é destacado como uma das categorias que mais necessitam de prevenção de doenças osteomusculares, principalmente em relação à dor lombar (THIEDE et al, 2014).

Ao estudar fatores de riscos físicos e psicossociais para distúrbios musculoesqueléticos entre enfermeiros do Brasil e da Itália, os autores verificaram na amostra estudada que existiu um risco maior de dor no pescoço e no ombro nos profissionais que trabalharam com mãos acima do ombro por pelo menos uma hora diária (CARUGNO et al, 2012). Pode-se observar que os distúrbios osteomusculares afetam com variedade diversas regiões corporais, sendo este fato relacionado diretamente ao tipo de atividade exercido, tempo de trabalho etc.

Outros fatores relacionados aos distúrbios osteomusculares foram identificados nos estudos analisados, como: acúmulo de trabalho (WORM et al, 2016), posturas desconfortáveis (GONZÁLEZ et al, 2014; THIEDE et al, 2014), repetitividade de movimentos, jornadas exaustivas, sobrecarga de trabalho (GONZÁLEZ et al, 2014; GOUVEIA; OLIVEIRA; LIRA, 2016), posições desconfortáveis relacionadas à transferência de pacientes (THIEDE et al, 2014), mudanças de posição do paciente no leito/banho/chuveiro (LEMO et al, 2012), mudanças forçadas e antigravitacionais dos membros superiores (PRIETO; MÚNERA;

LÓPEZ, 2015), cargas intensas de trabalho e ambiente físico na ocorrência de estresse (YADA et al, 2014), obesidade, fraca saúde física e características do trabalho (REED et al, 2014). Os profissionais de enfermagem trabalham diretamente realizando movimentações/transferências, com excesso de carga horária, posturas viciosas e incorretas, uso de calçados inadequados. Tais situações são consideradas fatores de risco para o principal sintoma osteomuscular: a dor (SILVA et al, 2016).

Na presente revisão, problemas de ordem circulatória de membros inferiores foram observados nos artigos: varizes relacionadas à posição monótona durante extensas horas de trabalho, sem pausas ou período de descanso (BELEZA et al, 2013; SHOJI; SOUZA; FARIAS, 2015). De fato, uma pesquisa que visou avaliar a prevalência de fatores de riscos para varizes em profissionais que trabalham prolongadamente de forma ortostática, pontuou que mais da metade (51%) da amostra, portadores de varizes afirmaram trabalhar em média 8 horas na posição ortostática, fato que condiz com o cenário de trabalho dos profissionais de enfermagem (FERRAZ et al, 2015).

A maioria dos estudos revelou ainda que outras partes do corpo foram citadas como locais afetados por diversos fatores do cotidiano profissional. São elas: braços e punhos; pescoço; ombros; pé/tornozelo; costas, pescoço e ombro esquerdo (NERY et al, 2013; ALPEROVITCH-NAJENSON et al, 2014; GONZÁLEZ et al, 2014; REED et al, 2014; PRIETO; MÚNERA; LÓPEZ, 2015). Os ombros foram a região mais acometida por uma alta taxa de distúrbios osteomusculares nos 12 meses anteriores ao estudo, com prevalência de 40%, assim como os joelhos (33,3%) e região cervical (28,6%) (SILVA et al, 2016). Também foi destacada a região cervical como a segunda parte do corpo mais afetada pela dor osteomuscular (20,7%), seguida da parte dorsal (10,9%), joelhos (5,4%), coxas (1%) (SOUZA et al, 2015).

Em relação às lesões nos braços, alguns artigos demonstraram que estas estão relacionadas às atividades cansativas e de levantamento de peso (FONTANA; LAUTERT, 2013). Concomitante a isso, 60% dos enfermeiros participantes do estudo que objetivou identificar os fatores de risco aos quais o enfermeiro intensivista está exposto, relataram que o uso dos braços de forma contínua é uma ação bastante exigida no Centro de Terapia Intensiva em que trabalham (ALBUQUERQUE et al, 2015), podendo ocasionar lesões e contribuir para o absenteísmo do local de trabalho.

Além disso, foi ressaltado nos estudos que compuseram a amostra que as profissões que mais sofrem com o estresse envolvem enfermeiras educadoras, enfermeiras psiquiátricas, parteiras registradas e auxiliares de enfermagem (SMITH, 2012), sendo que essa condição também foi um ponto evidenciado como fator de influência para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout (SB) (CARVALHO; MAGALHÃES, 2013; SANCHEZ; OLIVEIRA, 2016). Associado ao estresse, outros fatores também contribuem: aspectos do ambiente de trabalho, falta de expectativa profissional, sobrecarga física e

mental e insatisfação salarial (CUNHA; SOUZA; MELLO, 2012).

Em uma pesquisa semelhante sobre as dimensões sintomatológicas da SB foi encontrado que uma parte relevante dos profissionais da enfermagem apresentou sintomas da síndrome, sendo que 85,2% manifestaram exaustão emocional e 96,3% despersonalização (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2016).

As medidas preventivas se fazem, portanto, por meio de avaliação ergonômica do trabalho executado e identificar riscos, bem como propor intervenções (MARQUES et al, 2015), analisar o ambiente social/físico e aspectos de organização e características das atividades, com medidas práticas como pausas ao longo do dia, revisão da produtividade, alternância de serviços realizados etc. (PAULA; SANCHEZ; PEREIRA, 2016).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo foi possível concluir que os riscos ergonômicos estão presentes nas mais diversas profissões, principalmente no ambiente de trabalho dos componentes das equipes de enfermagem. Foram identificados riscos variados relacionados à ergonomia, desde somente o desconforto osteomuscular até a manifestação de dor lombar e varizes.

Pode-se perceber também que tais riscos são diretamente proporcionais ao tipo de trabalho exercido, ao setor de trabalho, às longas e exaustivas jornadas de trabalho, à sobrecarga de trabalho, postura inadequada etc. Fica evidente a necessidade de implantação/reforço de serviços de ginástica laboral e acompanhamento dos trabalhadores quanto à saúde física e mental, com vistas à melhora da qualidade de vida no trabalho, uma vez que a satisfação e valorização do trabalhador contribui para o melhor rendimento deste e, conseqüentemente, para o alcance dos resultados esperados e das metas pactuadas, por parte da instituição à qual o profissional é vinculado.

Portanto, se faz necessário também avaliar o ambiente de trabalho quanto às condições ergonômicas, identificando riscos e propondo intervenções, revisar o processo de trabalho e atividades que são exercidas, para evitar adoecimentos causados pelo trabalho e reduzir o índice de absenteísmo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Saemmy Grasiely Estrela *et al.* **Fatores de Risco à Segurança do Enfermeiro na Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital Geral.** Revista Brasileira Ciências Saúde, v. 19, n. 2, p.135-142, 2015.

ALPEROVITCH-NAJENSON, Deborah *et al.* **Rehabilitation versus Nursing Home Nurses' Low Back and Neck-Shoulder Complaints.** Rehabilitation Nursing, v. 40, n. 5, p. 286–293, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ATTAR, Suzan Mansour. **Frequency and risk factors of musculoskeletal pain in nurses at a tertiary centre in Jeddah, Saudi Arabia: a cross sectional study.** *BMC Res Notes*; 7: 61, 2014.

BELEZA, Cinara Maria Feitosa *et al.* **Riscos ocupacionais y problemas de salud percibidos por trabajadores de enfermería en una unidad hospitalaria.** *Cienc. enferm.* v.19 n.3, 2013.

BRASIL, 1978. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR09/NR-09-2016.pdf> Acesso em: 09 de nov. 2017.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10 de nov. 2017.

BRASIL, 1994. Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Portaria+n.+25+SSST+MTb+29+dezembro+1994+Aprov+a+a+NR+9+sobre+o+Programa+de+Prevencao+e+riscos+ambientais_000gvpl14yq02wx7ha0g934vgrnn5ero.PDF Acesso em: 09 de nov. 2017.

BRASIL, 2015. Anuário Estatísticos de Acidentes do Trabalho. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/aeat15.pdf> Acesso em 11 de nov. 2017.

CARUGNO, Michele *et al.* **Physical and psychosocial risk factors for musculoskeletal disorders in Brazilian and Italian nurses.** *Caderno de Saude Pública*, v. 28, n. 9, p. 1632-1642, 2012.

CARVALHO, Clecilene Gomes; MAGALHÃES, Sérgio Ricardo. **Who cares for the caregiver: key factors that affect the health of nursing Professionals, a biopsychosocial view.** *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online); v. 5, n. 3, p. 122-131, 2013.

CORRÊA, Vanderlei Moraes; BOLETTI, Rosane Rosner. **Ergonomia: Fundamentos e Aplicações** – Porto Alegre: Bookman, 2015.

CUNHA, Ana Paula; SOUZA, Emanuelle Marques; MELLO, Rosâne. **Os fatores intrínsecos ao ambiente de trabalho como contribuintes da síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem.** *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online), v. 4, p. 29-32, 2012.

FERRAZ, Renato Ribeiro Nogueira *et al.* **Prevalência de varizes em trabalhadores mantidos em posição ortostática.** *Rev. Bras. Pesq. Saúde*, v. 17, n. 3, p. 6-13, 2015.

FILHO, José Marçal Jackson. **Engajamento no trabalho, impedimentos organizacionais e adoecer: a contribuição da Ergonomia da Atividade no setor público brasileiro.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.40, n.131, 2015.

FONTANA, Rosane Teresinha; LAUTERT, Liana. **The situation of nursing work and occupational risks from an ergological perspective.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 21, n. 6, p. 1306-1313, 2013.

GHILAN, Khaled *et al.* **Low back pain among female nurses in Yemen.** *Int J Occup Med Environ Health*, v. 26, n. 4, p. 605-614, 2013.

GOLABADI, Majid *et al.* **Effects of psychosocial strain on back symptoms in Tehran general hospital nursing personnel.** Archives of Industrial Hygiene and Toxicology, v. 64, n. 4, p. 505-512, 2013.

GONZÁLEZ, Manuel Fernández *et al.* **Trastornos musculoesqueléticos en personal auxiliar de enfermería del Centro Polivalente de Recursos para Personas Mayores “Mixta” de Gijón - C.P.R.P.M. Mixta.** Gerokomos, v. 25, n. 1, p. 17-22, 2014.

GOUVEIA, Márcia Teles de Oliveira; OLIVEIRA, Vanessa Cavalcante; LIRA, Ivana Mayra da Silva. **Riscos ergonômicos em um Centro de Material e Esterilização.** Revista de Enfermagem da UFPI, v. 5, n. 3, p. 42-47, 2016.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. **O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica.** Estudos Avançados, v. 28, n. 81, 2014.

LEMO, A *et al.* **Risk reduction in musculoskeletal practice assistance professional nursing pilot in semi intensive care unit.** Work, v. 41, n. 1, p. 1869-1872, 2012.

LORO, Marli Maria; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. **Collective strategy for facing occupational risks of a nursing team.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 51, 2017.

MARINHO, Maykon dos Santos; ALMEIDA, Camila Tambone; ANDRADE, EN. **Risco ergonômico nas práticas da equipe de enfermagem de uma UTI.** C&D-Revista Eletrônica da Fainor, v.8, n.1, p.192-205, 2015.

MARQUES, Divina de Oliveira *et al.* **O absenteísmo - doença da equipe de enfermagem de um hospital universitário.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 68, n. 5, p. 876-882, 2015.

MININEL, Vivian Aline *et al.* **Workloads, strain processes and sickness absenteeism in nursing.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 21, n. 6, p. 1290-1297, 2013.

NERY, Denise *et al.* **Análise de parâmetros funcionais relacionados aos fatores de risco ocupacionais da atividade de enfermeiros de UTI.** Fisioterapia e Pesquisa, v. 20, n.1, 2013.

OIT, 2014. Trabalho só pode ser decente se for seguro e saudável. Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/trabalho-so-pode-ser-decente-se-seguro-e-saudavel> Acesso em 12 de nov. 2017.

OLIVEIRA, Liliane Pereira Santos de; ARAÚJO, Giovana Fernandes. **Características da Síndrome de Burnout em enfermeiros da emergência de um hospital público.** Revista Enfermagem Contemporânea, v. 5, n. 1, p. 34-42, 2016.

OLIVEIRA, Vanessa Cotian; ALMEIDA, Rogério José. **Aspectos que Determinam as Doenças Osteomusculares em Profissionais de Enfermagem e seus Impactos Psicossociais.** J Health Sci, v. 19, n. 2, p. 130-135.

PACHECO, Edildete Sene *et al.* **Prevalence of musculoskeletal symptoms related to nursing work in the hospital field.** Revista de Enfermagem da UFPI, v. 5, n. 4, p. 31-37, 2016.

PAULA, Ana de Assis; SANCHEZ, Maritza Consuelo Ortiz; PEREIRA, Marília de Jesus. **Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho: contribuições para a prevenção em trabalhadores de enfermagem.** ACC CIETNA, v. 3, n. 2, 2016.

PETERSEN, Rafael de Souza; MAZIALE, Maria Helena Palucci. **Low back pain characterized by muscle resistance and occupational factors associated with nursing.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 22, n. 3, p. 386-393, 2014.

PRIETO, Amparo Astrid Montalvo; MÚNERA, Yesica María Cortés; LÓPEZ, Martha Cecilia Rojas. **Riesgo ergonómico asociado a sintomatología musculoesquelética en personal de enfermería.** Hacia promoc. Salud, v. 20, n. 2, p. 132-146, 2015

REED, Lloyd F. *et al.* **Prevalence and risk factors for foot and ankle musculoskeletal disorders experienced by nurses.** BMC Musculoskelet Disord, 15: 196, 2014.

SANCHEZ, FFS; OLIVEIRA, R. **Aspectos mediadores e desencadeadores da síndrome de burnout nos enfermeiros.** CuidArte, Enferm; v. 10, n. 1, p. 61-67, 2016.

SHIEH, Shwn-Huey *et al.* **Increased low back pain risk in nurses with high workload for patient care: A questionnaire survey.** Taiwan J Obstet Gynecol, v. 55, n. 4, p. 525-529, 2016.

SHOJI, Shino; SOUZA, Norma Valéria Dantas de Oliveira; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira. **Impacto do ambiente laboral no processo saúde doença dos trabalhadores de enfermagem de uma unidade ambulatorial especializada.** Revista Mineira de Enfermagem, v. 19, n. 1, p. 43-48, 2015.

SHOJI, Shino *et al.* **Proposta de melhoria das condições de trabalho em uma unidade ambulatorial: perspectiva da enfermagem.** Escola Anna Nery, v. 20, n. 2, p. 303-309, 2016.

SILVA, Isneander *et al.* **Incidência dos sintomas osteomusculares relacionados ao trabalho da equipe de enfermagem do Hospital Santa Gemma/AFMBS.** Revista Faculdade Montes Belos (FMB), v. 9, n. 2, p. 28-141, 2014.

SMITH, Elizabeth Lizzy M. **How are nurses at risk?** Work, v. 41, n. 1, p. 1911-1919, 2012.

SOUZA, Milena Nunes Alves de *et al.* **Prevalência de distúrbios osteomusculares em enfermeiros.** FIEP BULLETIN, v. 85, Special Edition, 2015.

STURZA, Janaína Machado; MARQUES, Aline Damian. **A Importância do Trabalho para a Consolidação da Dignidade do Homem: Apontamentos sob a Perspectiva dos Direitos Sociais.** Direito, Estado e Sociedade, n. 50, p. 109-125, 2017.

THIEDE, Markus *et al.* **Gender specific analysis of occupational diseases of the low back caused by carrying, lifting or extreme trunk flexion--use of a prevention index to identify occupations with high prevention needs.** Am J Ind Med, v. 57, n. 2, p. 233-244, 2014.

VIDOR, Cristiane da Rocha *et al.* **Prevalência de dor osteomuscular em profissionais de enfermagem de equipes de cirurgia em um hospital universitário.** Acta Fisiátrica, v. 21, n. 1, p 6-10, 2014.

WARNAKULASURIYA, Sudath *et al.* **Musculoskeletal pain in four occupational populations in Sri Lanka.** *Occup Med (Lond)*, v. 62, n. 4, p. 269-272, 2012.

WORM, Fabiana A. *et al.* **Risco de adoecimento dos profissionais de enfermagem no trabalho em atendimento móvel de urgência.** *Revista Cuidarte*, v. 7, n. 2, p. 1288-1296, 2016.

YADA, Hironori *et al.* **Job-related stress in psychiatric nurses in Japan caring for elderly patient.** *Environmental Health and Preventive Medicine*, v. 19, n. 6, p. 436-443, 2014.

RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Paula dos Santos Andrade Ferreira

Faculdade de Ciências e Empreendedorismo
Santo Antônio de Jesus, Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4131485707482477>

Leonardo de Jesus dos Santos

Faculdade de Ciências e Empreendedorismo
Santo Antônio de Jesus, Bahia
<http://lattes.cnpq.br/9325349215496574>

Adernilson Queiroz Alves

Hospital Regional Costa do Cacau
Ilhéus, Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0814345649735278>

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo abordar os fatores de resistência emocional e o empoderamento no salvar vidas frente ao cenário do atendimento pré-hospitalar. Trata-se de uma pesquisa descritiva, autobiográfica, com abordagem qualitativa, referente ao relato de experiência de um enfermeiro emergencista e coordenador do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no recôncavo baiano, relacionado ao período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2018. Desse modo, o enfermeiro no processo de trabalho do SAMU realiza uma série de medidas técnicas e humanizadas para promover qualidade e segurança aos pacientes críticos de maneira resolutiva. Este profissional é parte integrante e essencial na equipe multidisciplinar, pois exerce atendimento

direto, atividades de coordenação e educação continuada. Nesse sentido, o enfermeiro necessita de resistência emocional para lidar com grandes desafios como: sofrimento, dor, morte e eventos adversos. Assim, influenciando diretamente no raciocínio rápido e conseqüentemente na tomada de decisão assertiva. Além disso, é imprescindível o conhecimento científico, prático, capacitação permanente e atualizada. Para dessa forma, possuir o empoderamento na assistência realizada e domínio nas demais atividades de coordenação e promoção de práticas educativas da equipe. Portanto, através do relato de experiência compreende-se a importância desses fatores para um atendimento de enfermagem resolutivo, humanizado e que assegure a integridade da vida do cliente.

PALAVRAS-CHAVE: Estresse emocional, Empoderamento, Enfermeiro, Atendimento pré-hospitalar.

EMOTIONAL RESISTANCE AND EMPOWERMENT IN SAVING LIVES: EXPERIENCES OF AN EMERGENCY NURSE IN SAMU

ABSTRACT: This study aims to address factors of emotional resistance and empowerment in saving lives in pre-hospital care. This is a descriptive and autobiographical research with a qualitative approach referring to the experience report of an emergency nurse and coordinator of the Mobile Emergency Service (SAMU) in the Recôncavo of Bahia, related to the period from January 2013 to February 2018. The nurse in the SAMU working process performs a series of technical and humanized measures to promote

quality and safety to critical patients in a resolute way. This professional is an integral and essential part of the multidisciplinary team as it provides direct service, coordination, and continuing education activities. The nurse needs emotional resistance to deal with major challenges such as suffering, pain, death, and adverse events. Thus, directly influencing quick reasoning and assertive decision making. Besides scientific and practical knowledge, permanent and updated training is essential. In this way, to have the empowerment in the assistance provided and mastery in the other activities of coordination and promotion of the team's educational practices. Therefore, through the experience report, the importance of these factors is understood for a resolute, humanized nursing care that assures the integrity of the client's life.

KEYWORDS: Emotional stress, Empowerment, Nurse, Pre-hospital care.

1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi motivado pela necessidade de mais pesquisas relacionadas a esta temática e pela importância de conhecer a realidade de trabalho do profissional enfermeiro no cenário do atendimento pré-hospitalar. A fim de compreender os fatores que causam impacto emocional e a necessidade de empoderamento científico e prático.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), constitui o atendimento à saúde pré-hospitalar, ou seja, ocorrem fora das estruturas físicas dos hospitais, clínicas e unidades primárias a saúde. Foi implantado em 2003 através da Portaria nº 1.864. O serviço, possui papel crucial na assistência de urgência e emergência a pacientes que sofrem agravos e estão em risco (TELES et al, 2017). Neste serviço, o enfermeiro é peça fundamental no processo de trabalho, pois possui responsabilidade assistencial e de ensino. Dessa forma, o seu exercício necessita de competência científica e prática, que deve estar sempre atualizada (LUCHTEMBERG; PIRES, 2016).

No SAMU, os enfermeiros desenvolvem atividades de coordenação e educação continuada e prestam assistência direta ao paciente nas unidades de suporte avançado terrestre ou aéreo. Nas unidades de suporte básico estão os técnicos de enfermagem que desenvolvem assistência de menor complexidade. A literatura é farta no que diz respeito à importância dos serviços de atendimento móvel de urgência para salvar vidas e, também, para limitar danos decorrentes de agravos súbitos, acidentes, violência e desastres. Também é plenamente reconhecido que o trabalho profissional da enfermagem é fundamental nestes serviços (LUCHTEMBERG; PIRES, 2016).

Além disso, o processo de assistência exercido pelo profissional no contexto do SAMU, possui demandas específicas como casos graves, traumas, mortes repentinas, sofrimento, e ambiente hostil. Sendo dessa forma, fundamental a resistência emocional para lidar com esses grandes desafios. Como também, ainda é necessário o raciocínio rápido e tomada de decisão assertiva (TELES et al, 2017).

Portanto, segundo Adriano et al (2017), as necessidades imediatas, agudas ou de urgência da população são situações de pressão que exigem respostas rápidas, assistência com o mínimo de consequências e riscos agravantes. Confirma-se isto:

A atuação do enfermeiro de urgência e emergência é avaliada como desencadeadora de desgaste físico, emocional e de estresse, visto que o ambiente onde está inserido compreende a atuação conjunta de uma equipe multiprofissional, comprometida com exigências do processo de trabalho, sendo responsável pelo bem-estar e vida dos pacientes. Os profissionais de saúde, que atuam em urgência e emergência, diariamente, deparam-se com situações que exigem condutas tão rápidas que, em alguns momentos, demandam ações simultâneas sem prévios planejamentos. Portanto, necessitam de conhecimento, autocontrole e eficiência ao prestarem assistência ao paciente, a fim de não cometerem erros (BEZERRA et al, 2012).

Ademais, assim como o stress emocional, a questão do empoderamento relacionado ao aperfeiçoamento científico-técnico-emocional, é imprescindível para o domínio das atividades de coordenação, atendimento direto e promoção de práticas educativas, tendo em vista as melhorias para o cliente, serviço e equipe.

A partir disso, esse estudo tem como objetivo: abordar os fatores de resistência emocional e empoderamento no salvar vidas no cenário do SAMU, referente a experiência de um enfermeiro emergencista profissional do serviço móvel, já atuante na assistência e coordenação. É justificado pela importância de conhecer a realidade, na perspectiva das grandes demandas, e dificuldades encontradas que exigem do enfermeiro resistência emocional para lidar com os desafios. Como também, o empoderamento científico e prático que auxilia as atividades realizadas. Por isso, entender os fatores, significa refletir sobre qualidade de vida dos profissionais, segurança a vida do paciente e atendimento humanizado e integral além de possibilitar a criação de estratégias de melhorias.

2 | METÓDOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, autobiográfica baseada em um relato de experiência de um enfermeiro atuante no SAMU nos cargos de assistência e posterior coordenação. No decorrer de suas narrativas escritas, expõe suas experiências vividas no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2018. Serão abordados temas como resistência emocional e empoderamento frente aos desafios.

Uma pesquisa qualitativa, preocupa-se em capturar a realidade vivida e isto não pode ser mensurado quantitativamente; busca compreender as ações. Esse método possui cinco características marcantes: o ambiente natural é a fonte dos dados e o pesquisador é instrumento-chave; é descritiva; maior atenção com o processo e não simplesmente com resultados; utiliza-se a indução para análise dos dados; e o significado é a principal preocupação (LARA; MOLINA, 2015).

Além disto, a narrativa autobiográfica através do relato de experiência, é um elemento chave não só para o pesquisador mas principalmente para o sujeito, visto que, relembra momentos, revive situações marcantes, emoções e pensamentos. Nesse sentido, o indivíduo se preenche de si mesmo, organiza as lembranças desorganizadas, as

percepções imediatas e experiência individual que constrói a realidade vivida (SOARES; SOBRINHO, 2011).

Foi empregado um instrumento de coleta para nortear a narrativa, com os seguintes pontos a serem abordados: formação profissional, aperfeiçoamento antes de iniciar o serviço, atuação e experiências vividas, resistência emocional, atividades de coordenação e empoderamento. A narrativa escrita foi analisada por dois outros autores, tendo em vista, que um dos autores desta pesquisa é o narrador. A análise consiste em uma descrição, reflexão, introspecção intelectual e emocional do relator, baseada na categorização pautada da frequência, relevância e/ou intensidade nos pontos abordados na escrita.

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

3 | RESULTADOS

O relato de experiência foi realizado através da própria escrita do enfermeiro, e dessa forma, a narrativa integral será exposta nesta pesquisa com autorização do próprio sujeito que também é coautor deste trabalho.

Quanto a formação profissional, aborda questões relacionadas a história do processo de trabalho no Brasil e carreira conquistada:

“A formação do profissional enfermeiro é baseada no conhecimento das ações que visam o cuidado de qualidade ao paciente. Nos termos da formação, muitas especialidades permeiam esse profissional, ou seja, a sua trajetória enquanto estudante lhe proporcionará um “leque” de opções para atuação. No que concerne a prática da enfermagem no Brasil, a partir da década de 90 esse profissional passou a fazer parte de uma equipe multiprofissional, para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que as universidades passaram a qualificar o egresso de enfermagem tendo vista as propostas do Governo. Em consonância, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) estabeleceram mudanças curriculares importantes para que a formação contemplasse as diretrizes do SUS aplicadas no país. Nessa perspectiva, visando acolher as demandas da sociedade que utiliza os serviços de saúde, a enfermagem ampliou o número de especialidades para a categoria, sendo que tanto a área de atenção primária quanto a terciária, além da urgência e emergência, esse profissional se faz presente na assistência e também na gerência dos serviços. A carreira profissional é ainda escolhida na universidade e o futuro profissional passa pelas

aulas práticas e pelos estágios supervisionados, ou seja, a sua formação para atuar no serviço de saúde é projetada no ambiente oferecido pela política de saúde do Ministério da Saúde (MS). Após atuar nas diversas áreas do SUS, eu, Adernilson Queiroz Alves, enfermeiro e obstetra há exatos 20 anos, com conclusão no dia 05.05.2001, fui envolvido com o trabalho na implantação do Programa Saúde da Família (PSF), além de atuação em hospital de pequeno e médio porte, como “parteiro” e emergencista. Nos idos de 2013, com a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), na cidade de Santo Antônio de Jesus/BA, surgiram novas vagas para o enfermeiro emergencista que buscava atuar no Atendimento Pré-Hospitalar (APH). O interessante em atuar nos diversos serviços, é desenvolver habilidades distintas. Sobre o serviço móvel, para o ingresso, o profissional é submetido ao processo seletivo e após aprovação em todas as etapas é convocado e recebe um curso específico com carga horária de 40 horas para início da atuação. Outrossim, existem outros cursos complementares além da educação continuada em serviço, oferecida pela gestão.”

Sobre o aperfeiçoamento antes de iniciar o serviço:

“Nos primeiros dias após a chamada do processo seletivo, a ansiedade tomava conta dos meus pensamentos. O medo, a angústia, a incerteza que seria o profissional certo para o serviço, contribuía para que eu não aceitasse comparecer ao chamado. Após os primeiros dois dias de curso, percebi como seria desafiador o trabalho com o resgate de vítimas nas mais diversas situações porém, o que mais me angustiava era quando o tema de atendimento compreendia o infante, ou seja, realizar atendimento em crianças vítimas de traumas diversos me trazia medo e desespero. Mesmo sabendo que o curso nos proveria de saberes baseados em protocolos de atendimento, a iminência dessa ocorrência já era o suficiente para me deixar com medo. Ao final da semana de curso, tivemos mais dois dias com “roda de conversa” com um profissional psicólogo o qual, além de trabalhar com as nossas emoções, sentimentos e ansiedade, nos motivava falando que nosso atendimento era comparado como um ato heroico e que a nossa realização pessoal seria constante.”

Referente a atuação no SAMU e experiências vividas:

“Para atuação no SAMU o enfermeiro é preparado para atuar nas mais diversas situações, em lugares insalubres, como via pública e áreas de mata, muitas vezes em condições hostis que poderia colocar a minha vida em risco. Em minha trajetória percebi que apenas os cursos oferecidos pela Central do SAMU não eram suficientes, devido à falta de cronograma e frequência das sessões científicas. Para tanto, busquei a especialização em Urgência e Emergência afim de suprir essa lacuna. Foi importante pois a vivência com outros profissionais enfermeiros nesse curso me trouxe mais experiência e amadurecimento para as atividades no SAMU. O desenvolvimento de habilidades práticas na atuação do APH nos desafia em várias situações. O salvamento e resgate de vítimas em

situações que coloquem em risco a sua vida exige um preparo emocional dispendioso pois, em virtude de inúmeras ocorrências o profissional, muitas vezes, não tem tempo nem pra se recuperar emocionalmente. Como exemplo, vivencie uma ocorrência onde se tratava de resgate a múltiplas vítimas, em acidente em rodovia, onde dispondo de apenas duas (02) ambulâncias do SAMU, tínhamos a missão de resgatar oito (08) vítimas de colisão frontal e capotamento entre dois veículos de passeio. Na ocasião, conseguimos resgatar com vida apenas 5 vítimas e as outras 3 foram a óbito no local. Nessa hora que eu e minha equipe lutamos contra o nosso medo e angústia, pois saímos para a ocorrência com a certeza de realizar o trabalho necessário para salvar as pessoas vítimas de acidentes automobilísticos.”

Quanto a resistência emocional, é relatado:

“Diante das nuances do trabalho, eu tenho identificado a dificuldade que o enfermeiro apresenta em lidar com situações extremas, onde a sua decisão pode e vai mudar a vida das pessoas, e, por conseguinte, a sua. Trabalhar com atendimento às vítimas que acionam o SAMU requer equilíbrio emocional para lidar com os imprevistos, além de sensibilidade para compreender as suas limitações diante de determinadas situações. Para além disso, a educação continuada em serviço é uma estratégia que visa preparar o profissional para atuação com melhor capacidade técnica além de promover a aproximação dos membros da equipe, melhorando a empatia, o relacionamento interpessoal, fatores estes que, no meu entendimento, contribui para o melhor atendimento para a vítima.”

Sobre as atividades de coordenação exercidas:

“Na minha atuação como coordenador de equipe, busco sempre realizar treinamentos com a equipe, inclusive convidando outros profissionais para contribuir, como o médico, o psicólogo e terapeuta ocupacional do município. Para além disso, a equipe e eu também realizamos palestras em escolas, mini cursos para outros profissionais do município, entrevistas, além de parcerias com a Polícia Militar, Guarda Municipal e Bombeiros Civis, visando a união de todos os setores para o melhor atendimento nas ocorrências. As atividades visam contribuir para o empoderamento dos participantes para atuarem no atendimento às vítimas, pois acredito que a pessoa com um conhecimento acerca do atendimento básico ao paciente pode contribuir.”

Por fim, em relação ao empoderamento:

“As minhas atividades diárias, como emergencista do SAMU, contribuem para o meu amadurecimento bem como justifica a melhora na tomada de decisões que devem ser assertivas e que não tragam prejuízo emocional. Nessa perspectiva, atuar mediante aprimoramento teórico-prático-emocional é um desafio para mim enquanto enfermeiro pois, entendo que cada atendimento tem sua peculiaridade e traz consigo uma experiência que irá contribuir e fortalecer o vínculo entre o profissional, o serviço e os atendimentos.”

Portanto, o relato de experiência do enfermeiro contempla as questões e objetivos levantados nessa pesquisa e busca refletir vários aspectos.

4 | DISCUSSÃO

Através das narrativas de experiências do enfermeiro em duas nuances; na assistência e coordenação, durante o período de atuação: janeiro 2013 a fevereiro de 2018, percebe-se aspectos importantes a serem analisados no contexto da questão chave: resistência emocional e empoderamento no salvar vidas no SAMU.

Na narrativa sobre a formação profissional e carreira (analisada segundo a categorização por relevância e intensidade), é notável a importância relatada sobre a história da enfermagem no contexto dos serviços de saúde e da atuação das universidades no processo de construção do ensino. Reconhece que a qualificação profissional e a inserção nos ambientes assistenciais são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e técnicas distintas e percepção da realidade da saúde. Assim como, demonstra a intensidade de toda essa trajetória e construção da sua carreira profissional, o quanto essa profissão marca sua história de vida.

Quanto ao aperfeiçoamento antecedente a atuação no SAMU, analisada segundo categorização de intensidade e frequência. O enfermeiro relata aspectos emocionais como ansiedade, medo, angústia, questionamentos se realmente seria um bom profissional. Isso ocorreu antes da inserção no serviço percorrendo por todo o curso. Essa recorrência do impacto emocional assim como a intensidade desses sentimentos, demonstra dificuldades e inquietações inerentes a condição humana no contexto de um novo cenário de trabalho. Assim demonstrando a necessidade de resistência emocional e enfrentamento para superação dos desafios.

Em relação a atuação e experiências vividas no SAMU, analisado segundo a categorização de frequência e intensidade. O narrador aborda novamente sobre o stress emocional e relata um fato real e marcante que ficou na memória de forma intensa. Assim como percebe a importância de recuperação emocional em tempo oportuno pois as ocorrências podem ser seguidas e é necessário o equilíbrio dos sentimentos. Também é percebido uma inquietação pela busca por conhecimento a fim de prestar um melhor atendimento.

Ainda sobre a resistência emocional, analisado segundo a categorização de relevância, frequência e intensidade. O enfermeiro retoma a abordagem sobre as dificuldades enfrentadas e a importância da busca por conhecimentos. Reconhece novamente as limitações e desafios, assim como, a necessidade de equilíbrio emocional. Ressalta que se as decisões não forem assertivas durante o atendimento, o impacto não será somente na vida da vítima, mas na própria vida como profissional e ser humano.

Sobre as atividades de coordenação (analisado segundo a categorização de relevância e frequência), o narrador relata novamente sobre a importância dos treinamentos, a busca incessante do conhecimento com o objetivo de prestar uma melhor assistência. A preocupação e comprometimento do enfermeiro, em promover educação continuada para a equipe com um olhar mais específico tendo em vista que já havia passado pela experiência da assistência no serviço. Dessa forma, conhece as necessidades e busca saná-las.

Sobre o empoderamento profissional (analisado segundo a categorização de frequência e relevância), retoma o relato sobre o aprimoramento teórico-prático-emocional e evidencia que os desafios não podem causar prejuízo emocional, mas sim, a superação e busca por aperfeiçoamento.

Algumas limitações de um estudo desta natureza, estão relacionados aos dados autorrelatados que não puderam ser analisados de forma independente, a significância dos padrões repetidos, possível ilusão da causalidade e veracidade.

Portanto, através desta pesquisa, percebe-se que há desafios no contexto do atendimento relacionado a resistência emocional referentes a dor, morte, sofrimento, dificuldades em lidar com determinado público e traumas. Estes, devem e podem ser superados, através do equilíbrio e apoio emocional, empoderamento científico e técnico.

Assim como, poderia ser implementado legalmente o serviço de apoio psicológico no SAMU, tendo em vista, os fatores causadores de stress emocional evidenciados nesta pesquisa. Além disso, maiores abordagens sobre essa temática emocional e de empoderamento no contexto da graduação e pós graduação dos enfermeiros.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, M. S. P. F.; et al. Estresse ocupacional em profissionais da saúde que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência de Cajazeiras – PB. **Rev Bras Ciên Saúde** 21(1):29-34, 2017.

BEZERRA, F. N.; et al. Estresse ocupacional dos enfermeiros de urgência e emergência: revisão integrativa da literatura. **Acta Paul Enferm.** 2012;25(Número Especial 2):151-6.

LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: Cèzar de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EEdue, 2011, v. 01, p. 121-172.

LUCHTEMBERG, M. N.; PIRES, D. E. P. Enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: perfil e atividades desenvolvidas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 2, p. 213-220, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SOARES, A. M. F.; SOBRINHO, J. A. C. M. **Autobiografia e formação docente: caminhos e perspectivas para prática reflexiva**. 2011. Disponível em: < https://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/autobiografia-e-formac3a7c3a3o-docente_caminhos-e-perspectivas-para-prc3a1tica-reflexiva.pdf >. Acesso em: 05 de junho de 2018.

TELES, A. S.; et al. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do estado da Bahia: subfinanciamento e desigualdade regional. **Cad. Saúde Colet.**, 2017, Rio de Janeiro, 25 (1): 51-57.

CAPÍTULO 16

A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/02/2021

Aline Ferreira Antunes

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais - Universidade Federal de Goiás (UFG)
<http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>

Flávia Cristina Paniago

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Católica de Brasília (UCB)
<http://lattes.cnpq.br/7913124200872503>

RESUMO: O presente capítulo de livro dedica-se a abordar a corpolatria (idolatria do corpo) presente nas revistas de Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica (Almanaque, Histórica e Jovem). Foram selecionadas duas fontes de pesquisa dentro do universo da Maurício de Sousa Produções para aprofundar na temática. Este é o resultado de uma pesquisa desenvolvida ao longo de uma disciplina da graduação e apresentada em um congresso em 2013. Atualmente apresentamos o texto em formato de capítulo de livro revisado e aprofundado.

PALAVRAS-CHAVE: Corpolatria, Histórias em Quadrinhos, Turma da Mônica.

THE COMIC BOOKS USED FOR ACADEMIC RESEARCHES: A STUDY ON THE CORPOLATRY PRESENT IN MONICA'S GANG

ABSTRACT: This chapter is dedicated to addressing the corpolatry (idolatry of the body) present in the Comic Books of Mônica's Gang. Two research sources were selected within the universe of Maurício de Sousa Produções to deepen the theme. This is the result of a research developed over an undergraduate discipline and presented at a congress in 2013. Currently we present the text in the format of a revised and in-depth book chapter.

KEYWORDS: Corpolatry, Comics, Monica 's Gang.

Este capítulo de livro é resultado de discussões traçadas em uma disciplina durante a graduação em História sob orientação da professora Dr^a Jorgetânia Ferreira, intitulada Tópicos especiais em História do Brasil. Essa pesquisa também foi apresentada em congresso e revisado para constar no livro Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2, organizado pela editora Atenas, por acreditarmos que ele pode contribuir com pesquisas em andamento sobre História em Quadrinhos (HQs).

A ênfase do capítulo é abordar o conceito de Corpolatria (idolatria do corpo) focando nas representações presentes nas linhas editoriais das HQs da Turma da Mônica e Turma da

Mônica Jovem, bem como problematizando a divulgação de um padrão de beleza reforçado socialmente por diversas mídias. Destacamos para estudo, doenças ditas “da vaidade” tais como bulimia e anorexia, baseado em nossas pesquisas sobre Corpolatria.

Para tanto, fizemos uma análise sobre a utilização de HQ's como uma produção histórica e também uma fonte historiográfica em comparação com o tema central: Corpolatria e a consolidação ou desconstrução de um estereótipo e imagens de corpos e atitudes (femininas e masculinas) a partir da cultura de massa. É importante destacar que entendemos a história em quadrinhos como uma produção cultural de massa e como tal necessita ser problematizada a partir de seu contexto de inserção.

Para alguns autores as HQs surgiram com pinturas rupestres. Já outros afirmam que é o personagem The Yellow Kid de Richard Felton Outcault em 1896, que deu início às primeiras histórias. Para a autora Campos (In LUYTEN, 1985) “as origens das histórias em quadrinhos estão na civilização europeia, onde o aparecimento das técnicas de reprodução gráfica proporcionaram a união do texto com a imagem.” (p. 10). Outros autores já trazem inclusive as produções de Angelo Agostini como as pioneiras.

O fato é que cada país procura ser o pioneiro nas publicações. não podemos negar que este debate ainda é inconcluso, porém há que se concordar que é a invenção da prensa que impulsiona o mercado de quadrinhos, tornando mais acessível e mais rápidas as publicações, que começam com jornais e hoje já estão presentes em vários suportes diferentes, inclusive revistas próprias, como é o caso da Turma da Mônica.¹

Para McCloud (1995) Histórias em quadrinhos são “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinada a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” (p. 9). Neste sentido, compreendemos os quadrinhos como um produto de mídia que trabalha com imagem e texto.

Para além da definição de McCloud (1995), também compreendemos as HQs como tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987) sobretudo no caso das revistas analisadas aqui neste texto. Para Teresa de Lauretis (1987) “[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero [...] e discursos institucionais [...] com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero.” (p. 228). Compreendemos as HQs também como mídias que promovem certas representações de gênero, do corpo e sobretudo do corpo feminino.

Neste texto fazemos uma abordagem acerca do conceito de Corpolatria (como um tema mais amplo, genérico) focando nas representações que a mídia (televisão, outdoors, histórias em quadrinhos, revistas) reforça (ou não). O corpus documental da pesquisa, foram as histórias em quadrinhos de Maurício de Souza da turma da Mônica Almanaque, Edição Histórica e Jovem. Este último foi especificamente direcionado para o assunto doenças da vaidade, com foco no gibi intitulado “O peso de um problema”.²

1. Para aprofundar mais nas pesquisas sobre HQs sugerimos a leitura das obras de McCloud (1995), Einser (1989; 2005) e Vergueiro (2012, 2015, 2017, 2019).

2. Turma da Mônica Jovem. O peso de um problema. Número 33. Abril de 2011.

Compreendemos a Corpolatria a partir das doenças que atualmente mais tem influenciado homens e mulheres (de maneira negativa) na questão de respeito e compreensão do corpo humano, tais como bulimia, anorexia, vigorexia e ortorexia.

Para o desenvolvimento deste trabalho é necessária uma explicação do que é Corpolatria e também sobre como a história em quadrinhos pode contribuir para uma consolidação ou uma desconstrução de determinados estereótipos e imagens de corpos (masculinos e femininos) e atitudes (como uma mulher deve se comportar, ou como um homem “macho” deve ser).

1 | CORPOLATRIA

Corpolatria pode ser definida como uma busca do “eu” por meio de meu próprio corpo, a redescoberta do prazer, o autoconhecimento, enfim, uma busca do “eu” comigo mesmo. De acordo com os psicólogos Codo e Senne (1986)

Com a necessária reintegração do corpo, com a urgente revalorização do prazer, se estrutura um verdadeiro culto ao corpo, em tudo análogo a qualquer religião, dogmática e idólatra como soem ser as religiões, em uma palavra, assistimos hoje ao surgimento de um novo universo mágico: a corpolatria (CODO e SENNE, 1986, p.12).

Os autores comparam a corpolatria a uma religião que oferece milagres, que por sua vez exigem sacrifícios e penitências. Ela dispõe de templos e adeptos e não lhe faltam oráculos. Para eles a corpolatria está vinculada ao narcisismo e sua principal característica é ressaltar sempre o próprio corpo, uma vez que é a idolatria dele.

Para os autores, pode se dizer que a corpolatria se consolidou a partir da implantação do capitalismo, apesar de notar-se traços dela até mesmo na Grécia antiga, pois com o trabalho excessivo, sobrecarregado o corpo, o ser humano passou a buscar uma forma de se sentir em paz consigo mesmo e o prazer para satisfazer as vontades de sua mente e seu corpo. A corpolatria é resultado da cisão do ser humano consigo mesmo, produzido e intensificado pelo capital. Ela se interioriza ressaltando o “próprio umbigo”, o hedonismo, o narcisismo. Afinal, o que é a corpolatria senão o individualismo que o capitalismo promoveu, a futilidade que o sistema impôs, a esperança do ser humano de encontrar no seu corpo, na sua beleza o prazer e o lazer que o trabalho lhe roubou? O que visa a não ser um consumismo de produtos estéticos em busca de um corpo dentro do padrão da beleza mundial? Uma idealização do próprio corpo, um fetiche? Atualmente, a corpolatria é quase que uma mercadoria, explorada pelo mundo da beleza.

De acordo com Estevam e Bagrichevsky (2004)

Na contemporaneidade, as academias de ginástica constituem um dos signos mais emblemáticos da cultura da corpolatria instaurada em nosso tempo. Nesses redutos, via de regra, desfilam corpos malhados, bem como outros que buscam alcançar tal status. (ESTEVAM; BAGRICHEVSKY, 2004, p. 14).

Essa busca pelo corpo malhado pode chegar ao extremo em alguns casos, e para os autores, o fisiculturismo é a ala mais radical da corpolatria, pois enquanto “glorifica o excesso em forma de músculos, recomenda um rigoroso comedimento de hábitos e comportamentos, cultivados, exatamente, para a obtenção e ostentação de corpos hiperbólicos” (Ibid., 2004, p. 17). Tanto o homem quanto a mulher adeptos a essa prática costumam participar de competições, e para alcançar um bom resultado têm um intenso treinamento físico diário,

[...] no qual predominam inúmeros exercícios de força com pesos, concomitante à administração de elevadas doses de hormônios anabólicos androgênicos (sintéticos), para aquisição de exacerbada quantidade de massa muscular corpórea e para significativa redução do tecido adiposo, com fins estritamente estéticos (Ibid., p. 17).

Ou seja, é recorrente o uso de anabolizantes, fármacos que auxiliam na diminuição da gordura e aumento da massa muscular, mas que por sua vez, podem trazer sérios danos à saúde, inclusive morte súbita.

De acordo com Pelegrini (2012), há estudos que indicam que na adolescência há grande insatisfação com a imagem corporal principalmente no sexo feminino. Em seu estudo os autores perceberam que enquanto os rapazes desejam aumentar o tamanho da silhueta corporal, as mulheres desejam diminuir.

As sociedades contemporâneas, principalmente as ocidentais, vêm apresentando uma preocupação excessiva com os padrões de beleza, nas quais há uma verdadeira “divinização” do corpo belo, além de uma busca incessante pela magreza exagerada (PELEGRINI ET AL, 2012, p. 1072).

Neste sentido, pretendemos aqui explicitar brevemente as doenças mais comuns entre mulheres e homens atualmente. Começando pela bulimia que é uma das mais comuns, na qual a pessoa vê no espelho distorções no corpo, o que caracteriza a doença também como um distúrbio psicológico, em seu inconsciente, a pessoa bulímica acredita que está acima do peso, mais “gorda” do que deveria. Em geral, pessoas que têm bulimia se alimentam, porém sentem-se culpadas e forçam o vômito para se “livrarem” da comida e conseqüentemente do “peso extra”. Diferente da anorexia, a bulimia mantém a pessoa em seu peso normal, dificultando a identificação dos sintomas, porém pode-se perceber pelo esmalte desgastado do dente (que fica mais exposto a cáries, por exemplo), cansaço físico, face inchada, ataques epiléticos e lesões no fígado. A bulimia pode levar à morte.

A anorexia por sua vez, se caracteriza como perda de peso e atinge, na maioria das vezes, mulheres na faixa etária da pré-adolescência e início da fase adulta. Pessoas anoréxicas apresentam medo de engordar e por isso cortam bruscamente sua alimentação. Também apresentam distúrbios psicológicos e sociais, como a exclusão. Tais distúrbios ajudam na distorção da imagem da pessoa. A taxa de mortalidade na anorexia é alta e em estado avançado pode levar à desnutrição, destruição de vários órgãos internos (devido ao

uso de laxantes) e à morte, em último estado. Ambas, anorexia e bulimia são doenças que devem ter acompanhamento psicológico, nutricionista e médico no tratamento.

A vigorexia, por sua vez, é a dependência do exercício físico exagerado. Pessoas com esse transtorno, em geral homens, têm preocupação excessiva no ganho de massa muscular e muitos chegam a usar esteróides anabolizantes. Essa doença é caracterizada pela distorção da autoimagem do corpo voltada para a questão da força³.

Já a ortorexia é um problema alimentar em que a pessoa se recusa a comer alimentos que não sejam naturais, ou seja, “uma pessoa com tal distúrbio passa a retirar de sua alimentação tudo o que contém açúcar, agrotóxico, substâncias artificiais, que é enlatado, gorduroso e de procedência desconhecida”⁴. O problema é que isso faz com que os ortoréxicos deixem de consumir certos nutrientes fundamentais para a saúde, tais como carboidratos, lipídios e proteínas.

2 | UMA IMAGEM VENDIDA PELA MÍDIA – SÍNDROME PIB

A síndrome do Padrão Inatingível de Beleza - PIB pode ser definida como o complexo da beleza inatingível (como o próprio nome já diz), que influencia muitas mulheres em todo o planeta a tomarem iniciativas vulneráveis para atender a ditadura da beleza imposta pela mídia e reforçada socialmente.

O objetivo da ditadura da beleza é promover a insatisfação consigo mesma, pois uma pessoa satisfeita não é consumista, consome com inteligência e não compulsivamente. Promovendo a insatisfação consigo mesma é que se promove o consumismo. Desse modo, o capitalismo cria um estereótipo falso de beleza que leva um grande número de mulheres (e alguns homens) a buscarem um padrão de beleza muitas vezes inalcançável.

Os sintomas do PIB são em geral a preocupação excessiva com a estética, com o que os outros pensam do seu corpo, medo da não aceitação na sociedade, baixa estima, medo de envelhecer, ansiedade, humor triste, irritabilidade, auto punição e rejeição crônica por alguma parte específica do corpo.

Quando intensa, a síndrome pode aumentar a probabilidade de desenvolver doenças como anorexia e/ou bulimia. Pode evoluir também para depressão e fobia social, levando a pessoa a ter dificuldade em trabalhar em equipe e frequentar lugares públicos. Esta síndrome, e o desenvolvimento dela (e das doenças citadas acima) são produto de uma mídia massiva da corpolatria que “prega” um corpo inalcançável, humanamente impossível.

Passemos agora à interpretação das HQs de Maurício de Souza e os padrões de beleza implícitos e explícitos nas historinhas. É importante reforçar que nosso objetivo aqui não é desmoralizar as produções de Maurício de Souza ou afirmar que as HQs da Turma da Mônica influenciam diretamente crianças e adolescentes a se tornarem bulímicos e/ou anoréxicos.

3. Informação retirada do site: <http://www.brasilecola.com/psicologia/vigorexia.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

4. Informação retirada do site: <http://www.mundoeducacao.com.br/psicologia/ortorexia.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

3 | TURMA DA MÔNICA E SUA UTILIZAÇÃO PARA O ESTUDO DE GÊNERO E CORPOLATRIA

De acordo com Santana (2005), Mauricio de Sousa, filho de poetas, nasceu em 1935 na cidade de Santa Isabel, interior de São Paulo. Cresceu em Mogi das Cruzes e quando criança descobriu sua paixão pelo desenho. Em 1954 começou a trabalhar como repórter na atual Folha de São Paulo, lá ele também teve oportunidade de publicar algumas tirinhas que foram o impulso para que mais tarde surgissem os famosos gibis da Turma da Mônica.

De acordo com Cardim (2010), Mauricio de Sousa começou a criar histórias em quadrinhos nos anos 1950, porém sua personagem mais famosa, Mônica foi criada em 1963 e iria contracenar com os personagens já existentes: Cebolinha, Franjinha e Bidu. Com o tempo a personagem foi ganhando destaque e a primeira revista “Mônica e sua turma” foi publicada em 1970. Em suma, “as histórias giram em torno de crianças que vivem no fictício bairro do Limoeiro (com exceções, como o caipira Chico Bento, que vive na zona rural; o Astronauta, que viaja pelo espaço; e os personagens pré-históricos, como Piteco)” (CARDIM, 2010, p. 41). Seus personagens são considerados tipicamente brasileiros, pois foram inspirados em pessoas e animais presentes na sua trajetória de vida do criador. As histórias também se adequam à cultura de massa, pois:

A Turma da Mônica e seus personagens buscam traduzir as expectativas, inquietações e dilemas existentes no cotidiano da vida real de crianças e adolescentes que os vivenciam, através dos textos produzidos e das relações estabelecidas a partir do contato com esses textos. Diante desse panorama, é possível visualizar traços característicos de determinadas ideologias e de exercício do poder perpassando esta obra tão consagrada na sociedade pelo seu público leitor. Estes traços característicos demonstram algumas perspectivas que se mostram intrínsecas à natureza humana e que, por sua vez, poderiam estar arraigados na prática social de todos os leitores, individual e coletivamente (SANTANA, 2005, p. 80).

No início de 2008 foi lançada a coleção histórica da Turma da Mônica com a republicação de algumas histórias dos primeiros volumes. Essas revistas tem um grande sucesso editorial e permitem, enquanto estudo, uma comparação entre as atuais publicações e as primeiras histórias. Em agosto deste mesmo ano também foi lançada a revista Turma da Mônica Jovem, que por sua vez é em estilo Mangá, preto e branco, semelhante às histórias em quadrinhos japonesas, na qual os personagens são jovens e mantêm algumas características dos originais. Além disso, Turma da Mônica foi formatada para desenho animado na década de 1980 e os parques temáticos surgiram na década seguinte. No período da publicação da tese do autor, ele menciona que as histórias são publicadas em quase trinta países, o que foi facilitado pela associação com a editora Panini desde 2007, multinacional italiana que auxilia na circulação das revistas no exterior.

4 | ESTUDO DA PERSONAGEM MÔNICA

De acordo com Santana (2005), a personagem Mônica surgiu da inspiração de Mauricio de Sousa em uma de suas filhas. A personagem possui temperamento forte, algumas vezes é gentil e em outras é mal-humorada. Fisicamente é “baixinha, dentuça e gordinha”, motivo de gozação dos personagens Cebolinha e Cascão. Ela sempre é representada de vestido vermelho e agarrada a seu coelhinho de pelúcia Sansão.

Pelas suas características físicas os meninos constantemente a provocam de maneira depreciativa como podemos observar na seguinte historinha intitulada “Gorducha”:

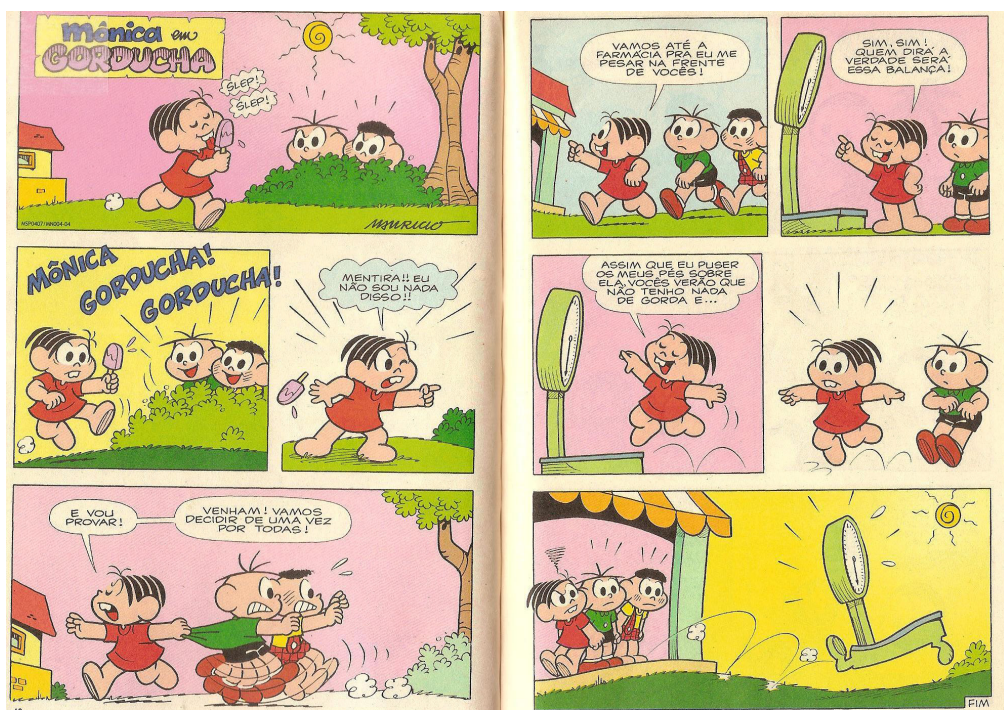


Figura 1- Mônica em Gorducha

Fonte: Almanaque Turma da Mônica. Número 4. Abril de 2007, pp. 46-47.

Nessa HQ percebemos que Mônica parece estar satisfeita com seu corpo, ela não se considera acima do peso, porém Cascão e Cebolinha a chamam de “gorducha” em tom de provocação. Em uma tentativa de provar que não é gorda, Mônica irá se pesar, porém a balança foge da personagem, a enfurecendo e deixando os garotos surpresos com a atitude do objeto, provocando o riso nos leitores. Este tipo de história em que a balança foge de Mônica é recorrente nos gibis e a característica marcante da personagem é justamente em torno de seu peso, por isto o tema é frequentemente trabalhado nas HQs.

Em geral, histórias como estas mostram o ideal do corpo perfeito, que seria uma pessoa oposta à Mônica: magra, alta e sem dentes proeminentes. Este estereótipo está presente na Turma da Mônica apesar de não ser defendido (como o é feito por outras mídias mais apelativas para o padrão de beleza correto a ser seguido). Não acreditamos que os quadrinhos da Mônica pretendam reforçar um padrão de beleza, mas sim satirizar as atitudes de Cebolinha e Cascão, por exemplo.

5 | ESTUDO DA HISTÓRIA: O PESO DE UM PROBLEMA

Mauricio de Sousa decidiu lançar uma nova coleção de gibis denominado de Turma da Mônica Jovem cujos objetivos, nesta nova versão, é trazer a discussão de problemas atuais que adolescentes enfrentam e apresentar as polêmicas por meio dos personagens de quadrinhos, agora crescidos.

É importante destacar que os objetivos, em geral, da Turma da Mônica jovem é trazer a discussão de problemas que estão presentes no “mundo jovem/ adolescente” e que precisam ser problematizados em uma linguagem jovem. Neste sentido, temas como 15 anos, meio ambiente, bullying e doenças da vaidade estão presentes nas publicações. Ao final de cada história há uma página escrita por Maurício dedicada a “conversar com o leitor” a respeito do tema abordado naquela revista. Neste espaço é problematizado temas como bullying, preconceitos provocando reflexões nos leitores adolescentes.

A História “O peso de um problema” tem como uma das personagens Maria Mello, uma jovem muito magra e que sonha em ser modelo. Ela não come praticamente nada, e inclusive em um quadrinho ela se sente “entupida” com apenas uma mordida em um biscoito, e justifica que precisa “manter a linha para entrar em forma”. Essa falta de alimentação faz com que em várias partes da história ela aparente estar fraca, o que causa preocupação de seus amigos, mas mesmo assim ela não altera seus hábitos alimentares.

Na história também aparece a personagem Isa, uma aluna nova que veio de outra cidade, ela é gorda e por isso alguns colegas zombam de seu peso. No enredo da história há uma oposição entre as duas personagens e a dicotomia magro *versus* gordo, já presente na capa da revista.

Isa se enturma com os novos amigos. Mônica em especial se aproxima muito da nova personagem e não gosta que os outros tirem sarro do peso dela, pois Mônica já passou por isso quando criança e sabe o quanto é desagradável (ser criticada pelo corpo).



Figura 2- Apresentação da personagem Isa à turma.

Turma da Mônica Jovem. O peso de um problema. Número 33. Abril de 2011, p. 25



Figura 3- Turma da Mônica Jovem. O peso de um problema. Número 33. Abril de 2011, p. 28.



Figura 4- Turma da Mônica Jovem. O peso de um problema. Número 33. Abril de 2011, p 58.

Isa sempre come muito, principalmente doces e frituras, porém ela não sabia que a falta de atenção com a alimentação poderia causar danos à sua saúde. As meninas, inclusive Mônica, com a sugestão de que Isa precisava cuidar da saúde incentivam que ela faça atividades físicas, mas na verdade elas querem que ela emagreça para ser encaixada no padrão de beleza tão cobrado pela sociedade.

No final da história Maria Melo desmaia e vai para o hospital, lá descobre que está desnutrida e a turma descobre que Isa, que também fez exames, estava com hipotireoidismo, o que explicava o porquê de apesar de controlar a alimentação e se exercitar ela não perdia peso. Ela, em nenhum momento, se ofendeu com os comentários e se demonstrou feliz com seu corpo, pois para ela, aparência é uma coisa e saúde é outra, sendo esta última a mais importante.

Tendo em vista nossa abordagem a respeito de três personagens de Maurício de Souza (Mônica, Isa e Maria Melo), acreditamos ser possível percebermos como as HQs também trazem uma imagem de corpo delimitada, estereótipos muito difundidos por outras mídias.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada personagem com suas peculiaridades, envolvido em variados contextos situacionais podem transmitir discursos múltiplos sejam eles enunciadores ou locutores do próprio discurso de outrem, seja Mauricio de Sousa o próprio autor ou apenas transmissor de um determinado discurso já pré-existente na sociedade (SANTANA, 2005, p. 49).

Pretendemos com este trabalho demonstrar como a mídia, como por exemplo, a HQ também trás uma visão da corpolatria e em alguns momentos pode até reproduzir um padrão de beleza difundido em outros meios de comunicação (cinema, programas de TV, literatura, músicas, etc).

Nossa proposta neste capítulo não foi fazer uma propaganda negativa da História em Quadrinhos da Turma da Mônica, intitulada a menina mais conhecida dos quadrinhos brasileiros, mas sim apresentar a HQ como uma fonte documental, que pode ser utilizada em pesquisas acadêmicas de âmbito interdisciplinar, levando em consideração que deve ser problematizada e compreendida como fruto de seu tempo e de diálogos estabelecidos entre autores (roteiristas, desenhistas, coloristas, equipe editorial, dentre outros envolvidos).

Tendo em vista as pesquisas ainda incipientes com quadrinhos, acreditamos que tal trabalho pode contribuir com o enriquecimento do debate sobre a utilização deles como documento para as mais diversas pesquisas em áreas diferentes (história, literatura, educação, comunicação, dentre outras). Segundo Vergueiro (2017), “pode-se afirmar que as histórias em quadrinhos começaram a aproximar-se da universidade – ou vice-versa-, durante a década de 1960 [...]” (p. 53). É em busca de contribuir para o desenvolvimento das pesquisas com quadrinhos que publicamos este capítulo de livro.

A partir de tudo que elaboramos e trabalhamos conseguimos perceber a corpolatria e suas múltiplas doenças tão presentes atualmente na sociedade que também podem ser influenciadas por uma ideia de corpo presente nos almanaques da turma da Mônica e também na Turma da Mônica Jovem. Esperamos contribuir com este trabalho para ampliar as reflexões acerca da corpolatria e também de pesquisas que versem sobre quadrinhos.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Gabriela. **Ortorexia**. Mundo Educação. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/psicologia/ortorexia.htm>. Acesso em 13 fev. 2021.

CARDIM, Fernanda Nardelli de Carvalho. **Coisa de gente grande. Representações dos adultos nas histórias da Turma da Mônica**. Dissertação de Mestrado Pós em Comunicação da Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CHINEN, Nobu. **O negro nos quadrinhos do Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2019.

CIRNE, Moacy. **A explosão criativa dos quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1977.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. **O que é corpolatria?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CURY, Augusto. **A ditadura da beleza e a revolução das mulheres**. São Paulo: Sextante, 2005.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é beleza?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1964.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas de Will Eisner**. São Paulo: Devir, 2005.

_____. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ESTEVAM, Adriana e BAGRICHEVSKY, Marcos. **Cultura da “corpolatria” e body-building: notas para reflexão**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, 2004, 3 (3): 13-25.

FERRARI, Juliana Spinelli. **Vigorexia**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/vigorexia.htm>. Acesso em 13 fev. 2021.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**, Indiana University Press, 1987. pp. 1-30. Disponível em: <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. **Histórias em quadrinhos**. Leitura crítica. Paulinas: São Paulo, 1985.

_____. **O que é história em quadrinhos?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MARCONDES, B.; MENEZES, G.; TOSHIMITSU, T. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

MENDES, M. L. G. C. Gênero, brincadeiras e representação das “culturas da infância” nos quadrinhos de Maurício de Souza. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 24, n. 2, jul./ dez. 2011.

O QUE É VIGOREXIA: SINTOMAS. Disponível em: <<http://www.exercicios-fisicos.com/o-que-e-vigorexia-sintomas>> Acesso em 16 fev. 2021.

PETROSKI, Edio Luiz; PELEGRINI, Andreia e GLANER, Maria Fátima. **Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2012, vol.17, n.4, pp. 1071-1077.

SANTANA, Erivelton Nonato de. **Ideologia e poder nas histórias em quadrinhos**: aspectos do micro-universo feminino na turma da Mônica. Dissertação programa de pós-graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

VERGUEIRO, W. **Ao largo da crise**: bons ventos para as histórias em quadrinhos comerciais no Brasil. Trabalho apresentado no Congresso da Associação de Estudos LatinoAmericanos (LASA), em Toronto, Canada, outubro de 2010. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/1379.pdf> . Acesso em: 19 abr. 2020.

VERGUEIRO, W.; BARBOSA, A.; RAMA, A. **Como usar as Histórias em Quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

VERGUEIRO, W.; RAMOS, R. E. Dos S. Para uma metodologia da pesquisa em História em quadrinhos. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. (Orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Histórias em quadrinhos e serviços de informação**: um relacionamento em fase de definição. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001502706>. Acesso em 20 abr. 2020.

_____. **Panorama das histórias em quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2017.

_____. **Pesquisa acadêmica em histórias em quadrinhos**. São Paulo: Criativo, 2017.

A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Lara Maria da Frota

Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/5442568008545109>

Carlos Eduardo Ferreira Aguiar

Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/5385811434023311>

Wellington Aguiar Ponte Filho

Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/3281157373123196>

Patrícia Alves de Sousa

Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/3763563200483712>

Betânea Moreira de Moraes

Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sobral – CE
<http://lattes.cnpq.br/0834231585359453>

RESUMO: A Constituição Federal garante em seu art. 37, VIII que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, classificando estas pelo Decreto 3.298/99, sendo alterada a redação do seu art. 4º pelo Decreto 5.296/04, desconsiderando os surdos unilaterais como pessoa com

deficiência. Contudo, o Decreto 6.949/09, tornou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência equivalente à Emenda Constitucional, conforme §3º do art. 5º da Lei Maior, consagrando o Modelo Social de Interpretação da Deficiência. Em acordo com esta a Lei Brasileira de Inclusão veda apenas a consideração médica e taxativa do que é deficiência ao exigir avaliação biopsicossocial que possa atestar um indivíduo como pessoa com deficiência diante do meio que está inserida. Logo, ante ao exposto, indagamo-nos: qual a compreensão adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF)? Objetivando analisar o posicionamento jurisprudencial destes e suas controvérsias, foi realizada uma pesquisa de natureza básica, qualitativa, utilizando-se do método teórico-bibliográfico e documental. Investigou-se súmulas e acórdãos nos sítios eletrônicos próprios dos tribunais supracitados, utilizando-se dos descritores “surdez unilateral” e “concurso público”, no período de 01/09/2009 à 01/09/2019, resultando em 32 acórdãos e a Súmula 552 pertinentes quanto STJ, bem como 4 acórdãos relativos ao STF. Concluiu-se que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não reconhecem o direito dos surdos unilaterais serem considerados pessoa com deficiência ante ao art. 37, VIII da Constituição, com base no art. 4º, II do Decreto 3.298, consolidando uma classificação genérica e taxativa acerca da deficiência anterior à Convenção e Lei Brasileira de Inclusão e em prejuízo destas, bem como fica nítida a ausência de referência a tais dispositivos legais e a necessidade de avaliação

biopsicossocial singular aos sujeitos para que sejam pessoa com deficiência, sendo desproporcional diante destas normas.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos das Pessoas Com Deficiência, Surdez Unilateral, Avaliação Biopsicossocial, Jurisprudência.

UNILATERAL DEAFNESS AND THE SOCIAL MODEL TO INTERPRETATE DISABILITIES BEFORE ARTICLE 37, VIII OF THE FEDERAL CONSTITUTION: CRITICAL ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE PRECEDENTS OF THE UPPER CUTS

ABSTRACT: The Federal Constitution assures in its art. 37, VIII that the law will reserve a percentage of public positions and jobs for people with disabilities, classifying them by the Decree 3.298/99, which its art. 4 was modified by the Decree 5.296/04, disregarding unilateral deaf people as people with disabilities. Although, the Decree 6.949/09, settled the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities equivalent to the Constitutional Amendment, according to §3 of art. 5 of the Major Law, establishing the Social Model for the Interpretation of Disability. Considering this, the Brazilian Inclusion Law forbids only the medical and exhaustive consideration of what disability is, by requiring biopsychosocial assessment that can attest to an individual as a person with a disability in the context in which they are inserted. Thus, in view of this scenario, we ask ourselves: what is the understanding adopted by the Superior Court of Justice (SCJ) and the Supreme Federal Court (SFC)? Aiming to analyze their jurisprudential position and its controversies, a basic and qualitative research was carried out, using the theoretical-bibliographic and documentary method. Summaries and judgments were investigated on the websites of the aforementioned courts, using the descriptors “unilateral deafness” and “public contest”, from 9/1/2009 to 9/1/2019, resulting in 32 judgments and the Precedent 552, regarding SCJ, as well as 4 judgments related to STF. It was concluded that the Supreme Federal Court and the Superior Court of Justice do not recognize the right of unilateral deaf people to be considered a person with disabilities under art. 37, VIII of the Constitution, based on art. 4, II of Decree 3.298, consolidating a generic and exhaustive classification about the deficiency prior to the Brazilian Inclusion Convention and Law, and to the detriment of these, as well as the absence of reference to such legal provisions and the need for a unique biopsychosocial assessment, to the subjects to be a person with a disability, being disproportionate in view of these rules.

KEYWORDS: Rights of Persons with Disabilities, Unilateral deafness, Biopsychosocial Evaluation, Jurisprudence.

1 | INTRODUÇÃO

Almejando a maior inclusão das pessoas com deficiência no serviço público, grupo que se encontra especialmente à margem da participação ativa no mercado de trabalho, a Constituição Federal brasileira estabeleceu no inciso VIII do art. 37 a reserva constitucional de cargos e empregos públicos para estas, assegurando: “[...] a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 1988, s.p.).

Anteriormente, prevalecia os padrões do Modelo Médico de Interpretação da Deficiência, que considerava a deficiência um problema individual ligado as limitações físicas/biológicas/psíquicas do sujeito, que deveriam ser identificadas por médicos e tratadas para chegar o mais próximo possível da ‘normalidade’, como nos esclarece Ramos (2020, p. 400-401, grifos no original):

Vale ressaltar, nesse ponto, que o *medical model*, *modelo médico da abordagem da situação das pessoas com deficiência*, via a deficiência como um “defeito” que necessitava de tratamento ou cura. Quem deveria se adaptar à vida social eram as pessoas com deficiência, que deveriam ser “curadas”. A atenção da sociedade e do Estado, então, voltava-se ao reconhecimento dos problemas de integração da pessoa com deficiência para que esta desenvolvesse estratégias para minimizar os efeitos da deficiência em sua vida cotidiana. A adoção desse modelo gerou falta de atenção às práticas sociais que justamente agravavam as condições de vida das pessoas com deficiência, ocasionando pobreza, invisibilidade e perpetuação dos estereótipos das pessoas com deficiência como destinatárias da caridade pública (e piedade compungida), negando-lhes a titularidade de direitos como seres humanos. Além disso, como a deficiência era vista como “defeito pessoal”, a adoção de uma política pública de inclusão não era necessária.

Seguindo essa lógica, o Decreto 3.298/99, que regulamenta a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trazia as condições para uma pessoa ser enquadrada como deficiente, estabelecendo em seu art. 4º (BRASIL, 1999, s.p.) que:

II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia;

Contudo, o Decreto nº 5.296/2004 alterou substancialmente as definições anteriores, especialmente quanto a definição de deficiência auditiva, sendo esta a “[...] perda **bilateral**, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 1999, grifo nosso). Logo,

a surdez unilateral foi desclassificada enquanto deficiência que assegurasse um maior amparo pelo Poder Público, ficando, por conseguinte, fora da reserva constitucional de cargos e empregos públicos. Ademais, é imprescindível pontuarmos a natureza jurídica do Decreto 3.298/1999, que, na condição de Decreto Presidencial, tem condão restrito de adotar “[...] providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional” (MELLO, 2004, p. 356), portanto, não podendo ser contrários às leis existentes.

Todavia, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência (CIDPCD), foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, bem como pelo Decreto Executivo nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009), tornando-se o primeiro Tratado Internacional de Direitos Humanos a possuir força de Emenda Constitucional, conforme o rito do §3º do art. 5º da nossa Magna Carta, integrando, portanto, nosso bloco de constitucionalidade e superando o Modelo Médico supracitado, impondo, inclusive, uma nova nomenclatura, não mais sendo ‘pessoa portadora de deficiência’, ‘pessoa portadora de necessidades especiais’, ‘deficiente’ e semelhantes, pois a pessoa vem antes da sua deficiência, bem como a deficiência não é algo portátil, o que perpetua uma lógica de reparo, mas é parte da diversidade humana, é uma característica do sujeito, sendo mais compatível com as exigências da dignidade da pessoa humana o termo ‘pessoa com deficiência’, lógica defendida por Sasaki (2003).

Assim, a CIDPCD instaurou o Modelo Social de Interpretação da Deficiência, também conhecido como Modelo de Direitos Humanos, em que a deficiência deixa de ser uma limitação pessoal do sujeito e passa a ser tida como parte da diversidade humana, que seria determinada, além das limitações físicas/biológicas/psíquicas, pela interação destas com as barreiras sociais, que são os maiores impeditivos para a plena participação destas na sociedade, como afirma em seu art. 1:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, s.p.).

Logo, é necessária uma análise que não esteja pautada exclusivamente em uma análise médica, mas analisar os outros fatores externos que sejam impeditivos face as características da pessoa. Não à toa, em 2015, foi promulgada a Lei 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoas Com Deficiência, que, em acordo e complementando o referido Modelo Social, estabeleceu o Modelo de Avaliação Biopsicossocial, conforme consta da redação do seu art. 2º (BRASIL, 2015, s.p. **grifo nosso**):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

Logo, fica nítido que os impedimentos nas funções e estruturas do corpo é apenas um dos quatro critérios que podem considerar um indivíduo enquanto pessoa com deficiência, sendo mister esclarecer como Araújo e Maia (2016, p. 145):

Nesse sentido, não se pode excluir alguém com surdez unilateral, por exemplo, a priori, da possibilidade de ser pessoa com deficiência, sendo necessária a análise do caso concreto para a verificação da existência ou inexistência da desigualdade de oportunidades de inclusão plena e efetiva na sociedade, decorrente da interação da surdez unilateral com as barreiras sociais e ambientais.

Logo, tendo em vista as contradições entre o vigor do art. 4º do Decreto 3.298/1999 e o Modelo respaldado tanto pela CIDPCD e a LBI, bem como a década de internalização dessa com equivalência à Emenda Constitucional, fazendo um recorte no que concerne a reserva constitucional quanto aos concursos públicos para pessoas com surdez unilateral, indagamo-nos: qual a compreensão adotada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF)?

2 | METODOLOGIA

Objetivando analisar o posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) e suas controvérsias quanto a aplicação, ou não, da reserva constitucional de cargos e empregos públicos destinadas as pessoas com deficiência (art. 37, VIII) no que concerne a pessoas com surdez unilateral, foi realizado uma pesquisa de natureza básica, qualitativa, utilizando-se do método teórico-bibliográfico e documental.

A coleta dos dados realizou-se nos sítios eletrônicos dos respectivos tribunais selecionados, STJ (<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>) e o STF (<http://portal.stf.jus>).

br/jurisprudencia/). Adotou-se o período de 01 de setembro de 2009 até 01 de setembro de 2019, o qual buscou-se pela Data de Publicação dos Julgados, os seguintes descritores: “surdez unilateral” e “concurso público”.

Tendo em vista as peculiaridades inerentes a cada plataforma de pesquisa jurisprudencial dos referidos Tribunais, fez-se necessário utilizar mecanismo distintos para cada um destes com o fito de assegurar que os resultados estejam de acordo com os objetivos da presente pesquisa. Assim, cumprimos expor o processo de coleta de cada tribunal:

Superior Tribunal de Justiça (STJ): Utilizou-se o campo “pesquisa avançada”, com a data de 01/09/2009 até 01/09/2019 com base na Data de Publicação dos julgados, aplicando-se os descritores da seguinte forma: “surdez unilateral, concurso público”, incluindo os critérios de “pesquisar sinônimos” e “pesquisar plurais”. Buscou-se por julgados que constavam os descritores apenas na Ementa dos julgados, limitando-se a análise de Acórdãos (AC) e Súmulas. Assim, foram encontrados a Súmula 552 e 34 Acórdãos, dos quais 32 eram pertinentes ao objeto de estudo da presente pesquisa.

Supremo Tribunal Federal (STF): utilizou-se, dentro da plataforma geral de pesquisa, os descritores da seguinte forma: “surdez unilateral, concurso público”. Após, foi aplicado o critério de Data da Publicação no lapso temporal de 01/09/2009 até 01/09/2019, encontrado na lateral esquerda do referido sítio eletrônico. A análise observava, mormente, a Ementa dos julgados, limitando-se a análise de Acórdãos (AC) e Súmulas. Desse modo, foram encontrados 4 Acórdãos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A priori, foram analisados a Súmula 552 e os 32 Acórdãos, observando, mormente, a Ementa dos julgados, almejando identificar o reconhecimento ou não da surdez unilateral como beneficiária da reserva constitucional de cargos e empregos públicos no que concerne aos concursos públicos. Aliás, as nomenclaturas utilizadas para se referir as próprias pessoas com deficiência

Assim, em acordo com os primeiros Acórdãos encontrados datados do ano de 2012, o entendimento do STJ era no sentido de que os que possuíam surdez unilateral estavam amparados pela reserva constitucional de cargos e empregos públicos, tendo como principal fundamento a interpretação sistemática entre o art. 4º e o art. 3º e do Decreto 3.298/1999, já vigorando as devidas alterações do Decreto 5.296/2004.

Todavia, Acórdãos publicados a partir de 2014 alteraram substancialmente o supracitado entendimento, entendo que o Decreto 5.296/2004 alterou o Decreto 3.298/1999 excluindo a surdez unilateral, portanto, negando que essa estaria amparada pela referida reserva constitucional, tendo como principais fundamentos considerar ferir a igualdade substancial em relação aos deficientes auditivos bilaterais, que são os considerados que

sofrem verdadeiro impeditivo, bem como aos demais candidatos que não sejam pessoas com deficiência, que sofreriam uma injusta inacessibilidade a cargos públicos, ferindo os fins da ação afirmativa assegurada pelo inciso VIII do art. 37 da Constituição, como exposto no Recurso em Mandado de Segurança nº 36.081/PE (STJ, 2014). Essa mudança, conforme apreciamos, foi desencadeada após o julgamento do Agravo Regimental no Mandado de Segurança 29.910 pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu essa exclusão da surdez unilateral. No âmbito do STJ, o principal marco referido foi o julgamento do Mandado de Segurança 18.966/DF.

Dessa forma, esse entendimento foi reiterado a ponto de ser pacificado pela Súmula 552 de 2015, que afirma “O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos” (STJ, 2015, s.p.). Todos os Acórdãos posteriores continuaram a não reconhecer a surdez unilateral como deficiência.

Não obstante, curioso observar que, quanto a essa argumentação acerca da igualdade substancial e os fins da ação afirmativa, o STJ reconhece a cegueira unilateral como amparada pela reserva constitucional de cargos e empregos públicos, conforme consta na Súmula 377: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes” (STJ, 2009, s.p.). Logo, a razoabilidade existente nessa diferenciação torna-se questionável.

Outrossim, espanta-nos que, apesar de existir um novo Modelo de Interpretação da Deficiência, este ainda esteja intrinsecamente preso às concepções do Modelo Médico e ao laudo médico, desconsiderando questões essenciais à definição que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência e a própria Lei Brasileira de Inclusão frisam acerca do que é uma pessoa com deficiência. Afinal, apenas o critério médico deixa algumas lacunas em face dessa nova concepção, pois não analisa, por exemplo, se uma pessoa que possua deficiência auditiva bilateral parcial, tida como uma das que possui real impeditivo, teve acesso a tecnologia assistiva ao longo da vida que permitisse igualdade ante aos demais cidadãos.

Não pretendemos, todavia, desviar o foco da principal problemática nas concepções defendidas, que não é apenas no beneficiar ou não, mas desconsiderar (ou considerar) como pessoa com deficiência de forma taxativa, ao exemplo da Súmula 552 do STJ (e também a Súmula 377 deste), como se outros critérios não existissem e fossem necessários, em que pessoas com surdez unilateral que se enquadrem na definição legal prevista na CIDPCD e LBI não possam gozar de seus direitos, construindo mais barreiras para a plena e efetiva participação na sociedade em igualdade com os demais cidadãos.

Quanto ao STF, foram encontrados 4 acórdãos, todos em acordo com o art. 4º, II do Dec. 3.298/99, reconhecendo a impossibilidade da surdez unilateral como beneficiária da reserva constitucional de cargos e empregos públicos no que tange aos concursos

públicos, sendo vistas também fundamentações da impossibilidade de dilação probatória no rito extraordinário e apenas ofensa reflexa à Constituição.

Por fim, cabe mencionar as críticas quanto a “[...] utilização reitera da definição de pessoas com deficiência trazida pelo Decreto n. 3.298/1999, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n. 5.296/2004, para a definição dos integrantes do grupo vulnerável” (ARAÚJO; MAIA, 2018, p. 47), que é uma concepção restrita que não atende a exigência da análise biopsicossocial que identifique essas pessoas como deficientes em face do seu meio, demonstrando a “[...] pouca proximidade do Poder Judiciário com o conceito trazido pela Convenção da ONU” (ARAÚJO; MAIA, 2018, p. 47).

4 | CONCLUSÃO

Ilide-se, pois, que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não reconhecem o direito dos surdos unilaterais serem considerados pessoas com deficiência ante ao art. 37, VIII da Constituição Federal no que concerne aos concursos públicos, baseando-se no art. 4º, II do Decreto 3.298, consolidando uma classificação genérica e taxativa acerca da deficiência, especialmente em face da Súmula 552/2015, assemelhando-se ao Modelo Médico de Interpretação da Deficiência anterior a CIDPCD e LBI e em prejuízo destas, bem como fica nítida a ausência de referência a tais dispositivos legais e a necessidade de avaliação biopsicossocial singular aos sujeitos para que sejam devidamente considerados como pessoas com deficiência, sendo desproporcional diante destas normas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. A efetividade (ou a falta de efetividade) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. In: Eugênia Augusta Gonzaga; Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros. (Org.). Ministério Público, Sociedade e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 1ed. **Escola Superior do Ministério Público-ESMPU**, Brasília, 2018, v. 1, p. 35-58.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. Inclusão e concurso público: análise crítica da jurisprudência sobre pessoas com deficiência. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 16, n. 65, p. 135 157, jul./set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 18 nov. 2020. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Mandado de Segurança nº 36.081 - PE**. Relator: Min. Herman Benjamin. Brasília, DF, 29 de novembro de 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 377**. O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes. Brasília, DF, 5 de maio de 2009. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/sumstj/toc.jsp?livre=S%DAMULA+377&tipo=sumula+ou+su&b=SUNT&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 5 dez. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 552**. O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos. Brasília, DF, 9 de novembro de 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/sumstj/toc.jsp?data=%40DTPB+%3E%3D+20090901+E+%40D+TPB+%3C+%3D+20190901&ementa= SURDEZ+ UNILATERAL%2C +CONCURSO+P% DABLICO O&livre= SURDEZ+ UNILATERAL%2C+CONCURSO+P%DABLICO&tipo=sumula+ou+su&b=SUNT&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7 ed. São Paulo: Editora Saraiva.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE FERREIRA ANTUNES - Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de educação São Luís. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui ampla experiência docente nos mais diversos níveis educacionais nas áreas de História, Língua estrangeira moderna (inglês) e em curso superior de Pedagogia. Tem pesquisas publicadas nas áreas de História, Comunicação, História em quadrinhos, Teorias raciais, História e gênero, História, memória e sensibilidades. Atualmente é professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF/GDF). Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

I

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

J

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

L

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

M

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

P

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

R

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

S

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 